

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Fernanda Ferreira Mota

**GÊNERO, RAÇA E CLASSE:  
DA DESIGUALDADE À DEMOCRACIA DO CUIDADO**

BRASÍLIA

2018

Fernanda Ferreira Mota

**GÊNERO, RAÇA E CLASSE:  
DA DESIGUALDADE À DEMOCRACIA DO CUIDADO**

Tese apresentada ao Programa de Pósgraduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia  
Millena Biroli Tokarski

Área de concentração: Democracia  
e Sociedade

BRASÍLIA

2018

*Em homenagem a todas as mulheres  
de minha família, em especial minha mãe,  
Agostinha, e nossa pequena guerreira, Alice.*

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Flávia Biroli, que acompanha meu trabalho desde a graduação; da qual tenho orgulho em dizer que pude estar ao lado por tantos anos, num processo de aprendizado constante. Desde a graduação ela representa pra mim um modelo a ser seguido, não apenas pela sua capacidade intelectual, mas por sua disponibilidade, abertura e entendimento ao que é diferente e novo. Nesses anos eu vi meu trabalho mudar, crescer e se espalhar pelo Brasil e pelo mundo e fico muito feliz que outras pessoas, outras feministas, têm cada vez mais contato com sua obra. Agradeço imensamente sua atenção, paciência e solidariedade nos momentos em que sei que não foi fácil me orientar, porque para mim não estava sendo fácil viver. Muito obrigada por todo o carinho!

Aos professores do Demodê. Sua presença em nossa formação é um privilégio. E agradeço, em especial, ao professor Luís Felipe Miguel, por sempre ter levado a sério meu trabalho, minhas ideias, por ter lido com atenção meus textos e ter me ajudado muito com os comentários e dicas ao longo desses anos. Agradeço à Danusa Marques pelas conversas informais e pela proximidade que sempre mostrou o lado humano da academia; também por ter aceitado fazer parte da banca examinadora desta tese.

Às outras professoras do IPOL, mas principalmente à professora Rebecca Abbers, que enquanto coordenadora da pós-graduação tem um trabalho especial e próximo aos alunos. Muito obrigada!

Às professoras Nadya Guimarães e Márcia Lima, por também terem aceitado fazer parte da banca examinadora desta tese, numa situação inusitada de tempo escasso. Obrigada também pelas discussões que nos oferecem.

À professora Lourdes Bandeira pelos comentários importantes feitos durante a qualificação. Também pelas ótimas aulas!

Aos funcionários da secretaria, em especial Thaynara, Fábio e Dina, pela disponibilidade em ajudar.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP/UnB), que possibilitaram minha dedicação a esta pesquisa por meio da bolsa de doutorado. Também pela concessão da bolsa para o doutorado sanduíche.

A Joan Tronto, que me mostrou que nossas autoras preferidas também podem ser suas amigas e que a ética do cuidado é, de fato, possível de sair dos livros e ser empregada em nosso dia a dia. Também à Ana, sua companheira, que junto a Joan me recebeu muito bem, sempre se preocupou comigo, não me deixou passar frio durante o inverno e ainda cozinhou jantares maravilhosos acompanhados de conversas que me fizeram querer escrever um livro sobre sua vida. Muito obrigada às duas!

Aos amigos feitos durante o doutorado sanduíche, que trouxeram comigo nossa amizade para o Brasil. Camilla, João e Raquel, foi uma felicidade ter encontrado vocês em Minnesota e é uma felicidade também continuar tendo suas presenças em minha vida!

Aos colegas do Demodê (graduandos e pós-graduandos) que tornam a vivência na sala de pesquisa uma forma de aliviar as pressões sentidas por todos, assim como uma oportunidade de compartilhar conhecimento. Em especial, agradeço aos meus amigos Pedro Paulo e Michel, não só pelos cafés, mas pelo apoio diário.

Às primeiras amigas feitas no Demodê: Karina, Denise e Dani. Não sei o que seria de mim sem o apoio de vocês. Nossa parceria desde o início ajudou a definir os caminhos que me trouxeram aqui hoje e agradeço muito por todas as vezes que leram com atenção meus trabalhos, que me ajudaram com alguma seleção, que conversaram comigo sobre política e sobre qualquer tema (que sempre entendíamos também enquanto político).

À Mari e Maíres, minhas irmãs mais novas, que sempre me trouxeram alegria e força. Me escutaram, caminharam ao meu lado, me ajudaram a tentar ver a vida de forma mais leve, aproveitando o sabores dos cafés e a beleza das margaridas.

À Noelle que, que adotou e me aceitou como novata num grupo já formado de amigas, e desde então alegre minha vida com as músicas no violão, os comentários sensacionais e sua risada gostosa. Por sempre me fazer rir ao lembrar que nós estamos aqui, dando milho aos pombos, mas estamos juntas, e isso é o que importa mais.

À Rayani, pelo apoio incondicional. Por entender os momentos difíceis que passei e perdoar, sem nem mesmo precisar falar, os momentos em que estive ausente. Admiro sua humildade e sensibilidade. Muito obrigada por tudo!

À Viviane, que se tornou uma parceira para a vida, além de uma co-autora espetacular! Eu fico feliz de ter participado da sua experiência durante o doutorado e acho linda a forma como você se encontrou na sua tese. Obrigada pelas horas de conversa, pelos dias em que deixou de escrever para me fazer companhia, por todas as indicações sobre feminismos negros, pelos presentes e lembrancinhas que mostram que sempre lembra de mim (em qualquer feira que vá). Por cada segundo de dedicação à nossa amizade.

À Kênia, Juliana e José Roberto, por serem os cientistas políticos mais especiais e adoráveis que eu conheci. Nossa amizade nasceu na graduação e tenho certeza que permanecerá na eternidade. Vocês são minhas irmãs e meu irmão de alma. Fazem minha vida muito melhor e muito mais fácil com a bondade de suas ações, me fazem me sentir amada. Serei pra sempre grata a vocês, por tudo!

À todas as mulheres da minha família, mesmo as que já não se encontram mais nesse plano. Foram a fonte de minha vida, e agora foram a inspiração para o meu trabalho.

À tia Lúcia, Jalisson, Matheus, Jaque, Gleidson e Emanuel, por serem meu segundo lar. Muito obrigada pelo apoio e amor!

À minha mãe, por cada momento de cuidado. Por sempre estar ao meu lado, apoiando minhas decisões, mesmo quando são diferentes de suas convicções. Por ter me protegido, por ter me ensinado a lutar. Por ser minha melhor amiga e seguir comigo nessa vida uma relação que sabemos ser anterior e muito maior que qualquer papel social a nós imposto no presente. Amo a senhora! Obrigada por tudo, inclusive por me deixar participar da experiência que é viver ao lado de uma criança. Por aprendermos juntas a cada dia como o amor pode ser forte é ultrapassar as inúmeras dificuldades.

À Alice, pelos momentos de brincadeira, por todas as vezes que me atrapalhou a estudar, pela confiança que tem em mim, por me abraçar todos os dias, pelas perguntas interessantes e comentários engraçados, por me ensinar e aprender comigo cada dimensão do cuidado.

Ao meu Pai Antero e meu Pai João, pela proteção contínua. A todos e todas que encarnados ou não participaram dessa minha caminhada.

A Deus pela oportunidade de mais uma vida.

## **RESUMO**

A tese traz uma discussão sobre a relação entre cuidado, democracia e desigualdades, tendo um foco maior no caso brasileiro. Para (re)pensar essa relação aborda como centrais as discussões sobre interseccionalidade e consubstancialidade (se atendo mais às questões de gênero, raça e classe); sobre a relação entre família, mercado e Estado; e sobre as relações entre espaço e tempo. Esses são os eixos centrais que compõem as discussões, e a tentativa normativa de uma transformação teórica e social que reconheça a centralidade do cuidado em nossas vidas. Embora contenha uma forte discussão teórica, a tese também se apoia em entrevistas feitas com diferentes mulheres residentes na cidade de Brasília sobre seu cotidiano e o papel do cuidado em suas vidas; dando centralidade às suas falas e experiências, as entendendo também enquanto formas de conhecimento. Ao longo dos capítulos tenta-se percorrer um caminho que vai de um cuidado desigual a uma democracia do cuidado tendo como respaldo parte das teorias feministas.

Palavras-chave: Cuidado; gênero; raça; classe; democracia; desigualdades.

## **ABSTRACT**

The dissertation brings a discussion about the relationship between care, democracy and inequalities, with a greater focus on the Brazilian case. To (re)think this relationship addresses as central the discussions on intersectionality and consubstantiality (with more attention to issues of gender, race and class); on the relation between family, market and State; and on the relationships between space and time. These are the central axes that make up the discussions, and the normative attempt for a theoretical and social transformation that recognizes the centrality of care in our lives. Although it contains a strong theoretical discussion, the dissertation also relies on interviews with different women living in the city of Brasilia about their daily life and the role of care in their lives; giving centrality to their voice and experiences, understanding them also as forms of knowledge. Throughout the chapters this work tries to walk a path that goes from an unequal care to a caring democracy, having as bases part of feminist theories.

Key-words: Care; gender; race; class; democracy; inequalities.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1. Descompartimentar a noção de cuidado.....</b>	<b>13</b>
1.1 Um conceito amplo.....	13
1.2 Práticas do cuidado.....	20
1.3 Unindo conceito e práticas: cuidado é trabalho.....	26
1.4 Interseccionalidade e Consubstancialidade: as relações sociais que abarcam o cuidado.....	34
1.5 Complexidade infinita, modelos e ferramentas limitados.....	37
<b>2. Lugares, papéis e imagens das mulheres em nossa sociedade.....</b>	<b>40</b>
2.1 Família e desigualdade: modelos e opressões.....	40
2.2 De que família estamos falando?.....	50
2.3 Repensando a família e a esfera privada.....	62
<b>3. Mulheres e desigualdade: distinção à brasileira.....</b>	<b>71</b>
3.1 Tempo e espaço: relações desiguais e poder.....	75
3.1.1 Cuidado nos tempos e espaços brasileiros.....	90
3.2 O entrecruzamento de gênero, classe e raça na “família brasileira”.....	97
<b>4. Cuidado, gênero, raça e classe: o aqui e o agora.....</b>	<b>135</b>
4.1 Diferenças e divisões do trabalho que resultam em privilégios e subordinação.....	137
4.2 Mulheres trabalhadoras e cuidado: produzindo hierarquias.....	145
4.3 De quem é a responsabilidade e por que isso importa?.....	152
<b>5. O cuidado em nossas vidas: o cotidiano em palavras.....</b>	<b>159</b>
5.1 Cuidado e as relações entre gênero, raça e classe.....	168

5.2 Cuidado e as relações entre tempo e espaço.....	174
5.3 Cuidado e as relações entre família, mercado e Estado.....	178
5.4 Cuidado e as relações entre democracia e desigualdades.....	183
<b>Conclusão.....</b>	<b>189</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>193</b>
<b>Anexo.....</b>	<b>207</b>

## Introdução

Embora o trabalho acadêmico acerca do cuidado já tenha uma tradição um pouco mais sólida nos Estados Unidos e mesmo na França (onde é mais recente), no Brasil os estudos ainda são poucos se comparados à importância política e social da questão, sendo que estes poucos trabalhos têm uma concentração maior em outras áreas que não as ciências sociais (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011, p. 151). Se formos mais específicos ainda e pensarmos na produção acerca do tema na Ciência Política brasileira, nos depararemos com um “quase” silenciamento (Biroli, 2015, p. 82).

Esse silêncio acerca do tema tem várias causas e consequências. Como uma das causas, notamos que o cuidado faz parte do *rol* de temas não enquadrados como importantes na Ciência Política *mainstream* (assim como família ou violência, física ou não, de gênero ou raça). Como uma de suas consequências, analisamos que a ausência nesse espaço tem relação direta com a manutenção de desigualdades, na medida em que o campo acadêmico restrito não permite, por exemplo, repensar essas desigualdades, as fronteiras e limites da democracia contemporânea.

O silenciamento acerca do tema não se configura apenas como uma escolha de não tratamento, ele se configura como uma impossibilidade concreta de voz de várias pessoas acerca de uma questão que diz respeito à vida de todos em uma sociedade. O que se deve ter em mente é que ao tratarmos do cuidado estamos tratando de relações de poder (e nesse caso, tanto em relação ao objeto, quanto em relação ao observador), e se o poder é uma questão central à Ciência Política, talvez tenhamos aqui o motivo mais básico para que essa temática não ocupasse uma posição tão marginalizada que quase escapa ao campo.

Essas relações de poder afetam de forma negativa grupos específicos ao mesmo tempo em que geram não apenas externalidades positivas a outros grupos específicos, mas os mantêm de forma duradoura em posições privilegiadas. A responsabilização pelo trabalho do cuidado da forma como é entendida e vivenciada está na base dessa interação entre privilégios, opressões e manutenção das desigualdades. Uma simples análise pautada por um olhar sensível às desigualdades sociais pode observar que, principalmente no caso brasileiro, as pessoas afetadas de forma negativa são mulheres; que as ainda mais afetadas são pobres e que dentre essas as que ocupam uma posição mais subordinada são também negras. Essa mesma análise também teria facilidade em

apontar as pessoas detentoras dos privilégios: homens. Como afirma Kergoat (2010, p. 102), o cuidado “encontra-se no cruzamento das relações de classe, sexo e ‘raça’” e é “um instrumento precioso para observar a evolução dessas relações”. E mais uma vez encontramos outro motivo básico (embora de extrema importância) para uma maior centralidade da temática em nosso debate.

Ao que parece, é justamente nesse silenciamento que se encontra a importância da temática do cuidado, no que não é mostrado, mas faz parte da regulação e estruturação da sociedade, da constituição dos sujeitos, das valorizações e desvalorizações envolvidas nas trocas (simbólicas e/ou econômicas). O cuidado importa à Ciência Política, e à prática política como um todo, por ser elemento organizador das relações sociais, das vidas das pessoas, tendo “impacto direto para as formas que sua participação na vida social assume, mas também para a possibilidade de que usufruam condições dignas de vida” (Biroli, 2015, p. 82).

É em torno desse silenciamento que nossa discussão se dará, em como ele se torna possível, na sua construção e manutenção, nas práticas e sentidos que o configuram. Trataremos, de forma mais aprofundada, de algumas dessas causas e consequências. Nesse sentido, esta tese busca, numa perspectiva teórico-normativa (que é também informada empiricamente), discutir o quão central a temática do cuidado é para a tolerância de determinadas subordinações – e ao mesmo tempo o quanto a reflexão acerca dela é necessária para sua eliminação – e quanto ela é cara às ideias (e práticas) de democracia. Partimos de alguns pressupostos nesse sentido: não há como pensar, honestamente, sobre as questões de gênero, classe e raça sem se pensar no cuidado; não há como tratar, honestamente, de democracia sem levar em consideração as questões de gênero, classe e raça; dessa forma, não há como refletir, honestamente, sobre democracia sem ter o cuidado como uma de suas questões centrais.

Ao se focar nesse silenciamento, a tese procura difundir a voz e compartilhar espaços com as pessoas que experiência de forma mais acentuada os efeitos de um cuidado desigual. Tendo isso em mente, o objetivo é mais que uma proposta de revisão crítica de algumas reflexões, é uma aposta em uma nova forma de se enxergar a construção da desigualdade social e uma possível, e desejável, transformação.

Dessa forma, a partir desta breve introdução a tese assim se organiza: no primeiro capítulo é apresentada a ideia de cuidado que norteia toda a discussão por meio

de modelos interpretativos e ferramentas de análise; no segundo capítulo busca-se trabalhar de forma mais direta com a instituição familiar, refletindo sobre os discursos e imagens que delimitam os papéis de diferentes atores; no terceiro capítulo nos atemos de forma mais direta ao contexto brasileiro, abordando processos históricos; no capítulo quatro trabalhamos de forma mais direta com as forma de organização e práticas atuais do cuidado, discutindo também a questão da responsabilidade; no quinto capítulo são trabalhadas as entrevistas, num diálogo direto com toda a discussão contida nos capítulos anteriores; na conclusão trazemos algumas formas possíveis de se pensar um caminho para uma democracia do cuidado.

## **CAPÍTULO 1 – Descompartmentar a noção de cuidado**

Trazer o cuidado para o centro de nossas reflexões acerca da política, da democracia, da justiça e da desigualdade não é uma tarefa fácil. Não apenas pela marginalidade do tema, mas por sua complexidade. Parte dessa complexidade está diretamente ligada às tentativas de conceituação sólida do termo, parte se apresenta na amplitude e generalidade que os usos desse termo podem alcançar e parte se encontra na dificuldade de delimitação das práticas que a ele dizem respeito. A correlação entre conceito e práticas nos mostra que as várias faces ou arenas do cuidado<sup>1</sup> são de fato muitas e trata-lo como algo unitário e/ou estanque é incorrer no que se deseja mitigar, o silenciamento da temática e de tudo o que a envolve. Ao falarmos de cuidado estamos tratando de uma zona não totalmente definida; o que não necessariamente é um problema a ser resolvido, mas uma constatação de que essa complexidade reflete as próprias relações de poder e as mudanças sociais, políticas e econômicas em curso. Estamos tratando de fronteiras fluidas e é importante que estejamos atentas aos significados dessa fluidez: o que significa e o que acarreta estar fora ou dentro dos limites impostos; quem está fora ou dentro e quem decide essa divisão.

Ainda assim, mesmo com tamanha complexidade, ou principalmente por causa dela, torna-se necessário tentarmos traçar até onde estamos indo nessa fluidez. Deixar esparsos demais nosso entendimento sobre cuidado acaba se tornando prejudicial à nossa análise. Dessa forma, trabalharemos com alguns sentidos sobre o que podemos entender de cuidado enquanto *conceito* e enquanto *prática(s)*, num entendimento de que esses sentidos não estão isolados entre si, ou seja, a delimitação do conceito está diretamente relacionada ao entendimento das práticas, assim como as práticas são pautadas pelos sentidos que formam esse conceito. No entanto, é importante notar que quando tratarmos dos sentidos do cuidado, estaremos abordando também a construção social acerca do mesmo, o entendimento que é compartilhado pelas pessoas (que o exercem e/ou o recebem); o que tem uma relação direta com os sentidos mobilizados pelas discussões acadêmicas, políticas e econômicas, mas não se reduz a elas.

### **1.1 Um conceito amplo**

---

<sup>1</sup> Referência ao livro de Helena Hirata e Nadya A. Guimarães: *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care* (2012) e ao artigo de Bila Sorj “Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe no Brasil” (2013).

Talvez mais simples que construir a definição de um conceito seja elencar o que este conceito deveria levar em conta, mirar a abordar como central em sua formulação. Essa é nossa tentativa de construção normativa, entendendo que por ser mais simples, essa alternativa não se configura como fácil ou pouco promissora para nossa proposta. Elencaremos abaixo três pontos que entendemos como formadores de um conceito adequado de cuidado.

Os dois primeiros pontos a serem levados em consideração são sua classificação enquanto *processo* permeado por *relações sociais*. Quando pensamos o cuidado enquanto parte de um processo social mais amplo, definição aqui assumida, abrimos espaço para o entendimento de que ele “comporta diferentes fases ou momentos morais que envolvem protagonistas múltiplos (indivíduos, grupos e instituições), em relações frequentemente hierarquizadas” (Molinier e Paperman, 2015, p. 46). Isso nos permite sair da ideia unificada e monolítica do que deve ser entendido por cuidado (como, por exemplo, sua redução a uma relação direta entre cuidadora e dependente) para uma ideia mais ampla, que trabalha com as várias posições e sujeitos em jogo, assim como as mudanças sociais (não apenas) em curso.

É importante perceber que essas mudanças não necessariamente se configuram em transformações das estruturas. Mudanças ocorrem, ao mesmo tempo em que acomodações, o que faz com que as bases de uma estrutura desigual possam permanecer mesmo em contextos distintos. Aqui, a ideia de relações sociais é essencial. Se enquanto processo o cuidado envolve protagonistas múltiplos, esse envolvimento não se dá “apenas” por meio de relações interpessoais, modo mais corrente de se abordar o cuidado. Embora esse tipo de relação também nos diga muito sobre o tema (Molinier e Paperman, 2015, p. 46), enquanto conceito, devemos almejar que a ideia de cuidado nos diga mais, que vá além do que está dado em um primeiro plano. Uma diferenciação entre relações interpessoais (ou intersubjetivas) e relações sociais é importante, pois no permite, por exemplo, entender os casos em que de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, mas do outro as relações sociais permanecem intactas (Kergoat, 2010, p. 95).

Imaginemos como exemplo uma família heterossexual formada por uma mulher (mãe), um homem (pai) e uma criança (filho ou filha) e nos foquemos nas interações que estes três indivíduos têm entre si. Podemos dizer que grande parte delas está

pautada pelo cuidado<sup>2</sup>. Podemos escolher nos focar na relação entre os dois adultos e a criança ou entre um adulto e outro, e nos dois casos as interações seriam marcadas por noções e sentidos pré-estabelecidos, por hierarquias e por disputas. Isto não se dá levando-se em consideração apenas os três indivíduos envolvidos nessas interações. A ideia de processo nos leva a refletir que os sentidos e posições não se dão por acaso, são construídos na interação desses(as) atores/atrizes entre si e com outros(as) atores/atrizes (não apenas pessoas, mas também grupos e instituições), marcadas por possibilidades e limites pré-estabelecidos pelas estruturas que os cercam. Nesse sentido, e de forma conexa, a ideia de relações sociais nos permite pensar que o formato das interações tomado por essa família não é o resultado simples de uma equação que mobiliza escolhas, vontades e vocações, ele é resultado de disputas (Kergoat, 2010, p. 95). E se ao mobilizarmos a ideia de processo conseguimos refletir sobre a organização e a distribuição das responsabilidades (Molinier e Paperman, 2015, p. 46), ao mobilizarmos a ideia de relações sociais entendemos que essa organização é pautada por questões que estão além dos indivíduos envolvidos no momento imediato das interações – e mesmo questões envolvidas na constituição desses indivíduos enquanto sujeitos.

Isso também nos possibilita fugir de uma armadilha que leva ao silenciamento ou pouca importância dada ao tempo histórico e às transformações que podem ocorrer no seu transcorrer. Como mencionamos anteriormente, lidar com o cuidado dessa forma (enquanto processo perpassado por relações sociais) nos permite identificar contextos em que mudanças são acompanhadas de acomodações, mas, ao mesmo tempo, isso não significa que essas mudanças não devam ser observadas ou que não sejam importantes, mesmo para a forma como essas acomodações se dão. Estarmos atentas às transformações que ocorrem ao longo do curso da história é extremamente importante para a análise que propomos aqui.

Voltemos novamente ao exemplo da família que segue um modelo heteronormativo. Facilmente chegaríamos à conclusão que as interações e relações intersubjetivas que se dão entre os integrantes dessa família não são as mesmas que se davam em uma família, de formação semelhante, no século passado. Poderíamos

---

<sup>2</sup> O que talvez fique mais claro com as discussões futuras, mas que já aqui podemos imaginar, mesmo que de forma não completa, algumas dessas interações e como elas se dão. É interessante notar que somos capazes disso porque a ideia do cuidado, dos seus sentidos, não nos é alheia, mesmo que não estejamos atentas, ou preparadas para estar, a tudo que ela enseja. O cuidado faz parte da vida de todos e todas e temos uma noção comum, mesmo que não completa, do que ele é e representa.

elencar como algumas mudanças: a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho e, portanto, a possibilidade de que essa mãe provavelmente tenha um emprego fora de casa; o fato de que, por conta disso, esse pai não é o único provedor (financeiro) da casa, talvez nem seja o que tem o maior peso na economia da família; a possibilidade dessa criança ter um maior diálogo com seus pais, assim como ter sua integridade física e mental resguardada, em termos legais<sup>3</sup>, em muitos aspectos. Ou seja, esses são alguns exemplos que mostram que ao longo do tempo nós temos mudanças que influenciam a forma como as relações entre os sujeitos se dão e o entendimento que os sujeitos têm sobre essas relações e sobre si mesmos.

Então, pensando na ideia de processo, nesse exemplo, podemos abarcar o entendimento de que passamos por transformações que não são restritas a contextos específicos de sujeitos específicos, mas que se configuram como transformações históricas que recaem sobre esses sujeitos enquanto pertencentes a determinados grupos. Ou seja, nossas interações de são em contextos sociais, legais e morais bem definidos, porém não estáticos ou unidimensionais. Ao mesmo tempo, pensando na ideia de relações sociais, devemos observar que tais mudanças configuram reorganizações nas formas como essas relações se dão. Podemos, então, nos perguntar até que ponto essas reorganizações realmente representam transformações (principalmente se levarmos em consideração o desejo por transformações que possibilitem um mundo menos desigual), mas não podemos negligenciar o fato de que mudanças acontecem. Ou seja, se decidíssemos pensar mais centralmente na situação da mãe nessa família, teríamos que ao longo da história algumas mudanças relacionadas ao gênero aconteceram ao ponto de que a vida dessa mulher (dentro e fora de sua casa) é virtualmente diferente da vida de uma mulher do século passado, mas, ao mesmo tempo, essa mulher ainda ocupa uma posição que lhe deixa mais vulnerável a uma opressão por conta de seu sexo, porque a desigualdade de gênero ainda é uma das bases de nossa estrutura, que é patriarcal. Nesse sentido, as relações de cuidado ao mesmo tempo em que são entrecruzadas pelo gênero, também atuam na produção do mesmo.

Podemos aqui passar ao terceiro ponto que deveria ser levado em conta quando tratamos do cuidado, na tentativa de construção de um conceito: a ideia de *conhecimento*. Os *processos* (primeiro ponto) e as *relações sociais* (segundo ponto)

---

<sup>3</sup> Poderíamos pensar aqui, por exemplo, na Lei Menino Bernardo de 2014 que proíbe o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis a criança e adolescentes.

aqui mencionadas, então, não apenas formam e são formadas por diferenças, elas constituem hierarquias. Pensar o cuidado entendendo também enquanto conhecimento é estar atenta a essas hierarquias, mas, além disso, é questioná-las.

Ao fazer uma pesquisa etnográfica sobre os efeitos subjetivos do racismo dentro de uma instituição de longa permanência para pessoas idosas dependentes na França, Pascale Molinier além de dar centralidade aos depoimentos das pessoas envolvidas nas atividades de cuidado adiciona a esses depoimentos um *status* diferenciado do que eles normalmente costumam ganhar (Molinier, 2014). Embora a centralidade de sua análise não esteja nesse novo *status*, avaliamos que a proposta da autora nesse sentido é reveladora do que deve ser entendido enquanto cuidado. Ao fazer isso a autora atinge as hierarquias estabelecidas pelas relações sociais nesse processo, hierarquias que definem o que pode ser classificado como válido e valioso ou não, e quem o detém.

É preciso deixar claro que a autora atribui o *status* de conhecimento à vivência que essas pessoas envolvidas com a atividade de cuidado têm, numa contraposição com o conhecimento científico de quem as analisa. Ela está lidando com uma ressignificação que transforma essas pessoas de objeto do conhecimento em sujeito do conhecimento. Mas se recorrer à Molinier é importante aqui, me parece também essencial lembrar que já na década de 80, Lélia Gonzalez denunciava os limites impostos por classe, gênero e raça ao campo do conhecimento: “(...) lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber.” (Gonzalez, 1984, p. 232). De forma semelhante, Bernardino-Costa mostra como ocorreu um processo de colonização da memória que teve uma dimensão além da geopolítica atingindo também uma dimensão “corpo-política”, onde o corpo colonizado é visto como incapaz de produzir conhecimento (Bernardino-Costa, 2013, p. 47). Biroli também trata do assunto de forma ainda mais específica, lidando diretamente com os sujeitos que são também trabalhadores do cuidado:

“(...) podemos mobilizar a hipótese de que há mais do que coincidência no fato de que os indivíduos que exercem essas atividades são justamente aqueles que têm menor acesso aos espaços nos quais as decisões políticas ocorrem – e, como tal, menores condições de fazer valer suas experiências, codificando-nas como temas e demandas de caráter político. Esse raciocínio pode ser estendido também à produção do conhecimento. É possível mobilizar a hipótese de que quem participa da construção teórico-filosófica dos problemas da democracia tem mais chances de estar situado entre os que recebem cuidado mais frequente e intensamente do que entre os que o exercitam como cuidadores. Nos dois casos, no âmbito da prática política e

no do pensamento político, essa situação converge para a prevalência de determinadas agendas, concepções e pressupostos.” (Biroli, 2015, p. 106)

Em sentido semelhante, “a perspectiva do cuidado (...) requer uma concepção plural ou democrática do conhecimento, que renuncie a ‘objetificar’ pessoas e relações e as considere como sujeitos e produtores de conhecimento” (Molinier e Paperman, 2015, p. 54). Aqui, não são exatamente as atividades relativas ao cuidado que ganham esse *status*, mas se pensarmos que essas atividades são em grande parte definidoras das experiências dessas pessoas, então sim, elas também podem ser definidas enquanto conhecimento.

Em outro trabalho, Molinier e Paperman se dedicam a discutir, dentre outros pontos, a *ética do cuidado*; uma ética que é negada e desvalorizada, o que está diretamente relacionado às pessoas que são encarregadas prioritariamente por essas atividades, mas também se relaciona ao fato das formulações acerca dessa problemática acabarem a reduzindo a questão sentimental (Molinier e Paperman, 2015, p. 44). Embora as autoras não estabeleçam uma relação direta entre ética e conhecimento, algumas de suas reflexões nos permitem seguir por esse caminho:

“(...) a ética das trabalhadoras e dos trabalhadores do cuidado, em particular no caso dos mais subalternos, não aparece, por assim dizer, nos resultados das investigações sociológicas francesas, sendo citada, no máximo, entre os “valores” profissionais. A divisão do trabalho acadêmico tende, portanto, a separar de maneira dicotômica trabalho e ética do cuidado, embora ela seja indissociável das práticas, que, por sua vez, não podem ser compreendidas sem a explicitação da atenção que preside ao gesto ou à decisão. Essa mesma divisão do trabalho acadêmico, que separa abordagens descritivas e normativas, sujeito e objeto do conhecimento, fragmenta a análise do cuidado em uma profusão de cenas e especialidades, mascarando a organização mais ampla do processo social do cuidado e a dimensão política de sua ética. (...) As classes intelectuais e privilegiadas resistem a conceber ou imaginar uma ética do cuidado que emane de subalternos menos instruídos”. (Molinier e Paperman, 2015, p. 44-45)

Batista e Bandeira ao se dedicarem a uma pesquisa etnográfica semelhante, porém no Brasil, parecem seguir nossa linha de raciocínio ao definir que as pessoas envolvidas nessas atividades (em sua maioria mulheres), mesmo quando não têm uma formação profissional, trazem um arcabouço de conhecimentos e saberes acerca do cuidado que vem de sua experiência cotidiana e que é importante (Batista e Bandeira, 2015). Mais que isso, as autoras trabalham com a ideia de que esses conhecimentos e saberes não são estáticos, mas se desenvolvem e se modificam na interação com outras cuidadoras (com formação profissional ou não), com as pessoas que são cuidadas e,

nesse caso, com a instituição que “abriga” essas interações e também faz parte delas (instituição de longa permanência para pessoas idosas dependentes).

Nesse sentido as autoras retomam o que já discutimos sobre o cuidado ser entendido enquanto *processo* perpassado por *relações sociais* e produtor de *conhecimentos*: o conhecimento é pré-existente àquela relação interpessoal imediata, mas por não ser algo estanque, totalmente pré-definido, ele é recriado nas interações (Batista e Bandeira, 2015, p. 60). Ao mesmo tempo, esse conhecimento não é reconhecido enquanto tal pelas pessoas específicas que a ele estão relacionadas (as que fornecem o cuidado e em grande medida as que são visibilizadas enquanto receptoras dele). Como mostra Molinier, com base nas reflexões de Gilligan, estamos novamente tratando dos silenciamento, da impossibilidade de voz:

“Quem fala e a quem? Em qual corpo? Contando quais histórias a respeito das relações? Em quais contextos sociais e culturais?” (Gilligan *apud* Molinier, 2014, p. 26)

“(...) essa voz não é levada a sério, é depreciada e não ouvida pelas pessoas que, do alto dos seus privilégios discursivos, estão persuadidas de possuir o saber esclarecido, raciocinam em termos de verdade (...).” (Molinier, 2014, p. 29)

Ainda nesse contexto, ao trabalhar com o protagonismo das mulheres negras, também na produção de conhecimento, Patricia Hill Collins (Collins *apud* Pereira, 2016) percebe haver uma lógica epistemológica empregada por essas mulheres. Nessa lógica estaria presente a valorização da experiência vivida, e os diálogos e interações pertencentes a essa experiência teriam papel central, na medida em que o conhecimento não seria resultado de um isolamento desses sujeitos – comunicação e elos comunitários e pessoais ultrapassam a ideia de objetividade científica.

Na releitura de Collins, a ética do cuidado desenvolvida entre as mulheres negras é sustentada pelo tripé expressividade individual, emoção e empatia. Os indivíduos são compreendidos como a expressão única e original de uma energia vital ou poder unívoco. A expressão pessoal e a comunicação dos próprios sentimentos e opiniões são, portanto, valorizadas. A externalização das emoções no decorrer do diálogo, por sua vez, comprova que o sujeito enunciador acredita nos próprios argumentos. A empatia, finalmente, estabelece elos afetivos entre a audiência e o sujeito enunciador. Estes três fatores denotam a inclusão de atributos psicoemotiva no interior da epistemologia do feminismo negro. (Collins *apud* Pereira, 2016, p. 47-48)

O tipo de análise que proponho nos permite reconhecer a importância das práticas do cuidado enquanto envolvidas nos processos de construção da realidade social e ao mesmo tempo reconhecer as pessoas que a ela se dedicam enquanto

atores/atrizes importantes nesse processo. Mesmo que tenhamos que admitir que essas práticas são perpassadas por opressões e dominação, o sujeito subordinado ainda é o sujeito da ação. Esse é um modo de análise que além de tentar entender de forma mais aprofundada o cuidado, visa também suprir o déficit de reconhecimento relativo às atividades a ele relacionadas e às pessoas que nela se engajam.

## 1.2 Práticas do cuidado

Voltemos nossa atenção agora à dificuldade de delimitação das práticas que compõem o cuidado, assim como à ideia de que estamos numa zona fluida. Para entendermos a forma como essas práticas se constituem assim como as mudanças que ocorrem (relativas à sua forma de organização e valorização) não podemos deixar de lado a discussão proposta na seção anterior, tendo em mente então as três ideias mobilizadas: *processo, relações sociais e conhecimento*.

Mas antes de passarmos de fato para uma delimitação das práticas, existem duas questões importantes a serem levantadas, que por certo olhar podem parecer óbvias, mas que são importantes à nossa análise. A primeira delas diz respeito ao fato de que acompanhando mudanças econômicas, políticas e sociais (não vamos trabalhar aqui, pelo menos não por enquanto, com uma relação de causalidade) as práticas de cuidado não podem mais ser entendidas enquanto restritas ao âmbito privado (não que antes pudessem) e a segunda, relacionada à primeira, nos mostra que essas práticas adentraram o mundo capitalista e seguindo sua lógica se tornaram a própria mercadoria final ou produtoras dela (o que discutiremos mais a fundo posteriormente).

Essas duas questões, ou constatações, parecem simples, mas elas mobilizam pontos importantes no entendimento do cuidado e de sua relação com a construção da realidade social. Elas nos dizem muito sobre a relação entre as esferas pública e privada, também sobre as diversas disputas e os diferentes atores/atrizes envolvidos(as). O que estamos dizendo tem a ver com o que costuma ser trabalhado como *desfamiliarização* (Sorj, 2013; Faur, 2014) e/ou *mercantilização do cuidado* (Guimarães, 2016; Guimarães, Hirata e Sugita, 2011; Molinier e Paperman, 2015; Tronto, 2013). Podemos encontrar esses dois fenômenos atuando de forma conjunta, e em muitos casos contribuindo com isso para que estruturas desiguais sejam mantidas, “a desfamiliarização pode produzir-se por meio de um incremento da mercantilização, e pode operar aprofundando desigualdades de classe” (Faur, 2014, p. 36). Mas também podemos

observá-los atuando de forma separada, em direções opostas: e é interessante aqui notar que a desfamiliarização do trabalho do cuidado, por exemplo, pode ser utilizada como forma de estimular relações mais igualitárias e uma redistribuição da responsabilidade social do cuidado entre cada indivíduo e até mesmo com o Estado.

Ao mesmo tempo, a desfamiliarização e/ou mercantilização não são apenas descrições de um acontecimento isolado, elas têm a ver também com: 1) mudanças relacionadas às taxas de natalidade, com mulheres tendo cada vez menos filhos (Sorj, 2013), e mortalidade, com o número de idosos dependentes aumentando cada vez mais<sup>4</sup> (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011); 2) mudanças nos padrões de gênero – que podem estar relacionadas mais diretamente a possibilidades de diferentes organizações familiares e distribuição de tarefas dentro dessas organizações, assim como novas formas de se pensar a criação das crianças de diferentes sexos (Sorj, 2013; Molinier e Paperman, 2015; Kergoat, 2010; Araújo e Scalón, 2006); 3) uma maior entrada das mulheres no mercado de trabalho (Sorj, 2013; Araújo e Scalón, 2006) – ainda que mal remuneradas e, em grande parte dos casos, informalizadas; 4) as flutuações nos níveis de emprego e desemprego (Biroli, 2015) – o que tem a ver com o surgimento e aumento de determinados tipos de serviço (principalmente informais, mas não só); 5) os diferentes sentidos e formas de valorização que o consumo atinge e também o cuidado enquanto mercadoria a ser consumida (Tronto, 2013); 6) a profissionalização dos(as) prestadores(as) desse serviço – uma necessidade de profissionalização que cada vez mais aumenta, ao mesmo tempo em que a informalidade também (Molinier e Paperman, 2015); 7) as diferentes ações do Estado por meio de políticas públicas (Mariano e Souza, 2015; Guimarães, Hirata e Sugita, 2011) e legislações acerca de educação (Sorj, 2013; Andrade, 2015) – como creches e escolas de período integral e investimentos que possibilitem uma maior escolarização da população –, saúde (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011) – como instituições públicas de longa permanência para pessoas dependentes ou campanhas com agentes de proximidade – e trabalho – regulamentação de determinadas atividades (Guimarães, 2016; Sorj, 2013; Biroli, 2015). Ou seja, estamos lidando com a relação entre família, mercado e Estado<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Estamos aqui pensando especificamente no caso brasileiro, embora essas constatações também possam ser observadas em outros países.

<sup>5</sup> Na verdade, ainda existem outros(as) atores/atrizes envolvidos(as) que não podem ser esquecidos e não se encaixam na definição dessas três esferas como, por exemplo, os sindicatos e os movimentos sociais.

Tendo isso em mente, podemos passar então para a delimitação das práticas. É importante que se entenda que essa delimitação é analítica, ou seja, em termos de ação cotidiana é, em muitos casos, difícil conseguir separar determinadas práticas enquanto tipos puros de cuidado<sup>6</sup>; uma dificuldade que é tanto do observador quanto dos sujeitos nela envolvidos. Podemos pensar que a profissionalização que acompanha a mercantilização é um caminho para essa delimitação mais estreita, no entanto, ainda assim nos deparamos com uma “notável fluidez de fronteiras que obscurece os limites”<sup>7</sup> (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011, p. 159). Devemos notar que essa fluidez não é essencial das práticas, mas provém dos sentidos que atribuímos a elas; a construção desses sentidos é permeada por disputas, e essa fluidez reflete isso.

Também é importante notar que essa delimitação não é consensual. O cuidado “conota um amplo campo de ações e atitudes” sendo “ao mesmo tempo multidimensional e transversal” (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011, p. 154) e existem diferentes abordagens dependendo dos autores e autoras com quem se trabalha, a amplitude que se escolhe ou a corrente que se segue. Algumas abordagens decidem se focar nas práticas compostas por relações interpessoais diretas, o que deixa de fora, por exemplo, práticas que seguem outros tipos de interações, mas que ao final tem também como fim o bem-estar de alguém. Outras, ao se focarem nessas relações interpessoais diretas expandem o entendimento para práticas relativas ao sexo (Parreñas *apud* Guimarães, 2016, p. 72), ou a serviços como os de manicure, por exemplo (Arango *apud* Guimarães, 2016, p. 72). E poderíamos até avançar para uma noção de cuidado que extrapole uma ideia de especismo e trabalhe com as atividades direcionadas ao cuidado com animais (Guimarães, 2016)<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> “O trabalho de cuidado apenas pode ser abordado como experiência real – e não como tipo ideal (...)” (Molinier, 2014, p. 32).

<sup>7</sup> Um exemplo, nesse sentido, é mostrado por Guimarães, Hirata e Sugita (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011, p. 159); as autoras afirmam que mesmo trabalhadoras profissionais do *care* em muitos casos se identificam mais como “empregadas domésticas” que como “cuidadoras”; para elas, “essa percepção reflete o escasso reconhecimento institucional de que gozam essas profissionais”, menor ainda que o da outra atividade, que já não é grande o suficiente. Mas mais do que isso, podemos pensar que reflete também a fluidez dos sentidos relativa a esse reconhecimento, visto que se extrapolarmos o âmbito da formalidade e da profissionalização, o reconhecimento das trabalhadoras domésticas pode ser avaliado como menor, mas paradoxalmente, quando adentrarmos ao terreno das lutas por direitos, parecemos pender para “um desenlace mais favorável para as que são socialmente menos reconhecidas, ou seja, às ‘domésticas’” (Guimarães, 2016, p. 69).

<sup>8</sup> O entendimento da atividade profissional do cuidado no Brasil esteve por muito tempo ligado ao cuidado com animais, principalmente quando relacionada a profissionais do sexo masculino (Guimarães,

Em todo caso, mesmo essas diferentes abordagens parecem convergir para o entendimento de que as práticas relativas ao cuidado são em sua maioria (quase exclusivamente em alguns casos) “tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente)” (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011, p. 154).

Nesta tese, adoto a delimitação analítica proposta por Guimarães, Hirata e Sugita que distinguem alguns campos do *care* entre: “o das tarefas domésticas, o do cuidado das crianças e o dos cuidados às pessoas dependentes, isto é, aos idosos e deficientes” (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011, p. 157), sejam essas práticas inseridas no campo profissional ou não. Mas deixo de forma explícita a observação de que as tarefas domésticas e algumas formas de cuidado são despendidas a pessoas encaradas como independentes na medida em que o trabalho do cuidado dedicado a ela é marginalizado e menosprezado, embora imprescindível. Isso permite que posteriormente possa avançar na crítica da forma como essas práticas são distribuídas e entendidas, o que tem relação direta ao que foi mencionado no parágrafo anterior: o cuidado é exercido prioritariamente por sujeitos específicos, o que é um problema, porque os outros específicos “liberados” dessas práticas se encontram em posições privilegiadas justamente por isso.

Entendo que mesmo a delimitação aqui proposta incorre em alguns dilemas importantes: “Como classificar a dependência dos idosos, por exemplo?” ou “As pessoas como algum tipo de deficiência são dependentes por natureza ou nossa sociedade é quem é deficiente por não conseguir abarcar a pluralidade de corpos e distintas formas de existência dos mesmos?”. Não devemos fugir dessas questões e, na verdade, as entendemos como resultado mesmo dos processos de construção do sentido do cuidado e organização de suas práticas<sup>9</sup>. Estou atenta tanto à dificuldade de delimitação quanto ao risco que corremos ao limitar a análise a algumas práticas específicas; corroboro a ideia de que existe uma “importância analítica da configuração do *care* como um todo” (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011, p. 157). Ainda assim, acredito que essa delimitação nos ajuda a trabalhar com o foco maior desta tese: as

---

2016, p. 64). Também existem trabalhos que expandem essas práticas para relações mesmo entre diferentes nações (Tronto, 2013), ao trabalharem como uma ideia de cuidado e responsabilidade.

<sup>9</sup> Voltaremos às questões relativas ao binômio *dependência/independência* (não apenas econômica, mas sempre a ela relacionada) nos próximos capítulos.

práticas de cuidado não remuneradas, desenvolvidas no cotidiano e invisibilizadas, e sua relação com a vida das mulheres, no ambiente privado e fora dele.

Por último, existe outro ponto que deve ser tocado ao tratarmos dessas práticas. Voltando à questão das produções de sentido e construção social do cuidado, não podemos fugir das controvérsias relativas ao emprego de emoções (Guimarães, 2016) e afetividades (Batista e Bandeira, 2015) ligadas a essas práticas. Escolhi trabalhar com essa questão ao falar das *práticas* – e não do *conceito* – de forma estratégica. A uma primeira perspectiva, talvez pudéssemos dizer que essa noção de emoção e afetividade deveria ser levada em consideração pelo conceito de cuidado, assim como proposto no caso da noção de conhecimento. No entanto, avalio que essa questão está mais relacionada a um sentido de pré-requisito ou resultado das práticas que a uma dimensão constitutiva do conceito em si. O que quero dizer é que a noção de emoções e afetividades ronda o que se espera das práticas de cuidado e das pessoas a ela relacionadas (por meio de julgamentos, cobranças e ensinamentos) de forma que contribui sim para um entendimento dos sentidos que o cuidado assume no imaginário social, mas não deve compor sua definição enquanto elemento sociológico ou político de apreensão dessa realidade, embora seja parte explicativa dela.

Justamente por ser parte explicativa dessa realidade e do papel do cuidado em sua construção, essa é uma questão que não pode ficar de fora de nossa análise, mesmo que aqui também tenhamos um campo não consensual<sup>10</sup>. Se no imaginário social as emoções e afetividades parecem ser requisito e resultado das práticas de cuidado (o que pode ser questionado como um dos mecanismos de aprisionamento das mulheres a essas práticas), quando adentramos o campo da profissionalização destas, de sua desfamiliarização e/ou mercantilização, podemos nos deparar com um paradoxo: o momento em que o profissionalismo e a retidão do mundo econômico parecem traçar uma relação controversa com as emoções e afetividades (Molinier, 2014; Batista e Bandeira, 2015; Guimarães, 2016). “Esse é o ponto chave em que a controvérsia ao redor do trabalho de cuidado toca de perto o debate sobre os chamados ‘mercados contestados’”; se seguíssemos o discurso profissionalizante, que segue as bases de um individualismo econômico, “o ‘amor’, enquanto investimento emocional, não deveria

---

<sup>10</sup> Tanto do ponto de vista acadêmico, quanto em relação às próprias pessoas que estão envolvidas nessas práticas – “nem mesmo o significado da palavra amor está bem resolvido entre as várias pessoas que participam das práticas do cuidado” (Molinier, 2014, p. 28).

estar associado a um trabalho ‘verdadeiramente profissional’” (Guimarães, 2016, p. 73).

Ao mesmo tempo,

“O conceito de “capitalismo emocional” é um poderoso aporte para a análise sociológica e política de nossas sociedades ditas desenvolvidas. O capitalismo não produz somente bens e serviços, mas também emoções e formas de relações em que a afetividade se imbrica com o mercantil. O mercado fornece as categorias nas quais se concebe e se expressa a afetividade. Consumimos emoções e nossas emoções são consumidas. Sua mercantilização lhes dá uma nova forma, igualmente segmentada e especializada.” (Molinier e Paperman, 2015, p. 53)

Ampliar nossa análise para essa questão nos permite observar que existe uma dimensão moral envolvida nas práticas do cuidado (Guimarães, 2016, p. 74). A construção dos sentidos deste e a organização de suas práticas têm de ser entendidas levando-se em consideração essa dimensão, pois ela diz muito sobre esses sentidos e sobre essa organização, assim como sobre os sujeitos específicos que a elas são relacionados. Nesse sentido, há muito que se pensar, por exemplo: “Por que essas emoções e afetividades são ditas aceitas em determinados âmbitos e em outros não?”, temos aqui as diferenciações entre família e campo profissional, por exemplo; “Por que são associadas a determinado sexo?”, homens são vistos como incapazes de atingir o mesmo grau que as mulheres numa “escala sentimental”; “Por que estão mais associadas a determinadas práticas que a outras?”, as emoções e afetividades envolvidas no cuidado com crianças, por exemplo, não são as mesmas mobilizadas no trabalho doméstico; e, finalmente, “Por que – e como – mesmo parecendo fazer parte, quase natural, no discurso comum, do que se entende por cuidado, essas emoções e afetividades contribuem para uma desvalorização dessas práticas?”.

Todas essas questões estão relacionadas e nos levam novamente à ideia do cuidado como processo perpassado por relações sociais, o que, por sua vez, nos remete à ideia de disputas definidoras, e influenciadas por, estruturas hierárquicas. Nesse sentido, são esclarecedoras as análises de Batista e Bandeira, e de Molinier. As duas primeiras autoras atentam para a questão de que mesmo quando existe o discurso (tanto do observador quando do objeto – no caso, os sujeitos envolvidos nas práticas de cuidado, seja enquanto “recebedores(as)” deste ou “doadores(as)”) das afetividades (e uma ideia de compaixão envolvida) estamos tratando de hierarquias, que podem sofrer algumas mudanças de acordo com as interações interpessoais, pendendo para um lado ou outro dessas interações, mas que estão ali presentes sendo produzidas juntamente com interdependências e desigualdades de poder (Batista e Bandeira, 2015, *passim*). Já

a segunda autora, seguindo uma crítica parecida, deixa claro que o cuidado gera “afetos bastante ambíguos ou ambivalentes” (Molinier, 2014, p. 22). Ou seja, estamos novamente em uma zona fluída justamente por ser uma zona de disputas.

### **1.3 Unindo conceito e práticas: cuidado é trabalho**

Parece-nos importante deixar claro que quando pensamos nas noções acerca do conceito de cuidado expostas aqui e no entendimento das práticas a ele relacionadas, assim como em sua organização, torna-se adequado entender o cuidado enquanto *trabalho*. Isso não significa que ele possa ser entendido como qualquer tipo de trabalho, mas “dissociar cuidado e trabalho pode ter o efeito de suspender as condições estruturais em que o exercício do cuidado, assim como a possibilidade de receber cuidado, se definem” (Biroli, 2015, p. 83). Pensando de forma mais específica nas relações sociais, a análise da forma como a divisão desse trabalho se dá (assim como os processos de valorização e desvalorização do mesmo) é esclarecedora das desigualdades pautadas por essas, e engendradas nessas, relações.

No entanto, ao definirmos cuidado como trabalho, estamos entrando novamente na zona fluída das delimitações que também nos oferece um campo que não é consensual nem mesmo no feminismo. Trazer a noção de trabalho para o entendimento de cuidado nos faz ter que lidar com pelo menos três problemas: 1) a diferenciação entre *trabalho produtivo* e *trabalho reprodutivo*; 2) a diferenciação entre *valor de uso* e *valor de troca* e 3) a relação entre *trabalho remunerado* e *trabalho não remunerado*. Não poderia aqui me aprofundar em cada uma dessas questões, mas tentarei traçar um panorama geral do porquê elas se configuram como um problema a ser enfrentado quando falamos de cuidado e de como essas três questões estão entrelaçadas – sem esquecer que elas se entrelaçam com as questões de gênero, classe e raça<sup>11</sup>.

Em todos esses três problemas, estamos lidando com a relação entre valorização e desvalorização desse tipo de trabalho em nossa sociedade. Isso está diretamente ligado aos sujeitos específicos que são vistos como responsáveis por esse trabalho: existe uma forte ligação entre o sexo biológico (feminino) e a responsabilização por este tipo de trabalho, assim como pela possibilidade do mesmo ser visibilizado e encarado como parte importante da vida de todas as pessoas, ou seja, ser valorizado; também existe uma

---

<sup>11</sup> Retornaremos a esse ponto, de forma mais claro, no capítulo 2.

forte ligação entre a classe a que essas mulheres pertencem (quanto mais pobres, mais relacionadas ao trabalho do cuidado) e sua raça (prioritariamente mulheres negras, principalmente dependendo do trabalho). A desvalorização que, quando torna visível, (des)qualifica esse tipo de trabalho enquanto sujo, não digno e responsável pela subordinação das mulheres tem bases mesmo nas teorias feministas (Friedan, 1971). Como afirma Molinier,

“(...) muitas mulheres e/ou feministas criticam na perspectiva do cuidado o fato de dar valor àquilo que as mulheres emancipadas não querem mais e, principalmente, ao trabalho sujo. (...) ‘ah, mas como fazer para valorizar o trabalho sujo?’ Ou como atribuir valor economicamente a um trabalho que não se vê (o *savoir faire* discreto)?<sup>12</sup>” (Molinier, 2014, p. 31-32).

No entanto, para nós, se é importante que se note que essa ligação, embora ganhe contornos naturalizados, é uma construção social, portanto, passível de mudanças; também é importante que se note que essa desvalorização, embora ganhe contornos essencialistas, não se dá pelas práticas em si que esse tipo de trabalho envolve (Delphy, 2015; Inman *apud* Boris, 2014, p. 106), mas se constrói na teia de relações sociais que geram seus sentidos, assim como as hierarquias e desigualdade de poder.

Tendo isso em mente, podemos entender que o primeiro problema exposto (a diferenciação entre trabalho produtivo e reprodutivo) se coloca aqui como a não valorização do trabalho do cuidado enquanto um tipo de trabalho produtivo. Da perspectiva adotada, assim como exposto por Delphy, “não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor”, ou seja, “são as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção” (Delphy, 2015, p. 102). Isso quer dizer que entendemos o trabalho do cuidado enquanto trabalho produtivo e sua não classificação dessa forma como um mecanismo para que as pessoas nele envolvidas (as vistas enquanto responsáveis por ele) continuem em uma posição de subordinação a outras que se encontram em uma posição privilegiada e se beneficiam da exploração desse trabalho. Sendo assim, é a “disseminada depreciação” desse tipo de trabalho que leva “à

---

<sup>12</sup> “(...) se essas tarefas são tão desprezíveis, tão rotineiras, por que pagar decentemente para não precisar realizá-las?” (Boris, 2014, p. 107).

subordinação das mulheres, não a função econômica desse trabalho propriamente dito”, que produz “a força de trabalho presente e futura” (Inman *apud* Boris, 2014, p. 106)<sup>13</sup>.

Entramos aqui numa questão importante, o que é produzido por essas mulheres que realizam o trabalho do cuidado. Parece-nos adequado avaliar que ao menos esse trabalho produz: a) a força de trabalho<sup>14</sup> em si; b) os produtos que estão envolvidos na produção dessa força; e c) os produtos que ganham o *status* de mercadorias, quando esse trabalho é remunerado (alguns também envolvidos na produção dessa força). Podemos dizer que essa forma de pensar extrapola um pouco uma análise marxista das relações de produção e do sistema capitalista, mas ancoradas nesse tipo de análise é que conseguimos chegar a tal conclusão. Para nós, essa é uma forma de “reorientar a discussão, reconectando produção e reprodução” (Boris, 2014, p. 116), reconhecendo que produção e reprodução são processos inter-relacionados, tendo uma “permanente conexão e constante fluxo de renovação” (Marx *apud* Andrade, 2015, p. 279). Essas mulheres estão envolvidas na lógica econômica mesmo que não estejam formalmente a ela integradas, da mesma forma, o produto de seu trabalho também, visto que esse trabalho realizado é o “suporte do sistema” (Inman *apud* Boris, 2014, p.107).

No entanto, com esse entendimento sobre o que é produzido por esse trabalho, não queremos transformar “quem executa o care em uma ferramenta, um apêndice, um meio para a independência e para a liberdade do outro” (Boris, 2014, p. 117), ao contrário queremos lhe conferir o status de sujeito da ação. Isso quer dizer que nosso foco não está apenas no produto, mas também em tudo o que os sujeitos mobilizam em sua produção (aquí entram a ideia de conhecimento, os investimentos físicos e psicológicos, as horas dedicadas a esse trabalho, dentre outras questões). A visão dessas questões torna-se difícil de ser encarada porque a lógica do capital torna invisível seu papel no “ciclo de produção social organizada”, tornando aparente somente o produto, ou o principal produto, do seu trabalho, o trabalhador. Nesse sentido, Costa e James

---

<sup>13</sup> “Os estudos de algumas economistas feministas (...) mostraram como essa “economia invisível”, formada por atividades laborais de cuidados, não remuneradas – como a preparação de alimentos, o cuidado de crianças, doentes e população idosa, as atividades de limpeza do lar, entre outras –, desempenha um papel fundamental na reprodução da força de trabalho e possibilita o crescimento econômico dos países, representando uma espécie de “subsídio” às economias nacionais.” (Barrajas, 2016, p. 22)

<sup>14</sup> “O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte, não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (Marx *apud* Andrade, 2015, p. 279-280).”

chegam a dizer que “a mulher encontrar-se-ia então na posição de ‘escrava de um escravo assalariado’, de modo que sua escravidão asseguraria a escravidão de seu marido” (Costa e James *apud* Andrade, 2015, p. 284). Embora vejamos essa questão por uma perspectiva não estremada<sup>15</sup>, a afirmativa dos autores corrobora nossa ideia de que o trabalho dessas mulheres está inserido nessa estrutura maior e é uma das bases para seu funcionamento e permanência.

Chegamos aqui ao segundo problema (a diferenciação entre valor de uso e valor de troca). A ideia de que o trabalho do cuidado não é um trabalho produtivo se ancora no entendimento de que este trabalho não teria um valor de troca, visto que seria “produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia” (Marx *apud* Andrade, 2015, p. 282). Novamente aqui avaliamos como necessária a percepção de que esse trabalho, as pessoas nele envolvidas e o produto dele não têm um valor intrínseco, mas esse valor lhes é atribuído nas relações e disputas: “os termos valor de troca e valor de uso não designam nem a natureza, nem o valor intrínseco, nem a produtividade do trabalho agregado às diversas produções, mas simplesmente a utilização que dele se faz: o consumo imediato ou mediado pela troca” (Delphy, 2015, p. 107).

A questão aqui parece mais estar mais nas relações que perpassam a produção, que nos produtos em si, nas atividades que o produzem e nos espaços em que são produzidos. Parecemos, infelizmente, estar novamente caindo na crença de uma divisão completa entre mundo público e privado, onde o que é produzido no privado não tem valor monetário, enquanto o que passa a ser público o tem. Basta imaginarmos que todo o trabalho do cuidado que é feito na esfera do lar, entre familiares ou pessoas mais próximas, ganha valor de troca quando sai dessa esfera e adentra o mundo do mercado/público. Poderíamos pensar que nesse primeiro caso, o contrato que o rege é o do casamento, e que, portanto, as interações relacionadas a ele se dão de forma que o trabalho desenvolvido nessa esfera não é reconhecido enquanto tal; já o segundo caso seria regido por outro tipo de contrato, o que lhe agregaria valor de troca. Nesse sentido, é interesse a reflexão de Delphy, para a autora:

“(…) não há distinção entre valor de uso e valor de troca. O mesmo bem que é consumido e que tem (...) valor de uso para a família também tem

---

<sup>15</sup> Embora saibamos que, infelizmente, existem casos em que a palavra escravidão possa, de fato, ser utilizada sem eufemismos.

naturalmente um valor de troca, visto que pode ser vendido no mercado; por outro lado, se não fosse produzido internamente, deveria ser substituído por seu equivalente comprado no mercado.” (Delphy, 2015, p. 105)<sup>16</sup>.

“Atualmente, muitas operações de transformação das matérias-primas brutas em produtos consumíveis são industrializadas: aquelas que outrora faziam parte das atividades domésticas são agora efetuadas fora de casa (...). Essas fabricações são consideradas como produções e contabilizadas oficialmente no produto nacional: o trabalho agregado a elas é considerado produtivo, e os indivíduos que o efetuam, produtores, o que não acontecia quando eram criadas pelo trabalho gratuito das mulheres. (...) a gratuidade não depende da natureza dos trabalhos.” (Delphy, 2015, p. 107)

Ainda seguindo a análise proposta pela autora, nos deparamos com a constatação de que existem em nossa sociedade dois modos de produção: “o primeiro dá lugar à exploração capitalista”, já “o segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal” (Delphy, 2015, p. 111). Entendemos aqui a problemática que envolve a ideia de patriarcado e a relacionada análise dos contratos de casamento e da posição das mulheres nesses contratos<sup>17</sup>, no entanto, nos parece importante observar que existe uma relação intrínseca entre gênero e classe que está além do mundo estritamente público e econômico e que dele é também constitutiva. A análise feita por Delphy nos faz deparar com um mundo além da esfera econômica, e a ela relacionado, que não pode ser esquecido ou ganhar *status* de análise adicional e/ou secundária, é justamente o entrelaçamento presente que deve fazer parte do foco das análises.

De fato, quando trabalhamos com a significação do cuidado enquanto trabalho produtivo, exercendo para tanto uma tentativa de aliar o materialismo histórico a uma análise também pautada pela preocupação do gênero, parecemos estar num daqueles momentos em que há um “hiato entre a teoria de referência e a opressão real que se combate” (Delphy, 2015, p. 100), visto que as formas de análise parecem ser estruturadas para o não reconhecimento da imbricação entre gênero e classe. Se para uns “a dilatação do conceito de trabalho produtivo, no sentido de abarcar trabalhos não produtores de mais-valia” pode ser vista como um risco de comprometimento do

---

<sup>16</sup> Um exemplo interessante para pensarmos essa questão é o trabalho do cuidado dispensado às pessoas idosas dependentes. Poderíamos nos interrogar como esse trabalho pode ser entendido como produtivo ou tendo valor de troca, usando essa análise mais ampla aqui empregada, que vê esse trabalho como envolvido, de alguma forma, na economia capitalista e na lógica de produção. Observaríamos que essas pessoas idosas dependentes não poderiam mais ser entendidas como força de trabalho e o trabalho do cuidado destinado a elas não poderia então ser entendido enquanto produção da força de trabalho, não seria um trabalho produtivo. Novamente, nesses casos, teríamos que nos distanciar de nossa tendência a focar apenas no produto final, ou apenas em uma dimensão ou parte desse produto. Mas, se esse ponto ainda gera dúvidas, bastaríamos nos pautar pela explicação aqui proposta: no momento em que esse trabalho extrapola a esfera do particular e é mercantilizado ele passa a ser produtivo.

<sup>17</sup> Retomaremos esse ponto no capítulo 2.

“entendimento do processo de acumulação capitalista” (Andrade, 2015, p. 293), para nós o não entendimento desse processo de acumulação enquanto perpassado por relações de gênero o transforma em uma apreensão parcial do mesmo e da realidade social como um todo. A não incorporação do gênero nessas análises é a responsável pela invisibilidade do trabalho do cuidado enquanto produtivo, das pessoas a ele relacionadas (prioritariamente mulheres, pobres e negras) enquanto trabalhadoras e do produto desse trabalho enquanto tendo valor de troca.

Devemos nos atentar aqui para a denúncia exposta por outra feminista a esse tipo de análise. Para Maxine Molyneux “‘uma coisa é produzir uma análise marxista do trabalho doméstico’, e outra coisa bem diferente seria tentar incluir o trabalho doméstico no conceito de modo de produção capitalista e nas leis de movimento da economia capitalista” (Molyneux *apud* Andrade, 2015, p. 286), o que poderia gerar uma ideia limitada de que a relação entre a esfera doméstica, a subordinação feminina e a economia política se estabeleceria “simplesmente pela sua funcionalidade para o capitalismo” (Molyneux *apud* Andrade, 2015, p. 285). O ponto exposto por Molyneux é de extrema importância, e trouxemos sua reflexão como forma de deixar claro que não estamos tratando a relação entre gênero e classe aqui enquanto unidirecional e hierárquica; é justamente na ideia de cruzamento e interdependência, mas não sobreposição, em que acreditamos. Para nós, o modo de produção capitalista e as leis de movimento da economia capitalista não se estabelecem e podem ser entendidos sem o reconhecimento de sua relação com as questões de gênero e, mais especificamente, do cuidado enquanto trabalho (também produtivo e detentor de valor de troca).

Nos voltaremos agora, de forma mais direta, ao terceiro problema levantado (a relação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado). Em alguns momentos da discussão já passamos por pontos relativos a esse problema, abordando até agora principalmente a questão do trabalho do cuidado não remunerado, mas o que pretendemos nesse momento é trabalhar de que forma a desvalorização desse trabalho gera problemas à sua mercantilização, mais que isso, gera desigualdades. O que estamos dizendo é que a construção dos sentidos do cuidado enquanto um não trabalho e enquanto algo sem valor de troca quando este é realizado no âmbito do que é entendido como pertencente ao privado/familiar, por pessoas próximas, está diretamente relacionado à sua má remuneração no âmbito público (assim como à sua extensa informalidade, ou sua incipiente regulamentação). Ou seja, as formas não pagas do

trabalho do cuidado informam as formas remuneradas deste e sua desvalorização (Boris, 2014, p. 111), oferecendo, assim, uma racionalização para a justificativa dessa má remuneração.

Isso tem uma implicação importante para a desigualdade de gênero e raça, por exemplo. Se por um lado temos uma maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, por outro lado temos a constatação de que essa entrada se dá em grande parte por meio do trabalho do cuidado, principalmente o trabalho doméstico (Sorj, Fontes e Machado, 2007; Sorj, 2014; Biroli, 2015). E, na medida em que esse tipo de trabalho tem uma remuneração baixa, grande parte das mulheres que entram no mercado têm também uma remuneração baixa. É extremamente importante lembrar que a maior parcela de mulheres nesses tipos de trabalho é negra (Biroli, 2015).

Se por algum tempo, ou para uma parte das análises, a saída para a subordinação feminina era a entrada no mercado de trabalho (Friedan, 1971; Engels, 1984), a desvalorização do trabalho do cuidado nos mostra que esse não deve ser o foco da luta contra essa subordinação, ou pelo menos, que não deve ser o único foco. Essa entrada, por si só, não é capaz de promover tal transformação, mesmo que admitamos que ela é sim importante no caminho para ela. Há que se pensar também, que as mulheres que conseguem adentrar o mercado de trabalho não se veem livres do trabalho do cuidado no lar. Então pelo menos mais duas questões deveriam ser adicionadas aqui como parte da luta: a busca pela valorização do trabalho do cuidado e uma distribuição mais justa do mesmo entre os sexos. Guimarães nos lembra que no caso do trabalho do cuidado, a mercantilização – “um processo de atribuição de marcas culturais, responsáveis por levar os indivíduos a reconhecer um bem ou serviço como mercadoria, tanto quanto, eu agregaria, a se reconhecerem como provedores desse bem ou serviço mercantilizado” (Guimarães, 2016, p. 71) – se encontra numa situação em que sua “reversibilidade está estreitamente conectada a visibilidade e reconhecimento” (Guimarães, 2016, p. 72), o que no caso brasileiro se apresenta como um risco sempre presente.

Ligado a isso temos a questão da profissionalização. Nem todas as pessoas que desempenham o trabalho do cuidado de forma remunerada têm algum tipo de formação profissional. Como já discutido, isso não significa que elas não tenham conhecimentos acerca do cuidado, mas, como vimos, esse conhecimento não é valorizado, e isso é catalisado por uma necessidade de especialização que se torna cada vez mais forte na

economia capitalista. Isso faz com que tenhamos outro *gap* de reconhecimento, entre trabalhadores e trabalhadoras do cuidado com formação profissional e os/as sem essa formação, com esses/as últimos/as tendo uma remuneração ainda menor que a dos/as primeiros/as. Ao trabalhar com a concorrência entre técnicos/as de enfermagem, auxiliares de enfermagem e cuidadores/as e lembrar que as duas primeiras profissões têm diplomas reconhecidos pelo Estado, Guimarães, Hirata e Sugita (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011) nos dão margens para pensar a institucionalização não apenas da gratuidade do trabalho do cuidado, quando é feito na esfera do lar, mas do seu não entendimento enquanto conhecimento e sua não valorização enquanto trabalho.

Devemos avaliar essa questão como mais uma forma de desigualdade entre mulheres. Na verdade, é como se as hierarquias fossem se acumulando e reproduzindo: a desigualdade entre as que desempenham o trabalho do cuidado e não são remuneradas e as que o desempenham e são remuneradas; dentre essas, a desigualdade entre as que têm uma formação profissional e as que não têm. E ainda poderíamos acrescentar mais duas formas de hierarquização entre essas mulheres que são remuneradas: a desigualdade entre as trabalhadoras que se encontram formalizadas e as que trabalham na informalidade; e dentre as que estão formalizadas, a desigualdade entre as que trabalham no setor privado e as que trabalham no setor público. Estamos tratando aqui então não apenas de um problema de exclusão, mas também de uma inclusão diferenciada (Biroli, 2015, p. 91). E não poderíamos nos esquecer que de forma transversal, também passam por essas desigualdades a diferenciação entre *trabalho imaterial* e *trabalho servil*. Como lembra Doroty Roberts, essa diferenciação replica hierarquias dentro do próprio trabalho do cuidado, o separando entre o cuidado genuíno com os filhos (ligados à ideia de maternidade e todos os sentidos que ela mobiliza) e o trabalho de limpeza, por exemplo, ligado a um tipo de trabalho pesado e ainda mais desvalorizado; sendo que essa diferenciação seria a base não só para uma menor remuneração das mulheres que desempenham o segundo tipo de trabalho, mas de uma “estigmatização racial/étnica das mulheres que executam essas tarefas menos privilegiadas” (Roberts *apud* Boris, 2014, p. 110-111).

Nesse sentido, não seria adequado entender o cuidado sem defini-lo enquanto trabalho. Ao mesmo tempo, não há como entender e discutir esse trabalho sem observarmos as convergências entre gênero, classe e raça. Essas convergências são reveladoras das formas de distinção entre os sexos, mas também entre as mulheres; se

por um lado podemos pensar que a expressão “mulher trabalhadora” é redundante (visto que o trabalho do cuidado parece rondar sua condição enquanto sujeito feminino), isso não significa que exista apenas uma experiência de mulher trabalhadora, e isso não pode ser deixado de lado.

#### **1.4 Interseccionalidade e Consubstancialidade: as relações sociais que abarcam o cuidado**

As discussões feitas até o momento nos abrem espaço para uma perspectiva crítica acerca da formação/constituição dos sujeitos envolvidos nos processos e relações sociais. Quando nos focamos nessas duas questões ampliamos nosso horizonte para um entendimento de que as interações, assim como os sujeitos nelas envolvidos, estão muito além de uma definição estanque de uma identidade universal. Isso quer dizer que esses sujeitos, e essas interações, não podem ser explicados apenas por uma variável isoladamente, quer dizer também que as opressões sofridas por eles são múltiplas e complexas (Biroli e Miguel, 2015, *passim*).

Ao tratarmos dessa perspectiva crítica estamos nos ligando a uma forma de olhar a realidade social que entende que existem convergências entre os diferentes eixos de opressão que perpassam a formação e vida dos sujeitos e as interações entre eles. É um entendimento de que essas formas de opressão e dominação não são independentes e ao mesmo tempo não se sobrepõem (Biroli e Miguel, 2015, p. 28). De forma mais simples, esse entendimento nos permite observar que uma pessoa não pode ser entendida apenas levando em consideração seu sexo (e tudo que ele acarreta), por exemplo. Ser mulher ou homem define grande parte das experiências que perpassam a vida de uma pessoa e diz muito sobre os tipos de opressão e dominação que sofrerá, assim como os privilégios que poderá ter, mas não diz tudo sobre essa mesma vida. Gênero pode aqui então ser entendido como uma variável explicativa, mas existem outras categorias que devem ser levadas em consideração se queremos ter uma noção mais completa da formação/constituição desse sujeito assim como das interações que ele participa: “identidades e posições sociais se definem relacionalmente, mas em relações que não estão restritas à dualidade feminino-masculino” (Biroli e Miguel, 2015, p. 38).

A noção de interseccionalidade nos é interessante nesse entendimento, pois trabalha com a complexa convergência entre esses eixos, definindo que deveríamos, no mínimo, abordar também questões relativas à classe e à raça, além do gênero, para

compreendermos de forma mais aprofundada essas interações. De acordo com Crenshaw,

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (Crenshaw, 2002, p. 177)

Nesse sentido, e de forma bem simplificada, não apenas ser homem ou mulher é explicativo das experiências de uma pessoa, mas também ser branco(a) ou negro(a), pobre ou rico(a). Poderíamos dizer que nessa perspectiva, os sujeitos são o nó entre esses diferentes eixos; deixar um desses eixos de lado é não apreender esse nó (esse sujeito) em sua totalidade e complexidade: o cruzamento entre esses eixos define formas de opressão e dominação específicas. Ou seja, “a dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades” (Biroli e Miguel, 2015, p. 28). Ao mesmo tempo, é importante que se note que “a preocupação com a multiplicidade da opressão social não significa recusar o entendimento da efetividade específica de cada eixo de dominação” (Biroli e Miguel, 2015, p. 46).

No entanto, um alerta importante deve ser feito: mesmo a noção de interseccionalidade pode nos levar à armadilha das análises que não consideram a complexidade do cruzamento entre esses eixos. De acordo com Dorlin, a noção de interseccionalidade proposta por Crenshaw dificulta a análise de uma relação de dominação enquanto móvel e historicamente determinada na medida em “que coloca as relações em posições fixas, que divide as mobilizações em setores, exatamente da mesma maneira pela qual o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas” (Dorlin *apud* Kergoat, 2010, p. 98). Nesse sentido, a crítica feita por Kergoat segue caminho semelhante ao analisar que a noção de interseccionalidade dissocia as relações sociais de categorias, ao mesmo tempo em que relaciona essas categorias a posições sociais (noção de multiposicionalidade), que ao serem dissociadas das relações sociais acabam sendo tratadas como fixas (Kergoat, 2010, p. 98).

Poderíamos então pensar, por exemplo, que uma mulher branca e uma mulher negra compartilham algumas experiências comuns relativas ao gênero, mas detêm

experiências diferentes em relação à raça. Esse pensamento levaria em conta que não apenas o gênero é formador da trajetória dessas mulheres, mas também sua raça. No entanto, estaríamos entrando na armadilha exposta ao trabalharmos com uma ideia de que essas experiências relativas ao gênero já estariam pré-definidas; elas não estão: o “ser mulher” ganha contornos diferentes dependendo da raça que se tem, assim como da classe que se pertence. Conforme Carneiro, a posição de mulher negra não deveria aparecer como um “subitem da questão geral da mulher” (Carneiro *apud* Biroli e Miguel, 2015, p. 39), ou seja, “o gênero não poderia ser alçado a uma nova forma de universalidade” (Biroli e Miguel, 2015, p. 39), assim como nenhum dos outros eixos. Isso quer dizer que as posições não estão pré-estabelecidas, os sujeitos se formam na relação entre esses eixos, e as características relativas à posição que ocupam também. Não adianta apenas adicionarmos as dimensões: não existe uma definição única de mulher, assim como não existe uma definição única que seja explicativa das mulheres negras, da mesma forma que não existe uma definição única explicativa das mulheres negras e pobres, e assim por diante.

Entendemos, assim, que não somente “nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra” (Kergoat, 2010, p. 99), mas que nenhuma delas, ou sua interação, forma posições pré-definidas, universais e estanques. Nesse sentido, a noção de consubstancialidade, proposta por Kergoat, talvez possa ser mais esclarecedora:

“A ideia de consubstancialidade (...) não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. (...) Mas o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há uma relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo.” (Kergoat, 2010, p. 100)

Obviamente, isso acrescenta um grau de complexidade aos estudos e análises assim como à própria ação política. Ao mesmo tempo, isso não significa que todas as análises empreendidas devem dar conta da totalidade explicativa desses sujeitos e posições. O que se busca é que a existência dessa convergência não seja deixada de lado. Se entendemos o cuidado enquanto um processo perpassado por relações sociais, a noção de que existe uma convergência entre os eixos dessas relações e que essa convergência é determinante desse processo é fundamental.

## 1.5 Complexidade infinita, ferramentas limitadas

Toda nossa discussão desenvolvida até agora corrobora a afirmação de que o entendimento do cuidado é algo que ainda está em jogo. Disputas acadêmicas não seriam suficientes para abarcar todos os eixos de complexidade que perpassam tanto o conceito e práticas do cuidado, quanto seu entendimento. E se a marginalidade se faz quantitativamente evidente em nossas reflexões teóricas é porque, paradoxalmente, a centralidade de sua importância estimula a preocupação com o silenciamento, por parte dos que detêm o poder.

Ainda que limitada, certa linha epistemológica e política deve ser seguida. A filosofia política pode decidir focar seus esforços nos atores, nas ações ou nas motivações para as ações. Em relação ao cuidado isso não é diferente. No entanto, o que propomos aqui é a fuga de análises que trabalhem com uma divisão estrita entre essas questões, assim como uma divisão entre o problema do cuidado e o mundo da política<sup>18</sup>. Como apontam Fisher e Tronto (1990), o reconhecimento do cuidado enquanto essencial em nossas vidas é uma questão filosófica central, porém ela não basta, porque ela não melhora automaticamente o *status* do cuidado em nossa sociedade, num sentido geral. Nesse sentido, se para as autoras, “a divisão sexual do trabalho do cuidado não pode ser abolida sem uma profunda mudança na própria construção de sexualidade” (Fisher e Tronto, 1990, p. 35-36), para nós nem mesmo a problemática da sexualidade e gênero consegue abarcar a desconstrução e transformação necessárias a uma sociedade menos desigual. Ou seja, é preciso uma ampliação do horizonte analítico para que as tramas que organizam o cuidado em nossa sociedade sejam, de fato, observadas e modificadas.

Se revirmos nossas discussões poderíamos resumir nossa ideia de cuidado (seja enquanto conceito, seja enquanto prática) como: *contextual* (está relacionado aos diferentes contextos morais, legais, históricos, políticos e econômicos, por exemplo); *relacional* (num sentido intersubjetivo, mas também num sentido social); *hierárquico*, porque produz, e deriva de, condições e hierarquias, onde as diferentes posições dos sujeitos (subordinada ou dominante) se colocam por meio das formas de organização desse cuidado; *locus de produção de conhecimento*, que é criado, adquirido e repassado

---

<sup>18</sup> “Essa definição confunde as muitas formas como os cientistas sociais dividem suas disciplinas e perspectivas: cuidar de si parece uma categoria psicológica; cuidar de outros, uma categoria sociológica; e, cuidar do “mundo”, categorias econômicas e políticas.” (Tronto, 2007, p. 288)

no cotidiano de cada indivíduo, mesmo que de forma naturalizada e invisibilizada; e *trabalho* que se pratica, se julga e molda diversas formas de vida, sendo à elas essencial. Ainda assim, não conseguimos esgotar a complexidade que caracteriza o tema.

Nesse sentido, para ampliarmos as possibilidades e eficácia de nossa análise, gostaria de trabalhar também o entendimento do cuidado por meio de um modelo e de uma ferramenta específicos<sup>19</sup>. O modelo em questão é o proposto por Joan Tronto<sup>20</sup>, que aborda a importância de pensarmos tanto as relações sociais quanto as condições práticas que envolvem o cuidado, reconhecendo que o conflito é parte intrínseca dele (Fisher e Tronto, 1990, p. 56). A partir da ideia de processos, a autora divide o cuidado em cinco diferentes fases, estágios, ou dimensões (que são morais e políticas) que não se dão de forma ordenada, nem hierárquica, mas entrecruzada, sendo muitas vezes caótica e/ou contraditória (Fisher e Tronto, 1990; Tronto, 2007 e 2013): 1) *caring about*, dimensão relacionada ao reconhecimento de uma necessidade, se liga à qualidade moral da *atenção*; 2) *taking care of*, dimensão relacionada à resposta à necessidade existente, se liga à qualidade moral da *responsabilidade*; 3) *care-giving*, dimensão relacionada à diretamente à prática do cuidado, se liga à qualidade moral da *competência*; 4) *care-receiving*, dimensão relacionada à reação de quem recebe o cuidado (parte da ideia de que quem recebe os cuidados, de forma direta ou indireta, pode dar uma melhor avaliação sobre a eficácia deste), se liga à qualidade moral da *responsividade* ou *receptividade*; 5) *caring with*, dimensão relacionada a uma preocupação mais ampla, ligada à confiança e ao respeito, com os efeitos dos múltiplos processos de cuidado.

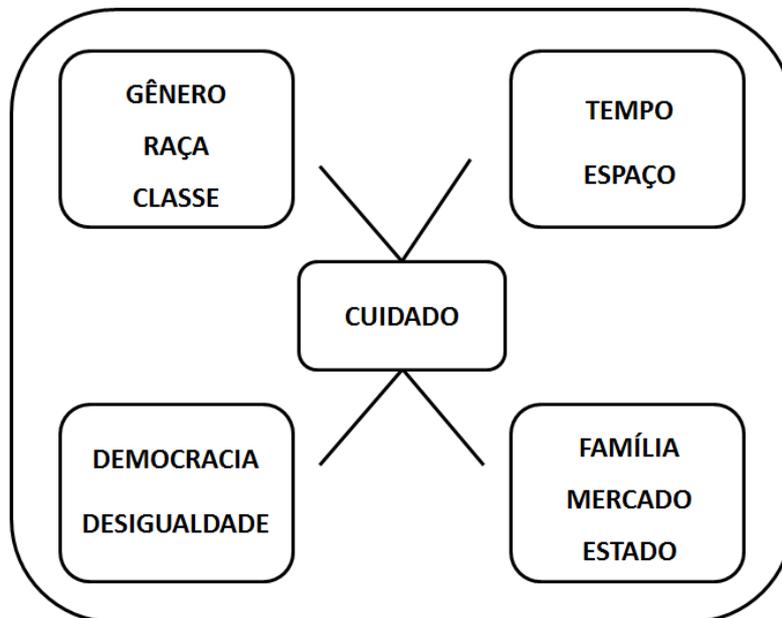
Esse modelo se mostra interessante por trazer o cuidado como uma questão central à filosofia política, mas também pela possibilidade de ações em diferentes estágios (com efeitos em todos os outros e por todos eles pautadas) que estimulem um contexto mais democrático de vivência desse cuidado. Estamos nos referindo aqui a ações concretas que podem ser encabeçadas tanto pela própria sociedade, como pelo mercado ou Estado (pensemos aqui nas ações de conscientização ou nas políticas públicas voltadas para o tema). Ao mesmo tempo, se levássemos o modelo por si só em

---

<sup>19</sup> Aqui serão trazidos alguns pontos já trabalhados ou mencionados anteriormente. Isso não se configura como uma repetição descuidada. Ao contrário, isso mostra como, de fato, as questões que estou trabalhando aqui se entrecruzam não apenas em sua vivência, mas também nas análises delas.

<sup>20</sup> Apresentado primeiramente em parceria com Fisher (Fisher e Tronto, 1990) e depois repensado por Tronto em seu livro “Caring democracy: markets, equality, and justice”, de 2013.

conta, teríamos que supor que o sujeito que lança mão dele tem, e utiliza, o background de discussões e entendimentos por nós tratados anteriormente. Tendo isso em mente e pensando em evitar esforços teóricos e práticos ainda opressivos, projetei uma ferramenta de análise que se apresenta enquanto quadro-resumo para análise e entendimento do cuidado e se refere às discussões até aqui encabeçadas.



Este quadro-resumo traz uma representação das variáveis levadas em conta nesse capítulo para o entendimento de nossa organização e vivência desigual do cuidado. Como um quadro-resumo ele é elucidativo e nos ajuda a recordar as variáveis e os eixos que já vinham sendo trabalhados, assim como os que serão expostos nos próximos capítulos, nos lembrando a inter-relação entre eles. Ao mesmo tempo, o quadro sintetiza o esforço de análise exposto nessa tese, como um todo, ao lembrar o lugar central do cuidado em nossa sociedade.

## **CAPÍTULO 2 - Lugares, papéis e imagens das mulheres em nossa sociedade**

### **2.1 Família e desigualdade: modelos e opressões**

Uma forma de entender melhor como as questões relativas ao cuidado se dão no dia a dia das pessoas sem deixar de lado a discussão que acabamos de propor é através de reflexões acerca da família. Não há como discutir cuidado sem tratar de família porque é em grande medida por meio dela que aprendemos o que entendemos sobre cuidado (como praticá-lo, com quem, por quem). A família é uma das principais instituições sociais balizadoras das representações sociais acerca do cuidado. Ao mesmo tempo, discutir família é também discutir a dualidade entre as esferas pública e privada, o patriarcado e a divisão sexual do trabalho doméstico. Novamente, todas essas questões se relacionam diretamente com as formas como o cuidado é organizado em nossa sociedade (da mesma forma que também a organiza).

Comumente associada ao mundo privado, a família foi constantemente excluída das discussões políticas e entendida como espaço onde escolhas são possíveis, as hierarquias são naturais e necessárias (como no caso da hierarquia entre pais/mães e filhos), não sendo artificiais como no mundo exterior a esse espaço, e como um ambiente comandado pela afetividade, ou mais que isso, pelo amor. O que grande parte das teorias feministas mostra – sendo pautada, também, pela crítica à dualidade entre as esferas – é que tais discursos (em alguns casos implícitos, em outros, explicitamente reproduzidos, mas não discutidos a sério politicamente) acerca da família mascaram a subordinação feminina no interior desse espaço e para além dele: o mito das escolhas é desmascarado e é colocado em xeque até que ponto podemos falar de escolhas, ou se seriam essas escolhas livres de constrangimentos, e pensando nos incentivos ao casamento que a maioria das mulheres encontra e, mais que isso, nos desincentivos que lhe são impostos quando escolhem um caminho “desviante”, seria difícil sustentar essa ideia (Biroli, 2013); os contratos de casamento são evidenciados como alienação feminina por meio do livre acesso a seus corpos por parte dos maridos (Pateman, 1989 e 1993); a divisão sexual do trabalho doméstico é analisada, seu caráter natural criticado e sua injustiça exposta (Okin, 1989); tal divisão do trabalho é relacionada ao entendimento do cuidado como algo propício à mulher – o que as sobrecarrega – e como algo privado e específico de cada família, sendo sua responsabilidade apenas do núcleo a que se refere (Young, 1997 e Tronto, 2013); a ligação entre o cuidado e a

mulher é em grande parte pautada pelos valores ligados à um tipo de maternidade (o que não ocorre de forma semelhante com a paternidade) que ampliado a todas a mulheres como definição de seu ser (Badinter, 2005); tal divisão também privilegia o sexo masculino que tem suporte e apoio (emocional e material) dentro do âmbito familiar para dedicar seu maior tempo livre a atividades como estudo, especialização, rede de contatos e mesmo o desenvolvimento do self, o que tem consequências positivas diretas (diferentemente do que ocorre no caso feminino) em suas possibilidades de ascensão tanto no mercado de trabalho (Brenner, 2000) quando na política (Phillips, 1997 e Young, 1990).

A família é inegavelmente política e a forma como é estruturada, pelo gênero, traz barreiras psicológicas e práticas sobre a vida das mulheres. Por meio da socialização somos ensinados, e ensinamos, que às mulheres está destinado o maior tempo e preocupação com o cuidado com os/as filhos/as (e com o lar) – elas, mais do que homens, são estimuladas a ordenar suas vidas e suas prioridades tendo em mente as necessidades de suas famílias (Okin, 1989, p. 31) – e que, por isso, aos homens, por estarem naturalmente livres deste compromisso, resta o sustento da casa o que, não coincidentemente, lhe dá maior poder econômico e também maior prestígio. Tal divisão sexual extrapola os muros imaginários da vida privada, e se instaura em todas as esferas da vida de uma mulher; traz consequências na forma como as mulheres se enxergam e como são enxergadas – um exemplo disso seria a diferente auto atribuição de qualificação entre indivíduos de diferentes sexos (Fox e Lawless, 2012). As diferenças significantes entre homens e mulheres, criadas e reforçadas pela divisão sexual do trabalho dentro da família, tornam óbvio como esta é uma instituição política (Okin, 1989, p. 132).

Porém, esse entendimento da importância política que a família tem na conformação das estruturas sociais e do papel que desempenha na reprodução e reforço à desigualdade de gênero, não se traduz em uma forma homogênea de encará-la e/ou criticá-la. Nesse sentido, a reflexão sobre o que se entende por família e, mais que isso, a definição sobre que tipo de modelo de família seria mais adequado à luta feminista ainda está em jogo. Essas diferenciações são interessantes ao mostrarem não apenas diferentes concepções da organização familiar, mas também da própria política, como um todo, e da democracia que se busca quando falamos do fim da subordinação feminina. São interessantes também ao mostrarem como o cuidado é visibilizado, ou

não, e a importância que a ele é dada na luta contra a desigualdade de gênero (assim como a outros eixos da desigualdade).

Podemos dizer que existe um modelo ideal de família que, embora não possa ser corroborado na prática social, tem efeito sobre a vida das pessoas na medida em que funciona como base para políticas, julgamentos, distinções e desigualdades. Observando a forma moderna de organização familiar<sup>21</sup>, podemos defini-la enquanto pautada pela *heterossexualidade*, *parentesco* e *casamento* (Young, 1997, p. 95;106). Também poderíamos acrescentar aqui, enquanto características centrais, que esta família é *nuclear* e *privatizada* (Biroli, 2014, *passim*).

Historicamente, a família moderna enquanto modelo tem data de nascimento (embora não tão precisa), o século XVIII. Anteriormente a esse período a organização familiar seguia outras linhas e privilegiava outras representações acerca de si mesma e de seus membros. Até então a família era ampliada, crianças e adultos contavam da mesma forma na economia familiar, mulheres e homens participavam de forma mais igualitária da produção e da economia familiar, as heranças eram compartilhadas entre os diversos filhos (Firestone, 1976) e as famílias tinham uma composição mais ampliada. A partir do século XVIII os governos e intelectuais (médicos, filósofos, dentre outros) começam a reforçar um discurso de mudança na forma familiar que tem consequências importantes à vida das mulheres. Esse discurso não tem um aparecimento isolado, é impulsionado em grande medida pela própria economia capitalista: o chão da casa não é mais o chão da fábrica (Biroli, 2013, p. 9), a produção sai do terreno familiar e ganha outros espaços que começam a ser caracterizados como exteriores, separados e diferentes do então espaço familiar.

Entre os elementos que faziam parte desse discurso acerca dessa nova organização familiar podemos destacar criação e valorização: do *amor romântico*, da *infância* e do *amor materno*. Cada um desses elementos serve a fins ideológicos específicos que ao final contribuem para a manutenção do modelo que se deseja construir e para a desigualdade de gênero. Ao mesmo tempo, cada elemento se relaciona diretamente com o outro e o reforça. A estimulação de uma ideia de amor romântico tem efeito direto na sociabilidade das pessoas de diferentes sexos e nas pretensões

---

<sup>21</sup> É importante notar que tal modelo é pressuposto, ou, em alguns casos, defendido abertamente, por teóricos e teóricas da ciência política.

acerca do casamento. Enquanto ritual iniciador da organização familiar, o casamento já era uma instituição aprovada e exercida, no entanto, o discurso do amor romântico torna a ideia de tal instituição menos funcionalista e pragmática e adiciona elementos afetivos (que poderiam ou não existir antes, mas que não eram vistos, necessariamente, como regra) que contribuem para a manutenção da própria instituição. Pensando especificamente no caso das mulheres, tal elemento passaria a fazer parte do imaginário feminino desde sua infância tornando-se alvo de seus desejos enquanto formações pessoais. Alcançar o amor romântico com seu ápice se materializando em um casamento passaria a ser a meta estabelecida, e reconhecida, para as mulheres dessa época. E ao casar-se é esse ideal que contribui para o engajamento dessas mulheres na continuidade desse casamento (mesmo que ele não represente sua felicidade ou um terço do ideal antes prometido). Importante notar que faz parte desse “engajar-se” a dedicação a uma série de atividades que passam a serem vistas como cuidado essencial (justo e natural) para com os maridos; também faz parte o estímulo a um cuidado menor consigo mesma e suas aspirações de forma vista como favorável à continuidade do casamento e da família que se forma.

Mas é necessário mencionarmos aqui que as preocupações e mudanças a que nos referimos têm, na maioria das vezes, raça e classe específicas. Se “(...) o repensar do público, no feminismo, não foi acompanhado, até agora, por um esforço equivalente para repensar a categoria correlativa do privado” (Cohen, 2013, p. 198), propomos a partir de agora uma incursão mais aprofundada sobre esse privado e sua multiplicidade, assim como da sua relação com o público. Nesse sentido, nos é importante a análise do modelo hegemônico, dos discursos de sua criação e reprodução, mas nos é imprescindível também a análise dos outros modelos vivenciados no cotidiano das pessoas, as acomodações e deslocamentos que acontecem, os obstáculos impostos e as fissuras encontradas. É a análise da relação que ocorre entre discurso hegemônico e prática que nos dá um panorama mais claro de nossa realidade e nos permite avançar pra sua transformação.

Sem nem mesmo necessitarmos fazer uma incursão em outras vertentes e autoras feministas, mesmo se refletíssemos apenas sobre o trabalho das até aqui citadas seríamos, a todo o momento, desafiadas pela existência dessa multiplicidade de experiências (o que nos leva a admitir que essas autoras não negaram essa multiplicidade, embora não tenham, em muitos casos lhe dado a devida importância).

Mas começaremos aqui a trabalhar com mais algumas autoras que nos fazem enfrentar de forma mais direta essa multiplicidade.

Pensando numa ideia de *condição feminina*, é importante que vejamos que não apenas as experiências dessas mulheres são diferentes entre si de um ponto de vista histórico linear (como mostramos, por exemplo, ao tratarmos do discurso de criação e valorização da infância, ou mesmo quando falamos do casamento), mas, também levando-se em consideração sua posição na estrutura social em questão (o que tem a ver com a discussão sobre relações sociais feitas no primeiro tópico deste capítulo). As mulheres não são iguais entre si, não existe uma única mulher, universal.

Voltando aos três elementos mobilizados por este modelo dominante, o ideal de *amor romântico* ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção do casamento também reforça a ideia de que é importante que desse amor e dessa união sejam gerados frutos. Esses frutos são os filhos que o casal deve ter, como forma de ratificar seu amor e dar continuidade ao mesmo. É assim que o discurso do amor romântico se relaciona e reforça o discurso da infância. Anteriormente a esse período as crianças eram tratadas como adultos menores, nem suas habilidades físicas, nem as mentais, eram avaliadas como diferentes ou incompletas. Uma criança poderia se engajar nas mesmas atividades que um adulto (trabalho, arte, filosofia). Os afetos envolvidos nas relações entre adultos e crianças também eram diferenciados. Novamente, não podemos dizer que algumas formas de afeto não existiam, mas o que podemos afirmar com maior certeza é que se havia uma preocupação mesma em não desenvolvimento desses afetos principalmente no início da vida de uma criança, em que a probabilidade de continuidade dessa vida era pequena. A criação e valorização da infância enquanto uma fase importante da vida das pessoas traz diferenciações nos tratos, vestimentas e linguagens que antes não existiam. Essas diferenciações estabelecem separações entre atividades e mundos e traz a necessidade de novos espaços e tratamentos para essas “novas pessoas”. A escola é um exemplo desses novos espaços, também dos novos tratamentos. A educação parece se focar então na necessidade de disciplina e formação dessas crianças para se tornarem adultos que possam contribuir para seus governos (inclusive economicamente, o que se relaciona aos empregos que essa educação também os “ajudará” a conseguir).

Entre esses novos tratamentos também encontramos a relação entre o *discurso da infância* e o *discurso do amor materno*. Uma nova pessoa exigia uma nova criação,

uma nova formação e novos cuidados. A escola desempenha um papel central aqui, mas é a mãe a protagonista nessa história. Embora parte da vida da criança começasse a ser vivida então nesse espaço exterior ao lar e com pessoas que não faziam parte de sua família ainda era em casa e ao lado da mãe que as crianças passavam grande parte de suas vidas. Sua socialização começava em casa e havia a ideia de que embora a escola fizesse parte da formação da criança, a mãe era a grande educadora. Enquanto o papel social da mãe vai sendo redefinido por esses discursos o mesmo também ocorre em relação ao papel do pai. De forma diferente, a paternidade que vai sendo definida por silêncios e marginalidades que estabelecem relações com momentos de centralidade e poder: silêncio acerca das afetividades, marginalidade acerca do trabalho do cuidado desempenhado e exigido, centralidade em relação ao posicionamento na estrutura familiar e poder em relação à tomada de decisões acerca de si próprio e dos outros membros da família (e nesse caso então, não só das crianças, mas também das mulheres).

É interessante notar que ao mesmo tempo em que vemos nascer uma nova pessoa na figura da criança também o vemos na figura da mãe. Como mostra Badinter (2005), a criação de uma identidade materna avançou lado a lado com a criação da feminilidade de modo que ser mulher significava também ser (e querer ser) mãe. E ser mulher e mãe significava estar disposta ao sacrifício (pensar primeiro nos outros que em suas próprias vontades e aspirações, sendo que esses outros seriam em primeiro lugar seus filhos e maridos) e ser amável (tem a ver com os afetos avaliados como necessários na relação mãe e filho, mas também com uma afetuosidade própria da mulher em todas suas relações), o que tem relação direta com uma responsabilização pelo cuidado com os outros. Significava também cumprir os ditames de uma dupla moral sexual (o que tem uma relação direta também com o ideal de amor romântico e tem o papel de manter cada vez mais as mulheres aprisionadas ao doméstico e a homens específicos nesse doméstico).

A relação entre estes três discursos que se configuram em ideais acerca da formação da família e da posição da mulher nela e na sociedade como um todo nos coloca de frente a uma função ideológica de domesticação das mulheres. A domesticidade se delineia por meio destes numa confluência entre naturalidades e convenções sociais e se estabelece enquanto testamento moral para a ação e julgamento (de todos os indivíduos, mas com efeitos perversos para as mulheres). É importante

perceber que tal domesticação é também pautada pelo entendimento, que se firma cada vez mais, também através desses discursos, que temos esferas separadas e distintas da vida e cada uma delas é o espaço próprio para indivíduos de diferentes sexos. Estamos tratando aqui da dualidade entre as esferas e de seus efeitos na vida das mulheres.

No entanto, a experiência relacionada à dualidade entre as esferas e ao patriarcado não é vivenciada da mesma forma por todas as mulheres. Isso nos remete às importantes críticas protagonizadas por teóricas como Davis (1983; 2012), Brenner (2000) e hooks (1984; 1995), que mostram como as questões relativas à desigualdade de gênero devem ser tratadas não isoladamente, mas sob uma ótica que também considera outras questões como, por exemplo, classe e raça, como formadoras dessas mulheres enquanto pessoas. Isso quer dizer que gênero, classe e raça (dentre tantas outras categorias), se combinam e se cruzam formando diferentes formas de opressão e dominação, mas também as identidades dessas mulheres, gerando diferentes formas de vivência, de modo então que mesmo a dualidade entre as esferas e o patriarcado podem recair de diferentes formas não apenas entre indivíduos de diferentes sexos e contextos históricos, mas entre as próprias mulheres.

Pensemos, de forma mais detida, nos três discursos aqui expostos. Começando pelo ideal do amor romântico, além de temporalmente termos que lidar com as mudanças que a contemporaneidade nos coloca em termos de relações amorosas também teríamos que levar em conta que esse ideal não gera os mesmo efeitos sobre diferentes mulheres. A possibilidade de vivência e expectativa sobre esse amor romântico pode ser bem diferente entre mulheres brancas e negras, por exemplo; pensando nos estereótipos relacionados às mulheres negras e sua sexualidade podemos inclusive questionar de que forma esse ideal chega a elas e se relaciona com esses estereótipos na formação de sua identidade e imagem social. Também podemos ver essa diferença entre mulheres de classes diferentes; num contexto em que muitas vezes os relacionamentos amorosos podem ser usados estrategicamente como forma de mudança de vida (o que pode acontecer com mulheres de diferentes classes, mas de forma diferente), ou podem ser vistos pragmaticamente apenas como forma de facilitar uma sobrevivência que é dificultosa. Ainda teríamos que levar em conta que para mulheres lésbicas esse ideal pode também não ter a mesma força em suas aspirações, o que não significa que ele também não faça parte das construções de suas preferências e

aspirações ou das cobranças que lhes são feitas, mas que opera com uma lógica que pode ser, e provavelmente é, diferente.

Já em relação ao discurso de criação e valorização da infância, nem todas as crianças têm a possibilidade de viver o que esse discurso prega, nem no momento em que ele se tornou forte, nem agora. Desde muito tempo (embora a porcentagem possa ter diminuído) tivemos crianças que continuaram a ser tratadas como adultos em tamanho menor, principalmente em relação à necessidade de trabalho e busca por sustento próprio. Ainda temos também o fato de que muitas crianças se encontram em situação de abandono e mesmo quando estão em instituições estatais ou não governamentais de cuidado não têm acesso, pelo menos não integralmente, a uma realidade condizente com esse discurso. Isso tem relação direta com a raça e a classe dessas crianças, e no Brasil, também com a regionalidade. Em outros aspectos, tem a ver também com as diferentes formas de organização das famílias; famílias diferentes lidam de forma diferente com a infância. Pensemos, por exemplo, nas famílias monoparentais, chefiadas por mulheres. As possibilidades de cuidado com essas crianças são diferenciadas, principalmente se essa família for pobre. E se nos focamos na parte da educação fora do lar, encontramos então um universo de diferenças, de um extremo entre crianças que não têm acesso a nenhum tipo de educação às que tem o privilégio de fazerem parte das instituições mais renomadas – provavelmente privadas e que ganham o status de renomadas justamente por se adequarem aos discursos vigentes sobre melhor infância e educação (que sofre alterações ao longo do tempo, mas mantém algumas de suas bases).

Passando agora o foco para o terceiro discurso sobre o mito da maternidade, temos que lidar novamente com a multiplicidade de experiências. A maternidade não é vivenciada da mesma forma por todas as mulheres, nem enquanto desejo/aspiração, nem enquanto prática (e isso também tem uma relação com o fato de que a paternidade também não é vivenciada da mesma forma por todos os homens). Isso tem a ver com as contingências da vida, mas também está relacionada em alguns casos a uma escolha própria. No primeiro caso, teríamos que pensar, por exemplo, nas diferentes possibilidades de acesso à saúde antes, durante e depois da gestação; concordaríamos que no caso do Brasil mulheres negras, pobres, que moram no campo encontram grandes obstáculos a esse acesso, mesmo quando ele é fornecido pelo Estado. No segundo caso, teríamos que não silenciar as mulheres que não querem ser mães (o que, novamente, não significa que o ideal de maternidade e do amor materno não tenha influência sobre suas

vidas) e as que lidam com afetos (e continuidade desses afetos) em relação aos/às filhos/as de forma diferenciada. Ainda teríamos também que nos lembrar que a diferença geracional também inclui possibilidades, anseios e experiências diversificadas a cada mulher. E não poderíamos deixar de lado o caso das famílias homoafetivas, tanto as que apresentam duas mães, como as que apresentam dois pais, e a forma como o mito do amor materno tem efeitos sobre as decisões a cerca de terem/adotarem ou não crianças e a forma como se relacionar com elas (o que tem efeitos no modo como esses pai e mães se veem em seu posicionamento não usual em relação aos papéis sociais convencionais e suas expectativas).

Ainda assim, uma das principais, e mais comuns, críticas do feminismo é a que se refere à dualidade entre as esferas. A denúncia da falsa separação completa e dicotômica entre as duas esferas avança nas teorias feministas expondo como o discurso da separabilidade serve a fins ideológicos e mantém as mulheres em uma posição subordinada. Ao mesmo tempo, tal denúncia segue caminhos diferentes dependendo da corrente ou autora que se toma por base, indo de um extremo onde a separabilidade pode ser totalmente negada, podendo chegar a outro onde se encontra uma espécie de exaltação da esfera privada e das relações que nutre (ou poderia nutrir). No entanto, da perspectiva aqui adotada, os dois extremos parecem fornecer um panorama, e mesmo uma crítica, incompleto da subordinação feminina.

Pensando no primeiro extremo mencionado, é importante notar que as análises feministas trouxeram grande avanço nas críticas à visão estrita de separação das duas esferas por meio de suas discussões sobre o pessoal ser político, que trazem tanto o entendimento do gênero enquanto uma categoria importante para a análise política e social, quanto uma visão de que o poder, as estruturas e as práticas políticas e econômicas estão diretamente ligados às estruturas e práticas da esfera doméstica (Okin, 2008, p. 6). No entanto, tal pensamento não pode ser extrapolado. O conceito de privacidade tem utilidade e a privacidade em si tem valor na vida humana. Além disso, existem diferenciações razoáveis que devem ser feitas entre a esfera pública e a doméstica (Okin, 2008, p. 6 e 1989, p. 127): “tanto o conceito de privacidade quanto a existência de uma esfera pessoal da vida em que a autoridade do Estado seja limitada são essenciais” (Okin, 1989, p.128). O entendimento aqui é de que as pessoas precisam de um espaço/ambiente/momento em que possam desenvolver suas relações interpessoais e também seu próprio eu, suas capacidades mentais, sua autonomia. Existe

a necessidade de que as pessoas possam em algum momento se despojar, mesmo que não totalmente, de seus papéis públicos, a necessidade de que tenham sua intimidade. Estamos tratando aqui de uma “privacidade relacional” (Cohen, 2013) que se estabelece com antagonismo ao conteúdo patriarcal, social e político, do direito convencional da família (Biroli, 2014, p. 56), portanto do Estado. Relacionado a isso, no caso específico das mulheres, mesmo pensando em termos de lei, vemos que avanços relacionados aos direitos reprodutivos ou a proteção contra o assédio sexual, por exemplo, foram conseguidos com base no direito das mulheres a vários tipos de privacidade (Allen *apud* Okin, 2008, p. 7).

Dessa forma, as ideias de privacidade individual e de uma esfera privada não podem ser totalmente descartadas. Porém (isso nos leva ao segundo extremo), deve-se ponderar que, em uma sociedade fortemente desigual do ponto de vista do gênero, estes ideais de privacidade não podem ser plenamente alcançados. Mais que isso, deve-se considerar que nessa mesma sociedade, avaliar a esfera onde essa privacidade se dá (ou deveria/poderia se dar) como repleta de sentimentos positivados como o afeto e o amor, operando enquanto alicerces das relações e enquanto produto delas, também é um problema. Estamos tratando aqui de uma visão romantizada da esfera privada impulsionada por narrativas que ao discursarem por uma “redenção da vida cotidiana” (Elshtain, 2013, p. 154), promovem uma reprodução das estruturas opressivas que conduzem essa mesma vida. Se pensássemos “apenas” na questão do cuidado e na sua relação direta com a divisão sexual do trabalho já poderíamos cogitar o fato de que há mais que amor envolvido nessas relações; quando pensamos então na violência doméstica, a romantização, ou esperança, de que tal esfera deva/possa nutrir determinados sentimentos e comportamentos positivos às pessoas envolvidas nas relações em questão, cai por terra.

A não observação, ou a não devida atenção, ao fato de que as esferas são, ao mesmo tempo, separáveis e inseparáveis (Pateman, 1993, p. 19) – sendo que apenas seu caráter separável é levado em consideração –, de que certo grau ou entendimento de privacidade é necessário e de que a esfera privada não promove por si só, ou naturalmente, relações e sentimentos positivos entre os indivíduos – sendo que estes três fatos têm consequências diferentes para indivíduos de diferentes sexos – serve como mais um artifício para mascarar as desigualdades e a subordinação feminina. É importante notar que, da forma como está estruturada e é entendida, “a esfera doméstica

não oferece o tipo de privacidade no qual a intimidade pode florescer” (Okin, 2008, p. 15-16), tampouco o amor. E estes fatos nos levam ao entendimento de que o poder, algo adotado como intrinsecamente político, tem importância central na vida doméstica e familiar; o poder exercido pelo homem sobre a mulher (direta ou indiretamente), ou pelos pais sobre os filhos, embora seja tratado como reflexo do natural, tem sua legitimidade em uma construção social que perpassa as duas esferas.

Estamos tratando de relações sociais perpassadas por poder e produtoras e reprodutoras de hierarquias. Nesse sentido, quando pensamos na questão do cuidado, a ideia de dualidade entre as esferas, ancorada nas extremidades aqui expostas, contribui para a invisibilidade do cuidado enquanto processo cotidiano, que perpassa as esferas da vida, assim como para o silenciamento das vozes que nele estão envolvidas. Ao mesmo tempo, enquanto os extremos das teorias feministas expõe a complexidade do tema (podendo não intencionalmente contribuir para uma visão incompleta do mesmo), o silenciamento e simplificação estimulados pelo discurso dominante contribuem também para a manutenção da domesticidade feminina enquanto discurso e prática.

## **2.2 De que família estamos falando?**

Para tratarmos desse discurso dominante é interessante notar que ao mesmo tempo em que tanto os três discursos mobilizados, acima mencionados, quanto a ideia da dualidade entre as esferas, embora pareçam à primeira vista um ponto de análise que pode ser apontado e observado em um período histórico específico, sendo então datado, continuam fazendo parte do imaginário social e da ordem moral social, tendo efeito práticos até os dias atuais. Pensando então nos cinco elementos definidores do modelo hegemônico de família levantados anteriormente – *casamento*, *heterossexualidade*, *parentesco*, *nuclearidade* e *privatização* – podemos a partir dos três discursos aqui mencionados e da ideia de dualidade entre as esferas refletir sobre como cada um desses elementos funciona de forma interligada entre si e seus efeitos na vida das mulheres.

Tomar o casamento como ponto iniciador da família se torna uma perspectiva interessante para observarmos o posicionamento das mulheres nessa instituição. Por muitos anos o casamento foi também a celebração da heterossexualidade e do parentesco. Nesse sentido, é interessante notar como estão aqui relacionadas três áreas: a *sexualidade*, a *procriação* e a *propriedade* (Young, 1997, p. 102). Por meio da relação entre essas áreas esse modelo dominante de família exclui outras formas de organização

ao privilegiar apenas uma como a correta e, mais que isso, impõe obstáculos à vivência e, mesmo sobrevivência, dos indivíduos que escolhem (ou não) organizarem suas relações familiares de outra forma. Esse privilégio vem em grande parte por meio do reconhecimento dessas famílias enquanto legítimas pelo próprio Estado, mas não só; e aqui entramos na questão da legitimidade. Famílias que se organizam de formas diferentes, que não são pautadas pela prática sexual enquanto prática fundadora e mantenedora dessa família, por exemplo, encontram grandes dificuldades, inclusive, ou principalmente, legais, em conseguir dar continuidade mesmo nos processos mais simples de reprodução da vida cotidiana.

Poderíamos pensar aqui no exemplo de uma organização familiar formada por pessoas que não são consanguíneas e não desenvolvem entre si relações sexuais, mas apenas de amizade. Esses indivíduos não são encarados enquanto uma família, nem são reconhecidos pelo Estado e pela sociedade enquanto uma. Se decidissem adotar uma criança enquanto família provavelmente encontrariam grandes dificuldades para fazê-lo. O mais provável é que uma dessas pessoas conseguisse essa adoção legal, mas, mesmo assim, este passaria por um crivo moral e legal que talvez nem o possibilitasse a adoção, visto a organização familiar que escolheu. Seguindo o mesmo exemplo, se uma dessas pessoas estivesse doente e precisasse da ajuda constante de um dos outros membros dessa família, provavelmente esse membro teria dificuldades de se ausentar do trabalho para oferecer essa ajuda com a justificativa real. Se esse integrante que está doente falecesse, as dificuldades persistiriam (pensemos aqui nas questões de herança ou pensões e na definição de quem teria legalmente direito a elas). Esse exemplo nos leva à tríade exposta (sexualidade, procriação e propriedade) e ao problema do binômio legitimidade/ilegitimidade imposto às diferentes formas de organização familiar. E mesmo sem exaurir a crítica que pode ser feita a essas questões – não tocamos aqui, diretamente, nos problemas vivenciados pelas famílias de etnicidades diferentes que mesmo tendo a questão do parentesco envolvida desenvolvem organizações distintas do padrão e pelas mães solteiras (Young, 1997, *passim*), e por outras tantas organizações familiares –, esse exemplo consegue nos mostrar o quanto manter um discurso hegemônico sobre família pode contribuir para a reprodução de desigualdades profundas em nossa estrutura social.

Pensando na relação direta entre *parentesco*, *heterossexualidade* e *casamento* podemos, de fato, observar mudanças ao longo do tempo. Poderíamos elencar, por

exemplo, mudanças nas leis que “levaram à desvinculação entre filiação e matrimônio e à equiparação de qualificações e direitos entre filhos concebidos em uma união reconhecida ou não oficialmente” (Finamori, 2015, p. 243). Ainda assim, lidamos, novamente, com os casos em que mudanças são acompanhadas de acomodações. Nesse contexto, as noções de cuidado, por exemplo, ainda aparecem ligadas à família, à figura feminina, às gerações, mesmo que essa família, a relação entre as gerações e a própria figura feminina tenham sofrido alterações ao longo dos anos. Dessa forma, mesmo em um contexto de mudanças, o parentesco ainda assume “o sentido de um conjunto de obrigações morais e legais tanto quanto de direitos econômicos e políticos para a transmissão simbólica e material” (Weber *apud* Finamori, 2015, p. 246), e a forma como o modelo hegemônico o estrutura em relação à posição da mulher nessas relações que ensejam conjuntos de obrigações ainda continua sendo opressora.

Para discutir o cuidado e a posição das mulheres nas relações que o ensejam torna-se importante então tratar de parentesco (mesmo que de forma não tão aprofundada) porque as categorias de sua construção se configuram como a “linguagem através da qual a sociedade é organizada e regulada” (Piscitelli, 1998). Mesmo que não estejamos num contexto de sociedade primitivas, onde os estudos sobre parentesco têm seu auge e força, também em nossa sociedade, ocidental contemporânea, “o parentesco aparece como um marco significativo para a organização da sociedade, dos interesses políticos e econômicos” (Piscitelli, 1998). Ou seja, a centralidade que o termo tem na família não exclui sua importância em relação à outras instituições (o que vai de acordo com nossa crítica à dualidade entre as esferas acima apresentada), ao mesmo tempo em que não deixa de evidenciar a importância das formas de organização dessa família (em relação com os outros campos): quem pode fazer parte dessa família, que direitos tem e quais são suas responsabilidades.

Nesse contexto, para o modelo hegemônico, a heterossexualidade se torna base fiadora dos laços de parentescos confiáveis, duráveis e legítimos. Novamente, as leis e políticas avançam acompanhadas de manifestações de retrocessos a continuidades. Mesmo que atualmente tenhamos posicionamentos legais diferenciados em relação à união homoafetivas, à adoção de crianças por integrantes dessas uniões e aos direitos de herança, por exemplo. Assim, em meio a permanências e acomodações, a família homoafetiva representa uma quebra no modelo moderno de parentesco “formado pela diade do casal heterossexual com sua prole.”. E o próprio reconhecimento da

conjugalidade aqui também é um novo fato da construção das identidades homossexuais (Grossi, 2003, p. 266).

Mesmo que Grossi (2003) mostre que, pelo menos em termos nominais, as relações de parentesco estimuladas por esse tipo de união e família sejam semelhantes às relações estabelecidas nas famílias heterossexuais (o que pode ser inclusive pensado como uma forma/estratégia de legitimação dessas famílias), existem diferenças, perpassadas pelo peso social e político exercido pelo modelo padrão (formado a partir de um casal heterossexual e filhos/as), que não podem ser deixadas de lado. Embora a organização da família em termos simbólicos tenha um importante papel na configuração mesmo dessas famílias e na forma como se enxergam, essa configuração não diz tudo sobre elas. Nesse sentido, precisaríamos nos lembrar, por exemplo, dos desafios que essas famílias representam à sociedade, e aos desafios que por ela são impostos a essas famílias, em relação ao desenvolvimento de novas técnicas de reprodução, às possibilidades de reprodução com indivíduos fora da conjugalidade, e às reorganizações de co-parentalidade.

As diferenças nas organizações familiares, e nos posicionamentos das mulheres nessas organizações, nos direciona a outra questão importante: os laços de parentesco também não são vivenciados da mesma forma por toda a sociedade. Sarti (1994) mostra como em um ambiente de instabilidade econômica os laços familiares mais amplos (além da ideia de nuclearidade) se mantêm e outros laços são criados. Nesses casos, as redes familiares ultrapassam os limites da casa e do parentesco convencional, pensado por meio dos laços de sangue (Sarti, 1994, p. 85), dando espaço para o entendimento de uma dimensão moral do parentesco, o que pode gerar, por exemplo, diferentes formas de coletivização pela responsabilidade das crianças (Sarti, 1994, p. 100-104), trazendo diferentes vivências então dos papéis sociais de pai, mãe, avó/ô, tia/o, irmãs/ãos dentre outros. Ao mesmo tempo, como a própria autora mostra, o fato do parentesco ser vivenciado de uma forma diferenciada não exclui o fato de que a ideia de parentesco convencional é muitas vezes, por exemplo, utilizada pelos próprios indivíduos em suas interações (Sarti, 1994, p. 108), em alguns casos, até estrategicamente de acordo com seus interesses. O que corrobora nossa ideia de que, embora não seja vivido totalmente na prática, o discurso hegemônico tem efeitos, não apenas sob obstáculos e estruturas, mas também na própria representação da realidade e de si mesmos desses indivíduos.

Num contexto de mudanças e permanências, embora o casamento possa ser visto de forma crítica como um meio de controle da sexualidade pelo Estado e de controle privado de um homem sobre uma mulher ele, ainda (também justamente por isso), e de forma concreta e central, enseja privilégios (Young, 1997, p. 101-106). Em seu ideal e prática, como uma ideia comum, mas que vai além do senso comum e abrange bases teóricas importantes, o casamento se definiria enquanto uma instituição formadora da família; ele seria o alicerce da tríade exposta (sexualidade, procriação e propriedade) e a base para o julgamento proporcionado pelo binômio citado (legitimidade/ilegitimidade). Ou seja, famílias, seguindo o modelo hegemônico, são formadas por pessoas adultas casadas, que mantém relações sexuais entre si, que podem ter filhos, que estão envolvidas em um contrato que dá legitimidade legal à sua convivência e mais que isso, garante privilégios legais nas negociações acerca dos bens materiais envolvidos nessa relação. Assim, embora, como discutido anteriormente, a sociedade tenha passado por mudanças e mesmo a instituição do casamento tenha se modificado, conferido a uma parte das mulheres um maior grau de autonomia (sendo justamente a constatação dessas mudanças a causa da urgência de um novo debate sobre os valores envolvendo a família), a instituição do casamento ainda é um significativo regulador das normas sociais, ou seja, ainda opera na definição do que é respeitável e legítimo (Young, 1997, p. 102).

Sendo discutido por várias teóricas feministas, o casamento (e sua posição de base para o ideal moderno de família) vem sendo questionado e sua estrutura criticada por ser uma forma de reforço à opressão das mulheres. Para Young, a instituição do casamento é injusta e deveria ser eliminada, não as relações interpessoais em si envolvidas, mas os privilégios que essa instituição confere a poucos (Young, 1997, p. 102). Se por um lado o casamento confere privilégios a determinadas pessoas e a um tipo específico de família, seu outro lado é a opressão (Young, 1997, p. 103) das muitas outras formas de organização familiar, como mencionado, e de um sexo específico envolvido na organização padrão. Em uma concepção semelhante, Okin (1989) mostra como o casamento funciona como uma espécie de catalizador da vulnerabilidade feminina, sendo que os processos de sua opressão começam mesmo antes de seu acontecimento: mulheres começam a ser preparadas para seus casamentos desde novas, entram nos casamentos já em desvantagem, principalmente econômica, pois são estimuladas a dar prioridade ao próprio casamento e não ao seu desenvolvimento

profissional, por exemplo. Estamos tratando aqui do que a autora define como “ciclos de vulnerabilidade socialmente causada e distintamente assimétrica” (Okin, 1989, p. 138)

Isso nos leva a outra questão relacionada a esse modelo padrão de família: o par independência/dependência, que é utilizado para julgamento e reconhecimento de formas de organização familiar (padrão ou não) e das pessoas envolvidas nelas. A relação entre os três pontos até aqui abordados (sexualidade, procriação e propriedade) e os pilares do modelo padrão (heterossexualidade, parentesco e casamento) culmina, ou reforça, um mito de independência estimulado tanto pelo pensamento político liberal quando pelo capitalismo. Esse mito promove uma distinção entre pessoas que seriam independentes (o que se relacionaria a um mérito pessoal) e pessoas dependentes (de outras pessoas e do Estado), relacionando também essas pessoas a determinados tipos de família. Se tomarmos como exemplo o caso das mães solteiras veremos que “nem a política, as atitudes sociais, nem a teoria social trata as mulheres chefes de família como legítimas (...) [e] a discussão sobre políticas públicas usualmente trata mães solteiras como uma aberração e uma patologia social” (Young, 1997, p. 104), sendo inclusive parte do debate o discurso de que a pobreza ou a discriminação acabariam se elas estivessem casadas. Esse mito da independência, enquanto autossuficiência, principalmente econômica (Young, 1997, p. 124), se entrelaça com a definição de cidadania, ao mesmo tempo em que se entrelaça com a distinção entre os sexos e entre os tipos familiares. Com isso, as mulheres, mas não só (também pessoas pertencentes a outros grupos que ocupam posições marginalizadas na estrutural socioeconômica e/ou que fazem parte de formas de organização familiar diferente do padrão; ou mesmo as crianças, de ambos os sexos, embora também exista já uma diferenciação aqui), por serem entendidas enquanto dependentes ganhariam um status de cidadãs de segunda ordem.

A discussão proposta por Young (1997) tem também como uma de suas preocupações a forma como as crianças deveriam ser criadas para seu pleno desenvolvimento. Concordando que a família (ou as diferentes formas de organização familiar) desempenha um papel fundamental nessa formação das crianças a autora se distancia do debate hegemônico que elege determinadas formas de organização (sendo a forma padrão a principal) como as mais adequadas para prover essa formação. A discussão levantada por Young nos faz pensar que todos os motivos que poderiam ser

elencados para que outras formas de organização familiar não fossem adequadas para uma boa formação humana dessas crianças como a pobreza, a dependência, a discriminação, a falta de laços contínuos, dentre outros, são todos consequência (também causa, num entendimento de um ciclo vicioso) de uma estrutura social que privilegia um tipo de família; ou seja, podem ser revertidos na medida em que essa estrutura for se tornando mais justa e menos desigual. Para que isso possa ocorrer então, seria necessário que o Estado, as leis, as políticas públicas e a teoria social e política reconhecessem, e mesmo incentivassem, as várias formas de organização familiar que possam ser de interesse das pessoas, entendendo que em alguns casos, alguns tipos de organização necessitarão de apoio social e/ou econômico, mas que isso não lhes confere menor valor social ou político ou as coloca enquanto inadequadas para a formação dos cidadãos, ao contrário, apenas evidencia o quanto nossa sociedade é desigual

Existe uma estrutura patriarcal operando, em consonância e a favor da dualidade entre as duas esferas, na construção e reprodução da subordinação feminina e a negação de tal existência promove a tolerância a essa subordinação. Essa negação garante a permanência do patriarcado na medida em que reproduz uma ideia de que o mesmo teria sido deixado pra trás pelo contrato social (que vem promover a substituição do poder paterno pelo poder do Estado, e que sustenta relações sociais tidas como livres)<sup>22</sup>. Mas, o que temos com o contrato original é a criação de uma esfera pública livre e política e a criação, mascarada, por não ser discutida, de uma esfera privada que é tida como seu contrário em termos de discurso e prática. O homem é senhor dos dois mundos, tendo livre acesso e poder nas duas esferas, enquanto às mulheres é imposta uma posição subordinada na esfera privada e um acesso restrito à esfera pública. O contrato só pode ser visto como uma história de liberdade, por ter essa sua faceta de subordinação sufocada: uma história contada de liberdade para os homens e uma história mascarada de subordinação para as mulheres. De fato, a concepção patriarcal da diferença sexual, que trata os homens como os únicos detentores dos atributos necessários para participar dos contratos - como a razão, mas mais importante ainda, a posse da propriedade de si,

---

<sup>22</sup> Porém, como abordado por Pateman (1993 e 1989), existem dois “erros” graves nessa interpretação: primeiro, o patriarcado não foi abandonado, e está presente em nossas estruturas políticas e sociais; segundo, o patriarcado se modificou e não pode ser classificado apenas como referente ao poder dos pais sobre os filhos, em nossa sociedade ele assume uma forma moderna que é fraternal e também estrutural. Como a autora sinaliza, há um sufocamento de uma das facetas da história do contrato original, a história do contrato sexual; essa história mostra que o direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal, sendo que a dominação das mulheres pelos homens também está na formulação do contrato e é a base do patriarcado moderno (Pateman, 1993, p. 18).

ou seja, ser um indivíduo (Pateman, 1993, p. 21) - e as mulheres como naturalmente pertencentes à vida doméstica, tem efeitos em nossa sociedade até os dias atuais e está na base da diferenciação dos sexos entre liberdade e sujeição.

Dessa forma, a aclamação da liberdade trazida pelos contratos é uma ficção maior que a própria ficção do contrato original e com maior peso social e político; “o contrato sempre dá origem a direitos políticos sob a forma de relações de dominação e subordinação” (Pateman, 1993, p.25). E os sujeitos ou, melhor dizendo, os objetos dessa dominação são as mulheres. Ao mesmo tempo: 1) nem a dualidade entre as esferas, ou mais especificamente suas diferentes consequências para os diferentes sexos (e mais que isso, suas consequências negativas para as mulheres), não se dá da mesma forma em todas as épocas e contextos; 2) nem o patriarcado se dá da mesma forma, pelo menos não completamente (e esse segundo ponto tem relação direta com o primeiro). Nesse sentido, a forma contemporânea do patriarcado seria de um tipo público, e essa se caracteriza mais como um contínuo entre sua forma privada, que uma dicotomia (Walby, 1990, p. 180).

(...) a desigualdade de gênero está hoje sendo transformada por uma passagem de relações diádicas de domínio e sujeição a mecanismos estruturais mais impessoais que são vividos mediante forma culturais mais fluidas. Uma consequência é a (re)produção da subordinação, mesmo quando as mulheres agem cada vez mais como indivíduos que não estão sob o comando direto de homens individuais”. (Fraser, 2013, p. 262)

Não poderíamos dizer então, de forma generalizante, que as mulheres se encontram confinadas à esfera privada e/ou ao contrato de casamento (pelo qual seus maridos teriam livre acesso a seus corpos e a seu trabalho doméstico não remunerado). Como vimos, as mulheres têm uma entrada maior na esfera pública, e pensando na questão dos casamentos, devemos levar em conta o fato de que o divórcio é permitido e está mais acessível, embora saibamos que existem ônus para as mulheres que optam (e têm essa oportunidade) por não se casarem ou se divorciarem e incentivos para que se casem ou não se divorciem. Ou seja, as experiências vivenciadas por essas mulheres, contemporâneas, são virtualmente diferentes das vivenciadas por mulheres de outros períodos e contextos históricos.

Voltemos agora à questão do cuidado, por exemplo, e uma de suas práticas, o trabalho doméstico, nesse caso não remunerado. Não parece adequado pensar que a situação de uma mulher que exerce esse tipo de trabalho pode ser explicada apenas se

pensando em uma exploração isolada em forma de domínio direto dessa mulher específica por um homem específico que lhe é próximo (Biroli, 2015, p. 90). Obviamente existem hierarquias e posições privilegiadas e subalternas nessa interação, no entanto essa interação não pode ser o único foco da análise e ela não toma forma isoladamente em relação às outras formas de exploração, inclusive do mercado, por exemplo.

Pensando então na centralidade do patriarcado para a subordinação feminina e nas mudanças que acompanham esse sistema nos é interessante a abordagem crítica feita por Nancy Fraser (2013). Como a autora aponta, uma das formas mais interessantes de trabalharmos com a ideia do contrato sexual e do patriarcado (principalmente se nos focarmos no momento atual) exposta por Pateman é abordando o primeiro enquanto esquema interpretativo do segundo. Nesse sentido, teríamos que pensar então no patriarcado enquanto sistema formado por um esquema interpretativo que estabelece sentidos à diferença sexual, e ao mesmo tempo coexiste com (e em alguns casos reforça) outros esquemas interpretativos, como a heterossexualidade de companheirismo (Fraser, 2013, p. 255). Nesse caso, é interessante notar que os dois esquemas interpretativos aqui mencionados têm relação também com os discursos trabalhados (da infância, do amor romântico e do amor materno). Dessa forma, o patriarcado ainda tem efeito enquanto sistema estruturante da sociedade – e o contrato sexual, enquanto quadro interpretativo, também o tem.

Dessa forma, o modelo hegemônico de família se ancora no patriarcado e na dualidade entre as esferas como forma de reforçar seus alicerces e os discursos que os acompanham. Depois do que discutimos até aqui, talvez não devêssemos concordar tão facilmente que esse discurso dominante, na figura de um pensamento moderno que “– com sua herança no liberalismo contemporâneo – situaria o indivíduo e os direitos em um mundo no qual ‘os indivíduos são adultos antes de terem nascido; os garotos são homens antes de terem sido crianças; um mundo no qual nem mãe nem irmã nem esposa existem’” (Benhabib *apud* Biroli, 2014, p.52). Ao contrário, os indivíduos têm suas vidas planejadas e estruturadas mesmo antes de seu nascimento, inclusive o poder de seu sexo; sua infância é bem definida e arquitetada; e eles têm mãe, irmã, esposa, avó e várias outras mulheres em posições subordinadas bem definidas ao longo de sua vida. Esse indivíduo não está pairando no espaço da Teoria Política, ele tem lugar definido na sociedade e na família.

Mas, como dissemos anteriormente, faz parte também dos alicerces desse modelo hegemônico de família as ideias de nuclearidade e privatização. Como os dois termos podem, em alguns casos, significar diferentes questões e levantar diferentes problemas, é interessante delimitarmos o que queremos dizer quando entendemos que o modelo hegemônico privilegia uma ideia de núcleo familiar privado. Tratar a família enquanto núcleo tem a ver com seu entendimento enquanto entidade e unidade de autogestão (Biroli, 2014, p. 48; Biroli 2015; Cohen, 2013).

Quando discuti anteriormente a questão da privacidade propus o entendimento de que ela, enquanto momento/espço/direito individual, é algo necessário inclusive para o desenvolvimento do *self* dos indivíduos (o que não significa um isolamento desses). É importante que se entenda que essa ideia de privacidade não deve ser transplantada e extrapolada para o entendimento de privacidade da família enquanto entidade em relação ao Estado, mercado e à sociedade, um discurso muito comumente usado por forçar ideias conservadoras e/ou reacionárias que defendem a família enquanto entidade e sua privacidade como forma de separá-la da influência desses outros âmbitos (o que, novamente, tem a ver com a questão da dualidade entre as esferas e do patriarcado, na medida em que essa separação da família tem consequências específicas e diferentes para pessoas de diferentes sexos). Ou seja, legal e moralmente, existe uma diferença entre essa primeira ideia de privacidade (como afirmado, uma ideia de privacidade relacional) e a ideia de “privacidade de ‘entidade’ (isto é, da família patriarcal como uma unidade)” (Cohen, 2013, p. 201).

Em relação direta à ideia de entidade, a noção de nuclearidade se desenha, acompanhada dos três discursos que expus anteriormente, na criação de uma entidade que é então delimitada pelo parentesco. O ideal de nuclearidade é estimulado também pelo desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a família nuclear é a família burguesa. Conforme o sistema capitalista se modifica a quantidade de filhos e membros dessa família também vai se modificando, como vimos, até o momento em que este núcleo, inclusive no Brasil, é cada vez menor (Biroli, 2014, p. 24). Mas, mais que acompanhar mudanças econômicas essa forma de organização/formação familiar também engendra novas sociabilidades e compromissos morais (solidariedades) em relação a outros núcleos e também internamente, o que tem efeito direto para as mulheres.

Pensando mais especificamente na questão do cuidado, o modelo hegemônico de organização familiar privilegia um ideal específico (que é seguido, em grande medida, pelos outros modelos existentes) que além de uma diferenciação entre pessoas, promove uma distinção entre famílias. Isso se dá pelo fato desse ideal colocar o cuidado enquanto prática feminina e privada. Enquanto prática associada ao papel das mulheres, como há pouco discutido, esse ideal gera privilégios para homens, na medida em que os isenta dessa responsabilidade, e opressão para as mulheres, na medida em que as sobrecarrega com ela. Enquanto prática privada, esse ideal corresponde ao par independência/dependência de que tratamos, tendo relação direta com os discursos e práticas capitalistas relacionados ao consumo e à competição.

A ideia de independência, já mencionada, recai tanto sobre os homens quanto sobre as famílias: homens independentes são capazes de manter suas famílias também independentes; famílias independentes não necessitam do apoio nem de outras pessoas exteriores a ela, nem do Estado. Essa independência das famílias vem do poder econômico que possuem, famílias mais ricas podem se dizer independentes enquanto as mais pobres não. Ao mesmo tempo, famílias independentes só podem ser qualificadas enquanto tal por terem toda uma estrutura de apoio que permite que seus integrantes adultos (prioritariamente homens, mas não só) possam ingressar no mercado de trabalho e se dedicar às suas carreiras. Essa estrutura de apoio, ao mesmo tempo, é proporcionada por essa posição econômica privilegiada. E essa estrutura de apoio é em grande medida relacionada às atividades de cuidado necessárias à reprodução cotidiana da vida. Aqui entra a ideia de consumo. E talvez tenhamos então que modificar a afirmação feita há pouco: famílias independentes necessitam do apoio de outros, mas elas têm a possibilidade de pagar por esse apoio; ele não se dá então enquanto um direito social, mas como um privilégio econômico que não é, no entanto, encarado como tal, mas como uma conquista justa, fruto de um histórico de dedicações individuais.

Retomando a pesquisa já citada de Araújo e Scalon (2006) é interessante observar como essa ideia de competição e consumo aparece, mesmo que não de forma totalmente clara:

“Como melhorar a relação entre vida familiar e trabalho? Essa foi uma das perguntas feitas aos inquiridos e que comportava resposta por ordem de preferência em relação a um conjunto de estratégias. Homens e mulheres responderam, como primeira opção, poder trabalhar mais para ganhar mais dinheiro. A escolha parece apontar para uma característica mais pragmática e monetarizada que a vida social vem adquirindo nos últimos tempos e para o

modelo fluido, de necessidade de satisfação imediata como elemento associado à satisfação em geral, nos moldes sugeridos por Bauman (1994).” (Araújo e Scalon, 2006, p. 56)

Mas, mais que uma ideia de satisfação imediata, a relação entre mais trabalho, mais dinheiro e melhores condições de vida é o que o modelo dominante de família associado ao sistema capitalista promove enquanto discurso (e prática) social e político. As pessoas entendem (percebem) que quando têm mais dinheiro conseguem consumir mais bens, mas também, e relacionado a isso, conseguem comprar um melhor cuidado, o que pode lhes conferir um *status* diferenciado. Essa resposta deixa claro também que a possibilidade de ter mais dinheiro está mais associada a uma melhor relação entre vida familiar e trabalho que ações diretas do governo, por exemplo. Ou seja, as soluções encontradas ainda permanecem enquanto privatizadas.

Dessa forma, como o acesso ao cuidado é em muitos momentos tratado não como um direito e responsabilidade de todos(as), mas como um privilégio (mascarado pela ideia de conquista) de poucos(as) e responsabilidade privada (cada família responsável por seus membros, e esses responsáveis apenas por sua família) tem-se uma situação competitiva em relação ao mesmo. Famílias se preocupam, por exemplo, em proporcionar o melhor cuidado possível a suas crianças para que elas se tornem adultos independentes, competitivos no mercado de trabalho, cidadãos de primeira ordem (e esse melhor cuidado vem acompanhado da aquisição/consumo de serviços e bens materiais, dos mais variados); se preocupam também em proporcionar para seus idosos e doentes, o melhor cuidado possível para que possam ter uma vida mais digna, mesmo com suas limitações; mas não se preocupam com o fato de que nem todas as famílias têm condições de proporcionar isso à suas crianças, idosos e doentes – na verdade, essa desigualdade é vista como uma vantagem, novamente tida como justa, para as primeiras famílias, portanto, não há interesse em modificar essa situação (até mesmo porque essa desigualdade é considerada como consequência dos esforços individuais).

“O cuidado enquanto entendido como algo privado, um problema individual das famílias, expõe um dos nós na reprodução da vulnerabilidade econômica diferenciada de mulheres e homens” (Biroli, 2014, p. 57), mais que isso, expõe nós relacionados à subordinação, opressão e desigualdade num sentido geral e amplo, não apenas restrito ao sexo. As possibilidades de cuidado são consistentes “com o padrão de desigualdade socioeconômica do país” (Sorj, 2013, p. 482). Com isso, nessa relação entre independência, consumo e competição instaura-se um círculo de cuidado desigual

(Tronto, 2013, p. 97). Este é um círculo que fortalece a manutenção da estrutura social como desigual e injusta, entre as famílias e entre os indivíduos que delas fazem parte e que se pauta no entendimento da família enquanto entidade privada, de responsabilidade e ação privada e não social.

Dessa forma, numa relação direta que se coloca presente na vida cotidiana das pessoas, as bases do modelo hegemônico de família (casamento, heterossexualidade, parentesco, nuclearidade e privatização) estruturam, produzem e reproduzem sujeitos, instituições, modos de ação, julgamentos e moralidades. É interessante aqui passarmos a um segundo ponto e tratar de algumas abordagens que têm comum as tentativas de reflexão, e mesmo ressignificação, desse modelo e das questões que ele enseja.

### **2.3 Repensando a família e a esfera privada**

Teóricas e ativistas feministas têm elaborado críticas importantes do modelo hegemônico de família, projetando possibilidades de mudanças em relação às desigualdades que o modelo hegemônico de família enseja, principalmente pensando no papel desempenhado pelas mulheres nele. Esse papel está entrelaçado com o cuidado. Como já mencionamos, assim como a feminilidade foi construída de forma entrelaçada com a ideia de maternidade, o sujeito mulher tem sido construído de forma entrelaçada com o trabalho do cuidado. Abaixo, apresento três abordagens distintas da família na crítica teórica feminista<sup>23</sup>.

A primeira delas tem uma relação direta com a busca pela valorização do posicionamento dessas mulheres nessa estrutura (valorização desse posicionamento e tudo que ele enseja em termos de trabalho, aspirações e moralidades); uma valorização que se não foi encontrada no mainstream das discussões sobre política também, por muito tempo, não teve forças dentro do próprio feminismo. Então, mais que projetar diretamente uma mudança das estruturas, as teóricas que seguiram essa abordagem buscaram mostrar e protagonizar o desenvolvimento do sujeito feminino nessa família, e sociedade, e com isso, valorizar esse desenvolvimento enquanto diferente e não pior em relação ao masculino. Trata-se das teóricas associadas ao “maternalismo” e/ou à “ética do cuidado”.

---

<sup>23</sup> Desde já deixamos claro que essas abordagens, infelizmente, não contemplam todas as formas de opressão sofridas pelas mulheres na família nem as formas de opressão sofridas por diferentes famílias. Ainda assim, são abordagens importantes nas teorias feministas como um todo e a nosso trabalho por levantarem questões relevantes para uma crítica à desigualdade.

Nancy Chodorow (1978) faz uma reflexão sobre as diferenças de gênero presentes nos estudos de Freud e em teorias da socialização, como a proposta por Parsons. Confirmando a centralidade da maternidade para a divisão sexual do trabalho, e os efeitos profundos que a maternagem traz para a vida das mulheres, para uma ideologia sobre a feminilidade e a masculinidade e para a reprodução da desigualdade sexual, a autora busca entender como ocorre a reprodução da maternidade, seus modos e consequências, sob uma perspectiva sociológica e psicanalítica.

A autora aborda a importância de se a maternidade (e os papéis na família, em geral) não como um produto natural e sim como uma construção social (Chodorow, 1978, p. 14). No entanto, embora esteja em consonância com o entendimento de que, enquanto construção social, a maternidade está diretamente relacionada à socialização, a autora acredita que esta ainda é insuficiente para explicá-la. De acordo com Chodorow algumas feministas, ao abordarem a maternidade enquanto produto de uma socialização diferenciada, não se aprofundam sobre este processo, tomando-o como dado; nestes casos, acabam caindo em argumentos que ficam presos em um conformidade comportamental ou em intenções individuais (Chodorow, 1978, p. 31-39), o que oferece um entendimento limitado. Enquanto comportamental, teríamos a explicação de que a maternidade, da forma como é tratada, é resultado de treinamento ou aprendizagem cognitivos: as garotas são ensinadas a serem mães, treinadas para nutrir; por meio dos brinquedos que ganham, das roupas que vestem, de comportamentos reprimidos e estimulados reproduzidos também pela mídia, aprendem a ser mulheres e então “decidem” tomar-se mães, para só então se identificar com suas mães (Chodorow, 1978, p. 31). E enquanto intenção individual, além do fato das mulheres “querem” fazer coisas de mulheres (como ser mães) está a ideia de que as mulheres se tornariam mães porque os homens não querem fazê-lo: os homens usariam seu poder sobre as mulheres para reforçar a perpetuação da maternidade; como os cuidados paternos/maternos são atividades não pagas e de menor status, os homens optam por não realizá-las (Chodorow, 1978, p. 31).

Como forma de fugir de análises que considera como limitadas, a autora busca outra discussão sobre a perpetuação da maternidade propondo o entendimento desta enquanto uma função basicamente psicológica. De acordo com Chodorow a psicanálise traz uma “abordagem sistemática e estrutural da socialização e da reprodução social” que sugere que “grande parte das características da organização social do gênero são

transmitidas nas e por meio das personalidades produzidas pela estrutura da instituição – a família – em que as crianças se tornam membros da sociedade” (Chodorow, 1978, p. 39). Neste sentido, a autora aborda que diferentes personalidades são desenvolvidas em homens e mulheres desde o início de suas vidas, por meio dos primeiros cuidados que recebem e que as experiências vividas nos relacionamentos que ocorrem neste primeiro período são de extrema importância para a formação da personalidade. A reprodução da maternidade está então ligada aos primeiros relacionamentos entre mãe e filho e aos primeiros períodos do desenvolvimento infantil (Chodorow, 1978, p. 57).

Como vimos, mesmo depois de modificações na estrutura econômica capitalista e dentro da própria família a mulher/mãe ainda é a principal responsável pelo cuidado com os filhos. Mesmo quando a mãe não é um indivíduo presente, a preocupação com o cuidado é substituída, em sua maior parte, por outra mulher (irmã, avó, tia ou trabalhadoras assalariadas). Isso faz com que as crianças tenham desde sempre uma presença feminina muito marcante, envolvida na criação e desenvolvimento dos primeiros laços afetivos, e uma ausência masculina explícita. Isso recai de formas diferentes sobre crianças de diferentes sexos: o menino desenvolve suas características masculinas na forma de regras abstratas, enquanto a menina desenvolve suas características femininas por meio de relações concretas e emocionais (Miguel e Biroli, 2011, p. 78).

Concluindo, as mulheres, sendo mães (e os homens sendo “não-mães”), produzem filhos que tem as capacidades e necessidades “cuidadoras” limitadas e reprimidas, e os preparam para assumir mais tarde, uma função menos afetiva em suas famílias e para uma participação impessoal no mundo extrafamiliar, na vida pública; ao mesmo tempo, mulheres, como mães, por meio de um relacionamento entre mães e filhas, produzem filhas não só com as capacidades para, mas com o desejo de serem mães (Chodorow, 1978, p. 7). Como resultado, a maternidade se reproduz de forma cíclica.

Já a psicóloga Carol Gilligan (1982) traz um diálogo direto com as reflexões de Chodorow, Freud, Piaget, Kohlberg, dentre outros/as estudiosos/as do desenvolvimento moral humano. A autora mostra que as diferenças entre homens e mulheres têm sido tratadas pela literatura psicológica enquanto um problema do desenvolvimento moral feminino - as mulheres teriam uma falha em alcançar os modelos de desenvolvimento

humano propostos. De acordo com Gilligan (1982, p. 2.), isso é na verdade um “problema de representação, uma limitação na concepção da condição humana, uma omissão de certas verdades sobre a vida”.

Gilligan critica o fato dos modelos de desenvolvimento humano, como o proposto por Freud, serem desenvolvidos tendo por base o desenvolvimento masculino, adotando este como a norma. Ao tentar trazer as mulheres para este modelo dominante, não coincidentemente, há um desencontro, visto pelos teóricos como uma falha no desenvolvimento moral feminino. O que a autora tenta mostrar é que está suposta falha na verdade evidencia a existência de outro desenvolvimento moral, diferente do masculino, mas não menos relevante ou legítimo. Esta outra moral é resultado de diferentes processos de socialização também, e principalmente pelas diferentes experiências vividas desde a infância (como as diferenças em relação ao cuidado maternal/paternal discutidas por Chodorow). Dessa forma, teríamos uma moral mais ligada a uma ética do cuidado do que à justiça (como costumamos tratá-la).

“(…) assim como as convenções que dão formato ao julgamento moral das mulheres diferem daqueles aplicados aos homens, também a definição do domínio moral das mulheres diverge da derivada dos estudos relativos aos homens. A construção das mulheres do problema moral mais como um problema do cuidado e responsabilidade nos relacionamentos, do que como um problema de direitos e regras, vincula o desenvolvimento do seu pensamento moral a mudanças em seus entendimentos sobre responsabilidade e relacionamentos, assim como a concepção de moralidade como justiça vincula o desenvolvimento à lógica de igualdade e reciprocidade. Então a lógica que fundamenta a ética do cuidado é uma lógica psicológica dos relacionamentos, que contrasta com a lógica formal de paridade que faz parte da abordagem de justiça.” (Gilligan, 1982, p. 73)

Chodorow e Gilligan ao mostrarem como socialmente e psicologicamente as diferenciações entre homens e mulheres se dão e a importância da instituição familiar na construção e manutenção dessa diferenciação – enquanto propulsora dos ciclos de reprodução de expectativas e comportamentos, portanto, nesse caso, de desigualdades – vão além de abordagens feministas que usavam essa informação como forma de crítica à condição feminina. Não podemos dizer que essas duas autoras não compartilham dessas críticas, mas sua inovação está no fato de buscarem dar centralidade a essa diferença (ou espaço a essa voz diferente das mulheres) sem desvalorizá-la, mesmo entendendo que ela pode ser, e em muitos casos é, problemática do ponto de vista da luta contra a subordinação feminina.

Numa segunda abordagem<sup>24</sup>, temos de forma mais clara essa tentativa de valorização dessas experiências e dessa voz, que mesmo sendo formadas sob estruturas opressoras são as experiências, vozes e vidas de grande parte das mulheres, ou seja, não podem ser simplesmente criticadas, desvalorizadas e subsumidas. Se as expectativas convencionais acerca dos papéis femininos são um problema, o não entendimento de que essas expectativas fazem parte do sujeito feminino também o é. Por meio de um debate político, que também se propõe enquanto moral, Elshtain (2013) faz uma análise diferenciada da dualidade entre as esferas pública e privada, propondo uma redenção da segunda ao encará-la enquanto espaço onde seria possível a construção de uma moralidade e responsabilidade diferenciada (Elshtain, 2013, p. 155). Para a autora é necessário cuidar e preservar essa esfera porque essa moralidade aí produzida não é apenas diferenciada, mas é melhor que a que se encontra na esfera pública. Ao mesmo tempo, seria necessário transpor essa moralidade elevada à esfera pública objetivando reconstruí-la e torná-la um espaço menos competitivo, conflitivo e mais ético. É interessante notar que essa divisão entre esferas e moralidades é claramente uma divisão entre os sexos, e isso não é implícito ou negado pela autora, ao contrário.

Nesse sentido, a família ocupa papel central nas reflexões da autora. Para ela, a organização familiar é “uma característica pressuposta da existência social” e, mesmo a família sendo um dos pontos centrais da crítica feminista à opressão das mulheres, não há como negar essa característica; sendo necessário então não extingui-la, mas formular um “determinado ideal de vida familiar que não repita os termos anteriores da opressão e da exploração feminina” (Elshtain, 2013, p. 142-143). Até aqui, poderíamos concordar em grande medida com a autora, porém, a forma como conduz seus argumentos faz com que sua posição seja dificilmente sustentada. Ao discutir outras autoras que seriam contra a organização familiar, ou incentivariam uma reformulação radical dessa, Elshtain se coloca enquanto preocupada com a criação e formação das crianças. E entendendo a família enquanto um “imperativo moral” a autora afirma que “os laços familiares e os modos de criar as crianças são essenciais para estabelecer a base mínima da existência humana e social” e que é necessário “um ideal específico de família” (Elshtain, 2013, p. 146-147). Esse ideal se traduz em uma formação familiar onde a

---

<sup>24</sup> Costuma-se trabalhar com a proximidade entre as discussões propostas por Chodorow, Gilligan e Elshtain, no sentido de que partilham entendimentos sobre a ética do cuidado. No entanto, as coloco aqui separadas por observar, como veremos adiante, a crítica de Elshtain num caminho diferente do proposto por essas autoras.

criança seja criada por “outros específicos” que sejam permanentes e que desenvolvam com essa criança vínculos e relações afetivas (também relações erotizadas) que possibilitarão que essa criança posteriormente, enquanto adulta, seja capaz de criar outros vínculos com outras pessoas e desenvolver qualidades como piedade e compaixão. Mais que isso, ao longo de sua argumentação a autora extrapola para o entendimento de que laços biológicos são essenciais a uma estrutura familiar (Elshtain, 2013, p. 150).

Ainda seguindo o mesmo raciocínio, a autora entende que “o que deve ser combatido é o isolamento e ao aviltamento das mulheres em termos de ideologia e estruturas sociais de dominação masculina, e não a atividade, o imperativo humanizador, da maternidade, ou de ser pai ou mãe em si” (Elshtain, 2013, p. 152-153). Fica claro então que para Elshtain a família é importante ao mundo privado e necessária à reconstrução do mundo público (enquanto um mundo melhor), que ela é essencial à criação das crianças como forma de torna-las humanas, e que ela deve ser constituída pelo parentesco e, mais que isso, pela maternidade.

Fica claro que a autora elege um ideal familiar enquanto superior a outras formas de organização, e esse ideal é muito próximo ao modelo hegemônico que tratamos, o que exclui outras formas de organização familiar do desejável e opera como forma de manutenção nas hierarquias sociais, principalmente, nesse caso, as de gênero. Fica claro também, como já mencionamos em outro momento nesse mesmo capítulo, que a autora também silencia muitas facetas dos processos opressivos que ocorrem no interior dessa instituição. No entanto, as reflexões trazidas pela autora são interessantes por exaltarem a importância da esfera privada e da organização familiar na formação das pessoas e na conformação das estruturas sociais (tanto deixada de lado por outros/as teóricos/as), e por darem, de certa forma, uma visibilidade positiva à experiência das mulheres e o que essa experiência traz em termos de sociabilidades, afetos, interações e responsabilidades. Se é necessário que seus limites enquanto teoria crítica feminista sejam expostos, também é importante que seus pontos positivos sejam levantados.

A posição das mulheres na família nos coloca frente a um dilema que, como vimos, não é enfrentado por grande parte da Teoria Política: a relação entre subordinação natural e individualismo livre (Pateman, 2013) ou, se quisermos, a relação entre engajamento voluntário e subordinação (Biroli, 2014, p. 48). Ao não enfrentarem

tal dilema, as teorias hegemônicas da justiça e da democracia contribuem para o insulamento das mulheres na família e para manutenção de seu papel como não-sujeito subordinado (ao marido, a outros homens, ao Estado, ao mercado). Há um silenciamento sobre as estruturas familiares desiguais assim como sobre a condição das mulheres nessa estrutura. Mas, se observarmos as duas abordagens aqui propostas, podemos dizer que mesmo parte das teorias feministas não enfrenta esse dilema também o que, com certeza, é um problema.

Nesse sentido, a terceira abordagem<sup>25</sup> se apresenta como uma das formas de publicização e enfrentamento desse dilema. Susan Okin (1989), tendo uma concepção diferenciada da esfera privada e da estrutura familiar anteriormente aqui exposta, propõe uma análise das injustiças sofridas pelas mulheres nessa estrutura. Em um diálogo direto com John Rawls, e sua Teoria da Justiça, a autora aponta como a família vem sendo tomada como “dada” pela teoria política e como as hierarquias pautadas pelo gênero não são focalizadas quando a família entra no debate, o que faz com que se tenha uma visão míope dessa estrutura e que não se discuta o quanto ela é opressora às mulheres e o quanto é necessário um debate sobre justiça acerca dela. O foco principal da autora é a desigual divisão sexual do trabalho doméstico (Okin, 1989, p. 25) e a forma como esta se relaciona diretamente à posição desprivilegiada das mulheres tanto na esfera doméstica quanto na pública. Nesse sentido, a família deveria ser o foco das discussões sobre justiça, pois nela está a base para as injustiças sofridas pelas mulheres nas várias esferas da experiência.

É interessante notar que em sua discussão também está presente uma preocupação com as crianças, que estariam em uma posição desprivilegiada na estrutura familiar sendo, assim como as mulheres, mais vulneráveis. Há então uma grande preocupação com a socialização diferenciada e o que ela engendra nos indivíduos de diferentes sexos como forma de mostrar que as desigualdades entre homens e mulheres na família não são consequências do natural, mas sim uma construção social, que pode (deve), portanto, ser modificada. Há também uma preocupação de que a estrutura familiar seja mais justa para que essas crianças, ao crescerem e se tornarem adultas, possam desenvolver interações humanas mais empáticas e consistentes com um entendimento de justiça.

---

<sup>25</sup> Novamente, essa abordagem também discute a ética do cuidado, porém numa perspectiva diferente das outras abordagens mencionadas.

“A menos que os lares onde as crianças são criadas, e veem seu primeiro exemplo de interação humana, sejam baseados na igualdade e reciprocidade ao invés da dependência e dominação (...) como elas compensarão, mesmo com todo amor que possam receber de seus pais, a injustiça que elas veem diante de si na relação entre esses mesmos pais? (...) Se ambos os pais não compartilham das atividades de cuidado, elas serão capazes de manter na vida adulta a capacidade para empatia que pauta o senso de justiça?” (Okin, 1989, p. 99-100)

Como se observa, a justiça na família, para Okin, depende de uma divisão sexual do trabalho doméstico justa entre os sexos. A justiça estaria na distribuição igualitária da responsabilidade pelo cuidado (com a casa, com os filhos, e com outros integrantes da família). Nessa perspectiva, “os homens têm de dividir de forma igual a criação das crianças e outras tarefas domésticas”, pois “enquanto a mulheres se identificarem com esse trabalho ‘privado’, seu status público será sempre prejudicado” (Pateman, 2013, p. 75).

De fato, é de extrema importância para uma maior igualdade de gênero que o trabalho doméstico não seja pautado por uma diferenciação sexual, já que as consequências dessa injustiça são profundas e atravessam a esfera do lar e é necessário que tenhamos esse olhar sobre a forma como a família se organiza. No entanto, as formas de conceber a família e a justiça fazem com que Okin cometa negligências semelhantes às encontradas em Elshtain. Pelo trecho exposto, fica claro que a autora também prioriza a organização familiar padrão quando trata da criação das crianças e da divisão das tarefas no lar que seguem uma lógica de diferenciação hierárquica. Esse modelo padrão diz respeito tanto à heterossexualidade, quanto ao parentesco e ao casamento. Dessa forma, as questões de justiça não são devidamente expostas a outras formas de organização familiar. Sua concepção de família também se ancora na ideia de nuclearidade e privatização, já que a autora não coloca como prioridade a distribuição das responsabilidades para além do núcleo familiar. Mas, além disso, mesmo a forma como a justiça é colocada é complicada, por seguir um registro pautado pela lógica distributiva, o que implica no problema de que nem todas as formas de injustiça podem ser contempladas por esse paradigma (Young, 1990 e 1997), e principalmente quando tratamos da justiça em família isso fica evidente: podemos falar de recursos desfrutados dentro da esfera familiar como dinheiro, tempo, talvez até mesmo lazer (Okin, 1989, p. 32), mas quando avançamos para questões como cuidado, atenção, sexualidade ou mesmo afeto a lógica distributiva se torna insuficiente, principalmente quando extrapolamos esse núcleo (ou a ideia de justiça exposta pela autora).

Poderíamos ainda aqui tratar de uma quarta abordagem, focada não numa reestruturação da família, mas sim em sua extinção, na medida em que coloca as relações familiares como constrangimento à emancipação e à igualdade. Firestone traça uma relação entre família, biologia e opressão que faz parecer que não há como pensarmos em um cenário de coexistência entre a instituição familiar, pelo menos nos moldes hegemônicos, e uma condição não subordinada das mulheres. De acordo com a autora, em todas as sociedades sempre houve alguma modalidade de família biológica (Firestone, 1976, p. 88), e esse tipo de família é tirânica em relação às mulheres na medida em que entrelaça natureza e os papéis sociais das mulheres como reprodutoras e educadoras (Firestone, 1976, p. 87) (nos dois casos é importante lembrar que estamos lidando com o cuidado). De acordo com a autora:

“a biologia reprodutora da mulher foi a responsável por sua opressão original e continuada, e não alguma espécie de revolução patriarcal inesperada (...). Embora seja verdade que a sorte da mulher piorou consideravelmente sob o patriarcado, ela nunca foi boa; pois, apesar de toda nostalgia, não é difícil provar que o matriarcado nunca foi uma resposta para a opressão fundamental das mulheres. Basicamente, ele não passou de um meio diferente de enumerar linhagem e herança, meio que, embora possa ter trazido mais vantagens para as mulheres do que o patriarcado posterior, não admitiu as mulheres na sociedade como iguais. (...) através de toda a História, em todos os estágios e tipos de cultura, as mulheres foram oprimidas devido a suas funções biológicas.” (Firestone, 1976 p. 89)

Neste ponto existe uma dúvida importante de se levantar. Poderíamos refletir que assim como a terceira abordagem proposta, esta também acabaria por projetar uma desvalorização da esfera privada, das experiências nela desenvolvidas, do trabalho nela promovido e então de boa parte do que forma hoje o sujeito mulher? Essa é uma situação em que a crítica proposta é importante, mas a forma como se coloca pode gerar efeitos contrários ao que se busca. Parece ficar a sensação de que estamos, a todo momento, reencenando o dilema de Wollstonecraft (*apud* Miguel e Biroli, 2011), em diferentes versões, mas com a mesma essência: extensão do ideal liberal às mulheres por meio de uma neutralidade ou a visibilização e valorização de sua condição de mulheres.

Espero que ao longo da tese fique claro que esse retorno aos limites das teorias feministas é necessário para que os avanços já alcançados sejam melhor entendidos e para que outros avanços continuem a ser obtidos.

### **CAPÍTULO 3 - Mulheres e desigualdade: distinção à brasileira**

As pesquisas brasileiras se mostram cada vez mais esclarecedoras em relação às tramas que perpassam a questão do cuidado em nossa sociedade. Hoje temos maior acesso a informações reveladoras de nossas estruturas e cotidiano social, econômico e político graças ao investimento e maior interesse de governos, de diferentes organizações não governamentais (nacionais e internacionais), de movimentos sociais e de pesquisadores/acadêmicos em entender nossa realidade, o que se mostra também, na maior parte dos casos, como uma busca de transformação dessa mesma realidade. Nesse cenário novas pesquisas surgem ao mesmo tempo em que séries são mantidas e avançam com modificações essenciais em sua estrutura, o que permite cada vez mais um olhar mais nítido sobre os temas estudados.

Exemplo importante é a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – Pnad<sup>26</sup>, que inicialmente não abordava a questão do trabalho doméstico como ocupação ou não contabilizava as horas dedicadas pelas pessoas nas atividades de produção/reprodução do dia a dia (num cenário internacional e nacional onde as pesquisas já se preocupavam com essas questões desde a década de 70), mas que hoje traz essas informações e lhes dá, cada vez mais, maior importância. Nesse caso específico, tais mudanças são resultado direto de ação conjunta de movimentos e acadêmicas/pesquisadoras feministas e da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres<sup>27</sup>.

Sendo então reflexo e resultado de diversas lutas sociais ao longo de nossa história, as mudanças nessas pesquisas, tanto como a entrada de novos temas, como a reformulação de suas estruturas, encontram nas ideias de interseccionalidade e consubstancialidade, trabalhadas no capítulo anterior, um ponto comum. Nesse

---

<sup>26</sup> “A partir de 1992, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) questões referentes ao trabalho reprodutivo e ao uso do tempo. Inicialmente, contemplou questão a respeito dos membros do domicílio que realizam afazeres domésticos; outra a respeito do tempo despendido no deslocamento entre a casa e o trabalho. Em 2001, incluiu questionamentos a respeito do número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos” (Bandeira e Preturlan, 2016, p. 46).

<sup>27</sup> Criada em 2002, tomando *status* de Ministérios em 2010, a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres tem importante papel na conscientização da agenda política brasileira a respeito das questões de gênero. Ação que deve exaltada nesse contexto foi a materialização dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs), desenvolvidos também em parceria com a sociedade. Infelizmente, em meio às mudanças e retrocessos sofridos, em 2015 a Secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o que se caracterizou também como uma manobra para dar menos importância à essas questões e, conseqüentemente, menos investimentos em políticas para a mudança.

contexto, é interessante notar que nas análises sobre a situação feminina no Brasil a relação entre gênero e classe pareceu se mostrar muito clara desde o início (o que não significa que se tenha dado a mesma importância às duas questões ou que elas, e sua relação, tenham sido trabalhadas sempre da mesma forma), o que pode ser explicado em grande medida pela grande influência da corrente socialista em nosso feminismo. Tanto a formulação de novas pesquisas, como a análise de pesquisas já disponíveis, estiveram então muito imbricadas no entendimento de que essa relação era fundante para se pensar a desigualdade que perpassava a vida das mulheres brasileiras.

Com o passar do tempo temos, no entanto, a incorporação de outras temáticas centrais à análise dessas desigualdades. Reformulações foram feitas (empírica e normativamente) para que questões como raça, por exemplo, pudessem ser melhor captadas nessas pesquisas e, além disso, outras formas de pensar a realidade a partir da abertura para diferentes perspectivas se fizeram presentes nas reflexões. Essas pesquisas começaram a trazer de forma mais clara a relação entre os diferentes eixos que configuram nossas vidas em suas estruturas.

É importante lembrar que essas mudanças são, em muitos sentidos, resultado do protagonismo das mulheres negras. Como sabemos, o movimento negro no Brasil não é recente e passou por diferentes fases (tendo inclusive em alguns momentos demandas totalmente opostas entre si), assim como a participação das mulheres negras nesse movimento. No entanto, o reconhecimento dessa participação, assim como da especificidade de suas experiências, veio com a luta dessas mulheres dentro desse movimento, e dos movimentos de classe e feministas (sindicatos, partidos, organizações comunitárias, dentre outros). Nas diferentes arenas as mulheres negras foram cada vez mais ocupando espaços e fazendo-se ouvir e serem vistas (Freitas, 2018; Bernardino-Costa, 2013; Werneck, 2001, 2010; Gonzalez, 1984, 1988a, 1988b; Carneiro, 2002; dentre outras).

Ao mesmo tempo, se a ideia de interseccionalidade parece mais presente, a importância do cuidado não. Análises feministas brasileiras atentam para o cuidado, mas poucas o colocam como central à democracia num sentido mais amplo (como, por exemplo, Biroli, 2014;2015). Muitas o abordam de forma limitada enquanto prática (Araújo e Veiga, 2015; Araújo e Scalon, 2006, por exemplo, faz separações que vão além de uma opção analítica entre trabalho doméstico e cuidado), e não tratam a *ética*

*do cuidado* enquanto ideal buscado, se focam em relações diretas e intersubjetivas ou trabalham com estudos de caso separados, sem traçar uma linha explicativa entre as desigualdades costuradas pelo cuidado. De fato, essa não é uma especificidade brasileira, o que reafirma nossa discussão sobre esse ainda ser um campo em disputa e construção. Temos aqui então o próximo passo na mudança para a configuração e análise dessas pesquisas e, por conseguinte, na busca por entendimento e transformação de nossa situação desigual: a divisão sexual do trabalho do cuidado deve ter sua centralidade reconhecida.

Mas talvez, falar aqui abstratamente dessas mudanças não nos permita perceber a grandeza de sua importância. Pensando mais especificamente na análise aqui proposta, discutir a relação entre cuidado e democracia, analisando como essa relação se conjuga com gênero, classe e raça na formulação e conformação das desigualdades no caso brasileiro é tarefa que se complementa com informações disponibilizadas por essas pesquisas e com as reflexões acerca delas que foram protagonizadas por diversas/os atrizes e atores (novamente, nos referimos aqui a governos, organizações, movimentos sociais, pesquisadoras/es, acadêmicas/os dentre outras/os<sup>28</sup>).

Ao mesmo tempo, o fato de que tais informações existem e que o acesso a elas seja facilitado na atualidade não se configura, necessariamente, em um reconhecimento hegemônico e amplamente compartilhado sobre sua importância ou sobre os meandros que constituem nosso contexto desigual. O que quero dizer é que diferentes pesquisas existem, diferentes dados estão disponíveis, mas que, de forma semelhante, existem diferentes apropriações da realidade encontrada. A falácia de que contra fatos/dados não há argumentos já foi escancarada por grande parte das/os autoras/es por mim seguidas/os até aqui, as/os feministas principalmente. Tenho consciência então de que da mesma forma como diferentes questões/perguntas (e formas de aplicar essas questões durante uma pesquisa) podem gerar diferentes resultados/dados/informações, diferentes abordagens também podem gerar diferentes conclusões. Argumentos, então, não apenas constroem fatos e dados, mas nossas percepções sobre eles. Ou seja, dados/fatos não existem por si só, a significação que deles fazemos é parte extremamente importante e central do processo científico e necessidade central para sua existência. Nesse sentido,

---

<sup>28</sup> A mídia é um exemplo aqui, podendo também ser encarada como ator e tendo papel importante.

para o propósito dessa tese, escolhemos trazer as informações de algumas pesquisas específicas e as significaremos tendo como base as reflexões que fizemos até aqui.

Dessa forma, esse capítulo se dedica a uma análise uma pouco mais detalhada, da situação atual brasileira, de sua desigualdade no que se refere à vida das mulheres. No entanto, embora esse seja nosso objetivo, nosso ponto de partida será outro: parece também essencial o entendimento sobre como nossa situação de desigualdade foi sendo desenhada ao longo do tempo, ou seja, o desenrolar histórico dessas tramas também é importante aqui. Ao mesmo tempo, trazer nossa história (social, política e econômica) para a análise não significa que partiremos agora para uma descrição minuciosa dos acontecimentos dos últimos quinhentos e poucos anos. Mas é importante que determinados padrões, mudanças, diferenças e acomodações sejam revelados, reconhecidos e discutidos. De fato, parte desse desenrolar histórico pode ser acompanhado quando observamos as mudanças e continuidades nessas mesmas pesquisas e informações que elas nos trazem. No entanto, o que proponho é algo além da comparação de dados ou informações, mas uma tentativa de análise e (re)construção de nossa organização social, tomando o cuidado, desde o início, como elemento central.

Parte do entendimento de que a configuração de nossas relações sociais não pode ser entendida como estante se encontra no reconhecimento de que elas se modificam no *tempo* e *espaço*. Para além da simplicidade e obviedade que essa afirmação possa parecer ter, o que encontramos é a complexidade de nossas experiências. Pensar em tempo e espaço enquanto variáveis importantes é entender que mesmo sob a existência de padrões compartilhados de ação e interpretação, sua vivência é diferenciada. Ao mesmo tempo, é também tentar entender a construção desses padrões e o papel que desempenham nessa estrutura desigual. Recordando nosso quadro de análise proposto no primeiro capítulo, as relações entre tempo e espaço se constituem como um dos quatro blocos de atenção para a discussão do cuidado aqui propostos e estarão de forma mais direta, presentes nesse capítulo.

Dessa forma, nos dedicaremos agora a um trabalho de entendimento da desigualdade atual brasileira por meio da análise de dados obtidos em pesquisas empíricas e das observações e reflexões acerca de nossa história. O entendimento é de que não há como se pensar o presente desigual e se projetar um futuro de mudanças democráticas se não entendermos como esse presente se construiu no tempo, de diversas

formas para diferentes pessoas. Isso quer dizer que vamos pensar a posição social, política e econômica de mulheres negras e/ou pobres em nossa sociedade a partir do entendimento da existência dessas mulheres nas diferentes esferas da vida, no mundo e no tempo. O capítulo se divide em três principais partes: a primeira busca reforçar a importância de se pensar as questões de tempo e espaço para se discutir cuidado e desigualdades; a segunda traz uma análise mais aprofundada sobre as famílias brasileiras, passando pela construção e desconstrução dos modelos hegemônicos, assim como pela invisibilização dos outros modos de existência, entendendo o cuidado como elemento organizador desses modelos; a terceira parte retoma a importância de tratarmos da responsabilização do cuidado (é nessa parte que as pesquisas mencionadas estarão presentes de forma mais direta) em diálogo direto com o contexto atual de desigualdade.

### **3.1 Tempo e espaço: relações desiguais e poder**

“Se pediam às pessoas que explicassem o que queriam dizer com ‘espaço’ e ‘tempo’, certamente diziam que o ‘espaço’ é o que alguém pode percorrer em um determinado tempo, enquanto que o ‘tempo’ é o que se necessita para percorrê-lo. Mas se ninguém lhes pedia explicação, dificilmente se atreviam a expressar essas definições. Por que o faria? Alguém entende bem as coisas da vida cotidiana mesmo que ninguém lhe peça uma definição, e se ninguém a requer, não há necessidade de defini-la.” (Bauman, 2002, p. 118-119 – Tradução nossa.)

Embora todas nós estejamos constantemente lidando com as categorias de tempo e espaço em nossas vidas, poucas vezes nos permitimos refletir sobre sua importância na organização de nossas experiências. A habitualidade e a proximidade dos termos em nosso imaginário social gera uma sensação de falsa naturalidade e conhecimento que silencia questões que afetam a vida de todos. E, como já vimos, naturalidade e silenciamento se entrecruzam de forma perversa com o intuito de manutenção de um *status quo* desigual. É nesse momento que o cotidiano se torna perigoso, porque normal, já definido e aceito.

Nessa perspectiva, costumamos lidar com tempo e espaço como categorias mais descritivas que como elementos construtores da realidade social. Mas é justamente nesse segundo caráter que queremos nos focar aqui, no papel político construtivo dessas categorias que, pra nós, são muito mais que apenas categorias e atuam enquanto elementos políticos mobilizados para gerar poder; podendo então serem utilizados com

vistas a manutenção de uma situação de dominação e opressão, mas também, podendo ser ressignificados para a transformação dessa mesma situação.

Pensando na literatura política feminista, é comum nos depararmos com discussões relativas ao espaço sob uma ótica da dualidade entre as esferas pública e privada, como já discutimos no capítulo anterior. Nesse sentido, cada esfera representaria um espaço diferenciado de vivência e pertencimento e as divisões vão se colocando de acordo com o entrecruzamento consubstancial de diferentes elementos constitutivos dos sujeitos, como gênero, raça e classe. Mas, cada vez mais também é mais central a essa literatura uma discussão que tenta entender a divisão espacial em termos globais, trabalhando com as relações de poder, também pautadas por esse mesmo entrecruzamento, se colocam entre países e regiões, afetando as pessoas de acordo com seus pertencimentos territoriais e/ou étnico/culturais. Nos dois casos, as noções de espacialidade podem transitar entre uma ideia mais plástica, física ou mínima e algo mais amplo, macro ou global. Já em relação ao tempo, também é comum vermos seu tratamento enquanto mais um recurso escasso às mulheres (e outros grupos subalternos), o que as prejudica nas possibilidades de participação política, entrada no mercado de trabalho e, de forma geral, nas possibilidades de exercício de sua autonomia. Aqui, as pesquisas sobre o uso do tempo têm importância central.

Independente do referencial que se adote, podemos dizer que não há como negar que para essa literatura, de forma crítica, nosso tempo e espaço são classificados e entendidos como “o(s) tempo(s) e o(s) espaço(s) de um homem branco e rico”. Ainda assim, nas análises, muitas vezes essas categorias podem acabar assumindo um papel coadjuvante no entendimento da conformação da realidade social, quase que como uma consequência e não como fator primordial de sua construção. Para nós, sua força e importância enquanto elemento constitutivo é algo que deve ser ressaltado e (re)pensado.

Para as discussões sobre cuidado, mesmo um contato mínimo com a literatura e discussão já nos permite ter uma visão crítica sobre o quanto a extrema responsabilização das mulheres por esse trabalho “reduz” seu tempo e as “enclausura” ao espaço doméstico e/ou ao que ele significa. Mas queremos ir além dessa constatação que, como dissemos, de tão naturalizada, beira o normal. Tentemos então olhar para essas duas categorias como elementos constitutivos da realidade social que são

mobilizados numa estrutura patriarcal, capitalista e racializada para a manutenção de relações de poder. Mas, tentemos também absorver aqui esses elementos sob as perspectivas dos subordinados.

O capital dita, em grande medida, a forma como lidamos e percebemos o tempo, sob uma racionalidade economicista, que é individualista e limitada. O aspecto quantitativo sobressai e o tempo se torna mais uma forma de contar a passagem de acontecimentos, assim como de controlá-los, e menos uma forma de experienciar a realidade. De fato, o tempo, da forma como está dado a nós, deve ser entendido enquanto forma de organização de nossa experiência, mas a racionalidade econômica pressupõe uma quantificação e linearidade totalitárias. O tempo se transforma então no elemento de separação e articulação entre diferentes momentos e atividades, mas sempre seguindo como ordem uma perspectiva capitalista que privilegia apenas um aspecto de nossa existência, o trabalho remunerado. Sua importância é dada por ajudar a categorizar, auferir e manipular esse trabalho, e a partir dele todo o restante de nossas vidas é organizado e apreendido. Nesse sentido, tanto formas mais locais e micro de interpretação desse tempo (horas de trabalho, minutos de descanso, segundos diferenciais de produtividade), quando as mais amplas (meses de trabalho necessários para as férias, anos de trabalho necessários mudança de cargos, aumento de salário ou aposentadoria) se transformam em nosso mais importante tempo de vida, ou mesmo nossa percepção dessa vida como um todo.

“Isso faz com que o tempo de existência se torne para as pessoas apenas uma sequência de repetição de tarefas que tira o sentido dessa própria existência. No geral, quando a vida se desenrola tão precária e repetitivamente, parece que não há consciência de que o tempo gasto na repetição é o tempo da própria vida.” (Ávila, 2004, p. 5)

É sob esse forte controle do capital que chegamos ao entendimento comum de que “tempo é dinheiro”<sup>29</sup>. E, novamente, aqui podemos dizer que, inserida numa sociedade capitalista, qualquer pessoa aprende desde muito cedo a relação simbólica e material dessa frase em seu cotidiano, sem nem mesmo precisar ter uma reflexão filosófica sobre. No entanto, se tempo é dinheiro, o valor desse tempo não é igual para todos, nem mesmo a vivência dele.

---

<sup>29</sup> “(...) significado que predomina no conjunto do tempo com sua lógica organizativa produtivista e masculina. Sob essa lógica, desaparecem as dimensões mais qualitativas do tempo, as mais próprias da experiência feminina, ligadas ao ciclo de vida e ao correspondente cuidado das pessoas” (Adam, 1999; Torns, 2001; Torns, 2004 apud Carrasco, 2012, p. 107).

Nos estudos sociológicos acerca do uso do tempo, nos deparamos com diferentes definições que abarcam dimensões diversas de vivências do mesmo: tempo pessoal; subjetivo; livre; paralelo; de participação cidadã; tempo do trabalho remunerado e do não remunerado (Molinier, 2014,2015; Bandeira e Peturlan, 2016; Carrasco, 2012; Ávila, 2004). Em alguns casos, podemos até mesmo encontrar a divisão entre o que seria *tempo social* e *tempo econômico* (representado pelos dois últimos citados). Mas, para uma análise das desigualdades, pensar nessa divisão significa respaldar visões dualistas e separatistas que estamos tentando evitar desde o início. Nesse sentido, se olharmos para as relações de cuidado, veremos que as dimensões social e econômica se entrecruzam de forma complexa e que mesmo que uma separação analítica possa ser necessária em determinados momentos, a divisão dura entre definições e dimensões do tempo se torna insustentável. Molinier (*apud* Bandeira e Preturlan, 2016, p. 54), por exemplo, nos mostra “a importância de analisar conjuntamente a complexidade das relações entre os tempos de vida, profissionais e privados”, o que nos faz perceber que esses tempos estão imbrincados nas relações cotidianas de cuidado, principalmente no caso das mulheres. Existem formas mais passivas de cuidado que costumam exigir delas muito mais que um determinado tempo de cuidado direto; como no caso das mães que, mesmo envolvidas em outras atividades (também aqui pode entrar o trabalho remunerado), não têm como deixar de lado os tempos de supervisão ou organização relacionados aos cuidados com os filhos ou a casa (Itaborá, 2016, p. 109).

Tomando as separações analíticas mencionadas anteriormente, nos é interessante tratar aqui do que se entende enquanto *tempo livre*. Em termos gerais, as pessoas alocam seu tempo sob constrangimentos sociais, tendo pouca autonomia sobre esse processo (Dedecca, 2004 p. 22); mas, o tempo livre seria onde, teoricamente, mais seria possível o exercício de autonomia. Nesse sentido, mirando a situação das mulheres, Carrasco (2012, p. 106) propõe que esse tempo seja levado em consideração na criação de indicadores de bem-estar, onde podemos dizer que a falta de tempo livre seria a expressão de uma forma de sujeição. Aliado a isso, temos a ideia de *pobreza de tempo*: “carência ou insuficiência de tempo destinado a atividades como descanso, lazer, educação, cuidados com a saúde e a práticas desportivas” (Ribeiro e Taques, 2012, p. 114).

Ao mesmo tempo, é muito importante observar que para o capital, o tempo disponível é concebido como algo a ser explorado em seu próprio benefício, e que essa

dimensão é considerada de forma diferente e não tem as mesmas implicações de acordo com o gênero (Bandeira e Preturlan, 2016, p. 54), a raça, a classe, dentre outros eixos. Vejamos, por exemplo, os casos em que as mulheres “dispensam” esse tempo em favor de tentativas de melhor qualificação profissional, ou o tempo gasto em cuidados estéticos.

Podemos pensar que existe uma relação inversa entre maior apropriação de tempo pelo capital e menor participação na distribuição de renda gerada (Dedecca, p. 34-35), mas é necessário vemos que essa pobreza de tempo não anda sozinha. E ao nos focarmos nas relações de cuidado temos que às mulheres, por serem as principais responsáveis, “sobra” pouco tempo livre, o que nos remete diretamente a uma *feminização da pobreza de tempo*.

Embora possamos relacionar a feminização da pobreza em geral com a pobreza de tempo, é muito importante ver que a distribuição desigual da riqueza não é limitada por uma distribuição desigual do tempo, nem o contrário. As coisas ficam mais complexas, por exemplo, quando pensamos nos casos de pessoas desempregadas ou aposentadas. Encontramos aqui uma espécie de “ociosidade perversa” (Dedecca, 2014, p. 36): não ter renda ou ter uma muito baixa impede um melhor aproveitamento, ou mesmo um aproveitamento digno, desse tempo livre. Ou seja, essas pessoas têm, em grande parte dos casos, uma menor possibilidade de autonomia e menor renda. Ao mesmo tempo, quando trazermos de forma mais direta a questão do cuidado, percebemos que, no caso das mulheres, estar desempregada ou aposentada não significa ter maior tempo livre (seja ele “aproveitado” autonomamente ou não). A perversidade se agrava e as mulheres que se encontram nessa situação acabam dedicando maior tempo às atividades de cuidado com os outros. Voltamos aqui, por outro caminho, à ideia de feminização da pobreza, também de tempo, estruturada pelas relações de cuidado.

Levantar a questão do cuidado aqui também nos permite observar que a ideia de pobreza de tempo encontra suas nuances de acordo com o grupo a que nos referimos e às atividades a que se dedicam. Hoje, ao menos aos estudos feministas, nos parece mais claro que o “tempo é uma dimensão importante das desigualdades de classe e gênero nas famílias brasileiras” (Itaboraí, 2016, p. 101) e que “a dominação masculina repousa sobre a construção da relação com o tempo: a naturalização das competências ditas

femininas se apoia sobre uma temporalidade baseada na relação com o outro” (Bandeira e Peturlan, 2016, p. 54-55). Mas é importante observamos também que cada elemento da experiência de vida adiciona, numa visão analítica, ainda mais faces da opressão que perpassa o nosso tempo de vida, o cotidiano. Encontram-se então em pior situação de pobreza de tempo mulheres que (Ribeiro e Taques, 2012; Itaboraí, 2016; Pinheiro, 2016): são negras; têm baixa renda; pertencem a famílias monoparentais, especialmente as chefiadas também por mulheres; são casadas; têm filhos (e a quantidade<sup>30</sup> e faixa etária dos filhos também importa); residem com pessoas portadoras de alguma deficiência; residem em lugares com falta de infraestrutura, como água encanada ou transporte público<sup>31</sup>.

E para melhor entender a desigualdade presente na estruturação da feminização da pobreza de tempo, é importante também estarmos atentos às seguintes questões:

a) Intensidade da jornada. Pessoas que possuem quantitativamente o mesmo tempo dedicado ao trabalho (em suas diversas formas) ou tempo livre não necessariamente experimentam esses dois tempos da mesma forma, e uma jornada de trabalho muito intensa pode fazer com que a pobreza de tempo seja ainda mais acentuada – não por segundos ou minutos a menos nesse tempo, mas pela forma de vivência dele, ou mesmo uma não vivência. Podemos dizer que faz parte de um dos nossos tempos “obrigatórios” está o momento de descanso; e podemos calcular que quanto mais intensa a jornada de trabalho, maior será o tempo de recomposição exigido pelo corpo. No entanto, na maior parte dos casos, não é o tempo do trabalho (remunerado ou não) que diminui para que o refazimento do corpo seja suficiente, e sim o tempo livre.

b) Instantaneidade e Simultaneidade. Pensando, então de forma crítica de (Bauman, 2002, p. 129) as relações de tempo e espaço no capitalismo, podemos dizer que os dominados estão a serviço da instantaneidade e simultaneidade, já que “a luta pelo capital sempre foi praticada por átomos de tempo” (Spindel, 1983, p. 94). E das mulheres, principalmente em relação ao trabalho do cuidado, é exigida uma

---

<sup>30</sup> Quando comparamos mulheres brancas e negras no Brasil, embora a taxa de fecundidade tenha reduzido para os dois grupos, ela é mais acentuada para as mulheres, o que mostra que as mulheres negras continuam tendo mais filhos (IPEA, 2011, p.4).

<sup>31</sup> É importante se observar que estudos mostram situação inversa quando observamos casais homoafetivos ou grupos de pessoas que co-habitam, não estando casadas legalmente ou mesmo desenvolvendo relações sexuais, sendo que essas pessoas tenderiam a dividir mais o trabalho entendido como reprodutivo (Kurdek, 1993; Baxter, 2005; Natalier, 2003 *apud* Pinheiro, 2016).

preocupação e vivência extrema dessas faces da exploração, seja esse trabalho do cuidado remunerado ou não. Essas duas questões podem parecer lucrativas quando observamos o lado dominante, mas se passamos para o lado do dominado percebemos que elas causam: estresse, cansaço, sentimento de culpa, riscos de má execução de determinada atividade, dentre outros problemas.

Podemos afirmar então que a ideia de dupla jornada precisa ser reformulada para abarcar nuances importantes, reconhecendo que não apenas desempenhamos múltiplas jornadas, mas que elas podem ser (em grande parte dos casos são) simultâneas. Nesse sentido, as pesquisas sobre o uso do tempo, mencionadas anteriormente, embora tenham grande importância na valorização do trabalho do cuidado desempenhado pelas mulheres, ainda sofrem pelas dificuldades de captar e absorver as diferentes vivências do tempo.

As primeiras pesquisas de uso do tempo ocorreram na Europa e EUA, no início do século XX. Hoje, ao menos 19 países na América Latina já as realizam também (Barrajas, 2016, p. 23). No Brasil, como vimos anteriormente, esses estudos já ocorriam desde a década de 70, mas foram incorporados à PNAD apenas em 2001 (Pinheiro, 2016, p. 64-65). Em 2008, diante de novas demandas acerca desses estudos, foi criado o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), coordenado pela SPM. A partir das discussões nesse comitê a Pnad Contínua começou uma pesquisa piloto de uso do tempo que foi aplicada seguindo o modelo de diário (Bandeira e Preturlan, 2016, p. 47; Melo et al, 2016, p. 176).

Ainda que possamos dizer que os usos do tempo são uma dimensão importante das experiências a autonomia dos sujeitos (Itaboraí, 2016, p. 105), essas pesquisas partem da ideia de que esses usos são relativamente estáveis na medida em que são constrangidos pelos pertencimentos a diferentes grupos, de acordo com o gênero, a raça e a classe (Ramos, 2009, 865). Nessa perspectiva, essas pesquisas permitiram captar por meio dessa “estabilidade” parte da medida da desigualdade no que se refere ao trabalho do cuidado, sendo importantes para a incorporação de novos temas à agenda política, em geral, e à agenda de políticas públicas, em especial (Ramos, 2009, 868).

Mas, para o nosso objetivo aqui, é importante que vejamos o quanto ainda são limitadas, principalmente por se focarem ainda na tradicional divisão sexual do trabalho

(Bandeira e Peturlan, 2016, p. 50 e 54) e, podemos acrescentar aqui, por ainda se utilizarem da classificação tradicional/mercantil do tempo.

“(…) medir o tempo das atividades de cuidado significa necessariamente uma quantificação em tempo-relógio, uma concepção do tempo como elemento homogêneo, própria da produção mercantil. Esse tipo de medida ignora o conteúdo, considera as horas idênticas e intercambiáveis e nele se tornam invisíveis os aspectos mais subjetivos e fundamentais do trabalho de cuidados (Adam, 1999). Essa dimensão subjetiva – dificilmente mensurável – engloba aspectos mais intangíveis, representados pela subjetividade da própria pessoa, materializados na experiência vivida.” (Carrasco, 2012, p. 114)

Mesmo quando o método de diário é utilizado, as pesquisas alcançam um referencial ainda mínimo em relação à estruturação do cuidado desigual, já que absorvem pouco as diferenciações além da dualidade homens-mulheres e são mais descritivas que analíticas das determinantes desta desigualdade, sendo pouco abertas às três questões acima abordadas: intensidade da jornada, simultaneidade e instantaneidade<sup>32</sup>. Ainda assim, essas pesquisas são estrategicamente importantes à nossa causa. Da mesma forma que precisamos atuar numa crítica à forma dominante de análise, mostrando a existência de “Outros”; certa adesão a esse modelo dominante se faz necessária como forma de validar e explicar a desigualdade de existência desses Outros.

Uma forma de tentarmos abarcar as pluralidades de experiências e múltiplas dimensões do tempo é – aliados aos estudos e pesquisas sobre seu uso, mas não se atendo apenas a eles – pensarmos na relação entre tempo e espaço e na forma como as relações desiguais de cuidado a ela se entrecruzam e se (re)produzem. Na articulação entre tempo e espaço, com suas formas de separações e pertencimentos, percebemos que esse tempo do homem branco e rico é também o tempo da esfera pública, dos espaços de vivência que são vistos como realmente importantes à vida humana, onde a política acontece.

Pensando em nossa análise, gostaria de tomar aqui dois espaços específicos para trabalharmos as relações de cuidado desigual: a cidade (espaço urbano) e a casa (moradia). Embora sejam vistos primeiramente enquanto espaços físicos, na maior parte das análises, é importante observarmos que representam também outras dimensões de

---

<sup>32</sup> “O tempo dedicado ao cuidado de crianças, idosos, enfermos ou pessoas com deficiência tende a ser ainda mais subestimado, inclusive na metodologia de diários, visto que costuma ser uma atividade secundária, concomitante a outra considerada principal, a qual muitas vezes acaba sendo a única a ser relatada.” (Itaboraí, 2016, p. 109)

experiência da vida. Como dissemos, a ideia das esferas (pública e privada) está relacionada a isso, mas como veremos mais à frente, podemos projetar para essa questão até mesmo outras facetas de nossas vivências.

Assim como vimos em relação ao tempo, nossas noções e vivências do espaço urbano são definidas sob uma estrutura capitalista, racializada e sexista, de modo que podemos entender a cidade como “uma forma espacial de organização social” (Castells *apud* Pontes, 2016, p. 21). Novamente podemos dizer que nossas cidades são projetadas para a livre vivência do homem branco e rico<sup>33</sup>.

A influência do capital na conformação desse espaço tem como consequências desigualdades e injustiças que impedem a vivência da cidadania (Santos *apud* Pontes 2016, p. 22) e reduzem as relações sociais a trocas monetárias que diminuem o envolvimento pessoal (Simmel *apud* Pontes, 2016, p. 24). As tentativas de fixar, em sua totalidade, o caráter comercial da existência nas ruas se mostra na medida em que a permanência nesse espaço além do tempo de compras e trabalhos é cada vez mais reduzida (Harvey *apud* Pontes, 2016, p. 25) e convivemos com falta de iluminação e menor segurança, com o privilégio dos veículos sobre as pessoas, com construções arquitetônicas excludentes e, em alguns casos, com a não permissão de manifestações populares (Lefebvre *apud* Pontes, 2016, p. 25).

Nesse sentido, a cidade é organizada como força produtiva. E é interessante perceber que essa força também produz gênero, raça e classe. As experiências de pertencimento ou exclusão então, não passam apenas pela identificação a um corpo, raça ou valor específicos, mas também pela identificação de lugares próprios e alheios. Podemos dizer que existe um contrato que define a realidade sócio-espacial; é nesse sentido que pertencimentos e exclusões são projetados mesmo que não haja uma lei específica e clara sobre eles, ou mesmo muros que impeçam o livre trânsito e permanência de pessoas em determinado local. Nesses contratos, os sujeitos que se encontram em posição subordinada, por terem uma vivência reduzida da cidade, continuam sendo as mulheres pobres e/ou negras. Se a crítica feminista já fala sobre o “teto de vidro”, podemos pensar que existe uma lógica semelhante operando em relação

---

<sup>33</sup> Não entraremos nessa discussão aqui, mas é importante ressaltar que temos hoje uma vivência diferenciada de tempo e espaço, proporcionada pela internet, que traz diferentes contornos ao que vem sendo discutido aqui. No entanto, é importante que se observe que essas diferenças ainda são costuradas por essa mesma estrutura capitalista, racializada e sexista.

ao espaço, uma espécie de “muro de vidro”, a cidade é também um espaço patriarcal. A organização espacial por meio desses muros de vidro também disciplina os corpos: modos de fala, comportamentos, vestimentas, dentre outros elementos são centrais para a permissão de circulação em certos lugares.

Com barreiras explícitas ou não, a cidade divide seus espaços entre pobres e ricos, homens e mulheres, negros e brancos e ao mesmo tempo também os divide entre espaços do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo (no sentido usual e limitado desses termos, já criticados por nós), o que nos mostra novamente a centralidade das relações de cuidado em nossa organização social. A segregação imposta pelas divisões entre bairros é um exemplo de barreira explícita com consequências graves a essas relações. A localização dos equipamentos públicos de cuidado (como creches, escolas, hospitais, restaurantes comunitários ou asilos), quando existem, pode representar a diferença entre maior ou menor possibilidade de autonomia e vida digna. Quando esses equipamentos estão localizados em pontos privilegiados e escassos, são as mulheres quem mais sofrem com as dificuldades de mobilidade relacionadas tanto às distâncias quanto à falta de investimentos em transporte público de qualidade, ou mesmo uma renda baixa que não possibilite alguma forma de privatização desse deslocamento. Também aqui devemos ressaltar que é marcante a desigualdade de raça (Ramos, 2009, 867).

“La dominación consiste en la capacidad de escapar, de "descomprometerse", de "estar en otra parte", y en el derecho a decidir la velocidad con la que se hace todo eso... mientras que, simultáneamente, se despoja a los dominados de su capacidad de detener o limitar esos movimientos.” (Bauman, 2002, p. 129)

O distanciamento espacial exerce certo isolamento, de forma que grupos subalternos (como mulheres, crianças, deficientes, negros e pobres) enfrentam cotidianamente uma marginalização que é social e também, espacial (Pontes, 2016, p. 26). Mas, proporciona também a criação de redes de solidariedade marcadas pela pessoalidade e que podem ser vistas como formas de sobrevivência e resistência dos grupos com menos recursos. Se por um lado temos uma impessoalidade imposta pelo capital, é importante que se perceba que o espaço cotidiano de vida (seja ele público ou privado) é constituído também por emoções e afetos. E quando o Estado não está presente e a força excludente do capital conforma esses espaços são essas redes que permitem a continuidade da vida.

Ao mesmo tempo, é importante também que se veja que, em muitos casos, essas mesmas redes correm o risco de atualizar formas de opressão, quando observamos que ainda são as mesmas pessoas as mais responsáveis pelo trabalho do cuidado, as mulheres. E aqui temos o agravamento de que em muitos casos, são meninas e moças, ou mulheres já idosas, as que estão na posição de não poder escolher não se envolver no trabalho de cuidar. Além disso, mesmo sem deixar de lado a ideia de que afetos podem permear essas situações, essas redes também podem manter o caráter explicitamente mercantil quando, por exemplo, um valor (muito abaixo do que seria pago se feito dentro das normas da formalidade) é cobrado para que se cuide de uma criança enquanto a mãe trabalha longe de casa<sup>34</sup>. Também existem casos em que as relações e laços de afeto não permitem escapar dos perigos ligados à marginalização social e espacial desses grupos subalternos, na medida em que o isolamento pode acobertar diversas formas de violência, tanto num espaço dito público quanto no privado; vejamos os casos de violência doméstica contra as mulheres, crianças ou idosos<sup>35</sup>.

Em relação à organização desse espaço, Bauman fala também sobre *não-lugares* e *lugares vazios*. Os primeiros seriam os lugares públicos, porém não cívicos; onde a presença meramente física seria permitida, mas não uma “colonização” ou “domesticação” do mesmo (Bauman, 2002, p. 110-111) – podemos pensar aqui, por exemplo, em praças ou rodoviárias<sup>36</sup>. Os segundos seriam lugares não necessariamente proibidos, porém invisibilizados; seriam “los lugares ‘sobrantes’ que quedan después de que se ha llevado a cabo la tarea de estructuración de los espacios que realmente importan”; seriam também repletos da falta de um sentido claro, o que não significa que não tenham sentido, já que são “ingredientes necesarios de otro proceso: el de ‘mapear’ el espacio compartido por muchos usuarios diferentes” (Bauman, 2002, p. 111-112). Embora essas definições pareçam distantes das relações de cuidado desigual que aqui

---

<sup>34</sup> “Muitas vezes, as trabalhadoras de uma mesma comunidade se unem e pagam outra mulher, em condições mais precárias que sua própria contratação, para cuidar dos seus filhos” (Marques e Costa, 2013, p. 40).

<sup>35</sup> O isolamento e a distância também podem ser escolhidos e buscados enquanto ideal sendo, nesse caso, mais uma forma de privilégio. Estamos aqui nos referindo aqui aos condomínios com casas grandes que buscam fugir grande densidade dos centros urbanos. Também nesses casos podemos pensar nos perigos ligados à violência que o isolamento pode mascarar e nas vulnerabilidades e dificuldades enfrentadas principalmente pelas mulheres (Carrasco, 2012, p. 72).

<sup>36</sup> Devemos lembrar que, principalmente nas grandes cidades, esses não-lugares são repletos de pessoas “vistas” como *não-sujeitos*. Moradores de rua domesticam, da forma que podem, esses lugares para sua sobrevivência. Novamente aqui vemos que as pessoas em piores condições têm classe e raça específicas; e quando mulheres, por sofrem uma reprodução das mesmas relações desiguais de cuidado, se encontram numa posição ainda mais precária.

tratamos, elas estão fortemente imbricadas. Se nos focamos, por exemplo, nos problemas de segurança pública e mobilidade, vemos que esses lugares podem funcionar como empecilhos no trabalho diário do cuidado.

A observação da apropriação e vivência do espaço urbano é tão importante para a aferição das desigualdades visando e possibilidades transformação que Carrasco (2012) propõe indicadores das desigualdades de gênero que abordem essa questão enquanto central, trabalhando com a ideia de mobilidade pode ser encarada como um fator de exclusão social. Tratando a questão da mobilidade como um grave problema da atualidade, a autora observa que homens e mulheres têm formas de locomoção diferenciadas assim como objetivos diferenciados nessa locomoção: mulheres andam mais a pé e de transporte público, com frequência levando consigo sacolas de compra, carrinho de bebê, pacotes ou acompanhando pessoas com capacidade de mobilidade reduzida, além disso, seus deslocamentos costumam se dar em uma área mais próxima do lugar em que reside; homens se apresentam mais como condutores<sup>37</sup> e se locomovem majoritariamente para fins de trabalho remunerado e estudo (Carrasco, 2012, p. 97-98). A relação do gênero com o trabalho do cuidado também fica explícita aqui; basta lembrarmos que a participação masculina nesse trabalho não é apenas limitada, mas também seletiva, e que essa seleção leva em conta as possibilidades de locomoção e interação no espaço público (Sorj, 2013, 2014, 2016; Araújo e Scalón 2006).

Abordar a questão da mobilidade quando pensamos nas desigualdades de gênero, raça e classe é necessário porque as escolhas de investimentos em relação a isso podem nos mostrar “a importância que os órgãos públicos dão [ou não] às atividades básicas da vida cotidiana” (Carrasco, 2012, p. 104) e aos diferentes grupos que formam nossa sociedade. O não investimento em iluminação e transporte público, por exemplo, tem relação direta com os índices de violência e morte no Brasil. Os mais vulneráveis continuam sendo mulheres negras e pobres.

Ainda em relação à marginalização dos diferentes grupos no espaço urbano, é interessante pensarmos nas políticas brasileiras de habitação. Sendo uma das mais importantes políticas, o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal é focado na facilitação da compra de habitações populares. No entanto, o Programa é

---

<sup>37</sup> “As mulheres se posicionam mais como pedestres que como condutoras, mas, cada vez mais, tendem a valorizar mais positivamente o modelo dos homens, o que demonstra o sentimento de exclusão gerado por esse modelo predominante de mobilidade” (Carrasco, 2012, p. 97-98).

também uma política econômica que tem como objeto de consumo principal a “casa própria”<sup>38</sup>. E, embora tenham uma preocupação especial com as mulheres<sup>39</sup>, ao elegerem elas como proprietárias legais na maior parte dos casos, enquanto política econômica o Programa segue as regras de especulação imobiliária, direcionando a população mais pobre para as margens das cidades, onde o espaço tem menor valor comercial (muito por conta da falta de infraestrutura nesses lugares e da distância dos espaços de decisão e prestígio, e de conhecimento e vivência cultural). A racionalização econômica também está presente na compartimentação das construções, que segue um modelo individualista de família nuclear distante da realidade de grande parte das pessoas que serão beneficiadas por essa política.

A moradia, o local físico que abriga a ideia de um lar, é também um importante espaço de vivência de grande parte das pessoas. Assim como a cidade, a casa é um lugar moral onde as relações são marcadas pelo poder. É um modo de ler, explicar e falar mundo (DaMatta *apud* Pedrosa, 2013, p. 62-63); um espaço que se constitui de diferentes formas e tem dimensões que vão além de possíveis divisões entre cômodos. Quando discutimos a questão da privacidade no segundo capítulo abordamos o fato de que nem todas as pessoas de uma casa têm o direito a um espaço ou momento próprio, privado. A disciplina dos diferentes corpos também ocorre nesse espaço e é estimulada por uma divisão sexual do trabalho desde a infância. A apropriação da casa acontece de acordo com essa divisão (Carrasco, 2012, p. 78) e ainda hoje a construção de uma imagem feminina está relacionada ao seu pertencimento a lugares específicos da casa e às atividades que se desempenham nesses lugares.

Mas essa questão tem contornos, relativos à raça e à classe, muito expressivos também. A vivência desse mesmo espaço é muito diferente, por exemplo, entre patroa e empregada. Existem espaços dentro dessa casa que não são permitidos à empregada, ou permitidos apenas em determinados momentos; existe uma invisibilidade imposta, cobrada e apreciada para sua presença nesse espaço. Ao mesmo tempo, existem os lugares que naturalmente lhes são impostos como seus. É interessante notar que essas duas mulheres, patroa e empregada, estão dividindo um mesmo espaço, desempenhando

---

<sup>38</sup> “Nos últimos anos a propriedade da moradia converteu-se em um objetivo prioritário para as pessoas e as famílias. (...) a aquisição da casa própria também expressa poder aquisitivo e sobrevivência de valores androcêntricos” (Carrasco, 2012, p. 74-76).

<sup>39</sup> Devemos nos atentar também à invisibilidade de mulheres trans e travestis em nossas políticas de habitação. Uma das situações que aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas é o fato de que muitas delas são expulsas de casa e não têm uma alternativa habitacional.

seu papel de mulher, mas não há nada de igual no trabalho que executam e na apropriação que fazem desse espaço.

Além disso, grande parte da população negra e pobre se encontra nas periferias das cidades, em moradias que muitas vezes são divididas por familiares ou amigos e quanto mais pessoas e menos dinheiro mais impossível se torna o ideal de privacidade. Outra diferença importante nesses casos é que as diferentes formas de relacionamento, assim como as redes de solidariedade, também permitem que o trânsito entre diferentes casas, por exemplo, seja mais livre. Carol Stack ao falar da vida e família das comunidades negras e pobres nos EUA aborda um cenário que é comum ao brasileiro:

“As histórias de residência são assim um aspecto importante da estratégia de confiança e de fortalecimento da rede familiar doméstica e revela, além disso, a adaptabilidade dos lugares, cujos limites são ‘flexíveis’. (...) um indivíduo pode comer em um lugar, dormir em outro, contribuir, ainda, com recursos e serviços em um terceiro e considerar-se como membro de cada um desses lugares. (...) Com certeza essa realidade da vida no gueto é disfarçada de maneira habitual nos informes estatísticos dos censos (...).” (Stack, 2012, p. 190-191)

Nesses grupos também é comum que o pessoal e o público se misturem nos rituais religiosos ou comunitários, quando o espaço físico é dividido entre diversas pessoas além dos proprietários. Além disso, aqui a casa também pode ser o espaço onde relações comerciais se dão. Ao mesmo tempo, inseridas num movimento pendular diário, muitas pessoas estão em suas casas apenas no período noturno; entre sair muito cedo e voltar muito tarde, muitas pessoas acabam não têm sua própria casa como o espaço de vivência pessoal primordial.

O espaço da casa acompanha também nossos ciclos de vida, mas a adaptação a eles não é incentivada desde o início, o que dificulta que mudanças sejam feitas, principalmente por aqueles que têm menos recursos financeiros e menos metros quadrados próprios. “A casa tem se tornado, cada vez mais, espaço de cuidados complexos” (Carrasco, 2012, p. 73) na medida em que nossa população idosa aumenta e que as opções de aparelhos públicos de cuidado são escassas, o que é acompanhado por um estímulo à privatização do cuidado (os problemas são semelhantes no caso das crianças e a falta de creches). Mas as práticas de arquitetura e urbanismo continuam extremamente dominantes e excludentes:

“(...) nem a cidade nem a moradia têm sido planejadas pensando-se nos cuidados necessários para a manutenção da vida e nas necessidades das pessoas que os realizam. As carências de equipamentos, a falta de

acessibilidade a eles, a escassez de serviços sociais, os bairros e edifícios sem identidade própria – com condições de vida marcadas por ruído, contaminação, degradação ou pela inexistência de zonas verdes concebidas como espaços de encontro –, as brigas e conflitos na rua..., todos esses são fatores que afetam o conjunto da população, mas que, de forma muito concreta, dificultam aquelas tarefas quase sempre invisíveis, mas extremamente necessárias, cujo peso recai ainda, principalmente, sobre as mulheres: levar a passear, brincar com meninos e meninas, acompanhar pessoas aos serviços de saúde, fazer compras, levar as crianças à escola, resolver questões administrativas em repartições públicas. A cidade também não costuma ser pensada para os meninos e meninas, e isso acaba por aumentar o tempo que mulheres e crianças ficam em casa (Tonucci, 2004). Em um contexto em que o espaço público é visto como algo perigoso, a opção é procurar refúgio no espaço seguro da casa.” (Carrasco, 2012, p. 72)

O privilégio do grupo dominante também pode ser visto na conformação de nossos espaços de vivência quando observamos, por exemplo, quais são os prédios tombados enquanto patrimônio (Pontes, 2016), vistos como detentores de importante valor histórico-social. Os processos de escolha levam em consideração, majoritariamente, as elites brancas. São poucos os espaços que apresentam a perspectiva feminina e/ou negra, assim como sua importância no curso histórico. Além disso, a forma como os espaços se organizam não comporta bem aqueles que saem, de forma mais drástica, dos modelos hegemônicos de vivência como, por exemplo, quilombolas, indígenas ou ciganos (sendo também perversa com emigrantes e imigrantes). Aliás, sobre esses é importante observar que nossa noção de território se desenvolve por meio de uma teoria geográfica masculina que é também heterossexual, burguesa e branca.

Vivemos então em uma sociedade disciplinada onde “a organização espacial e temporal reduz as possibilidades de ações” (Pontes, 2016) das pessoas afetando seus comportamentos. Mas, se é preciso descompartmentar a noção de cuidado (como vimos no primeiro capítulo), também é preciso descompartmentar a forma como entendemos tempo e espaço, as compreendendo como mais fluidas. Isso significa observar que ainda que tenhamos noções hegemônicas, elas não atuam isoladamente e também são afetadas por outras noções, que são inclusive formas de resistência.

Por isso a importância de trabalharmos com os diferentes eixos formadores dos sujeitos de forma mais que analítica. Quando envolvemos os estudos de raça na relação com tempo, espaço e cuidado, praticamente vemos outro mundo, que está muito além do que poderíamos explicar em breves palavras, mas que será trazido aqui como forma de expor e explorar outras temporalidades, dimensões e vivências.

Se nosso tempo é o tempo moderno, ou seja, ele surge com a modernidade, é importante lembrar que com ela também é constituída, de forma oculta, a colonialidade (Wallerstein *apud* Costa, 2007, p. 46). Trazer a ideia de colonialidade aqui é interessante porque nos permite observar que a dominação por meio dela não atinge apenas os corpos, mas a memória de suas vivências. Essa dominação marca identidades e exerce poder até os dias atuais. Pensarmos numa ideia de colonialidade do poder nos permite observar que existem padrões de poder, “que fixam atores sociais em determinadas posições” (Costa, 2007, p. 48) e que atuam sobre determinados grupos num contexto onde o espaço e o tempo em seus discursos não deveriam permitir. Imbricando passado e presente, temos que os processos de opressão não são apenas uma herança de um tempo perdido, mas “um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais” (Costa, 2007, p. 50). Seguindo então essa ideia, temos uma parcela da população que no desenvolveu o autocuidado e o cuidado com o outro por meio de lutas e resistências marcadas pela vivência e valorização de outras temporalidades e a possibilidade mesmo de acessar outros espaços que não o físico.

Me refiro aqui à importância que a ancestralidade tem na luta das mulheres negras e na forma como a diáspora é incorporada em seu discurso e luta, também à vivência do cuidado; a encarnação da experiência passada tem efeitos diretos na vida presente. Como observa Werneck (2010), na diversidade de temporalidades tem-se a

“(…) constituição de uma diáspora africana que significasse algum tipo de continuidade em relação ao que antes poderia ser definido como nós, com o que éramos e que não seríamos nunca mais. (...) Entre estes repertórios estão alguns dos mitos sagrados presentes no Brasil desde que a diáspora africana foi criada. Estes, referem-se a figuras femininas que atuaram e ainda atuam como modelos, como condutores de possibilidades identitárias para a criação e recriação de diferentes formas de feminilidade negra.” (Werneck, 2010, p. 76-77)

### **3.1.1 Cuidado nos tempos e espaços brasileiros**

A legislação brasileira vem avançando a passos lentos em relação aos diversos direitos das mulheres. Ainda assim, não há como negar que alguns (importantes) avanços foram conquistados. Pensando de forma mais direta na questão do cuidado podemos elencar dois pontos que mostram esses avanços: a legislação referente ao trabalho doméstico e a possibilidade de acesso gratuito a creches. A primeira tendo sido alcançada mais recentemente e a segunda no período da Constituinte. A demora para que as mulheres tivessem esses direitos, demonstra como nossa legislação repousa sobre

a desigualdade de gênero não reconhecendo a divisão sexual do trabalho; o grande espaço entre as duas conquistas reafirma a posição marginal que o cuidado vem sendo colocado em nossa democracia.

A situação das mulheres em nosso país é, de fato, extremamente delicada e desigual. Grande parte das mulheres brasileiras é ainda explorada (por outras mulheres, por seus maridos, por familiares, pelo mercado e pelo Estado), se encontra em situações extremas de sobrevivência e sofre cotidianamente com violência física e simbólica. Nossa legislação ainda está longe de atingir o ideal democrático e de justiça que almejamos. Ainda assim, não podemos, e não devemos, adotar uma postura que invisibiliza a vida real e cotidiana dos sujeitos aos quais essas políticas se dedicam. Criticar o paternalismo a patriarcalismo presente em políticas assistenciais e reconhecer a continuidade de exploração, por exemplo, não deveria nos impedir de ver como tais mudanças representam a possibilidade de outra vida, literalmente, para esses sujeitos.

Faz parte de uma ética do cuidado – que se busca de forma normativa como centro para a democracia, e que se pratica enquanto vivência de feminismo – o saber lidar de forma mais humana e democrática com tais questões. Os problemas relacionados à opressão e dominação não devem apagar os sujeitos neles envolvidos, suas vivências e suas percepções.

Nos voltando mais diretamente às políticas mencionadas<sup>40</sup>, podemos dizer que a oferta de creches é mais comumente remetida à ideia de cuidado (pelas pessoas, em geral, e também por pesquisadores). Já a legislação relativa ao trabalho doméstico, em muitos casos, acaba sendo vista como pertencente a outras temáticas ou a um campo específico dentro dos estudos de gênero. Mas, como explicado anteriormente, nossa concepção sobre cuidado entende o trabalho doméstico como uma das formas do trabalho do cuidado, portanto, o exemplo cabe aqui<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Importante notar que, apesar de estarmos nos focando no direito das mulheres neste momento, as políticas citadas atingem também outros sujeitos (de forma direta ou indireta), o que nos faz reconhecer que políticas que visam condições melhores, mais dignas, de vida para determinados grupos de forma a tornar nossa democracia mais justa, assim como políticas que reconhecem (mesmo que parcialmente) a centralidade do cuidado em nossas vidas, atingem e beneficiam a sociedade como um todo e não apenas um grupo específico (a ideia inversa é uma falácia muitas vezes utilizada enquanto argumento contrário a essas políticas).

<sup>41</sup> Lembrando que seguir essa ideia mais ampla para o entendimento do cuidado nos permite também em outras políticas, como as referentes à saúde da mulher (acesso à saúde pública para além da maternidade).

Nos dois casos as políticas representam o resultado de lutas que proporcionaram modificações acerca do entendimento das mulheres enquanto sujeitos e cidadãs, do papel do Estado, do entendimento de direitos sociais, das percepções sobre família e das relações no mercado de trabalho. Significaram também mudanças nas percepções e representações das esferas da vida, dos espaços de pertencimento de cada sujeito e mesmo dos papéis sociais desempenhados por cada pessoa.

O reconhecimento que empregadas domésticas são trabalhadoras começou a ser firmado em nossa legislação em 1973<sup>42</sup>. Mas, tão comumente nas democracias liberais, as expressões formais no caminho de tal reconhecimento não representaram, por muito tempo, o verdadeiro ingresso dessas trabalhadoras no campo dos direitos a que outros trabalhadores já gozavam na mesma época. Mesmo o movimento trabalhista deixou um pouco de lado essa parcela de trabalhadoras, que encontrou então, posteriormente, e também por meio de lutas, no movimento feminista maior espaço para sua luta (Bento, 2016; Pedrosa, 2013 e Bernardino, 2013). A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, de 1943, por exemplo, teve uma concepção ainda muito restrita sobre as ideias de trabalho e produção e deixou de fora o trabalho doméstico (assim como os/as trabalhadores/as rurais<sup>43</sup>). É interessante notar os processos que envolveram o não reconhecimento desses sujeitos enquanto trabalhadores e cidadãos; mecanismos e formas de inclusão e exclusão se atravessam na conformação das desigualdades que afetam os diferentes grupos:

“Assim, a promulgação do decreto-lei 5.452, de maio de 1943 – a CLT – pode ser lida não simplesmente como um instrumento que atribui direitos, mas também como um dispositivo que visava, a partir do momento histórico de então, favorecer a industrialização, mas criou, concomitantemente, grupos excluídos. Esse se constitui um processo de outrificação semelhante àquele por que passou a população negra após a abolição, quando, com a imigração europeia e o fim da escravidão, os negros foram expulsos das áreas de maior desenvolvimento econômico, especialmente do Sudeste para ocupações periféricas da economia capitalista em expansão e para áreas rurais depauperadas (HASENBALG, 1979, p. 151-160; FERNANDES, 1965). (...) ambos os processos trazem consigo a marginalização ocupacional dos não brancos, de forma intencional. (...) a escravidão não é a única responsável pela desigualdade de status e pelas condições da população negra frente à branca. Tal situação se mantém por mecanismos que a atualizam. Nessa medida, a desigualdade conferida pela Consolidação das leis trabalhistas atua

---

<sup>42</sup> “Lei nº. 5.859 de 1972 (PINHEIRO; FONTOURA; PEDROSA, 2012 p. 95), regulamentada pelo Decreto 71.885 de 1973, foi a que regulamentou o trabalho doméstico. Ela obrigava a assinatura da Carteira de Trabalho, dando, conseqüentemente, direito à Previdência social e ao gozo de férias, inicialmente de vinte dias” (Bento, 2016, p. 24).

<sup>43</sup> A equiparação entre estes/as e os/as urbanos/as foi conseguida com a Constituição de 1988. A equiparação das trabalhadoras domésticas só ocorre em 2015.

como mecanismo que atualiza a desigualdade tanto do ponto de vista racial, quanto do ponto de vista do gênero.” (Bento, 2016, p. 22-23)

Ao longo desses anos alguns direitos foram alcançados<sup>44</sup>, mas é somente em 2013 que a PEC das Domésticas (como ficou conhecida a Proposta de Emenda Constitucional 72) conseguiu trazer direitos centrais a essas trabalhadoras e mudar algumas dinâmicas de nossa organização social. Essas trabalhadoras passaram a ter acesso a direitos centrais como: férias remuneradas, jornada de trabalho de oito horas diárias e no máximo quarenta horas semanais, décimo terceiro, licença maternidade, hora para almoço (Bernardino-Costa, 2013). Mas permanece a necessidade de denunciarmos o fato de que parte dessas trabalhadoras ainda se encontra nas encruzilhadas entre inclusão/exclusão. Por exemplo, ao definir trabalhadora doméstica como quem “presta serviços para o mesmo empregador por mais de duas vezes por semana” nossa legislação “privou da proteção legal aqueles que fazem do trabalho doméstico sua ocupação habitual, prestando serviços para vários empregadores em uma mesma semana, por meio de relações de trabalho que podem perdurar por anos” (Oliveira apud Bento, 2016, p. 28). E não só “o trabalho doméstico no Brasil se constituiu historicamente como uma atividade feminina e negra” (Nogueira e Jacino, 2013, p. 285) como, majoritariamente, essas trabalhadoras integram famílias com renda

---

<sup>44</sup> Lei nº. 7.619, de 1987 (regulamentada pelo Decreto nº. 95.247, também de 1987): obrigava o empregador a pagar o vale-transporte ao trabalhador e a trabalhadora doméstica; Lei 3.807, de 1960, permitia o empregado doméstico filiar-se à Previdência Social, mas sendo facultativa a lei não causou impacto; Lei nº. 7.418, de 1985 instituiu o vale-transporte, também facultativo. Com a constituição, em 1988, conseguiram, ao menos formalmente: a) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, b) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo, c) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria, d) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e) férias anuais remuneradas com, pelo menos 1/3 a mais do que o salário normal, f) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias, g) licença-paternidade nos termos fixados em lei, h) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, i) aposentadoria e j) possibilidade de organização em sindicatos. Lei 10.208, de 2001 facultou a inclusão da trabalhadora doméstica no o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao seguro-desemprego. Lei 11.324, de 2006: a) vedou descontos referentes à vestuário, alimentação, higiene e moradia, b) aumentou o período de férias de vinte para trinta dias, assegurando a sua remuneração e o acréscimo de 1/3 do salário a mais que os recebimentos regulares a cada doze meses trabalhados, c) assegurou a estabilidade a gestante por até cinco meses depois do parto; permitiu deduzir a contribuição patronal do INSS do imposto de renda e d) passou a garantir descanso semanal remunerado, revogando disposições em contrário de leis anteriores que se aplicavam exclusivamente a prestadoras de serviços domésticos. Decreto nº. 6.481, de 2008: proibiu o trabalho de menores de dezoito anos. O apanhado das mudanças legislativas aqui exposto é encontrado na dissertação de mestrado de Paulo D. Bento (2016) – “Mensalistas e diaristas: As implicações pertinentes às relações entre famílias, rendimento e direitos de trabalhadoras domésticas” –, sob orientação de Joaze Bernardino-Costa, onde o autor faz importante trabalho de memória sobre as mudanças na Legislação relativas ao trabalho doméstico no Brasil.

baixa (mesmo por conta da baixa remuneração desse tipo de trabalho, o que nos insere num processo desigual que se retroalimenta).

“O trabalho doméstico remunerado das mulheres negras pode ser definido como uma das principais fontes dos recursos que movimentam a economia das comunidades negras, tendo grande centralidade na produção das condições materiais de vida destas comunidades – e, por outro lado, na manutenção das iniquidades que essas comunidades enfrentam.” (Nogueira e Jacino, 2013, p. 271)

Nesse contexto, as mudanças ocorridas representam transformações na forma como essas mulheres, em sua maioria, pobres e negras, passaram a ser enxergadas e se enxergarem na estrutura social. Discutiremos de forma mais atenta algumas das facetas dessas mudanças logo em seguida, mas apenas para citarmos aqui, estamos nos referindo a mudanças: no entendimento dessas mulheres enquanto trabalhadoras, indivíduos políticos e cidadãs; na valorização, mesmo que ainda não no nível desejado, do tipo de trabalho desempenhado – o que se liga tanto à remuneração quanto à delimitação de um campo de trabalho (que muitas vezes, e ainda, se confunde, de forma perversa, com outros tipos de trabalho do cuidado, como o cuidado direto de crianças); nas fissuras da ligação entre a ideia de empregada doméstica e servidão, assim como da ideia de propriedade e posse na relação entre empregada e empregador (o que está diretamente relacionado à escravidão); no entendimento de família e dos espaços dela e pertencimentos nela e a ela. Ao mesmo tempo, as acomodações recorrentes em nossa jornada analítica e em nossa vivência social permanecem. A própria separação entre trabalho doméstico e cuidado, reflete uma dessas acomodações (re)criando e estimulando hierarquias entre determinadas atividades e pessoas a elas relacionadas<sup>45</sup>.

Já o entendimento de que o acesso a creches gratuitas é necessário para uma maior inclusão de mulheres (principalmente mães, mas não só) no mercado de trabalho, embora pareça ter alçado *status* de tema com importância política (ainda mais se verificarmos discursos de campanhas), ainda não se configura como realidade para todas as mulheres que necessitam. Na verdade, trato aqui diretamente da entrada de mulheres no mercado de trabalho usando a argumentação que comumente é mobilizada na luta por esse direito e nas justificações das políticas. Mas, durante a tese, tenho o esforço em mostrar que buscar uma situação mais justa do ponto de vista do cuidado

---

<sup>45</sup> O que também está relacionado com a diferenciação entre trabalho sujo e trabalho imaterial que discutimos no primeiro capítulo e com as possibilidades de profissionalização de determinadas atividades, o que veremos mais a frente.

nesse ponto vai além da objetivação de inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Retirar das mulheres parte da responsabilização por esse cuidado significa abrir espaço para a possibilidade de tomada de decisão dessas mulheres acerca do mundo econômico, mas também acerca de outras esferas de sua vida.

“As estruturas de autoridade nas relações de trabalho e na vida doméstica têm impacto na participação dos indivíduos em outras esferas da vida. Suas escolhas, por outro lado, não se definem na esfera privada ou na esfera pública, mas em contextos nos quais suas vidas são organizadas segundo o papel desempenhado em uma e outra. As alternativas disponíveis, o horizonte das possibilidades consideradas pelos indivíduos, assim como os recursos que permitem levar em consideração uma ou outra possibilidade se definem tendo como base a configuração dessas esferas – o modo como são delimitadas, mas principalmente a maneira como a organização de uma delas tem impacto sobre a outra. (Biroli, 2015, p. 89)

O espaço aberto na retirada de parte dessa responsabilização pode ser preenchido de acordo com as escolhas disponíveis a essas mulheres. Obviamente, como já discutimos, as possibilidades de escolha podem ser diversas e, em sua maioria, são desiguais. Faz parte dessa luta torná-las talvez até mais diversas ainda, ao mesmo tempo em que mais igualitárias também. Quanto mais democrática a sociedade, maior o espaço e tempo liberado dessa responsabilização e maior a possibilidade de exercício do poder de escolha das mulheres sobre como preenchê-los.

De qualquer forma, a percepção da necessidade do acesso a creches enquanto direito das mulheres ainda está em jogo. Temos nos anos 70, em meio à mobilização de vários movimentos, a ação de mulheres que se juntavam em suas comunidades e se organizavam entre si (re)distribuindo e compartilhando o cuidado com as crianças locais (Filgueiras, 1994). A cobrança por uma maior atuação do governo se fez mais forte, mas o Estado, ao invés de tomar a responsabilidade para si, decidiu mantê-la sobre essas mulheres, apenas as auxiliando (de diferentes formas, mas principalmente financeiramente, atuando como ajuda e mantendo um padrão de entendimento de que ainda são as mulheres, e as famílias privadamente, as principais responsáveis por essa questão). E essa ação conjunta, com grande estímulo do Estado, se institucionalizou.

Ao longo dos anos o direito a creches ganha maior visibilidade enquanto um direito das crianças, relacionado à educação infantil<sup>46</sup>. O Estado, nesse ponto, já se

---

<sup>46</sup> No meu entender a mudança no foco, e no enquadramento dessa questão, é uma das responsáveis por uma maior ideia de responsabilização do Estado. Em nossa sociedade, a partir de nossa construção de infância, as ideias de educação e cidadania (assim como os direitos que as circundam) estão muito mais nitidamente ligados a uma responsabilização do Estado para com esses sujeitos que com as

apresenta com um papel mais central, embora aqui também tenhamos muito fortemente uma ideia de responsabilização privada das famílias. Isso fez com que mais creches fossem construídas, mesmo onde não havia uma pré-organização comunitária. O acesso a essas creches aumentou; ou fez-se surgir onde antes não era presente. Ainda assim, a luta continua, ainda existem mulheres com filhos sem acesso à creche gratuita. Isso revela claramente que essas mães que não têm acesso a esse direito têm que, privadamente, criar soluções para um problema que é também público.

Aqui é interessante notarmos como a privatização da educação infantil parece ter avançado, também nas periferias e comunidades carentes. Nesses lugares, também é interessante o número de escolas infantis, explicitamente ou não, religiosas – com destaque para as evangélicas –, sendo que grande parte dessas escolas têm convênio com o governo, ou seja, um respaldo do poder público sobre sua influência religiosa. Isso nos revela outra face de um cuidado desigual entre as famílias, já que essa educação com viés religioso estaria mais concentrada em bairros pobres (o que pode ter, por exemplo, consequências diretas na manutenção ou aumento de um conservadorismo).

Assim como no exemplo das políticas diretamente relacionadas às trabalhadoras domésticas, aqui também estamos lidando com mudanças: do foco ao que o direito se refere e, conseqüentemente, do enquadramento usado para significá-lo; referentes à ideia de educação e cuidado; nas esferas da vida; nas responsabilidades da – e papéis sociais na – família; na importância que se dá ao tempo na vida das pessoas. Novamente nos deparamos com as acomodações, principalmente no que se refere ao grupo que se mantém sendo encarado como o (naturalmente) próprio ao cuidado desse, as mulheres. E aqui, num sentido mais geral da responsabilização feminina ligada à maternidade, nos referimos tanto às mulheres dentro nas famílias, como às trabalhadoras assalariadas ou voluntárias dessas creches. A saída desse trabalho do cuidado do espaço doméstico, seja

---

mulheres enquanto grupo. De fato, não devemos negar que estamos também tratando aqui dos direitos dessas crianças à educação e, mais que isso, à justiça social, num sentido mais amplo. Nem mesmo podemos esquecer que, enquanto grupo, as crianças e adolescentes também se caracterizam enquanto vulneráveis em nossa organização social. Ao mesmo tempo, justamente por levar em conta toda a ideia já exposta de que estamos tratando aqui de relações sociais esta é uma questão que atinge diretamente e centralmente as mulheres. Nesse sentido, tanto a delimitação desse acesso à creche enquanto direito das crianças à educação quanto uma necessidade das mulheres à uma maior entrada no mercado de trabalho enquanto factíveis e necessários não são suficientes se tratados isoladamente.

por meio da profissionalização e/ou assalariamento, ou não, não desvincula as mulheres da tarefa.

Mas, para além desses exemplos específicos, e entendendo que “cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz” (Martins *apud* Ávila, 2004), passemos agora então para a análise dessas mudanças e acomodações relativas ao espectro do cuidado em nosso tempo e espaço brasileiros no que se refere, mais especificamente, à experiência vivida das mulheres pobres e/ou negras, assim como às percepções acerca dessa vivência.

### **3.2 O entrecruzamento de gênero, classe e raça na “família brasileira”**

“(…) a história é tanto um processo de esquecimento, quando de aprendizagem, e a memória é famosa por sua seletividade.” (Bauman, 2002, p. 136)

Não é minha intenção novamente tratar de forma repetitiva o que já foi discutido no capítulo anterior a respeito da instituição política *Família*. Mas, é importante pensar como toda a discussão apresentada se adequa ao caso brasileiro. Iniciei essa tarefa trabalhando com a ideia de que existem diferentes tipos de família, trazendo a discussão abordada por Sarti (1994 e 2004). Agora, me volto de forma mais direta à posição ocupada pela mulher nessas famílias, tentando entender como ao longo de nossa história essa posição foi sendo sedimentada e legitimada em relação com outras posições (e grupos) também definidas, dentro e fora da organização familiar. E como forma de ratificar o que também já foi exposto, acredito que o mais adequado seja desde já abordar essa questão como a referente às diferentes “posições” das diferentes “mulheres”. De fato, não existe “A Mulher Brasileira”, e seguindo tal ponto, estarei sempre reforçando o fato de que meu foco nessa tese são as mulheres pobres e negras – que são também uma multiplicidade em si, mas que pelas condições dessa pesquisa são aqui tratadas a partir de uma perspectiva de grupo.

Por muito tempo, e mesmo hoje em alguns espaços e campos de reflexão e ação política (escolas, Universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais, organizações, instituições do governo, dentre outros), se convencionou trabalhar com a, e acreditar na, existência de uma *família patriarcal brasileira*. Tal ideia tem força relacionada aos processos de construção de uma identidade nacional e atua (e atuou) conjuntamente com outras tantas, por muito tempo consagradas, como as imagens do *bom selvagem* e do *homem cordial*, ou o ideal de *democracia racial* (exemplos emblemáticos). Nome

importante para a consolidação da ideia de *família patriarcal* foi Gilberto Freyre; sua obra – e, mais especificamente, o livro *Casa Grande e Senzala* (1933) – balizou, e continua balizando, em muitos sentidos, nossas significações e representações acerca de nossa sociedade. O autor teve papel central na construção de muros que enclausuraram a formação de nossa sociedade a um espaço específico, reforçando os estreitos limites da fazenda no lugar privilegiado para o nascimento dessa sociedade e algumas das relações ali encontradas no método comum e generalizado de existência social. A palavra privilégio aqui nos faz questionar se esse espaço e/ou esse método (ou, mais especificamente, o que delas ganhava luz através das lentes do autor) “era o modo cotidiano de viver a organização familiar no Brasil colonial, compartilhado pela maioria da população, ou é o modelo ideal dominante, vencedor sobre varias formas alternativas que se propuseram concretamente no decorrer de nossa história”<sup>47</sup> (Corrêa, 1982).

Ao mesmo tempo, existiram também outros nomes e atrizes/atores importantes, que na confluência, ou mesmo disparidades, trazidas pelas imagens e ideais acima citados, contribuíram nesses processos de construção de identidade e entendimento de nós mesmos. Pensando em autores que se dedicaram aos estudos da sociedade brasileira, poderíamos também citar Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado, Roberto da Matta e Darcy Ribeiro. Mesmo seguindo caminhos diferentes e em contextos temporalmente (mas não só) distintos e distantes, esses autores também contribuíram para a consolidação e reprodução dessa ideia. É importante ressaltar que eles autores não são representantes de uma corrente única de pensamento. Ao mesmo tempo, mesmo em sua diversidade argumentativa acabam por contribuir, de alguma forma, para uma construção de um discurso comum acerca nossa identidade (brasileira). Pensando nas/os outras/os atrizes/atores, não poderíamos deixar de lado o fato de que o próprio Estado brasileiro teve papel central nessa questão, enquanto produtor e apoiador de determinados discursos, ao mesmo tempo em que silenciava, ou mesmo, aniquilava outros. Também é importante notar que em muitos momentos uma parte dessas/es atrizes/atores integrava movimentos que lutavam por mudanças na estrutura desigual,

---

<sup>47</sup> “A ilusão é que o estudo da forma de organização familiar do grupo dominante numa determinada época e lugar, possa substituir-se a história das formas de organização familiar da sociedade brasileira. (...) ocorre assim uma homogeneização histórica: uma situação bem localizada no tempo e no espaço – a economia açucareira pernambucana dos séculos XVI e XVII ou a plantação de café dos séculos XVIII e XIX – transforma-se em matriz, em denominador comum, da sociedade colonial inteira, do século XVI ao XIX. (...) deriva-se toda a formação social do país. A sociedade colonial nesses 300 anos esteve composta de duas partes: uma familiar (a família patriarcal) e outra não familiar, que reunia a maioria da população, a ‘massa nômina dos socialmente degredados’.” (Corrêa, 1982)

mas que ainda assim adotaram (e alguns ainda adotam) uma visão dominante, que é pouco representativa de nossa realidade social. Estamos nos referindo aqui, por exemplo, a casos como o do movimento negro, que por determinado período aderiu ao ideal de democracia racial, enquanto objetivo a ser buscado (Guimarães, 2002). De fato, os objetivos (e mesmo formas de interpretação) das/os variadas/os atrizes/atores que se apropriaram desse discurso eram diversos; nos parece claro que o que buscava a luta do movimento negro não era, majoritariamente, semelhante ao que era buscado por membros da elite (mesmo da elite intelectual, se quisermos). No entanto, a utilização do mesmo discurso e imagem teve como uma de suas consequências o fortalecimento daqueles que se privilegiavam da desigualdade, reforçando a continuidade dela.

No entanto, se as imagens do *bom selvagem* e do *homem cordial*, e o ideal de *democracia racial* parecem, mesmo que de maneira não uniforme, perder grande parte de sua força política ao longo dos anos (o que, infelizmente, não significa sua ausência no cenário político-social brasileiro), a ideia de *família patriarcal* ainda tem grande força e presença em nossas representações e sentimentos sobre a sociedade brasileira, mesmo que essa ideia não seja sempre evocada de forma clara e/ou direta. E essa presença não se encontra apenas no discurso representativo do que pode ser entendido enquanto senso comum, mas se apresenta como base mesmo de discussões acadêmicas. Não é difícil encontrarmos em nossa memória, por exemplo, a lembrança de algum discurso crítico que tente traçar uma continuidade explicativa entre a atual posição desigual das mulheres tomando como início (argumentativo e histórico) essa ideia de família: ainda que forjada no período colonial, o modelo manteria elementos em nossa cultura que contribuem para a subordinação das mulheres na medida em que tal família, embora não seja representativa das organizações familiares atuais, está na base da formação das famílias brasileiras e, com isso, na base de formação da própria sociedade brasileira como um todo. A respeito dessa questão, não nos colocamos num extremo que não enxerga a relação exposta: as continuidades estão presentes e o modelo, embora não seja majoritário e representativo, é hegemônico, ou seja, tem poder de moldar. No entanto, queremos nos atentar ao fato de que essa linha argumentativa trabalhada isoladamente pode nos trazer alguns problemas. Questões como a menor entrada no mercado de trabalho, menores salários ou vulnerabilidade à violência, por exemplo, podem ser atreladas a esse modelo de família, mas tratar tal relação de forma superficial

pode nos proporcionar uma simples explicação causal de processos que são múltiplos e complexos.

Nesse ponto, ainda é extremamente interessante notar como algumas questões, de fato, mudam de acordo com contextos e intenções política e que, nitidamente, mas nem sempre assumidamente, a produção acadêmica serve a fins ideológicos. De forma mais clara, a questão que gostaria de levantar aqui é que os estudos e análises que se dedicam a essa ideia de *família patriarcal* enquanto núcleo de nossa identidade ou que a tomam como base para o entendimento de outros temas, seja por meio de uma análise crítica sobre a mistura dos mundos privado e público na ordem sócio-política brasileira, seja por uma análise do papel central dessa estrutura no desenvolvimento de nossa economia, parecem não subestimar o aspecto político desse modelo familiar. Ao mesmo tempo, como já vimos anteriormente, a crítica feminista (num sentido geral, e também num sentido específico da crítica direcionada à produção brasileira e/ou sobre o Brasil) aponta que aspectos políticos e econômicos costumam ser retirados da ideia de família em grande parte das análises políticas, o que faz com que essa instituição receba atenção marginal (ou nenhuma) nessas análises: numa relação que se retroalimenta e funciona tanto quanto causa, como consequência, o aspecto político é retirado da família e a família é retirada das análises políticas; nesse cenário a subordinação das mulheres é silenciada e reforçada. Mas, como explicar então essa incongruência relativa ao entendimento dessa família (e aqui estamos sendo específicos do ideal patriarcal)? Se concordamos com a crítica feminista, em que momento o caráter público, político e/ou econômico da família deixa de ser visível e analisado?

Aposto aqui em uma linha explicativa. Acredito que esse caráter não é de fato (completamente e adequadamente) explorado por aqueles que analisam a *família patriarcal* ou a tomam como base para outros diversos estudos. Mais que isso, seguindo fins ideológicos, essa inadequação ou incompletude está diretamente ligada à exclusão e silenciamento da história e experiência de grande parcela de nossa população. O ponto central de argumentação nessa linha explicativa é que a diversidade de sujeitos e formas de organização não é levada em conta, reconhecida. Dessa forma, talvez não devêssemos pensar que o caráter político é retirado da família e o mais adequado fosse observar que quando é interessante que ele apareça, sua presença se dá (de forma limitada e controlada). Assim, o que são, na verdade, retiradas dessa instituição (a família) são partes integrantes de seu caráter político e/ou econômico – ou seja,

elementos, sujeitos, grupos, processos – deixando-se apenas a parte que legitima (racionalmente, puritanamente e de forma naturalizada) a continuidade tolerada da subordinação. Dessa forma, acredito que, de fato, a *família patriarcal brasileira* pode ser compreendida como um “instrumento disciplinador” (Corrêa, 1982).

Seguindo esse entendimento, passemos agora à análise da estrutura dessa família. Pensando no desenho traçado sobre a constituição dela podemos, de forma resumida, dizer que sua formação se dá a partir das relações entre determinados sujeitos, de distintos sexos e raças, em dois diferentes espaços. Embora os discursos dominantes (e dominadores) corroborem para uma ideia final de certa homogeneidade e identidade, passando aí por uma homogeneidade de pensamentos, intenções e ações, a base dessa família é a distinção, uma diferenciação que hierarquiza. E não é a distinção sobre quaisquer personagens, mas sobre personagens específicos, que como pilares sustentam a ideia dessa instituição. Avaliamos esses pilares como relacionados a quatro representações e entendemos que quando essas são desmascaradas os pilares se rompem e a estrutura começa a ruir, ou seja, a ideia de família patriarcal começa a se quebrar. Cada uma dessas representações/pilares tem um papel a cumprir na construção dessa estrutura e é por meio da análise desses papéis que é possível que as representações sejam reveladas e desconstruídas.

Começamos então pela representação/imagem central: o *senhor de engenho* é a figura de poder no modelo da família patriarcal<sup>48</sup>. Podemos entender a masculinidade<sup>49</sup>, a branquitude e a detenção dos meios de produção como suas propriedades primordiais; elas lhe garantem outro tipo de propriedade que lhe autoriza transitar entre os espaços e esferas da vida sempre numa posição privilegiada, a racionalidade. Da relação entre essas propriedades deriva seu poder e as possibilidades de dominação sobre outros sujeitos por meio de exploração e subordinação. Resumidamente, a figura do senhor de engenho é a de um homem branco e rico. Importante notar que a expressão “senhor de engenho” parece específica, mas no sentido aqui trabalhado de seu papel social nessa instituição familiar e na formação de nossa sociedade, a ideia que ela representa pode ser aplicada como explicativa em outros tempos e tipos de produção que não se

---

<sup>48</sup> Estamos aqui tratando da centralidade projetada pelo modelo e não de uma centralidade real na estrutura social em relação aos outras representações que serão tratadas.

<sup>49</sup> Trabalharemos com o entendimento de masculinidade e feminilidade enquanto pertencimento a determinado sexo e toda a carga cultural e política que isso inclui, não apenas a ideia de adesão obrigatória e treinada a determinados comportamentos e formas de ser.

caracterizavam exatamente como engenho e produção de cana-de-açúcar, como por exemplo, os barões do café.

A segunda representação/imagem secundária: a *mulher/esposa do senhor de engenho (sinhá)*. Possui também a branquitude enquanto propriedade, o que se apresenta como um leque de possibilidades em relação às suas experiências de vida, no entanto, um leque diferente do grupo com sexo distinto ao seu. Uma dessas possibilidades (colocada, em grande medida, enquanto necessidade) em seu horizonte de vida é o casamento com um homem branco. Por meio do casamento, e em muitos casos pela herança familiar que possui, compartilha vários dos benefícios daquele que é o proprietário dos meios de produção (primeiramente seu pai ou irmão e, posteriormente, seu marido), embora não seja considerada enquanto proprietária dos mesmos. No entanto, para ela a feminilidade se apresenta, mais que como um atributo, como a não propriedade da masculinidade. Por sua vez, a não propriedade da masculinidade lhe impõe um déficit que não lhe proporciona o desenvolvimento da racionalidade. Não ser proprietária da masculinidade e, conseqüentemente, da racionalidade, a coloca desde o início então em uma posição de subordinação ao homem, porém, a um homem específico, branco e rico.

As outras representações/imagens secundárias: *escravas e escravos*. Não proprietárias/os da branquitude, dos meios de produção (não recebendo também nenhum dos benefícios relativos às propriedades do senhor de engenho, diferentemente das esposas destes) e da racionalidade. O escravo homem era proprietário da masculinidade, o que o colocava numa posição diferenciada em relação à distribuição de alguns trabalhos e espaços de vivência. Mas, justamente por não o ser da branquitude e dos meios de produção, sua posse da masculinidade significava algo diferente em relação à mesma posse do senhor de engenho; e esse déficit, de forma semelhante ao que acontecia com a esposa do senhor, não o permitia a propriedade da racionalidade. A mulher escrava não tinha nenhuma propriedade, e já sobre esse período poderíamos chegar à conclusão semelhante à de hooks (1984) e discutir o posicionamento vulnerável das mulheres negras numa escala hierárquica enquanto posicionadas na base da pirâmide social, sofrendo opressão de todos os lados, não tendo outro grupo para oprimir.

A tarefa de “desmascarar” essas representações/imagens pode também, para alguns, parecer tarefa óbvia e/ou repetitiva. Gostaria de propor então, que nos debruçássemos sobre esse trabalho adotando uma ótica menos comum, a do cuidado. Pensemos em cada representação, em sua construção e em sua desconstrução, mas pensemos também como os dois movimentos se colocam na conformação de nossa estrutura social quando tomamos por base a centralidade do cuidado em nossas vidas.

A forma mais clara de começarmos aqui é por meio da vocalização da existência de outras pessoas, e outras formas de organização familiar (como já mencionado), que não foram contabilizadas por esse modelo, mas fizeram, e fazem, parte da formação de nossa sociedade. Nem só de senhores, sinhás e escravas/os se fizeram nossa população e identidade. Mas é importante também que vejamos que mesmo os indivíduos contabilizados pelo modelo em questão, enquanto personagens, não são vivenciados da mesma forma por todas/os. Ou seja, as relações entre essas/esses atrizes/atores podia se dar, e se dava, de forma diferenciada em diversos contextos, tempos e espaços.

Pensemos na primeira representação/imagem citada. O senhor, proprietário da branquitude, da masculinidade e dos meios de produção se configura como a imagem representativa de um grupo que também era diverso em sua composição. A multiplicidade de experiências podia se dar de diversas formas, a depender: da idade desse homem, da região no território brasileiro onde suas terras se encontravam, do tipo de produção em suas terras<sup>50</sup>, de sua família de origem, de sua rede de contatos na esfera estritamente política e na econômica, entre outros. Ao mesmo tempo, relacionando-se a isso também existiam diferenças que criavam fissuras nos padrões de comportamento e relação entre as/os diversos atrizes/atores apresentados nesse modelo. Podemos sim pensar que a relação entre o senhor e sua mulher branca não era sempre a mesma, o casamento poderia ser visto como investimento, econômico e social, dos dois lados, o que relacionado às tramas entre existência ou não de afetos e um espectro de possíveis formas de violência, fazia com que essa relação pudesse apresentar diferentes vivências de poder (assim como de subordinação, do outro lado). Suas vivências poderiam inclusive ser diferenciadas de acordo com a relação mantida com as escravas; parte da opressão sofrida por essas mulheres negras estava relacionada à violência

---

<sup>50</sup> Fazendas dedicadas à produção de tabaco e algodão implicavam, por exemplo, um investimento bem menor que engenhos de açúcar, relacionado a isso, também era muito menor o número de escravos nessas propriedades (Corrêa, 1982).

sexual, o estupro socializado enquanto prática comum, perdoável e mesmo necessária, que dava a possibilidade de outra entonação à ideia de propriedade desses senhores em relação aos corpos dessas mulheres e da vivência e entendimento delas sobre seus próprios corpos. Mas podemos pensar, também, que nem todos os senhores se ligavam a essas práticas, ou pelo menos, que aliadas às diferenças já aqui mencionadas, a forma como essas práticas se davam também eram influenciadas por outros fatores podendo então ser diversas. Da mesma forma, a relação com os escravos homens, também passava por formatos diferentes, podendo assumir distintos níveis de violência e exploração (principalmente nos períodos mais próximos à abolição, com alguns senhores se tornando apoiadores desse processo, mas não somente neste momento).

Em todo caso, tendo como foco o grupo, mesmo levando-se em consideração as possíveis diferenças de experiência do poder em suas relações, devemos reconhecer que essas ainda são relações de poder, e que os integrantes desse grupo ainda ocupam a posição mais privilegiada na estrutura social. E é importante falarmos que essas diferenças se deram sob padrões legitimados de representação da realidade que tinham impacto direto sobre a mesma. O modelo hegemônico, mesmo não sendo representativo serviu para até hoje moldar nossas relações interpessoais na medida em que estrutura nossas relações sociais. Nesse sentido, o modelo e a imagem do senhor de engenho que dele faz parte foram peças importantes na manutenção da imagem do homem enquanto o responsável pela família, num sentido geral, que é moral e econômico: aquele responsável pelo sustento da casa, sendo a figura vista como naturalmente chefe dessa organização, independente e afastado das funções domésticas. Nessas condições, o cuidado e a responsabilização não são retirados desse chefe da família, mas recaem sobre ele de formas diferentes, privilegiadas e em consonância com a posição subordinada das/os outras/ atrizes/atores.

De forma semelhante, as mulheres brancas nessa família patriarcal encarnavam papel social padronizado sob uma vivência diversa. Além dos pontos já levantados quando falamos sobre as possíveis diferenças entre os senhores, podemos pensar que no caso das mulheres brancas, dois outros pontos eram bem sensíveis: sua escolarização e o grau de envolvimento nas tarefas domésticas. O acesso ao conhecimento formal não era amplo, como sabemos, ainda assim, pessoas ricas tinham maiores possibilidades desse acesso, os homens muito mais que as mulheres, mas, ainda assim, algumas mulheres conseguiam ter certos níveis de formação escolar. Num contexto em que

mesmo as que tinham acesso a tal formação não encontravam liberdade para uma atuação diferenciada e livre acesso a outras esferas da vida e espaços de sociabilidade (geralmente frequentados apenas por homens), ainda assim podemos projetar que mesmo a diferenciação mais simples de formação significava uma experiência diversa (sobre o mundo, sobre si, sobre suas relações e acerca mesmo de suas economias, o que em muitos casos poderia ser usado enquanto estratégia de resistência contra os próprios maridos ou familiares). Ligado a isso, temos o conhecimento de mulheres que se tornaram senhoras assumindo fazendas e produções, principalmente através da morte do homem chefe da família (Costa, 2007). Isso, com certeza, lhes dava outra vivência do poder econômico e da branquitude que possuíam, se transformavam na figura da mulher que “imbuída da ideologia da dominação acaba[va] por dar cobertura ao patriarcado, e por desempenhar, com maior ou menor precisão, as funções do patriarca” (Bandeira, 2007, p. 89). Obviamente, não passavam a serem homens, ao mesmo tempo, não se adequavam totalmente ao padrão feminino desenhado por esse modelo. Ainda assim, eram expostas ao ideal de feminilidade compartilhado enquanto discurso dominante, de onde podemos traçar certa similitude com as pressões sofridas pelas mulheres na atualidade sobre a necessidade de seguimento de tal padrão. Faz parte desse ideal, como vimos anteriormente, uma concentração das forças sobre a maternidade e o seu posicionamento enquanto a responsável por aqueles que precisam de algum tipo de cuidado, ou atenção especial (no caso dos maridos, onde essa “necessidade de atenção especial” não é vista como dependência de cuidado).

Também o envolvimento nas diferentes atividades que circundavam o que era entendido enquanto vida doméstica era muito diferente. Algumas dessas mulheres assumiam funções e atividades em alguns lares que em outros não se cogitaria serem executadas por mulheres brancas, mas apenas por escravas, como as referentes à produção de alimentos, cuidado com as crianças ou produção de roupas, mesmo quando essa produção era também contabilizada na economia familiar, por exemplo. O contato das mulheres brancas com escravas e escravos também se diferenciava a partir dessas questões. Mas é importante observar que reconhecer que uma mulher branca, nesse contexto, poderia se dedicar a algumas atividades domésticas, trabalhando em alguns casos lado a lado com escravas, não significa dizer que essas mulheres tinham as mesmas vivências, mesmo em relação a essas atividades domésticas específicas. O posicionamento diferenciado e hierárquico também está presente em uma cozinha, por

exemplo, e faz com que aquele mesmo espaço se apresente de diferentes formas para cada indivíduo. Os modos de colocação de si mesmo, fala, postura corporal, tempo dedicado ao trabalho, intensidade do trabalho, dentre outros, são todos fragmentos dessa diferenciação que não podem ser esquecidos. Ao mesmo tempo, essa mulher branca que trabalhava nessas atividades tinha uma consciência existencial deste outro ser mulher (a negra) que outra mulher branca, que nem mesmo se permitira entrar na cozinha, poderia ter. Fato semelhante se dava na relação dessas mulheres brancas com os escravos: podemos ir de um contexto em que essas mulheres não tinham contato algum com estes a um em que o contato era tão próximo que chegava a ser íntimo, em alguns casos, mesmo sexual. Independente da relação interpessoal mantida, novamente as relações sociais ainda se apresentavam sob a diferenciação de poder. E ao mesmo tempo em que essas mulheres brancas, enquanto grupo, poderiam ser classificadas como dependentes (em relação ao grupo dos homens brancos), poderiam também ser classificadas como “dependentes poderosas” (em relação às/os escravas/os): se podemos pensar na imagem de uma mulher branca submissa ao poder autoritário do marido e de outros homens brancos devemos lembrar que essa mulher era também “por excelência tão autoritária e despótica quanto o colonizador português” (Carneiro, 2002).

Passando para os outros dois pilares, podemos pensar estarmos entrando em terreno enganoso, afinal esses indivíduos não eram considerados da família. De fato, escravos não eram considerados membros da família, mas eram integrantes (centrais e sustentadores) do modelo de família patriarcal enquanto modelo hegemônico de significação das práticas. Nesse sentido, esses indivíduos estão ali presentes, sua existência é necessária e importante para a sobrevivência do modelo organizacional vivido, porém não reconhecida enquanto tal.

O escravo homem pode ser considerado o integrante mais distante da sociabilidade afetiva construída, mesmo que apenas enquanto discurso, dessa família. Ainda assim, sua posição é crucial porque ele é um dos motores que move a economia que sustenta essa sociedade (e a possibilidade desse modelo de família). Mas, também esses escravos tinham vivências diferenciadas. O entrecruzamento do lugar de origem, das habilidades que possuíam, de sua formação física e aparência, do grau de aderência ou resistência ao sistema, da idade, da saúde, entre outros aspectos, formava diferentes pontos e posicionamentos na estrutura opressora. Escravos alocados nas grandes lavouras não eram os mesmos responsáveis, por exemplo, pelo cuidado diário dos

animais, ou pela manutenção do engenho; muito menos eram os mesmos responsáveis por atividades mais próximas das/os senhoras/os ou internas à casa. A possibilidade de trânsito em diferentes espaços proporcionava a determinados escravos ligeira ascensão em relação aos outros; e se essa ascensão não era exercida em termos de uma dominação direta entre um escravo e outro, ela ainda estava presente nas possibilidades de melhora de vida (como acesso a roupas ou uma melhor comida) no caso de alguns, ou piora dela (como o castigo frequente, trabalho no sol, fome). Obviamente, esses poucos escravos não deixavam de ser escravos por isso. Tampouco podemos dizer que eram privilegiados, nosso entendimento de privilégio vai muito além. Mas, tinham sim, vivência diferenciada. E é importante notar que, nesse contexto, mesmo sob uma compartilhada situação de subordinação e exploração, as diferenças aqui expostas podiam estimular a hierarquização, e mesmo certa competição, entre os sujeitos: “negro do eito, vira copeiro, não *oia* mais pro seu parceiro” (Costa, 2007, p. 297).

A uma parcela desses homens negros então foi atribuída parte do trabalho de cuidado nesse modelo de família, seja o trabalho doméstico seja o cuidado direto com outros seres. E a palavra seres aqui tem grande importância porque estamos nos referindo especificamente aos animais. O cuidado direto de pessoas era destinado majoritariamente às escravas. Fazendo um link com nosso contexto atual, temos a permanência da ligação feita entre pessoas negras e atividades de trabalho do cuidado, principalmente as entendidas enquanto um trabalho sujo e/ou servil. Ao mesmo tempo, para mulheres negras essa ligação se dá de forma diferenciada, pois se liga à maternidade. Temos uma divisão sexual do trabalho vinculada a uma divisão racial do mesmo.

As diferenças nas relações com outras/os atrizes/atores também estava presente. Os discursos do negro “malando”, libidinoso, criminoso, ou do negro manso, subserviente se misturam e se separam nos diferentes espaços e no tempo, impondo múltiplas proximidades e distanciamentos a homens e mulheres brancas. O mesmo se dá em relação às mulheres negras (a mucama e a ama de leite caridosas ou a negra má, luxuriosa). A proximidade que a situação de opressão pela escravidão podia trazer não apagava as diferenças de todos os pontos aqui tocados. Relembrando a questão do lugar de origem já aqui mencionada, podemos cogitar que, por exemplo, escravos vindos de regiões diversas (mesmo inimigas, em alguns casos) não se reconheciam enquanto grupo. Podemos mesmo pensar que o desenvolvimento da consciência de uma situação

comum era impedido pelas dificuldades e especificidades que não tornavam esse comum algo homogêneo.

“(...) os negros isolavam-se por nações: os minas, os cassangues, os moçambiques ou os congos. Mantinham-se, às vezes, antigas hierarquias. (...) Às posições hierárquicas tradicionais somavam-se novas distinções estabelecidas com base na superioridade de ofício e de posição dentro do regime escravista.” (Costa, 2007, p. 298)

Aqui devemos tratar de duas linhas de análise para a situação das/os escravas/os que compõem os discursos em torno dessas representações/imagens e que são inadequadas a uma análise honesta da situação vivenciada (ontem e hoje) pelas/os integrantes desses dois grupos específicos (mulheres e homens negras/os). Por um lado, pode-se pensar que não havia uma distinção entre escravos homens ou mulheres na medida em que ambos eram explorados por meio do trabalho forçado e não eram entendidos enquanto sujeitos políticos de direito e/ou como pessoas. Nesse sentido, projeta-se que a exploração e a discriminação decorrente se davam da mesma forma para ambos. Por outro lado, pode-se pensar que por serem de diferentes sexos a exploração se dava de formas totalmente distintas, sendo em muitos casos mais penosa para os homens, que seriam expostos a trabalhos mais pesados e receberiam um tratamento mais violento, justamente por as escravas serem não proprietárias da masculinidade (a feminilidade lhes proporcionaria uma conexão, mesmo que fraca, com o que era visto como delicado, frágil e sensível, as afastando de atividades não relacionadas a essas características ou, pelo menos, amenizando a situação de exploração, e sofrimento, quando o afastamento total não era possível). Os dois caminhos, em alguns casos tomados enquanto verdades absolutas, são incompletos, perigosos e injustos.

De fato, como vimos no capítulo anterior, os processos de opressão e dominação não se davam, assim como não se dão, da mesma forma. O pertencimento a diferentes sexos, por exemplo, poderia definir as possibilidades de acesso a diferentes espaços: à Casa Grande, a espaços mais íntimos dentro dessa mesma casa, a outros espaços fora do mundo da fazenda. As dinâmicas das atividades cotidianas definiam as possibilidades, pertencimentos e espacialidades; o sexo era um fator importante nessa definição. Ao mesmo tempo, ele não era o único fator: idade, habilidades, aparência, “afetos”, entre outros fatores, também se faziam presentes e se combinavam entre si projetando

posições e papéis que, mesmo sob o guarda-chuva de opressão e dominação, eram diferentes.

Mas, ao contrário do que seguir o segundo caminho apontado nos faz pensar, tomar o sexo como um (dos) fator(es) de diferenciação não significa dizer que ao sexo masculino era associada uma maior capacidade de esforço físico nem, principalmente, que às escravas era atribuído o mesmo ideal de feminilidade das mulheres brancas, em geral, e das esposas do senhor de engenho, mais especificamente. Nesse sentido, mulheres e homens negros/os eram classificados como igualmente capazes de trabalhar exaustivamente nas mais diversas funções. Nem mesmo questões biológicas como menstruação ou gravidez eram colocadas como empecilho ao trabalho das mulheres negras, que não recebiam tratamento diferenciado, no sentido de “mais cuidadoso”, quando se encontravam nessas situações. Talvez isso tenha mudado um pouco após a proibição do tráfico de escravos, surgindo com isso uma preocupação maior com a procriação e reprodução de novos escravos. Ainda assim, essas mulheres não entram na categoria de “mães” (embora ainda presas à maternidade, suas práticas e discursos) nem escapam à exploração, elas ainda são apenas reprodutoras que “talvez” necessitem de alguns tratamentos diferenciados para que cumpram satisfatoriamente essa função.

Quebramos aqui então um paradigma importante. A ideia de uma divisão sexual do trabalho entre as pessoas negras que espelharia a divisão sexual que se dava entre as pessoas brancas é errônea. Determinados serviços dentro ou nos arredores da casa eram atribuídos a algumas/alguns escravas/os, podendo ser tanto homens, quanto mulheres, e o trabalho exaustivo em todas as partes do engenho, nas diferentes fases e processos de produção, também era exercido por mulheres. Diferenças e semelhanças se cruzam nesse emaranhado de dinâmicas e relações que sustentam a escravidão e a vivência da dominação se dava de forma diferenciada entre homens e mulheres negros/as.

Nesse sentido, as mulheres negras compartilhavam com os homens negros vários dos problemas da dominação imposta pela escravidão, mas existem aqui dois problemas que são específicos de sua condição enquanto mulheres. Primeiro, se tanto mulheres quanto homens negros sofreram com a objetificação de seus corpos (o que andava lado-a-lado com o seu não reconhecimento enquanto sujeitos), é específico da condição das mulheres negras a experiência da hipersexualização dos mesmos e exploração de seus corpos para além da questão estritamente econômica (enquanto força de trabalho direta).

Nos referimos aqui aos casos de estupro já mencionados dessas mulheres por homens brancos. A elas era negada qualquer parcela de poder sobre si mesmas, em nenhum tempo, sentido ou espaço. A prática, relacionada às imagens que formam nossa sociedade, nos apresenta o que poderíamos entender enquanto uma “grande teoria do esperma da formação nacional”, onde não apenas o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitado, mas a desigualdade entre os sexos é erotizada e a violência sexual contra as mulheres negras, romantizada (Gilliam *apud* Carneiro, 2002). Não queremos dizer aqui que relações sexuais forçadas não aconteceram com homens negros (onde quem estava no poder era um homem ou mulher branca) e com mulheres negras (onde quem estava no poder era um homem negro), também não podemos afirmar que relações consensuais não existiram (embora estejamos cientes de toda problemática que acompanha a afirmação de que algo é consensual, principalmente em um contexto extremo como o da escravidão), mas estamos aqui falando dos (verdadeiros) padrões, dos tipos de relação que aconteciam não apenas com maior frequência, elas eram a regra (o que era visto como natural e legitimado)<sup>51</sup>.

Outro ponto ainda relativo à propriedade e vivência desses corpos diz respeito à maternidade e tudo que a ela se relaciona. Como mencionamos, às mulheres negras não era atribuído o papel de “mãe”, nos moldes como esse era desenhado para as mulheres brancas. No entanto, a elas se impunha o papel de trabalhadoras do cuidado, sendo responsáveis pelas diversas formas de trabalho do cuidado já aqui mencionadas. A associação entre mulheres negras e trabalho do cuidado embora assuma diferentes formas durante nossa história, continua presente em nossa sociedade<sup>52</sup> e central à manutenção das desigualdades.

---

<sup>51</sup> Não é esse o nosso foco, mas é interessante lembrar aqui que, como mostramos anteriormente, existem correntes que abordam determinados tipos de trabalhos e/ou sexuais como formas de cuidado. Se assim pensarmos o caso brasileiro então, veremos que novamente tal cuidado é diretamente relacionado às mulheres, e quando pensamos na precarização e exploração desse cuidado, enquanto trabalho, temos uma ligação ainda mais presente a essas mulheres. Essa situação apresenta mudanças ao longo da história, mas mantém-se enquanto desigual e opressora, principalmente, à elas.

<sup>52</sup> Novamente aqui a vinculação entre relações sexuais e de cuidado está presente. Negras eram as figuras trabalhadoras do cuidado, também eram as figuras da iniciação sexual. A situação, embora ocorra em menor escala e, provavelmente, de forma mais velada, ainda se encontra presente em nosso cotidiano: “(...) estamos diante de um *continuum* histórico que, passando da mucama à doméstica, mantém a tradição de uso e abuso sexual da mulher negra (...)” (Carneiro, 2002). Em pesquisa feita com empregadas domésticas, Bernardino-Costa trata da vulnerabilidade à violência sexual e mostra que dentre as entrevistadas “praticamente todas tinham tido experiência de violência sexual ou conheciam alguma trabalhadora que tivesse passado por tais experiências” (Bernardino-Costa, 2013, p. 49).

No entanto, se em relação ao trabalho doméstico tal associação está claramente presente – numa mistura (já não tão clara) entre servidão e liberdade, afetividade e exploração, pertencimento e exclusão –, ela se torna um pouco mais velada no caso do cuidado direto com outras pessoas, principalmente as crianças. O papel de trabalhadora do cuidado acabou sendo submerso num entendimento separado do papel de trabalhadora doméstica, uma característica relativa à questão do cuidado que não é única ao Brasil, mas que aqui ganha contornos específicos. Por exemplo, um dos problemas enfrentados pelas trabalhadoras domésticas hoje é o fato de que, em grande parte dos casos, ao serem contratadas espera-se que além das tarefas de manutenção da casa elas fiquem também responsáveis pelas tarefas relativas ao cuidado direto de outras pessoas, principalmente as crianças, mas não só. Ao mesmo tempo, é interessante observar que até quando o trabalho do cuidado, nesses moldes, é separado, especializado ou profissionalizado (babás, cuidadoras, acompanhantes e/ou ajudantes), temos também a associação às mulheres negras ainda presente. É quase uma certeza de que essas mulheres são próprias para esse trabalho do cuidado e que, de fato, devem fazer isso. A construção dessa ideia tem raízes na escravidão e à forma como lhes foi imposta nesse período (e partir daí) a maternidade.

A figura da ama de leite, que é posteriormente lentamente substituída pelas amas secas ou babás (Segato, 2007, p. 147) é muito importante aqui. O modelo de família patriarcal cria e reproduz a imagem da escrava/mulher negra que ao amamentar e cuidar dos filhos da senhora branca até sua vida adulta é envolta em relações afetivas de quase pertencimento e intimidade que a colocavam num patamar de “embaixadora na senzala na casa-grande” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 81). Se seguirmos essa imagem proposta e formos desatentos, podemos chegar a pensar que essa escrava era vista como uma “quase mãe”; mais que isso, podemos até concluir que essa “quase mãe” era própria para esse papel e se sentia realizada com isso (tal imagem permeia os discursos e construções sociais até hoje). No entanto, o que se via e vivenciava era o desconforto e a desconfiança na necessidade de alocação das escravas nesse trabalho, por parte das pessoas brancas, e o grande sofrimento por parte das mulheres negras. De forma contraditória ao discurso hegemônico sobre a imagem dessas mulheres, embora seu trabalho fosse avaliado como necessário, elas eram entendidas enquanto o elemento ruim trazido para dentro do lar. Além disso, mais que trabalhadoras, eram abertamente tratadas enquanto mercadorias.

“(…) na massa de mulheres escravas disponíveis no mercado, o senhor patriarcal podia examinar, apalpar, inspecionar dentes, genitália, manipular seios e selecionar as escravas que melhor lhe conviessem, e isso segundo critérios os mais diversos. Não faltaram nem mesmo teóricos que orientassem essa seleção.” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 75)

Mesmo a desconfiança em relação a essas mulheres também atingiu níveis de orientação médica quanto à sua escolha e forma de trabalhar:

“Esse deslizamento da ama de leite para a ama seca como mãe substituta foi consequência das pressões higienistas exercidas sobre a sociedade nos consultórios médicos e através da imprensa escrita da época: ‘Porque ela criou o recém-nascido desde os primeiros precários momentos, a pessoa da ama-de-leite tornou-se a mais terrível e alarmante transmissora de doenças’<sup>53</sup> (...) [buscava-se] preservar os brancos da contaminação e da corrupção moral que a presença de negros na intimidade da casa senhorial estaria a introduzir.” (Segato, 2007, p. 147).

E ao mesmo tempo em que lhes eram impostas algumas facetas do cuidado, outras lhes eram negadas. Amamentar e cuidar dos filhos de outras mulheres sendo escrava, implicava a não possibilidade de fazer o mesmo com os seus. Enquanto algumas/alguns se focam numa ideia de *maternidade transferida*, nos atentamos aqui para a *maternidade negada*.

“Belas e saudáveis escravas, bigodudas e franzinas senhoras se combinam para o bem da prole... branca. Para a negra, a ‘promoção’; para a branca, o martírio. (...) Pobres senhoras! Felizes amas negras, ‘quase onipotentes como mães de criação de meninos brancos’ (Freyre, 1980, p. 359), cujo ‘lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas de pessoas da casa’ (Freyre, 1980, p. 352). (...) a contrapartida da suposta promoção da senzala à casa-grande, a saber: a negação da maternidade da negra, decorrente da apropriação de sua capacidade de amamentação.” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 76)

“Quase morri em razão de um frouxo que tive, mas infelizmente não aconteceu isto e tive ainda mais que sofrer porque me arrebataram minha filha, apesar de eu ter tanto pedido que me deixassem com ella. O que se passou depois não sei, porque perdi os sentidos. Não tendo secado o meu leite apesar de tudo que sofri, me alugaram para ama.”<sup>54</sup> (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 81)

Situação que se reproduz ao longo dos séculos, com suas especificidades, mas sendo ainda muito presente na vida das mulheres negras (e pobres). Convivemos e incentivamos relações de cuidado que beneficiam algumas/uns e prejudicam outras/os. Em casos semelhantes atualmente, crianças de famílias que têm melhores condições financeiras recebem o cuidado negado às crianças filhas das trabalhadoras que “servem” às primeiras.

---

<sup>53</sup> Porém, pouco se fala(va) do papel do homem branco na transmissão da sífilis por meio do ato sexual. Ou mesmo da criança que podia transmitir essa mesma doença à ama de leite.

<sup>54</sup> Trecho publicado em janeiro de 1880 no folhetim intitulado “A Mãe Escrava” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 81).

É extremamente importante analisarmos que a negação da possibilidade desse cuidado, a negação da maternidade, não se refere apenas à apropriação da capacidade de amamentação, como mencionado no trecho acima. Essa negação também se dá em outros aspectos, outras arenas do cuidado e vida. Exemplo emblemático é o das mães negras que continuam tendo seus filhos presos e/ou mortos (Quintela, 2017).

A mulher negra então, vivência a experiência de ser objeto sexual, aparelho reprodutor, máquina trabalhadora e ser cuidador. A apropriação social de seu corpo se dá em todos os sentidos<sup>55</sup>. Mas, não devemos esquecer, ela é também sujeito político resistente. Novamente recorreremos às análises de Davis (1983) e sua observação acerca dos abortos ocorridos enquanto forma de resistência ao sistema escravocrata; o mesmo acontecia no caso brasileiro (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 82). Também devemos pontuar aqui: suicídios, fugas, insubordinação em relação aos afazeres, roubos nas casas, crimes, sabotagens cotidianas (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 87). Formas de resistência ontem e hoje.

É interessante notar novamente a ideia que aos poucos venho desenvolvendo. Nós temos, de fato, uma divisão da responsabilização pelo cuidado entre os indivíduos e essa divisão se dá em conexão com as diferenças de gênero, raça e classe (entre outras). Numa posição subalterna, pessoas com menores rendas, negras e/ou mulheres seriam mais associadas à responsabilização que é corporal (ou está diretamente ligada a uma ideia de trabalho corporal): o que seria o trabalho do cuidado em seu sentido comumente estrito. Pessoas numa posição privilegiada, aquelas com maiores rendas, brancas e/ou do sexo masculino, seriam mais associadas a uma responsabilização pelo cuidado que se apresenta no campo das intenções e do intelecto, o que também se liga a uma ideia de racionalidade. No entanto, essa não é uma divisão entre moral e prática; para nós, moral e prática estão presentes nos dois casos, se apresentando sobre diferentes formas de julgamento e ação. Nesse espectro, entendendo as pessoas enquanto formadas pela consubstancialidade dos diferentes eixos, nos parece claro que temos diversas formas e combinações para a experimentação da corporalidade ou da intencionalidade e intelectualidade relacionadas ao cuidado. Ao mesmo tempo, é importante notar que homens brancos ricos assim como mulheres negras pobres se

---

<sup>55</sup> “Que corpo é esse que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/morais? Que corpo é esse que eu habito, cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? (...) Serei eu ‘mãe’ mesmo antes de ser ‘mulher’? Serei eu um útero, antes de ser humana?” (Swain, 2007, p. 212)

encontram mais aos extremos desse contínuo. Na posição mais privilegiada, esses homens assumem uma responsabilidade parcial, nada corporal e pouco intencional. Na posição mais subalterna, essas mulheres assumem uma responsabilidade total, intencional e corporal<sup>56</sup>.

No caso específico do modelo hegemônico de família patriarcal, ou na discussão proposta sobre qualquer outro modelo hegemônico, devemos reforçar o entendimento de que seu problema não se encontra somente nas representações que o alicerçam. Parte importante dessa problemática são as outras pessoas que o modelo esconde e silencia, a “imensa multidão dos terceiros” (Corrêa, 1982). Mesmo se pensássemos nas pessoas que estão, de alguma forma, extremamente próximas de tudo que envolve essa família o silenciamento ainda se dá: assim como a Teoria Política, o modelo de família patriarcal dá menor, ou nenhuma importância, aos idosos, pessoas com algum tipo de deficiência, crianças e adolescentes, não os reconhecendo (parcial ou completamente) enquanto sujeitos políticos. Quando essas pessoas são silenciadas, outras pessoas ao seu redor, assim como práticas e imagens a elas relacionadas, também são silenciadas. Nesse vácuo social, o cuidado é o elemento central retirado da política, e as discussões acerca de quem “merece” ser cuidado, por quem e por quê, seguem sob o manto da invisibilidade. O silenciamento sobre essas pessoas está ligado à desimportância que lhes é dada na discussão política (o que não significa sua desimportância enquanto elemento necessário para a manutenção do *status quo* enquanto ordem desigual), mas também está ligado à desimportância que é dada às pessoas responsáveis pelo seu cuidado, majoritariamente mulheres negras: “Elas cuidam de todas/os, mas quem cuida delas?” – a pergunta persiste até hoje, a negação do cuidado também.

Podemos observar que a figura da criança aparece nesse modelo de família patriarcal quando tratamos das amas de leite. Porém, essa criança é quase que uma coadjuvante da cena e a figura da mulher branca ausente ou a da mulher negra exaustivamente presente (de forma romantizada ou pela crítica à exploração) parecem ser os elementos principais na fotografia de uma relação de dominação. No entanto, a criança (branca) é também integrante central dessa relação e da discussão política a ser feita sobre a desigualdade. Ela nos remete, por exemplo, ao fato de que a propriedade da

---

<sup>56</sup> “No Brasil não há uma tradição de valorização do trabalho, especialmente o trabalho manual. (...) uma expressão racista que se refere a trabalho duro é ‘trabalho para negro’ (...)” (Oliveira, 2002, p. 39). Nesse caso, o trabalho manual, duro, do cuidado é trabalho para negra.

branquitude a coloca como merecedora de cuidado, enquanto as crianças negras não. Essas nem mesmo aparecem na cena: parte porque sua mortalidade era o comum<sup>57</sup>, mas mesmo quando sobreviviam eram logo cedo já alçadas ao posto de escravas/os trabalhadoras/es e desde sempre o cuidado que recebiam era o mínimo necessário à uma desumana sobrevivência (ao passo que o cuidado exigido às outras crianças, e pessoas brancas, em muitos casos extrapolava as necessidades para uma vida digna). Importante lembrar que parte dessas crianças negras era resultado das relações sexuais (quase nunca consentidas) entre os senhores (ou outros homens brancos) e escravas. Aqui, o parentesco e a consanguinidade, tão apreciados pelo modelo normativo de família (como vimos no capítulo anterior com a discussão trazida por Iris Young), não têm peso algum ou legitimar o reconhecimento dessas crianças enquanto membros da família, justamente porque esses indivíduos não são vistos enquanto pessoas: os “filhos bastardos” eram negros e/ou<sup>58</sup> escravos, o que no final, parecem ser (e permanecer) sinônimos. Crianças negras eram vistas como um excedente de produção não calculado; o que se fazia com esse excedente, dependia da vontade do senhor: elas poderiam ser rejeitadas (abandonadas, doadas, assassinadas) quando se calculava que, de alguma forma, poderiam trazer prejuízos, ou podiam ser utilizadas, revertidas em lucro (estimulada a sobrevivência até o momento em que pudessem ser força de trabalho)<sup>59</sup>. Na negação da maternidade vivida pela mulher negra também estavam envolvidos outros sujeitos políticos que tinham o cuidado, sua dependência e, portanto, sua humanidade, também negados.

É interessante lembrarmos aqui da “Roda dos Expostos”, que classificada como instituição de cuidado era uma forma de suporte aos sistemas escravocrata e capitalista. Criada em 1738 serviu como lugar natural de despejo das “‘crias’ indesejadas pelos senhores patriarcais” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 80):

“Os alarmantes índices de mortalidade das crianças entregues à Roda dos Expostos levam alguns médicos a pensa-la como um mecanismo fácil de

---

<sup>57</sup> “A mortalidade infantil atingia 88%. Dizia-se que era mais fácil criar três ou quatro filhos de brancos do que uma criança preta.” (Costa, 2007, p. 289). Ao mesmo tempo, a mortalidade negra, como um todo, era comum e esperada, escravos/as “(...) tinham vida média de 7 anos nos campos de trabalho forçado e morriam no limite da exaustão.” (Werneck, 2001, p. 2)

<sup>58</sup> Não devemos apagar o fato de que algumas crianças negras chegavam a ser abertamente vistas enquanto filhas dos senhores. Em alguns casos isso lhes possibilitava escapar da escravidão, porém, não do racismo enquanto sistema.

<sup>59</sup> Trechos retirados de jornais de época: “Vende-se uma preta, moça. Com bom leite, com filho ou sem ele, que tem dous mezes. (Jornal do Commercio, 8-8-1850)” e “Vende-se ou aluga-se uma rica ama com muito bom leite, parida há dous mezes, tem 18 annos de idade, vende-se com cria ou sem ella. (Diario do Rio de Janeiro, 29-7-1850)” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 77).

ocultar os crimes de infanticídio, sendo muitas vezes, afirmam, nela entregues crianças semimortas e mesmo mortas. E das crianças aí colocadas vivas quase a metade não teria outro destino senão a morte (44%).” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 81)

Ao mesmo tempo, tentando não cair novamente no silenciamento, mas sim escapar dele, é importante nos focarmos também na figura da criança branca e em tudo o que a envolve – seus privilégios. Essa criança participa desde o início, mesmo que em muitos momentos involuntariamente, da reprodução das desigualdades. Suas possibilidades de receber cuidado são também possibilidades de dominação – tanto nas possibilidades de um tempo futuro, quanto no presente vivenciado – proporcionadas pela sua propriedade da branquitude e pela classe a qual faz parte. Essas duas possibilidades, de cuidado e de dominação, são vivenciadas por essa criança de diferentes formas de acordo com seu ciclo de vida estando sempre presentes, mesmo quando não pode utilizá-las conscientemente; o que não significa que não se utilize estrategicamente do poder que tem e representa<sup>60</sup>:

“O ‘direito de propriedade’ (...) é também o sentimento edípico de toda criança com relação ao território inteiro e indiscriminado do corpo materno-infantil. Este sentimento de propriedade territorial sobre o corpo da mãe como parte do próprio demora e custa em ser abandonado. Ele é persistente. O sujeito se prende a ele por muito tempo até depois de que já compreendera que a unidade territorial originária não é tal. Quando se perde o sentido de unidade, permanece o sentimento de propriedade. O que era um passa a ser o pressuposto do domínio de um sobre o outro. (...) Se somamos isto ao fato de que se é, de fato, proprietário ou locatário, do corpo da mãe, por aluguel ou por salário, a relação de apropriação se duplica, e assim também suas consequências psíquicas.” (Segatto, 2007, p. 162)

O trecho de Segatto nos remete com clareza às continuidades relativas à desigualdade entre este elemento privilegiado da relação (a criança branca) e o elemento dominado (a mulher negra). Mas o texto da autora, ao tratar especificamente dessas duas figuras, faz uma analogia à escravidão como um todo na formação de nossa sociedade, e ao mesmo tempo, ao sexismo que a ela se entrelaça. Aqui, os danos psíquicos são aos sujeitos específicos, mesmo os em posição de privilégio, e atuam, por um lado, na manutenção do sentimento de propriedade mesmo quando ela não existe (formalmente) mais, e por outro, na manutenção da percepção de inferioridade, mesmo quando ela não se verifica. Essas faces do cuidado se apresentam mesmo atualmente quando pensamos na relação entre babás, sua maioria negras, e crianças, sua maioria brancas (Dissertação orientada pela Tânia). O corpo da mulher que cuida (mãe

---

<sup>60</sup> Poderíamos avançar aqui para uma ideia, e questionamento, de que os utilizam autonomamente, mesmo sem uma consciência plenamente elaborada de seus atos.

biológica, mãe de aluguel, ama de leite ou babá) é propriedade de outra(s)/o(s). Essa propriedade assume contornos diferentes de acordo com os ciclos de vida e com o tempo histórico, mas ainda está lá, tendo o cuidado como elemento organizador central que a possibilita ainda é presente mantém relações desiguais. Tanto antes, quanto agora, a família à qual se pertence é elemento diferencial nas possibilidades de cuidado. Mas, ao final, na análise das figuras específicas ou da sociedade como um todo, o sujeito dominado é ainda a mulher negra.

A família patriarcal enquanto modelo hegemônico não se sustenta em termos de representatividade da realidade, tanto em relação aos seus quatro pilares aqui trabalhados, quanto em relação a outras pessoas e modelos de organização familiar deixados de fora. Mesmo se buscássemos em nossas mentes os primeiros momentos do desenvolvimento dessa nossa sociedade veríamos que várias figuras não foram tratadas por esse modelo, mas essas figuras foram também importantes em nossa formação social, política e econômica. Novamente, mesmo se, ainda tentando ampliar nossa análise, nos focássemos apenas ao âmbito que circunda essa família, ou seja, a fazenda e o que produz veríamos que existiam outros trabalhadores ali, livres, envolvidos na produção, transporte e comércio.

Falando em comércio, esse também foi se desenvolvendo e isso ocasionou o surgimento de pequenas vilas, conglomerados de pessoas livres, mas não proprietárias de latifúndios ou ricas. No litoral, essas vilas concentravam os agentes encarregados do controle fiscal e comercialização do açúcar (Corrêa, 1982), por exemplo; fora dali, elas estavam mais relacionadas ao que as grandes fazendas não eram capazes de produzir, às necessidades que nem sempre a importação podia cobrir e, ao lado dessas, tivemos também cada vez mais o aumento do número de pequenas propriedades rurais. Fora isso, não poderíamos deixar de lado as minas, ou o que poderíamos chamar de início de uma indústria extrativa, que “empregou em larga escala a mão-de-obra indígena<sup>61</sup>, primeiro escrava e depois ‘livre’ e ‘assalariada’” (Corrêa, 1982).

---

<sup>61</sup> Importante lembrarmos que grande parte dessa mão-de-obra indígena, quando mencionada, representa em grande medida os trabalhadores do sexo masculino. Ainda é marginal nossa discussão sobre a mão-de-obra indígena, mas mais marginal ainda é a reflexão sobre as trabalhadoras indígenas, tanto no que se refere às suas vivências restritas aos seus grupos étnicos de pertencimento, quanto nas relações com outros grupos. Muito do que foi discutido aqui sobre as escravas pode também ser pensado para o caso das mulheres indígenas, mas existe uma gama de diferenças, também específicas às questões do cuidado, que devem ser levantadas, mas que, infelizmente, também esta tese não conseguirá abarcar.

Essas pessoas também formaram famílias, com diferentes integrantes (não apenas pessoas brancas, por exemplo) e diferentes organizações. Nesse sentido, ser uma pessoa branca dizia muito sobre suas possibilidades de receber cuidado e suas obrigações de “doá-lo”, mas não dizia tudo. Nascer em uma grande fazenda, ou seja, pertencer a uma família rica, proporcionava a uma pessoa experiência, em alguns casos, totalmente diversa das pessoas que nasciam nesses vilarejos e pertenciam a famílias pobres. E é importante pensarmos que o desenvolvimento do comércio assim como das relações fez com que diferentes graus de pobreza também se desenvolvessem. Nesse contexto, se uma criança branca poderia significar diferentes coisas em relação às possibilidades de cuidado dependendo da família a que se pertencia; nem todas as famílias tinham, por exemplo, condições de terem amas de leite (assim como hoje, poucas são as famílias que têm babás), embora já em meados do século XIX as famílias que faziam parte do que podemos pensar como classe média urbana já passassem também a demandar tal prática (Sandre-Pereira *apud* Segato, 2007, p. 147). Ainda assim, ser uma criança branca significava estar em uma posição privilegiada se comparada a uma criança negra.

Isso nos abre espaço para pensarmos o silenciamento a respeito das organizações familiares desenvolvidas por pessoas negras. Se a incorporação da negra no ciclo reprodutivo da família branca impediu a constituição do espaço reprodutivo próprio dos escravos/as (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 81), não impediu que diferentes formas de sociabilidade (entram também aqui as violentas) se dessem entre eles nos espaços que lhes eram impostos. Ao longo da vivência conjunta de opressão laços de parentesco eram criados e /ou ressignificados, e a senzala, enquanto um dos espaços de (com)vivência (ainda que um espaço opressor) permitia também relações de solidariedade que poderiam ser qualificadas enquanto relações entre membros de uma organização familiar.

De fato, “a antiga estrutura familiar africana não podia sobreviver dentro das condições criadas pela escravidão” (Costa, 2007, p. 290), tanto por uma disparidade entre a proporção de escravos, de acordo com o sexo – “nas senzalas havia sempre um número menor de mulheres em relação ao de homens, em certas regiões a proporção era de uma para cinco” (Costa, 2007, p. 290) – tanto porque “a falta de liberdade durante a escravidão implicava, entre outras coisas, a proibição de que as relações familiares fossem duradouras e elegidas livremente”, sendo estas sempre “instáveis, pois estavam

sujeitas ao capricho de seus amos e aos benefícios potenciais que sua venda poderia gerar” (Davis, 2012, p. 145). Ainda assim, novas formas de relações familiares poderiam surgir e surgiram claramente marcadas por incertezas e sofrimento (pela vida conjunta e/ou pela separação, nos dois casos, forçadas), mas ainda assim presentes e essenciais à sobrevivência dessas pessoas. Se essas formas de organização não seguiam os padrões da antiga estrutura familiar africana (que em si, já não deveria ser unívoca e homogênea), tampouco se adequava ao padrão hegemônico da família ocidental brasileira; aqui nos referimos principalmente: às relações heterossexuais, ao casamento, ao parentesco baseado na consanguinidade e às regras de herança, assim como todos os discursos e ideais que rondam esse modelo, como o de “amor romântico”, “infância” e “feminilidade”.

O foco no modelo de família patriarcal contribuiu para que tivéssemos poucos dados sobre como as relações familiares se constituíam entre as pessoas negras<sup>62</sup>. É preciso notar que, em boa medida, reproduzimos esse silenciamento até tempos próximos. A pesquisa de Sarti (1994 e 2004) é um exemplo de tentativa de rompimento desse silêncio num contexto mais atual; também podemos citar aqui o trabalho de Freitas, (2016). Nos dois casos, as autoras tentam mostrar como o modelo familiar hegemônico é branco e excludente nos proporcionando formas para o entendimento de que tal exclusão contribui para a manutenção das desigualdades relativas à raça, sexo e classe em nossa sociedade<sup>63</sup>. Além de tentar sair da redoma criada pelos estudos de modelos hegemônicos esses trabalhos também lutam contra os estereótipos que se formam a partir do momento que a existência do diferente é admitida, embora não reconhecida sua legitimidade.

O desenvolvimento da economia para além dos latifúndios por meio do aumento do comércio está também relacionado a uma maior entrada de imigrantes no país, já no século XIX. Com isso, temos mais um estímulo ao aumento da população, também à criação e crescimento de pequenos vilarejos e cidades. Ao mesmo tempo, novos espaços

---

<sup>62</sup> Também é necessário lembrar aqui que também deixamos de lado as sociedades indígenas e os diversos tipos de organização familiar que desenvolviam (que ao se relacionarem com os europeus e africanos desenvolveram outros mais).

<sup>63</sup> Para o caso norte-americano é importante lembrarmos não apenas das discussões propostas por Davis (1983 e 2012) e hooks (1984) já aqui mencionadas, mas também do importante trabalho de Carol Stack (2012), essencial para a desmistificação das famílias negras nos Estados Unidos e luta contra os estereótipos relativos às mulheres negras, principalmente, mas não só, as que eram mães. Também é importante lembrarmos aqui do trabalho de Young (1997).

para a sociabilidade e vida cotidiana acabam também estimulando algumas mudanças nas interações. É interessante notar que é a família urbana quem começa a se preocupar mais e mais com os novos critérios de higiene e estimula transformações na forma como os cuidados se davam, embora essas transformações continuassem mantendo as posições e seus papéis. Essas transformações também diziam respeito também às divisões do trabalho do cuidado.

Dentre essas mudanças é interessante pensarmos o que acontece com as amas de leite. Diferenciamos anteriormente o trabalho do cuidado, qualificado enquanto trabalho sujo e emocional, e mostramos como a depender do sexo, raça e classe os indivíduos são classificados (quase que naturalmente) como responsáveis ou não por esses trabalhos. Desde os discursos sobre infância, para o cuidado das crianças atingidas pelos privilégios que esse discurso enseja a classificação se dá sob a linha do emocional, um trabalho acima de qualquer outro trabalho do cuidado, principalmente o trabalho braçal relacionado à limpeza. Sendo mais importante, esse trabalho não poderia então ser feito então por uma mulher negra. Impulsionadas por uma imigração que permite “alugar amas brancas”, as famílias que tinham condições financeiras de contratar esse tipo de cuidado começaram a trocar suas empregadas, seguindo e reforçando o entendimento de que a divisão do trabalho segue preceitos não apenas ligados ao gênero e classe, mas também à raça.

Ao mesmo tempo, se os serviços eram diferenciados entre diferentes empregadas/os ou escravas/os, eles não podiam deixar de serem feitos. As pessoas que não se adequavam mais aos trabalhos do cuidado mais relacionados à intimidade e contato direto ao serem substituídas são realocadas em outras funções (que também já eram suas, relacionadas a seu grupo, o que num contexto de início do trabalho livre gera problemas, afinal, não havia vagas para todos).

“Contudo, não se logra, evidentemente, nem que o estado providencie uma solução pública para o cuidado das crianças – pretas ou brancas –, na forma de creches (Civiletti, 1991), nem que as famílias – nem sempre ricas – que vão conseguindo aceder aos meios – nem muito abundantes – para alquilar o serviço das babás, abram mão deste privilégio. Consegue-se, sim, que de amas-de-leite estas se transformem em amas seca.” (Segato, 2007, p. 148)

De forma mais específica então, pensando nas amas de leite, em meio a essas transformações, além de se incentivar sua substituição por mulheres brancas imigrantes, estimulou-se uma “política de cuidados” relativos à trabalhadora do cuidado (que não

eram endereçados a mulher negra por falta de “merecimento”, na época da escravidão, ou por falta de condições próprias, quando já libertas). “passaram então a propor soluções de compromisso entre a permanência das criadeiras e os cuidados com sua origem e saúde, especialmente no meio urbano.” (Segato, 2007, p. 147). De forma mais geral as transformações econômicas, sociais e políticas atingiam a sociedade como um todo e, dessa forma, as práticas do cuidado:

“(…) como amigo dos nossos patrícios e interessados na paz das famílias da nossa terra, não devemos deixar de aconselhar-lhes que substituam, ou ao menos que diminuam o número desses brutos inimigos que se nutrem em nosso seio. Criados Livres, morigerados e bons, como os que podemos encontrar entre as famílias alemãs que emigram para as nossas praias, são os que ora nos convém para, não só resguardarmos do perigo que nos está eminente, como também nos pôr fora da influência danosa que sobre nós tem produzido os escravos, (...) mas atenda-se bem as nossas ideias: **nós queremos criadas só para o interior doméstico**, afim de que se não comuniquem com o escravo e se não envergonhem do serviço que fazem, porque o vêm ser feito por essa gente abjeta; **queremos por ora negros escravos ou livres, para o serviço externo, mas que não venham residir em nosso seio de família e emprestar-nos suas ideias acanhadas, perniciosas e aviltadas pela imoral escravidão.**” (Magalhães e Giacomini, 1983, p. 83)

Algumas de nossas análises históricas e, principalmente, nossa memória social, construídas por, e apoiadoras de, uma ordem social hierárquica, comumente saltam do modelo hegemônico de *família patriarcal* para o de uma *família moderna*. Esse salto costuma estar ancorado em mudanças econômicas (mas possui também raízes em mudanças políticas e sociais) que marcam a transição entre o período escravocrata/colonial e o período industrial/moderno. A estas mudanças é dada uma maior atenção, notadamente em seu componente econômico e político (o lado estrito do que se entende por político). Mas alguns aspectos aqui ficam pouco explicados e analisados; um desses aspectos são as organizações familiares e o posicionamento das mulheres nessas organizações, assim como na sociedade como um todo.

Novamente temos o enclausuramento de uma multiplicidade de organizações, vivências e sujeitos em um modelo hegemônico específico. A família moderna é desenhada como a representante de uma sociedade industrial, em desenvolvimento, diferente da sociedade anterior, com traços arcaicos. Ideais como os de liberdade e escolha estão bem presentes na construção desse modelo de sociedade e família, se entrelaçam e se constituem simultaneamente, por exemplo, nas ideias de trabalho livre (assalariado), liberdade amorosa (que mesmo não sendo total, se apresentava como diferente dos casamentos arranjados e obrigados, por exemplo, do período anterior),

urbanização e consumo. Ao mesmo tempo, a valorização da privacidade também está presente. Se antes a família patriarcal era composta também por indivíduos que, embora não fossem membros da família, eram membros de uma estrutura que a sustentava, a família moderna se fecha em si mesma. Na verdade, quase tudo nesse modelo parece querer mostrar-se como diferente do modelo anterior.

O investimento em uma maior industrialização do país<sup>64</sup>, de fato, proporcionou mudanças significativas nas formas de sociabilidade e organização, ainda assim, esse modelo familiar é, novamente, construído de forma não representativa. É interessante pensarmos aqui nos mitos que sustentam esse modelo. Diferentemente do caso anterior, esses mitos parecem ter ganhado menor atenção e terem sido menos discutidos (ou essa discussão tem menor visibilidade). Uma explicação para isso pode estar no fato de que alguns deles parecem estar intimamente ligados a algumas demandas dos próprios movimentos sociais e da população por maior igualdade, o que não encontramos no modelo anterior. Mas, talvez usar o termo “mito” para este caso não seja o mais adequado, no entanto, poderemos perfeitamente tratar das incongruências presentes nesse modelo. E pensando nas desigualdades e nas relações de cuidado, a análise crítica dessas incongruências se faz necessária.

De modo resumido, podemos pensar na família moderna como sendo formada por um casal heterossexual de pais com poucos filhos, que mora na cidade e tem uma relação muito próxima com a indústria, através do próprio trabalho e/ou do consumo dos bens produzidos por ela. Tendo essas características em mente, dentre os pontos que gostaria de destacar aqui como exemplos de incongruências temos o silenciamento do *rural* nesse modelo. Enquanto no modelo familiar hegemônico anterior o meio rural era o espaço privilegiado da ação e vivência, o modelo moderno o coloca de lado, tanto em relação ao espaço onde essa família se dá, como em relação ao lugar onde o Brasil acontece, se constrói enquanto economia e nação. No entanto, “ainda em 1940, apenas 31,3% da população vivia nas cidades (...)” (Costa, 2007, p. 268).

Esse movimento de silenciamento do meio rural tem força nesse período e está presente até os dias atuais mesmo se pensarmos na atenção do Estado, podemos perceber que grande parte das políticas públicas não privilegia a população que vive

---

<sup>64</sup> “Em pouco mais de dez anos o número de indústrias passou de 175, em 1874, para mais de seiscentas” (Costa, 2007, p. 259), o que foi fortemente favorecido pela instalação da rede ferroviária já em 1850 (Costa, 2007, p. 253).

(e/ou trabalha) no meio rural, ou não se preocupa em se adequar às suas especificidades. O meio rural é quase sempre representado em termos numéricos (abstratos) quando, por exemplo, se mostra a porcentagem da produção agrícola no PIB brasileiro, mas falta, em grande medida, um aprofundamento do que esses números significam ou do que está na base deles. Esse silenciamento, ou pronunciamento orquestrado, atinge de diferentes formas a pessoas e grupos específicos. Ficam de lado principalmente, as pessoas com menor renda, negras e do sexo feminino (também, nesse caso, as pessoas que moram na região Nordeste do país – palco de importância central no modelo familiar hegemônico anterior).

Seguindo nosso raciocínio, então, já naquela época as cidades, embora existentes e importantes, não representavam o único espaço de existência nem de produção e troca econômicas. E a indústria não chegou, por muito tempo, nem mesmo a todas as regiões do país. Então, ainda estavam presentes nessa sociedade formas de relações que foram instauradas num período classificado historicamente como anterior, mas ainda vivenciado por grande parte da população. Nesse sentido, numa incongruência relativa tanto ao espaço quanto ao tempo, a família moderna, que é urbana, não representava nem a metade das famílias brasileiras.

Mas, mesmo que nos focássemos apenas nas pessoas que vivem no meio urbano e estão mais próximas às mudanças possibilitadas pelo crescimento da industrialização e modernização, a família moderna ainda não seria representativa. As desigualdades relativas ao gênero, raça e classe ainda estariam presentes, o que nos mostra que existiam diferentes organizações familiares (mesmo se nos basearmos unicamente em sua composição). Novamente, devemos lembrar que a vivência de uma família rica não seria a mesma de uma família pobre. O sentimento de propriedade em relação ao espaço onde se vive (a cidade) é totalmente diferente dependendo da classe a que se pertence, também à raça. A urbanização é acompanhada da segregação que sempre esteve presente em nossa sociedade, embora nem sempre explícita. Nos centros das cidades, foco dos esforços de modernização e desenvolvimento, os espaços vão sendo ocupados e legitimados enquanto pertencentes a uma pequena parcela da população ao mesmo tempo em que se vai “empurrado” cada vez mais para as extremidades a grande parcela que não possui condições financeiras para comprar seu passe de acesso intermitente ao espaço central, que é cada vez mais valorizado. A segregação é velada e o acesso permitido, embora restrito, porque existe uma relação de dependência não admitida em

relação ao trabalho dessa grande parcela da população colocada, literalmente, às margens. Os processos de marginalização (aqui esboçados em seu caráter espacial/físico, mas não restrito a ele) são constantes, podendo sofrer alterações ao longo do tempo, mas sem modificar sua matriz, sua fundação desigual.

Dessa forma, se nos restringirmos às classes mais altas, quase exclusivamente brancas, veremos que a vivência das mudanças econômicas crescentes e da cidade, enquanto espaço, era extremamente diferente. O homem branco de classe alta mantinha seu livre acesso e posição de poder em todas as esferas, o que se continuava sendo um privilégio não estendido às mulheres. Mesmo se pensarmos que, comparadas às mulheres de classe alta que viviam praticamente enclausuradas às fazendas e ao mundo rural, as mulheres que viviam na cidade se encontravam em uma melhor posição (com maior acesso à cultura, saúde, educação e, em alguns casos, ao mercado), os ideais de liberdade e escolha não se fizeram tão presentes assim em suas vidas, embora fossem bases do discurso em torno do modelo familiar moderno.

“A sociabilidade era reduzida e em geral restrita ao núcleo familiar. (...) As mulheres da alta classe não eram vistas nas ruas ou em outros lugares públicos com exceção da igreja. (...) O fato de viver na cidade não alterava profundamente a segregação em que a mulher de classe alta vivera nas zonas rurais. (...) a mulher gozaria pouco a pouco de maior liberdade. Frequentando teatros e bailes, sem escapar, todavia, completamente, da rigorosa disciplina patriarcal. Mesmo o hábito de sair às compras, de percorrer as lojas, só se desenvolveria mais tarde, sendo costume das mulheres de classe alta mandarem vir das lojas amostras de mercadorias que desejavam comprar. (Costa, 2007, p. 246-247)

Ao contrário, o ideal de privacidade sim, enquanto elemento central do modelo familiar hegemônico, parecia estar bem presente à vida dessas mulheres. E semelhante ao que também nos deparamos atualmente ele recaía de maneira muito mais opressora sobre as mulheres, mesmo as brancas de classe alta.

A entrada no mercado de trabalho, relacionada também à formação dessa família (aos ideais que a circundam) e valorizada enquanto avanço, não apenas econômico, também deve ser repensada. A industrialização proporcionou a abertura de espaços de trabalho para pessoas que não estavam diretamente inseridas (ou assim não eram entendidas) na economia; parte dessas pessoas foram mulheres. No entanto, é sempre importante lembrar que isso não significa que as mulheres, enquanto grupo, estavam antes excluídas do mundo econômico e, de forma mais direta, das relações de trabalho. Como vimos, mulheres negras sempre estiveram presentes em nossa sociedade

enquanto trabalhadoras. O mesmo podemos dizer em relação às mulheres pobres, fossem elas do meio urbano ou rural. Nos dois casos, em muitos momentos, essa inserção envolvia o grau máximo de exploração e opressão e não devolvia nem mesmo o grau mínimo de compensação, o salário. Dessa forma, a industrialização permitiu sim a abertura de um espaço de trabalho, mas ele não pode ser encarado como o único, nem o primeiro, e também não deve ser visto como acessível a todas as mulheres<sup>65</sup>.

Se, nesse momento, as diferenças de classe podem nos mostram que algumas mulheres irão trabalhar, nos mais diversos espaços abertos pelo crescimento da industrialização, enquanto outras não, as diferenças de raça nos mostram onde cada grupo de trabalhadoras será alocado (embora também nos diga muito sobre quem irá trabalhar, visto que a possibilidade de não trabalho não está presente na vida das mulheres negras, enquanto grupo). Pensemos aqui nas mulheres pobres que são brancas, um dos principais espaços de trabalho abertos a elas foi por muito tempo o da indústria têxtil. Ainda assim, não apenas a possibilidade de entrada nesse mercado de trabalho era diferenciada, como sua vivência. Existem alguns pontos interessantes a serem levantados, que interligados entre si mostram como as desigualdades eram assentadas entre essas mulheres.

As fábricas normalmente se estabeleciam próximas aos centros urbanos maiores, o que fazia com que as mulheres que residiam mais próximas a esses centros estivessem em uma posição de vantagem em relação as que moravam em lugares mais afastados. As mulheres que moravam em bairros ou cidades distantes e conseguiam emprego nessas fábricas, eram então penalizadas com as horas gastas no trajeto para o trabalho. Mas a espacialidade nesse caso não nos remete apenas a diferenças no trajeto entre casa e trabalho, embora isso já possa nos dizer muito sobre as diferenças de cansaço e tempo livre, por exemplo; ela também está relacionada à forma como esse trabalho se dá.

Nem todas as trabalhadoras da indústria eram formais, mesmo quando nossa legislação trabalhista avançou, a informalidade se manteve (e se mantém até os dias atuais). Ela poderia se dar de diversas formas, mas sempre penalizava mais aos sujeitos pertencentes aos grupos mais marginalizados. Grande parte das trabalhadoras que eram

---

<sup>65</sup> Outro exemplo de permeabilidade seletiva pode ser encontrado no serviço público. Embora os serviços burocráticos, relativos à administração dos novos governos, tivessem aumento após a Independência, eles também foram (e em alguns casos, ainda são) entendidos enquanto espaços de trabalho não pertencente às mulheres, principalmente nas posições mais centrais.

informais nem mesmo trabalhavam dentro da fábrica – a produção era fragmentada de forma que boa parte do processo podia mesmo ser feito fora delas. Para essas atividades eram escolhidas as mulheres que moravam mais distante. Num contexto onde as margens das cidades foram se transformando em um “imenso viveiro da força de trabalho feminina” (Spindel, 1983, p. 99), distância e a informalidade possibilitavam um pagamento menor e facilitavam a exploração dessas mulheres.

A exploração era sentida por todas, no entanto, as trabalhadoras informais, que trabalhavam em casa, se encontravam, em sua maioria, numa situação ainda pior. Se dentro das fábricas até mesmo o tempo de ida ao banheiro era controlado (Spindel, 1983, p. 94), o discurso da possibilidade de gerenciamento de tempo quando o trabalho era feito em casa esbarrava nos grandes pedidos e na necessidade de se trabalhar mais para se obter um ganho maior. Por conta disso, em muitos casos participavam também da produção outros membros da família (mesmo crianças, maridos e idosos), embora seu trabalho não fosse contabilizado nos custos da produção (Spindel, 1983, p. 99). Esbarrava também na necessidade de dividir o tempo e o espaço de trabalho com as atividades relacionadas à reprodução do dia a dia, ou seja, o trabalho cotidiano do cuidado. Aqui, é interessante contrastarmos essa situação com a ideia de que a produção se instala na fábrica e abandona a casa. A produção nunca abandonou o chão da casa, mesmo quando ela se industrializou e se declarou independente desse espaço.

Seja dentro ou fora de casa, a exploração pela indústria (e o sistema econômico que ela sustentava) era onipresente nas vidas dessas trabalhadoras, regulando suas relações. Pensando especificamente nas relações de cuidado e na extrema responsabilização dessas mulheres, suas famílias tinham experiências muito diferentes entre si, onde a presença incompleta ou a ausência total ditava diferentes criações das crianças, por exemplo, ou mesmo possibilidades de participação no mercado de trabalho. Interessante notar que, nesse caso, mais um elemento diferencial era ter ou não filhos e ser solteira:

“(…) as mães solteiras, muitas vezes, escondem que têm filhos, com medo de não serem admitidas, (...) opinou-se que as mães solteiras eram as mais nervosas e as que mais faltavam. Também as mulheres casadas eram consideradas como as que apresentavam maiores problemas de assiduidade, além do que, quando vêm ao trabalho, já vêm, conforme dito, ‘com a cabeça cheia’.” (Spindel, 1983, p. 100)

“Em pesquisa realizada por Marly Cardone em 22 empresas industriais e comerciais de São Paulo, verificou-se que apenas sete não despediam a empregada quando do casamento ou da gravidez. Dirigentes sindicais

afirmaram, em reportagem ao jornal O Estado de S. Paulo, que na região do ABC paulista, 90% das mulheres que dão à luz são dispensadas do emprego logo após o retorno da licença para gestante. Este ano, a própria Prefeitura de São Paulo recusou-se a renovar contratos de professoras gestantes. A situação das varredoras de rua de Salvador é dramática. O Departamento de Limpeza Pública e Sanitária da Prefeitura as proíbe de ter filhos. As garis são examinadas mensalmente e quando grávidas, despedidas.” (Spindel, 1983, p. 100)

Podemos perceber que não apenas os estereótipos relativos a um comportamento feminino estão presentes, mas eles se entrelaçam, de forma negativa, às atividades do cuidado (nesse caso específico, o cuidado com os filhos e/ou o marido). De fato, dentro ou fora de casa, a produção industrial não levava em consideração a necessidade e importância social do trabalho do cuidado, o tratando como empecilho, como vimos, ou o ignorando:

“‘Conseguimos (...) que antes das 6 todas as mulheres já estejam ao lado de suas máquinas.’ Pelo fato de a fábrica iniciar os trabalhos mais cedo, completa o horário regulamentar no meio da tarde (termina o expediente às 3 h da tarde), o que, nos períodos de pico, facilita grandemente a arrematação de operárias para fazer hora extra.” (Spindel, 1983, p. 93)  
“O número de horas diárias de trabalho declarado por esses proprietários, nas épocas de pico é de 11 a 12, incluindo, quando há serviço atrasado, os sábados e os domingos.” (Spindel, 1983, p. 103)

Parte dessas trabalhadoras era separada do marido ou mãe solteira, e várias delas eram chefes de família, o que aumentava sua preocupação com a instabilidade e baixa remuneração do trabalho (Spindel, 1983, p. 108). Nesse contexto, se torna extremamente difícil avaliar qual dessas mulheres se encontrava em uma pior situação: solteiras ou não, com filhos ou não, chefes de família ou não. Mas esse não é mesmo nosso objetivo. O que queremos mostrar é que às mulheres era apresentado um sofrimento oriundo de várias arenas, porém com um elemento comum e central: as relações de cuidado.

Mas é importante também lembrar que uma boa parte dessas mulheres não trabalhava na, ou diretamente para a, indústria. Parte delas trabalhava no comércio sendo interlocutoras diretas entre diferentes formas de produção e produtos e a população, e significavam muitas vezes a ligação exposta entre o meio rural e urbano. Pensemos, por exemplo, nas quitandeiras, cozinheiras, lavadeiras, artesãs e feirantes<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> “A prática de expor em tabuleiro os produtos (frutas, doces, quitute s, etc.) para serem oferecidos ao público consumidor é considerada como um costume bastante antigo no Brasil, datando de épocas bem anteriores, provavelmente desde o período colonial. Luciano Figueiredo (1985) enfatiza o papel das negras de tabuleiro enquanto participantes ativas nas atividades comerciais durante o século XVI em Minas Gerais. Segundo esse autor, tais mulheres efetuavam transações comerciais em pequenas

Esse tipo de trabalho foi por muito tempo feito (e ainda é) informalmente, o que, novamente, acrescentava instabilidades e desigualdades entre as trabalhadoras e, conseqüentemente, entre famílias.

Ana Lúcia Pantoja (2001) tenta mostrar as experiências de parte dessas trabalhadoras ao analisar as notícias de jornais de época da cidade de Belém. Embora a realidade da cidade de Belém possa parecer a uma primeira vista muito singular é interessante notar que assim como cidades como Rio de Janeiro, Belém também era uma cidade grande e sofria as influências modernizadoras da indústria por ter um importante porto, o que tinha ligação direta com o comércio da borracha. No entanto, como vimos anteriormente, nem todos os possíveis postos de trabalho abertos pela expansão econômica estavam abertos a todas/os. Ao mesmo tempo, outros tipos de trabalho eram também essenciais à população; grande parte desse trabalho era invisibilizado, não reconhecido e desvalorizado, sendo feito por pessoas das classes mais baixas e negras, principalmente mulheres. Nesse sentido, ao abordar a vida de feirantes e comerciantes negras de Belém a autora nos mostra o quão importante era o comércio, não apenas para a periferia (que dependia dele para sua subsistência), mas para a economia como um todo, e nos apresenta um espaço de sociabilidade e pertencimento que não costuma ser colocado como palco central de vidas, mas que para essas trabalhadoras e suas famílias era.

Para suas análises a autora trabalha com notícias veiculadas na mídia local entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, mais especificamente as notícias que tratavam da “ordem” local, ou seja, que mostravam o dia a dia das ocorrências policiais. A possibilidade de análise da realidade dessas trabalhadoras por meio das páginas policiais diz muito sobre a forma como elas eram retratadas e entendidas pela sociedade como um todo naquele momento. Tanto esses novos espaços de sociabilidade (importante a toda a população) proporcionados pelo desenvolvimento econômico e urbano, quanto as trabalhadoras que nele circulavam/viviam e as atividades que nele realizavam, estavam desde aquela época socialmente marginalizados, estigmatizados e expostos à atuação excessivamente violenta e, em muitos casos, injusta, da polícia (do Estado).

---

vendas, conseguindo com isso harmonizar as duras condições de vida da massa escrava e dos ‘desclassificadas sociais’, contribuindo para a solidariedade e união grupal entre essas camadas. (...) Maria Odila Leite da Silva Dias (1985) destaca a presença das escravas de tabuleiro vendendo quitute e biscoitos pelos arredores da cidade de São Paulo durante o século XIX. A autora sustenta que essas vendedoras alternavam-se com outras, livres, caipiras, mestiças.” (Pantoja, 2001)

“Frequentemente figuravam ali vendedeiras de peixe, de flores e frutas, que juntamente com as negras de tabuleiro causavam grande incomodo às autoridades policiais, quer pelos costumes ou pela simples presença no local. (...) o mercado [Ver-o-Peso] sempre aparece como sinônimo da ‘desordem’ e da ‘imoralidade’, talvez numa alusão à maioria de seus frequentadores e das práticas que ali se davam, sobretudo em relação ao comércio ambulante.” (Pantoja, 2001)

“(...) denunciadas à polícia e levadas a público pelos jornais através de crônicas diárias. Na maioria delas encontra-se a imagem da mulher negra como desregrada, imoral e desordeira (...).” (Pantoja, 2001)

“Pesavam sobre elas acusações de desordem a vadiagem (...). O desprezo e o preconceito em relação a esse tipo de ocupação refletem as tentativas de tornar invisível o trabalho da mulher fora da esfera doméstica (...).” (Pantoja, 2001)

E, assim como hoje, os lugares de vivência dessas mulheres e suas famílias era um lugar onde o medo e a apreensão estavam sempre presentes. A informalidade, ao mesmo tempo em que era estimulada socialmente, era também legalmente proibida, mais um falso paradoxo que faz parte da engenharia de nossas toleradas relações desiguais. Mas é sempre interessante notar, no entanto, as contradições e pluralidades.

“Para as pessoas pobres de Belém, via de regra também não havia uma fronteira muito rígida entre sagrado e profano, trabalho e lazer, alegria e conflitos (...). Muito mais que uma rara oportunidade de sobrevivência, ainda que precária, para mulheres pobres, ruas, praças e mercados adquiriam outros sentidos passando a ser vivenciados de diferentes formas pelos mesmos sujeitos. (...) Longe das paredes do lar, o trabalho realizado por elas muitas vezes se confundia com a religião, com a diversão e com os conflitos (...).” (Pantoja, 2001)

Ao mesmo tempo em que falamos de opressão e dominação que perpassam as relações nas diferentes esferas da vida, também nos deparamos com formas de resistência e autonomia e liberdade (ainda que relativas) dessas mulheres. O trabalho em outras atividades e espaços significava para muitas a recusa aos serviços que antes eram obrigadas a fazer na condição de trabalhadoras domésticas, seja enquanto escravas ou não (Pantoja, 2001). Da mesma forma, as “transgressões” nas relações afetivas também estavam presentes e fora das regras sociais bem demarcadas poucas eram as mulheres pertencentes a esses grupos que se casavam, “o que nem sempre significava a inexistência de relações amorosas e duradouras compartilhadas sob um mesmo teto” (Pantoja, 2001), ou seja, a constituição de diferentes formas de organização familiar.

Nos voltemos agora ao trabalho socialmente entendido enquanto o verdadeiro trabalho do cuidado. Com a modernização, embora o acesso à educação não fosse universal ele é progressivamente aberto a diferentes sujeitos; nesse cenário, uma parcela da população ganha acesso à parte dessa educação pelas próprias necessidades do

progresso desenvolvimentista que se almeja e se vive, pelas necessidades do mercado. As mulheres são atrizes importantes nesse movimento, são parte dos sujeitos que terão acesso a essa educação, como forma de qualificar seu trabalho. Mas, nesse caso, diferente do que ocorria com os homens, a qualificação era restrita e direcionada ao entendimento estrito do trabalho do cuidado, firmando como o espaço legítimo e próprio de trabalho e qualificação dessas mulheres os relacionados às áreas da educação e saúde, intimamente ligadas ao entendimento social sobre as relações de cuidado.

Ao mesmo tempo, se o acesso à educação e qualificação profissional era restrito em termos de áreas possíveis às mulheres, ele também o era em relação aos grupos: mulheres negras e/ou mais pobres continuaram a trabalhar em nichos profissionais extremamente ligados às velhas formas de escravidão (seja pelas atividades exercidas ou pelos estereótipos envolvidos). Estamos nos referindo às empregadas domésticas e às amas secas, que posteriormente se tornariam babás. Essas mulheres não passaram a serem entendidas enquanto trabalhadoras, elas apenas se transformam em *escravas assalariadas*. O paradoxo linguístico e o peso da expressão podem gerar estranheza e desconforto à leitura, mas se adequa perfeitamente enquanto *status* social. As formas de exploração e opressão ganham novos contornos, mas continuam presentes, ainda ancoradas em suas raízes fundadoras, contribuindo para a manutenção das desigualdades. Nesse contexto, o estereótipo da “mãe negra” (vista como amorosa, carinhosa, *cuidadora*) é essencial para a manutenção dessas mulheres nesse tipo específico de trabalho e para a sua baixa remuneração: há um misto de desvalorização econômica do trabalho ao mesmo tempo em que se ganha uma valorização moral/social que é, no entanto, direcionada e limitada. Algo semelhante ocorre no caso das trabalhadoras domésticas, mulheres negras são vistas como naturalmente mais apropriadas para esse tipo de trabalho: a “mãe negra” não é apenas mãe, ela é também uma empregada.

“(…) essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo, neste caso a construção de mulher como mãe, “peito”, amamentando e sustentando a vida de outros. Significativamente, a proverbial “mãe preta” cuida de todas as necessidades dos demais, em particular dos mais poderosos. Seu trabalho caracteriza-se pelo serviço abnegado. (...) Coletivamente, muitas negras internalizam a ideia de que devem servir, estar sempre prontas para atender, quer queiram quer não, à necessidade de outra pessoa (hooks, 1995, p. 469-470).

É interessante notar como o imaginário social, de fato, perpassa a existência tanto dos dominantes, quanto dos dominados, fazendo das representações desses, até

mesmo em suas lutas contra a dominação. Exemplo interessante aparece nas comemorações do quinto aniversário do Teatro Experimental Negro - TEN (importante grupo na História do Movimento Negro brasileiro). Durante as comemorações “foram atribuídas cinco láureas às personalidades – ‘de qualquer raça ou cor’ – que mais contribuíram para valorização do negro e para a harmonia entre as raças”, no entanto, embora fosse central a atuação de várias mulheres negras, elas foram premiadas apenas nas láureas referentes aos âmbitos doméstico e artístico – entre elas, a “Láurea Mãe Preta (...), destinada à mulher que mais se sobressaiu nas atividades em favor da ‘mulher de cor’”, que na ocasião foi dada à Mary Mac Leod Betruna, educadora e presidente do Conselho Nacional das Mulheres Negras dos Estados Unidos (Silva e Ferreira, 2017, p. 1028). Os outros prêmios, que faziam referência direta a atividades intelectuais e políticas, foram atribuídos apenas a personalidades masculinas. Ao mesmo tempo, não devemos descartar as possibilidades de ressignificação da expressão pelos movimentos e sujeitos, já que nesse contexto, ele estava relacionado a mulheres negras que eram protagonistas em suas causas.

Ainda nesse contexto, não podemos deixar de lado o incentivo à imigração e seu objetivo de clareamento da população brasileira. Parte dos imigrantes brancos que aqui chegou foi alocada em postos de trabalho anteriormente destinados a escravas e escravos, tanto no meio rural quanto no urbano. Mas, esse contingente não era capaz de suprir todo o trabalho necessário, e nas atividades relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidado direto de pessoas (pertencentes à família ou não), a presença de mulheres negras nunca se desfez, ao contrário – ela se manteve camuflada, mas ainda cruel e necessária aos grupos dominantes. Ainda assim, a distinção entre pessoas e atividades nesse trabalho estava presentes. Podemos pensar aqui nas diferentes tarefas que envolvem o trabalho doméstico: às empregadas brancas procurava-se destinar aquelas atividades mais visíveis, que envolviam o trato direto com outras pessoas; já as atividades mais pesadas de limpeza e manutenção da casa eram destinadas às empregadas negras. Isso trazia diferenças de salário (dentre tantas outras), o que refletia diretamente nas diferentes possibilidades de vida dessas mulheres. Trazia também diferentes espaços de vivência num mesmo ambiente de trabalho; algumas ficavam reclusas aos espaços mais fechados, mesmo insalubres, enquanto a outras era permitida a circulação pela casa e mesmo fora dela, enquanto representantes da família empregadora (nos passeios com as crianças, nas compras, entregas de recados, entre

outras atividades). Enquanto essas mulheres eram todas marcadas como empregadas, elas eram empregadas diferentes entre si.

De fato, em meio ao movimento de aparência progressista que se apresentava entre o final do séc. XIX e boa parte do séc. XX, as relações de cuidado ainda continuavam banhadas pelo peso da escravidão, mesmo quando se davam de forma remunerada. Trabalhadoras do cuidado, agora assalariadas, continuaram sendo vistas e representadas enquanto posses do/a empregador/a. É ingênuo pensar que não havia uma consciência coletiva sobre os fatos, ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que tal consciência se mesclava à manutenção de estereótipos de determinados grupos e vantagens de outros, o que articulava a permanência de relações de exploração. A atuação dos Movimentos Sociais é exemplificadora da existência dessa consciência; e neste caso específico o Movimento das Trabalhadoras Domésticas teve papel central na luta pela valorização dessas trabalhadoras (e de seu trabalho), reconhecendo os laços que a profissão sempre apresentou com o período escravocrata e tentando quebrá-los<sup>67</sup>. Laudelina Campos de Mello, importante representante desse movimento (fundadora da primeira Associação das Empregadas Domésticas do Brasil, em 1936), mesmo sem se declarar feminista, atuava sob uma perspectiva interseccional já desde de 1925, entendendo como os eixos classe, raça e gênero, assim como as relações de cuidado, mereciam uma atenção especial:

“(...) ‘a situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas, antigas, trabalhavam 23 anos e morriam na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando, tratou delas até a morte. Era um resíduo da escravidão, porque era tudo descendente de escravo’.” (Nogueira e Jacino, 2013, p. 288)

O trecho exposto nos relembra a importante questão: a propriedade da branquitude se mantém enquanto elemento importante na distribuição do cuidado, tanto em relação a quem fornece quanto a quem recebe. E isso se apresenta até os dias atuais. Os sujeitos majoritariamente colocados enquanto responsáveis pelo cuidado dos outros

---

<sup>67</sup> Apresentamos aqui o exemplo dos Movimentos Sociais, mas interligada a isso a ação dos Sindicatos também foi muito importante, principalmente no caso das Trabalhadoras domésticas, mas também no caso das trabalhadoras da indústria. Ao mesmo tempo, a participação das mulheres nessas esferas era dificultada pelas relações de cuidado que venho destrinchando ao longo desses capítulos. Novamente, as dimensões e possibilidades de tempo e espaço, entrelaçadas nas relações de cuidado existentes, se apresentavam de formas específicas a essas mulheres. Interessante olharmos o trecho exposto em pesquisas com sindicato de operárias: “(...) quando indagamos das mulheres ativas e participantes nos trabalhos do sindicato (...) das razões do baixo número de mulheres no movimento sindical, as respostas evidenciaram uma situação na qual o espaço definido como o de circulação livre para a mulher operária é ainda entendido como o do seu domicílio” (Spindel, 1983, p. 96).

são aqueles que menos recebem cuidado de alguém (seja da família ou não), do Estado ou do próprio mercado. Ao contrário, o Estado parecia mesmo atuar em direção contrária a luta contra as desigualdades. A legislação trabalhista é um exemplo disso na medida em que de maneira reformista permitia o acesso dessas trabalhadoras a determinados direitos, ao mesmo tempo em que, justamente por meio desse acesso, auxiliava a acomodação das mudanças advindas com o desenvolvimento capitalista, mantendo essas mulheres em uma posição subordinada por não permitir sua verdadeira ascensão enquanto trabalhadoras, sujeitos políticos e cidadãs de fato.

Nesse sentido, novamente nos lembrando das análises protagonizadas por Sarti (1994 e 2004), trabalhadas no capítulo anterior, nos deparamos com a importância das redes de apoio, familiares ou não, em nossa sociedade para as possibilidades de manutenção dos cuidados necessários, principalmente com as crianças, mas não só. Na multiplicidade de arranjos possíveis<sup>68</sup> o amparo demandado e encontrado nessas redes de apoio era uma experiência comum à vida dessas mulheres. Ao mesmo tempo, é extremamente importante frisar que os nós dessas redes eram majoritariamente as mulheres, o que novamente as entrelaça, enquanto grupo, em uma posição subordinada das relações de cuidado.

Os exemplos aqui expostos reforçam nosso argumento da existência e reprodução de um cuidado desigual. As mulheres sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, porém, de forma desigual e opressora, o que impôs (e impõe) às suas vidas e à de suas famílias um posicionamento desvantajoso nas relações de cuidado. Na medida em que nem o Estado, nem o mercado, dava o suporte necessário a essas mulheres – políticas e práticas trabalhistas que possibilitassem espaços adequados de trabalho, remuneração mais justa, carga horária humanizada e condizente com as necessidades das trabalhadoras, reconhecimento e assistência às mulheres grávidas ou com filhos, transporte eficiente, entre outros pontos – o cuidado de si própria e de seus familiares era prejudicado, ao passo que o de outros grupos era privilegiado.

Todas essas trabalhadoras sofriam com as necessárias estratégias de sobrevivência, numa articulação cotidiana entre tempo escasso, baixa remuneração e

---

<sup>68</sup> Como o envio das crianças para a casa de parentes em outras cidades ou a permanência dessas em casa sob o cuidado de outros – irmãs/ãos mais velhos, tias/os, avós/ôs, ou conhecidos – (Spindel, 1983, p. 111), o revezamento entre membros da comunidade, ou mesmo por meio da coabitação (Pantoja, 2001), dentre outros arranjos possíveis.

espaço específicos de pertencimento – movimento que deixaria qualquer estudioso da escolha racional boquiaberto, caso eles decidissem se interessar, de fato, pelos estudos sobre as desigualdades.

O período em que o modelo hegemônico de família moderna é assentado poderia ser considerado como um momento propício à construção do Estado (com o início da República) e do mercado (com o desenvolvimento da industrialização e o crescimento econômico) enquanto atores, também, responsáveis pelo cuidado, e ao reconhecimento do cuidado enquanto elemento central à sociedade – assim como para a construção da importância desse cuidado a uma sociedade menos desigual e, portanto, mais democrática. No entanto, este é justamente o momento em que a negligência é legitimada e reforçada por meio de “(...) um sistema de ilusionismo que nos reduz a uma pobre terra de duas vistas, um Janus Caricato de duas faces, uma de miséria real e outra de fingida e enganosa prosperidade” (Romero *apud* Costa, p. 271), sistema que não tão dual quanto possa parecer se retroalimenta na multiplicidade.

É importante notar que esse reforço à negligência e, portanto, à desigualdade, se dá em grande medida pelos discursos de liberdade, individualidade e privacidade propagados, relacionados tanto ao modelo econômico seguido, quanto ao político.

#### **Capítulo 4 - Cuidado, gênero, raça e classe: o aqui e o agora**

Se concordarmos que o modelo familiar hegemônico aqui trabalhado se apresenta como padrão legítimo a se seguir e base para julgamentos e práticas, de fato, a análise do mesmo como forma opressiva que teve efeitos em seu tempo e espaço específicos, mas que continua tendo efeitos até os dias atuais (seja eles simbólicos, como as representações que se fazem, ou práticos, como as legislações que dele surgem, como por exemplo o “Estatuto da família”<sup>69</sup>), se faz necessária. Ao mesmo tempo, faz-se necessário também que as especificidades desse modelo sejam levantadas e discutidas. Se queremos traçar explicações e relações sociais, histórias e políticas entre a situação atual das mulheres e sua situação em outros momentos no Brasil, como forma de entender a desigualdade atual e traçar rumos para uma mudança, negligenciar o fato de que outras famílias fizeram parte de nossa história é negligenciar os sujeitos que eram parte dessas famílias, em nosso caso específico, é negligenciar as mulheres e todo o seu trabalho de cuidado nessas famílias e fora delas.

O entrelaçamento dos pontos levantados pela crítica de Young, mencionada anteriormente, à forma como a família (e os valores que a envolvem) vem sendo tratada pelas teorias sociais e políticas, pelo Estado (na forma de políticas públicas, mas não só, poderíamos pensar nas leis também), e pela própria crítica feminista é de extrema importância se o que se objetiva é uma sociedade mais justa, que conta, dentre outras coisas, com o fim da subordinação feminina e com uma maior igualdade de gênero. Parece-nos claro aqui que as mudanças ocorridas ao longo do tempo (mudanças importantes em muitos casos, mesmo se pensássemos do ponto de vista do gênero) ainda não atingiram nossa estrutura social de forma mais profunda e, portanto, o esforço reflexivo acerca da posição das mulheres nessa estrutura deve persistir. Faz parte desse esforço uma análise crítica a respeito da família por ela ser uma instituição social que tem seus efeitos e produtos nas pessoas não apenas na esfera privada, mas também na pública, influenciando também a relação entre estas. Mas faz parte também desse esforço uma crítica que vá além desse patamar. Da perspectiva adotada nesta tese não há dúvidas que uma reconstrução da família como a suscitada pelas críticas de Young provocaria uma espécie de choque na estrutura social vigente e proporcionaria uma

---

<sup>69</sup> Que nos mostra tanto como grupos reacionários e conservadores se utilizam deste modelo como forma de legitimar a discriminação e desigualdade, quanto como existem grupos e atores dedicados a mostrar que diferenças existem e devem ser respeitadas. Ou seja, nos lembra que, de fato, estamos tratando de disputas políticas.

melhora na situação de muitas pessoas e famílias. Mas cabe-nos perguntar aqui se isso seria suficiente nos termos da democracia que se almeja (com bases numa sociedade menos desigual).

Uma discussão que se alia à proposta por Young, fornecendo a essa crítica outro arcabouço transformativo é a feita por Joan Tronto (2013). A autora promove uma reflexão sobre a relação existente entre democracia e cuidado, entendendo que os dois conceitos, embora não se confundam, mantêm uma relação política estreita de forma que a melhora em um exige a melhora do outro: o déficit democrático está relacionado ao déficit do cuidado e é importante que tal relação seja notada, assumida e levada a sério para que as transformações possam ser, de fato, reais e profundas. Seria preciso se repensar então a democracia, tomando o cuidado como um elemento central a ela (na medida em que é um elemento central da vida dos cidadãos e cidadãs), e se repensar o cuidado, o tomando enquanto este elemento central que necessita de uma prática democrática. De forma mais simples, o que Tronto acredita é que um cuidado democrático gera um melhor cuidado, e um melhor cuidado gera uma melhor democracia (Tronto, 2013, p. 155).

Nesse sentido, aspectos importantes à democracia como os conceitos de liberdade, igualdade, justiça, assim como questões relativas à participação política, à divisão social e sexual do trabalho e à desigualdade de raça/etnia e classe devem ser tratados sob uma ótica que traz o cuidado como elemento central, ou seja, esses conceitos e questões devem ser revistos e pensados tendo como aspiração melhores práticas de cuidado (mais democráticas) e, conseqüentemente, uma melhor democracia. Ao mesmo tempo, este repensar da democracia e do cuidado proposto, acompanhado de uma discussão séria a respeito desses conceitos e questões (e do papel que têm nessa relação), deve levar em consideração o contexto político-econômico atual e entender que permeando esta relação entre democracia e cuidado nós temos uma ideologia neoliberal que deixa marcas na forma como essa relação se dá.

A não observância dessa relação acompanhada pela não observância da importância da ideologia neoliberal em sua configuração nos dias atuais faz com que se permaneça uma situação onde não só democracia e cuidado não são entendidos completamente, mas onde as desigualdades – entre pessoas, entre mulheres, entre famílias – permanecem em grande parte por esse “não entendimento” (mesmo que

algumas medidas sejam tomadas contra essas desigualdades). Esse será nosso foco nesta seção, entender como a relação entre gênero, raça, classe, cuidado, família e democracia se configura e quais são seus efeitos na vida das pessoas, mais especificamente, na vida de diferentes mulheres.

#### **4.1 Diferenças e divisões do trabalho que resultam em privilégios e subordinação**

Embora tenhamos mencionado que algumas mudanças ocorreram ao longo do tempo, tanto em relação às vidas das mulheres como em relação às formas familiares, nos é interessante e importante discutir o modelo hegemônico e o papel que desempenha nas possibilidades de vida das pessoas. Nesse sentido, mesmo que as pessoas hoje se organizem de diferentes formas, ainda é o modelo padrão de família que dita os julgamentos sobre legitimidade, como vimos anteriormente. Por isso, a crítica a esse modelo ainda é necessária, e aqui, a crítica à forma como mantém certo ideal de cuidado também.

Como vimos, ao discutir a questão da dualidade entre as esferas privada e pública e a questão do patriarcado, nesse modelo padrão, a mulheres e homens são destinados papéis sociais diferentes (entendidos em muitos casos como naturais), que resultam em uma diferenciação de sua posição na estrutura social. Em relação ao cuidado isso não é diferente. Na verdade essa questão pode ser considerada o cerne dessa diferenciação dos papéis, na medida em que as atividades entendidas como de cuidado são relegadas às mulheres enquanto aos homens é esperada a atuação em outras atividades (que podem até ser complementares à do cuidado, mas que não se igualam a ela e que, em muitos casos, são colocadas em um patamar de superioridade). É interessante notar que a diferenciação das posições aqui também se relaciona com o par independência/dependência: mulheres são entendidas enquanto cuidadoras (por natureza) e, embora “ofereçam” esse cuidado, são também vistas como dependentes, na medida em que não são autossuficientes e necessitam do apoio do marido, de outras pessoas, ou do Estado para conseguirem sobreviver; homens são independentes economicamente (mas, não só), quando adultos entende-se que não precisam dos cuidados de ninguém, por conta disso, lhes é permitido que se abstenham das práticas de cuidado. O que por alguns pode ser visto como uma divisão justa e “normal”/”natural” das práticas sociais, na verdade compõe privilégios para alguns e reforça a opressão de outras.

A diferenciação proposta, que se retroalimenta, apresenta as posições como se elas fossem dadas, fruto da naturalidade de sua existência ou da naturalidade da competência ou incompetência dos indivíduos que as ocupam. Ou seja, tal diferenciação é apresentada como se mulheres fossem cuidadoras e ao mesmo tempo dependentes por sua natureza, não pelas contingências que as cercam enquanto indivíduos sociais. No discurso hegemônico acerca das diferenciações (quando essas são tematizadas) não se visibiliza a estreita relação entre essas (pautadas grandemente pelo cuidado) e as possibilidades de tempo, formação profissional, participação política, entrada no mercado de trabalho, dentre outros aspectos que poderiam fornecer ao indivíduo, no mínimo, uma vida mais digna. Além disso, no discurso hegemônico a divisão de tarefas, base para tal diferenciação, é também apresentada como fruto de escolhas individuais tomadas entre as relações intersubjetivas e não como consequência das relações sociais, como vimos anteriormente.

Ao analisarmos a realidade social das pessoas percebemos que esse discurso hegemônico é utilizado para sustentar uma estrutura desigual que, como vimos, não está restrita à distribuição de tarefas dentro do lar, mas é ampla e tem consequências em todas as esferas da vida das pessoas. A publicação “Outras formas de trabalho 2017” (IBGE, 2018a) do IBGE, traz dados da PNAD Contínua e mostra, por exemplo, que existe grande discrepância entre homens e mulheres quando analisado o número de pessoas que realizam “cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores”: 37% das mulheres e 25,6% dos homens. E quando observada a diferença em cada sexo de acordo com a raça é interessante notar que entre os homens a diferença é pequena, enquanto entre as mulheres ela se intensifica: 39,9% das mulheres pardas, 38,3% das mulheres pretas e 33,8% das mulheres brancas; no caso dos homens a diferença não chega a 2%. Ao se focar nos afazeres domésticos (que podem ser entendidos como trabalho doméstico), a pesquisa ainda mostra que em apenas uma das atividades mencionadas, “Pequenos reparos/manutenção do domicílio”, os homens (63,1%) se engajam mais que as mulheres (34%). Também é interessante notar aqui que as duas atividades que as mulheres mais se engajam são: “Preparar e servir alimentos”, com 95,6% (e eles com 59,8) e “Limpeza/manutenção de roupas e sapato”, com 90,7% (e eles com 56%).

Essa distribuição de tarefas é importante, então, por não ser uma questão isolada, ela é essencial para entendermos como nos tornamos quem somos (tanto em relação ao

cuidado que recebemos, quando crianças e depois como adultos/as, como em relação à nossa alocação na divisão desse trabalho do cuidado) e para pensarmos nossas possibilidades de uma vida digna. Se existe uma sobrecarga de pessoas específicas nessa divisão o tornar-se algo, ou alguém, e as possibilidades de uma vida digna se dão de maneira extremamente desigual. Enquanto “‘o doméstico’ permanece como o principal elemento de mediação da vida das mulheres” (Araújo e Scalon, 2006, p. 47), por essa sobrecarga que é colocada como natural, definindo possibilidades e obstáculos a elas, ele é um elemento menos central na vida dos homens. É importante que se perceba que por menos central não queremos dizer menos importante, na verdade, o que estamos tentando mostrar é que os homens ocupam uma posição privilegiada justamente por terem um arcabouço no campo doméstico que sustenta sua vida pública e doméstica; a diferença aqui é a questão da responsabilização por essa esfera que recai apenas sobre as mulheres.

Mas, mais do que constatar essa desigualdade, trabalhar com a divisão sexual do trabalho do cuidado nos permite “mostrar que essas desigualdades são sistemáticas” e “articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades ,e portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 596). Ou seja, a divisão do trabalho do cuidado opera sob dois princípios, um de separação e um hierárquico (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599): existem diferentes atividades e elas são distribuídas entre pessoas de diferentes sexos de acordo, como vimos, com a natureza desses sexos e as competências dessas pessoas; ao mesmo tempo, essas diferentes atividades ocupam diferentes posições em uma escala valorativa e, podemos dizer, moral; não coincidentemente, as atividades vistas como femininas, como o cuidado, ocupam as piores posições nessa escala; também não coincidentemente, essas atividades vistas como femininas também são relacionadas a outros grupos subalternos como, por exemplo, a mulheres pobres, o que nos leva a pensar que além de um sistema de gênero, a divisão sexual do trabalho do cuidado opera também na construção de um sistema de classes, sendo que os dois sistemas interagem entre si.

Tendo em mente a interação entre esses dois sistemas, quando observamos a organização dos lares brasileiros nos atentando para essa divisão sexual do trabalho do cuidado algumas questões importantes nos aparecem: 1) as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho do cuidado, o tempo delas dedicado a esse tipo de atividade é

exponencialmente maior que o dos homens, mesmo quando exercem trabalho remunerado fora de casa (Araújo e Salon, 2006; Mariano e Souza, 2015) – “em uma década o aumento do número de horas dedicadas ao trabalho doméstico pelos homens se alterou pouco, em torno de alguns minutos” (Hirata apud Araújo e Scalon, 2006, p. 53) –; 2) a presença de um homem na casa “inibe a participação das mulheres em atividades econômicas” (Mariano e Souza, 2015 ; Sorj, Fontes e Machado, 2007) – e aqui é interessante notar a situação oposta, enquanto “as mulheres que mais ingressam no mercado de trabalho moram sozinhas e não formam famílias (...), os homens que mais participam do mercado de trabalho são aqueles que formam uma família” (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p. 590); 3) quanto maior sua dedicação às atividades do cuidado, menor sua renda e suas possibilidades de entrada no mercado de trabalho, principalmente pela via formal (Sorj, 2013; Sorj, Fontes e Machado, 2007); 4) quando as mulheres têm mais recursos e podem disponibilizar de tecnologias que as ajudam no trabalho do cuidado, seu tempo com esse trabalho diminui, conseqüentemente sua renda aumenta (Lavinias, 2007), e poderíamos pensar o mesmo em relação às possibilidades de consumo desse cuidado; 5) quanto mais ricas as mulheres, menos seu tempo dedicado ao trabalho do cuidado (Sorj, 2013); 6) para os homens, o diferencial da renda não afeta a quantidade de horas dedicadas ao cuidado (e ela é sempre exponencialmente menor que a das mulheres), eles “são bem menos condicionados pelo nível de renda do que as mulheres” (Sorj, 2013, p. 485).

Como mencionamos anteriormente, vivemos num período em que há uma maior entrada das mulheres no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, acompanhamos algumas mudanças nos padrões de gênero, ainda assim, mesmo com essas mudanças “o padrão de maior dispêndio e de nichos para as mulheres em atividades domésticas e não remuneradas permanecem e são sistematicamente mais elevados” (Araújo e Veiga, 2015, p. 182). Esses seis pontos nos levam a pensar que a organização da vida doméstica e sua relação com a esfera profissional são uma questão de extrema importância na vida das mulheres. E já não temos como imaginar que o que existe é um modelo onde temos de um lado o homem provedor e do outro a dona de casa, ou pelo menos, não podemos mais avaliar esse modelo como sendo o vivenciado pela maioria das famílias, se nem mesmo antes esse modelo poderia ser estendido a todas as pessoas (sendo específico a pessoas com “classe social, posição nas relações de trabalho e cor bem definidas” (Biroli, 2015, p. 92)) –, agora essa tentativa se torna ainda mais difícil.

Dessa forma, o modelo funcionalista tradicional, de complementariedade não nos serve como explicação da realidade, enquanto descritivo das práticas cotidianas, embora ainda tenha potencial explicativo dessas mesmas práticas, se pensarmos numa ideia de interpelação para ação a julgamentos. É interessante aqui abordarmos pesquisa feita por Araújo e Scalón (2006) que mostram como o modelo tradicional ainda opera sobre as representações sociais da realidade:

“(…) sobretudo entre os homens, permanece como percepção uma necessidade pragmática relacionada com a escassez orçamentária e uma ideia de trabalho que é aceita, mas com a conotação de “auxiliar”, embora de fato não o seja. Essa percepção acompanha o aceite do trabalho feminino, mas este não necessariamente significa alterar as representações simbólicas e efetivas acerca dos lugares prioritários de homens e mulheres na condução da vida cotidiana.” (Araújo e Scalón, 2006, p. 49-50)

Como forma diferente de análise, mais condizente com a realidade das práticas vivenciadas pelas mulheres de nossa sociedade, teríamos então os *modelos de conciliação*, ou as duplas jornadas, que se mostram como formas de enquadrar as tentativas de diversas mulheres de darem conta da sobrecarga de trabalho que lhes é imposta no lar e ainda contribuir para a sobrevivência econômica desse lar (e das pessoas que dele fazem parte) por meio de sua entrada no mercado de trabalho. No entanto, seguindo as análises de Hirata e Kergoat, poderíamos pensar que esse modelo acaba também seguindo uma lógica funcionalista e abordando uma parte dessas experiências como subordinada a outra, mais especificamente abordando o trabalho do cuidado como se fosse um apêndice do trabalho assalariado (Hirata e Kergoat, 2007, p. 597): a complementariedade ainda está presente, e como no caso anterior, ela privilegia uma das partes. Como as autoras mostram, hoje haveria uma tentativa de substituição do termo conciliação por “articulação”, “conflito” ou “tensão”, como uma forma mesmo de mostrar a natureza conflituosa, mais que conciliadora, dessa situação e das relações sociais que a envolvem (Hirata e Kergoat, 2007, p. 604).

Mas é interessante notar que, sob um olhar crítico a esse modelo conseguimos evidenciar de forma um pouco mais clara as desigualdades entre os sexos: ele mostra como a preocupação entre conciliação da vida familiar e trabalho pago não se dá da mesma forma no caso dos homens, já que “cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 604). Essa realidade se torna possível porque as instituições sociais e políticas assim como o mercado operam em uma lógica onde essa não é uma questão masculina, ela já está

resolvida. O que nos leva a pensar na atuação do Estado e do próprio mercado. Existem algumas políticas e medidas adotadas que seguem esse modelo de conciliação, e com isso, continuam a excluir os homens dessa problemática (Hirata e Kergoat, 2007, p. 606). Poderíamos destacar aqui as creches, como um exemplo de dispositivo que ao tirar parte da responsabilidade do cuidado com as crianças das mães (ou de outras mulheres da família ou próximas), contribuem para que elas tenham um maior tempo que pode ser dedicado à sua vida profissional, e na própria licença maternidade, que contribui para que as mulheres trabalhadoras de setores formais possam conciliar parte de sua vida familiar com o trabalho. Esses dispositivos atuam numa tentativa de suavização, mesmo que temporária, dessa sobrecarga para essas mulheres, fazendo com que a conciliação entre mundo familiar e profissional pareça mais suportável, mas nos dois casos contribuem para que a responsabilização por essa vida familiar assim como pelo trabalho do cuidado ainda recaia prioritariamente sobre as mulheres: no caso das creches teríamos que pensar que grande parte das pessoas que ali trabalham, ou seja, que estão envolvidas com o trabalho de cuidado, são mulheres; no caso da licença maternidade, devemos nos lembrar que a versão masculina é bem menor. Além disso, nenhum dos dispositivos se coloca enquanto uma medida que resolve as questões de gênero ou classe, como veremos mais a frente, já que não são direitos estendidos a todas as mulheres, além disso, mais que uma medida adotada para melhorar a vida das mulheres num sentido mais amplo, são medidas que contribuem mais com o próprio sistema capitalista que com a transposição da subordinação feminina.

Sob esse mesmo olhar crítico, ao observarmos o modelo de conciliação conseguimos também questionar novamente a ideia de que a solução para a subordinação feminina seria o abandono do mundo privado e a entrada no mercado, onde todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres seria remunerado. Da forma como nossa sociedade está organizada temos o fato de que as mulheres que adentram o mundo do mercado e passam a ter seu trabalho fora do lar remunerado não se livram do trabalho não remunerado dentro do lar. Na verdade, essa situação faz com que a subordinação seja catalisada. “Trabalhar fora não somente não a dispensa das tarefas domésticas, mas, além disso, não deve atrapalhá-las. Portanto, para ter certa independência econômica, a mulher só é livre para ter uma dupla jornada de trabalho” (Delphy, 2015, p. 110). Mas é importante que se perceba que a saída aqui não seria pensar como Friedan (1971) e classificar o trabalho como naturalmente problemático. O

problema está na valorização que a ele é remetida ou não e na divisão de responsabilidades que é feita, não no trabalho em si. Sempre teremos pessoas (na grande maioria das vezes mulheres pobres) envolvidas com esse trabalho, o que não nos permite uma análise tão negativista do mesmo, muito menos sua invisibilização.

Isso nos leva a outro modelo analítico para a realidade das práticas sociais e situação das mulheres em nossas sociedades, o de *delegação* (Hirata e Kergoat, 2007, p. 604). Embora Hirata e Kergoat estejam abordando outra realidade que não a nossa ao tratarem desse modelo, num contexto onde temos um maior número de mulheres com nível superior, uma maior entrada delas no mercado de trabalho e também um aumento dos empregos em serviços (Sorj, Fontes e Machado, 2007; Sorj, 2013; Sorj, 2014; Hirata e Kergoat, 2007), o modelo de delegação contempla também a realidade brasileira. Tal modelo evidencia a articulação de novas soluções para o conflito entre vida familiar e profissional e se ampara na privatização dessa organização, onde a externalização do cuidado se dá forma mercantilizada. Nesse sentido, algumas mulheres delegam parte de seu trabalho de cuidado a outras pessoas, em sua quase totalidade, outras mulheres, que recebem por isso. Como no modelo anterior, sob um olhar crítico, podemos perceber a priorização das mulheres em relação a essa responsabilidade: tanto da pessoa que é responsável por procurar alguém para o trabalho (e posteriormente responsável por garantir a qualidade desse trabalho), quanto da pessoa contratada para o serviço.

O interessante é notar que essas novas soluções geram, ou evidenciam, novos conflitos. Seguindo a crítica ao modelo de conciliação poderíamos nos questionar quão livres do trabalho do cuidado realmente se tornam essas mulheres que delegam. Mas, indo mais além, deveríamos nos questionar também quem são essas mulheres, quais têm a possibilidade de delegar e quais não, e quanto essa diferença de possibilidade impacta em suas vidas. Aqui, novamente, é insuficiente lidar com a questão apenas pelo prisma do gênero, as questões de classe são imprescindíveis. Mulheres que têm essa possibilidade de delegar o trabalho do cuidado encontram-se nos estratos com maior renda (são também, em grande medida, mulheres brancas); mas elas só conseguem participar dessa privatização do cuidado porque existem outras mulheres (em grande medida negras), em estratos de menor renda, operando enquanto reserva de trabalho. Ao mesmo tempo em que existe uma priorização de responsabilização do trabalho do

cuidado às mulheres, também existe uma priorização do trabalho do cuidado remunerado às mulheres pobres, e negras.

Pensar criticamente nos modelos de conciliação e de delegação então é ir além da situação descrita (que pode mudar, e já mudou muito ao longo do tempo) para se encarar a condição que permanece (uma condição de subordinação feminina), é então refletir sobre as “modalidades de reprodução da servidão doméstica” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 607), notar que as práticas que esses modelos explicam produzem e reproduzem distinções por serem tratadas como privilégios de poucos e poucas e não como direitos de todos e todas.

Novamente nos colocamos frente aos conflitos expostos pela relação entre vida familiar e vida profissional e pela divisão sexual do trabalho do trabalho do cuidado que a pauta, e nos parece ainda mais claro a relação entre os eixos gênero e classe. Se ser mulher significa experienciar uma condição de subordinação, ser mulher pobre adiciona contornos diferentes à essa condição. Mas, como tentamos frisar, a classe não apenas adiciona diferenças a essa condição, ela a torna mais subalterna, “não há apenas diferenças entre as mulheres, mas relações de privilégio” (Biroli e Miguel, 2015, p. 39). Nesse sentido, é interessante fazermos a seguinte pergunta: “na perspectiva das faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras, o que representariam os termos conciliação e delegação?” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 605). Essas mulheres também realizam e estão envolvidas em práticas de conciliação e delegação, no entanto, as consequências dessas são muito diferentes para suas vidas, as vidas de seus filhos e filhas e para toda sua família (Hirata e Kergoat, 2007, p. 605). Na medida em que a conciliação e a delegação se dão como privilégio para algumas – independente se as ações são encaradas como de responsabilidade dessas mulheres enquanto indivíduos, de suas famílias, do mercado ou do Estado –, para outras elas se colocam como mais dispositivos de opressão e entraves para uma vida digna (mesmo que a primeira vista possam ser encaradas como um degrau na conquista dessa vida).

Pensando novamente nas diferentes formas de organização familiar e no papel que o modelo padrão desempenha enquanto organizador das práticas poderíamos nos questionar se outros arranjos familiares conseguem transpor essas questões acerca das desigualdades que o cuidado levanta. De forma mais simples, o que propomos é refletir se por serem diferentes de um modelo padrão restrito essas outras formas se

caracterizariam como mais justas e democráticas, “apenas” por serem diferentes. Embora seja difícil contemplar todos os arranjos possíveis, poderíamos, com certo grau de confiabilidade, dizer que, em grande medida, não: esses arranjos continuam em muitos casos reproduzindo, talvez sob novas formas, as diferenciações de gênero, classe e/ou raça em relação às atividades de cuidado. Se nos focarmos no caso das famílias monoparentais, por exemplo, veremos que a sobrecarga de trabalho ainda está presente para a mulher. Se nesse caso não podemos discutir da mesma forma a diferenciação de responsabilização entre o homem e a mulher na familiar, ainda podemos criticar a falta de responsabilização por parte do Estado, do mercado e da própria sociedade como um todo. No caso de famílias homoafetivas ainda teríamos que ter uma análise mais minuciosa para entender como se dá a divisão do trabalho do cuidado dentro do lar, o mesmo podemos dizer para outras organizações familiares que não são pautadas pelo casamento e/ou relações sexuais. No entanto, nos três casos poderíamos ter certeza das disparidades de responsabilização desse trabalho do cuidado (recaindo sobre as pessoas pertencentes e grupos subalternos, pertencentes ou não ao lar) e da adesão a um ideal de privatização do mesmo.

Se mesmo arranjos diferentes de organização familiar apontam que padrões desiguais se mantêm, parece-nos cada vez mais clara a necessidade de uma análise crítica da relação entre família, gênero, cuidado e democracia.

#### **4.2 Mulheres trabalhadoras e cuidado: produzindo hierarquias**

Tanto o modelo de conciliação quanto o de delegação nos levam a observar não apenas as diferenciações entre os sexos e entre as mulheres, mas a distinção que se constrói a partir dessas diferenciações, e que ao mesmo tempo lhe dão suporte. Os dois modelos, ao tratarem das formas de organização entre vida familiar e profissional, e os conflitos que daí surgem, evidenciam também a questão do trabalho informal, precarizado e mal remunerado (nesses dois últimos casos, mesmo quando ele é formal). E sob um olhar mais crítico, podemos pensar que tais modelos só são possíveis por conta mesmo desse trabalho do cuidado informal, precarizado e/ou mal remunerado.

Tendo isso em mente é interessante pensarmos de que forma essas distinções são estruturadas. Embora toda nossa discussão até agora dê suporte a esse entendimento, aqui trataremos mais diretamente de algumas questões específicas. Focando primeiramente na diferenciação entre os sexos e nas distinções que daí surgem e que a

retroalimentam, seria importante tratarmos aqui da sobrecarga das mulheres em relação ao trabalho do cuidado. Embora tenhamos discutido que diferentes mulheres “sentem” essa sobrecarga de diferentes formas, ainda podemos pensar que essa é uma situação que perpassa a condição feminina atual, “mulheres de diferentes níveis educacionais, áreas de residência, gerações, trabalhando fora ou não, com distintas percepções e valores morais sentem compartilhar uma experiência comum: a assimetria das tarefas domésticas” (Araújo e Scalon, 2006, p. 55). A publicação mencionada anteriormente (IBGE, 2018) ainda nos mostra que no Brasil, em 2017, a média de horas semanais dedicadas à realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas é de 16,5 horas, no entanto, enquanto para os homens esse número é de 10,8 horas, para as mulheres ele quase dobra, tendo elas 20,9 horas de sua semana dedicadas ao trabalho do cuidado.

Como discutimos, mais que uma assimetria simples, essa divisão sexual do trabalho do cuidado, da forma como está colocada (injusta), gera obstáculos a diversas formas e condições de vida a essas mulheres e, nesse sentido, gera também, em muitos casos, uma dificuldade de entrada no mercado de trabalho e uma dificuldade de alcance de posições mais centrais nesse. Mas além desses efeitos práticos nas possibilidades de uma vida pública dessas mulheres, essa divisão gera também efeitos simbólicos e práticos no seu cotidiano e em sua vida privada. É interessante notar como esses efeitos, simbólicos e práticos (e para a prática), mesmo podendo ser percebidos em diferentes esferas da vida, se entrelaçam e contribuem para a condição subordinada dessas mulheres – ao mesmo tempo em que também contribuem para a posição privilegiada dos homens. Em pesquisa sobre as percepções das pessoas acerca da divisão de tarefas dentro dos lares e da relação entre a vida familiar e profissional, Araújo e Scalon (2006) e Mariano e Souza (2015) se depararam com percepções interessantes a esse respeito: mesmo sendo constatada a necessidade do trabalho remunerado das mulheres para a sobrevivência das famílias e mesmo, em muitos casos, esse trabalhando sendo imprescindível, ele é encarado como auxiliar, principalmente entre os homens (Araújo e Scalon, 2006, p. 50; Mariano e Souza, 2015, p. 160). As autoras mostram como o modelo “homem provedor/mulher cuidadora” ainda opera como organizador dos sentidos e práticas, mesmo não sendo mais predominante entre os arranjos, e com isso, mostram também como as representações simbólicas e efetivas acerca dos sexos não se alteraram de fato (Araújo e Scalon, 2006, p. 50-51).

Percepções como essa contribuem para uma não valorização, dentro e fora de casa, do trabalho remunerado dessas mulheres, ou seja, uma não valorização que é compartilhada por seus companheiros e familiares e por elas mesmas, também pelo mercado e Estado, o que está relacionado, por sua vez, a uma não valorização do trabalho não remunerado a elas destinado. Em termos de mercado e Estado podemos pensar aqui na má remuneração (principalmente quando comparada à dos homens), precarização e informalidade dos trabalhos assumidos prioritariamente por essas mulheres: “às trabalhadoras são destinadas as piores formas de inserção” (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p. 587). Também podemos pensar na existência de poucas políticas que busquem transformar essa inserção subalterna e desigual, como mencionamos anteriormente.

Mas tratando de forma ainda mais profunda a questão dos efeitos, existe um ponto de extrema importância que nem sempre é levantado. Vivemos num mundo capitalista, somos socializados para sobreviver nesse mundo, ao mesmo tempo em que impulsionamos sua continuidade com nossas próprias formas de sobrevivência – também nossas instituições são adequadas ao modelo de organização desse mundo – e nos entendemos enquanto sujeitos pertencentes a esse mundo. Nesse sentido, nossas identidades e nossas experiências se fazem não de forma externa à lógica capitalista (mesmo que tenhamos inúmeras críticas e discordâncias a esse modelo) e “a participação no trabalho remunerado é um aspecto fundamental para a constituição da cidadania e das identidades, portanto de autonomia, em uma sociedade de mercado” (Castel, Pateman e Oliveira *apud* Mariano e Souza, 2015, p. 157). É importante questionarmos então como ficam as identidades das pessoas que são vistas como marginais a esse sistema, como não totalmente adequadas a ele, classificadas como incapazes e dependentes, em determinados momentos não consideradas trabalhadoras, ou em outros, trabalhadoras de menor importância: como ficam as identidades das mulheres trabalhadoras?

“Se um indivíduo pode obter reconhecimento de outros cidadãos como um cidadão igualmente valioso tão somente através da participação no mercado capitalista, se o autorrespeito e o respeito enquanto cidadão é “alcançado” na esfera pública da sociedade do emprego, então, as mulheres [quando não participantes do trabalho remunerado] carecem dos meios para ser reconhecidas como cidadãs valiosas.” (Pateman *apud* Mariano e Souza, 2015, p. 157)

Mas mesmo quando participantes esses meios são escassos, porque sua participação é vista como diferenciada – e de fato, é diferenciada em vários sentidos, porém, é colocada de forma depreciativa, quando comparada à do homem.

Isso vai além de uma não consciência (ou falsa consciência) de sua situação enquanto trabalhadora e enquanto sujeito importante na condução do mundo e tem impacto na forma como essas mulheres se veem e são vistas pela sociedade, mercado e Estado. Pensando na distinção entre homens e mulheres, nesse sentido, as possibilidades de autonomia, a formação das preferências e as opções para escolha (quando estas estão disponíveis) são extremamente desiguais e isto está diretamente ligado ao não se ver e não ser vista enquanto trabalhadora. Retornaremos a esse ponto em nossas considerações finais.

No entanto, seguindo nossa proposta de trabalho, não há como pensarmos que essa construção da identidade de mulher e de mulher trabalhadora se dê apenas de uma forma ou, mais especificamente, que exista uma identidade só. Como tentamos mostrar até agora, embora também enfrentem dificuldades específicas do gênero na entrada do mercado de trabalho e no alcance a posições mais centrais, mulheres pertencentes aos estratos de maior renda encontram menos dificuldades que mulheres pobres. Nesse sentido, suas identidades enquanto mulheres trabalhadoras são construídas e operam de outras formas, mas mais que isso, elas são construídas e operam em relação com padrões de opressão e dominação importantes aqui: se criam na relação entre uma posição subordinada (em relação aos homens) e uma posição privilegiada (em relação a outras mulheres).

Existem então clivagens objetivas entre os sexos e entre as mulheres que devem ser levadas em conta ao tratarmos sobre democracia e desigualdades e o papel do trabalho do cuidado. Essas mulheres ainda ocupam uma posição subordinada, mas conseguem “escapar” momentaneamente dessa posição por existirem outras mulheres que ocupam uma posição ainda mais subordinada que a delas.

“Não sem razão, no Brasil, o afluxo feminino ao mercado tem uma dupla faceta, assentada num marcador de classe (Sorj e Fontes, 2013), que se imbrica consubstancialmente com evidências das desigualdades raciais. Esse movimento se nutre tanto do afluxo das mulheres escolarizadas, majoritariamente brancas, que competem por postos melhor remunerados e protegidos, como do das mulheres escassamente escolarizadas, majoritariamente negras, que formam o enorme contingente de mais que 7 milhões de trabalhadoras domésticas, correspondendo a perto de 20% da

força de trabalho feminina presente hoje no mercado brasileiro.” (Guimarães, 2016, p. 68-69)

É importante aqui nos atentarmos ao fato de que “ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária (desemprego, flexibilidade, feminização das correntes migratórias)” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 603). Pensando no modelo de delegação mencionado anteriormente, estamos aqui tratando da reserva de trabalho que as mulheres pertencentes aos estratos de menor renda representam e que possibilitam que as mulheres de maior renda possam transpor (ou pelo menos tentar) parte de sua subordinação.

Poderíamos avaliar que essa situação, mesmo desigual da forma que é, significa algum tipo de ganho à luta feminista contra a desigualdade: temos de um lado mulheres que adentram o mercado de trabalho em posições melhores, sendo detentoras de diplomas de nível superior, passando a ganhar maiores salários, em alguns casos, sendo até equiparados aos salários masculinos; e temos do outro lado mulheres que também adentram ao mercado de trabalho, porém por outra via, que mesmo não sendo tão vantajosa quanto a primeira, ainda pode significar uma melhora de vida para essas mulheres e suas famílias. No entanto, não poderíamos, primeiramente, nos esquecer aqui da parcela de mulheres que embora continue trabalhando (em casa) não se enquadra em nenhum desses dois grupos expostos. E em segundo lugar, deveríamos nos perguntar se o propósito da luta feminista é mesmo esse, criar assimetrias entre as mulheres enquanto permite que apenas algumas sejam capazes de ascender a uma posição menos desigual (em relação aos homens).

Em 2017, no Brasil, havia 89,1 milhões de pessoas ocupadas (com 14 anos ou mais de idade) e embora mais da metade da população em idade de trabalhar fosse formada por mulheres, os homens representavam 57,2% da parcela da população que trabalhava (IBGE, 2018b). Além disso, enquanto o rendimento médio mensal real dos homens foi de R\$2400, o das mulheres foi de R\$1868. E quando observamos as diferenças entre as mulheres de acordo com sua raça encontramos que “as brancas apresentaram rendimentos 29,2% superiores à média nacional (R\$2178), enquanto as pardas e pretas receberam rendimentos 26,3% e 27,9%, respectivamente, inferiores a essa média” (IBGE, 2018b). Se em comparação aos homens as mulheres se encontram então em uma posição de cidadãs de segunda ordem, seguindo essa mesma lógica e

abarcando toda a discussão feita até aqui, podemos pensar também que mulheres pobres (e negras) têm uma condição, ainda pior, de cidadãs de terceira ordem. Novamente, mais que adicionar empecilhos e novos contornos à condição de mulher, ser pobre abre outra realidade concreta para essas mulheres.

A não observância dessa situação mascara distinções que dão base a desigualdades e que precisam ser discutidas. É importante observar que os processos que envolvem estas distinções se multiplicam e se acumulam na sociedade, mercado e Estado conforme vamos analisando diferentes grupos de mulheres. Nessas arenas, essas distinções fazem com que direitos se tornem “dispositivos que organizam identidades de gênero e hierarquias sociais nas esferas do trabalho produtivo e do trabalho doméstico” (Sorj, 2013, p. 486) e que separam e dividem grupos de mulheres, sendo encarados como privilégio de poucas e opressão de muitas.

Tendo isso em mente, pensemos aqui em alguns dos diversos grupos (poderíamos inclusive pensar em classes, num sentido mais geral) criados entre as mulheres e os efeitos disso. Teríamos, por exemplo, a diferenciação baseada no tipo de trabalho e a separação entre as que fazem, e são responsabilizadas por, o trabalho imaterial e o trabalho servil, ou sujo. Mais que uma divisão rígida entre essas mulheres, estamos lidando aqui novamente com as fronteiras fluídas do cuidado. Nesse sentido, as mulheres não pertenceriam unicamente a um grupo, mas sua posição iria variar de acordo com a situação (pessoas envolvidas e arena onde o trabalho do cuidado é realizado). Teríamos, por exemplo, mulheres que desempenham os dois tipos de trabalho do cuidado e que em determinados momentos ocupam uma posição mais ou menos valorizada dependendo do trabalho que desempenham. Mas o que é importante notarmos aqui é que nesse caso, a luta por direitos se estabelece justamente nessa diferenciação entre tipos de trabalho e mesmo na hierarquização entre eles. Por exemplo, a luta pela construção e regulamentação da profissão de cuidadora se dá na diferenciação e hierarquização dessa posição em relação à de trabalhadora doméstica; ao mesmo tempo, ela ainda é colocada num degrau inferior em relação a outras profissões que também “conversam” com o trabalho do cuidado em suas atribuições, como a de técnico(a) de enfermagem e/ou enfermeiro(a).

Também não poderíamos deixar de observar a divisão entre as que ao entrarem no mercado de trabalho conseguem ou não esse feito de maneira formal (Sorj, Fontes e

Machado, 2007; Sorj, 2013; Sorj, 2014; Guimarães, Hirata e Sugita, 2011; Guimarães, 2016). A formalidade exige em muitos casos formação profissional, tempo livre e um tipo de dedicação que nem todas têm acesso, com isso temos uma parcela cada vez maior de trabalhadores(as) informais. Em contrapartida, a formalização disponibiliza alguma segurança e facilidades. Ao mesmo tempo, a não ser acessível a todas, a disponibilização de seguranças e facilidades acaba se tornando outro mecanismo de distinção e manutenção das desigualdades. Mas ainda teríamos aqui também, dentro do trabalho formal, uma diferenciação entre setores público e privado, onde o primeiro parece em muitos sentidos ser mais sensível em relação à situação das mulheres (teríamos por exemplo, uma maior facilidade de arranjos informais em relação à jornada de trabalho, o que ajuda na conciliação entre vida familiar e profissional (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p. 586)) e o segundo oferece uma situação significativamente mais frágil às trabalhadoras (Sorj, 2013, p. 487).

Teríamos também outro ponto a ser levado em consideração em todos os casos aqui expostos: a diferenciação entre ser ou não mãe. Observando a situação das trabalhadoras e das trabalhadoras que são mães, é interessante notar quanto nossa legislação trabalhista tem um viés de gênero (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p. 576) que se relaciona à valorização da maternidade enquanto função social e moral. Dependendo da posição em que se está, ser mãe pode gerar privilégios ou opressões. Se essa mãe trabalha formalmente ela terá direito à licença maternidade, o que já a coloca numa posição privilegiada em relação às mães do setor informal e às mães que não tem trabalho remunerado. Se essa mãe trabalha no setor público, seu direito à licença maternidade é estendido em relação ao das mães que trabalham no setor privado, e novamente temos assimetrias. E se observarmos também o acesso a creches e educação integral, teremos outro prisma de desigualdades envolvendo essas mulheres. Isso nos mostra como a questão não é tão simples e direta, e como as posições não estão pré-definidas, mas se formam na relação entre os eixos, arenas e situações.

É importante refletir sobre como esse viés de gênero em nossa legislação é estruturado e como ele auxilia a criação de distinções e manutenção de desigualdades. Ao mesmo tempo, por exemplo, em que seu foco está na reprodução, além de criar diferenciações entre mulheres ele contribui para uma determinada visão da maternidade (em oposição a uma visão menos responsabilizada e central da paternidade). Também ao mesmo tempo, direitos que poderiam e deveriam ser encarados enquanto dispositivos

para auxílio às trabalhadoras acabam sendo tomado enquanto direitos de outros sujeitos, e quando o foco do discurso muda, muda também sua eficácia enquanto dispositivo transformativo. Estamos falando aqui, por exemplo, do caso do direito à creche ou escola integral, que acaba sendo tratado apenas como um direito da criança ou adolescente e se apaga sua importância para a situação das mulheres.

Num registro diferente, ao tratar da situação de mulheres imigrantes que assumem trabalhos precarizados nos países onde residem, mas que ao mesmo tempo têm uma espécie de melhora em sua condição de vida, uma ascensão, principalmente se comparadas à vida das pessoas deixadas em seu país de origem, Kergoat se utiliza da ideia de “mobilidade de classe contraditória” (Salazar *apud* Kergoat, 2010, p. 97) para definir tal situação. Poderíamos aqui pensar que tal mobilidade na verdade define, em grande medida, parte da experiência de muitas mulheres, não apenas dessa parcela de imigrantes. Pensando nas divisões que aqui mencionamos essa mobilidade de classe contraditória poderia ser explicativa tanto da situação das mulheres em relação aos homens quanto de sua situação em comparação entre si: alcança-se certa ascensão, mas essa não lhe permite sair de uma estrutura hierarquizada e desigual. É justamente o que acontece quando mudanças permitem realocações e acomodações na estrutura, não sua mudança total.

Nesses vários grupos formados temos então distinções entre diferentes mulheres pelo tipo de trabalho, valorização social, remuneração, tempo de trabalho (flexibilização ou não da jornada de trabalho), condições de trabalho, políticas de auxílio, entre outros. E é importante que se perceba que mais que diferenciações estamos tratando mesmo de distinções, que implicam distintas possibilidades de vida, criação de identidades e formação de sujeitos.

### **4.3 De quem é a responsabilidade e por que isso importa?**

Depois da discussão proposta (mesmo que introdutória) esperamos que tenha ficado clara a centralidade do cuidado na vida das pessoas, mais especificamente na das mulheres, e sua importância para a Ciência Política (enquanto objeto de estudo) e para democracia (enquanto elemento organizador da vida das pessoas). Pensando na subordinação feminina, e em sua transposição, importa tratar do trabalho do cuidado na medida em que ele se configura como um dispositivo de opressão e dominação. Se o trabalho do cuidado é necessário à vida de todos e todas, a responsabilização por esse

trabalho não pode recair apenas sobre algumas pessoas específicas (mulheres, e na maioria dos casos, mulheres pobres). A distribuição dessa responsabilidade – quem faz o quê, como, quando e por quê – é um dos princípios organizadores da sociedade (Tronto, 2013, *passim*) e deve ser o foco da atenção da luta contra as desigualdades.

Se “é a partir de uma análise em termos de responsabilidade que se pode considerar melhor o modo como se estabelece a questão da igualdade” (Molinier e Paperman, 2015, p. 47), nos é necessário então repensar como essa responsabilidade vem sendo vivenciada ou não pelas/os diversas/os atrizes/atores. Nos deparamos então com o fenômeno social de responsabilização das mulheres pelo trabalho do cuidado (Mariano e Souza, 2015, p. 171), mas também nos deparamos com uma ideia de privatização dessa responsabilidade (que tem relação direta com o fenômeno social mencionado) – nos dois casos, o que observamos é uma desigualdade estrutural.

Como vimos, ao serem as responsáveis diretas e indiretas (mesmo quando não são elas que fazem alguma parcela desse trabalho) pelo cuidado, as mulheres, algumas mais que outras, têm suas possibilidades de escolha em relação às suas vidas marcada por essa responsabilidade (Araújo e Scalon, 2006; Okin, 2008). Nesse sentido, é importante que a relevante reserva de cuidado associada (ou mais precisamente, não associada) aos homens na divisão sexual do trabalho seja colocada em questão (Sorj, 2014, p. 125). Como vimos a não participação masculina na distribuição dessa responsabilização se configura como um padrão que atravessa as classes, o que nos mostra que a distância dos homens em relação ao cuidado se reproduz (Sorj, 2014, p. 126), enquanto natural, reproduzindo também os privilégios desse distanciamento.

No entanto, a mudança pretendida depende de arranjos que estejam de redistribuição. Com certeza, uma distribuição mais justa desse tipo de trabalho entre os sexos, por exemplo, pode gerar efeitos positivos sobre a vida das mulheres. Mas quando falamos sobre responsabilização estamos indo além; se pensamos em uma responsabilização compartilhada estamos avançando para uma ideia de comunidade e de importância das relações. Isso, de fato, tem a ver com uma distribuição mais justa do trabalho em si (das práticas), mas não só. Tem a ver também com uma reconstrução do entendimento dessas práticas (valorização do trabalho do cuidado), com uma nova forma de olhar a realidade social (entendendo que por meio de relações estamos conectados e temos responsabilidades compartilhadas relativas à nossas vidas, a vida

dos outros e à sociedade como um todo) e com a construção de um novo discurso sobre os papéis sociais de cada um(a) na estrutura social e política (uma reconfiguração desses papéis não baseada no sexo biológico e suas ditas competências).

A questão relacional é de extrema importância aqui. Como vimos, ela nos permite sair de ideia de responsabilização individual e isolada e ampliar nossos horizontes para o entendimento das relações de poder que compõem tanto as práticas e o entendimento do cuidado, quanto as “escolhas” dos atores/atrizes nela envolvidos (envolvendo as causas e efeitos dessas escolhas) e a organização social como um todo. E assim nos parece mais claro afirmar, quando estamos tratando do cuidado, da responsabilização sobre o mesmo e das relações de poder que o envolvem, nem o paradigma distributivo (Young, 1990), nem o modelo jurídico de responsabilidade (Molinier e Paperman, 2015) são suficientes.

Ao focarmos as relações sociais também conseguimos refletir sobre o segundo ponto mencionado anteriormente: a ideia de privatização do cuidado. É interessante notarmos que quando falamos de privatização podemos nos referir tanto a uma responsabilização privada, da família enquanto unidade, quanto à mercantilização desse cuidado, tendo em mente que os dois pontos se relacionam entre si e também se relacionam com responsabilização feminina pelo mesmo. Se ainda compete às mulheres uma maior responsabilização por esse trabalho, compete também às famílias, enquanto unidades sociais, a responsabilização pelo cuidado, e um melhor cuidado, com os seus membros (e seguindo a lógica expostas, dentro das famílias são as mulheres os sujeitos centrais nessa responsabilização). A privatização do cuidado se torna um problema à democracia porque se ancora em uma ideia reduzida do próprio cuidado, mas também das relações sociais e seus efeitos. Numa sociedade que se pretende democrática não há como pensar que apenas nosso círculo mais próximo de relações intersubjetivas é importante, nem que apenas nós somos responsáveis pelas pessoas que dele fazem parte.

A privatização do cuidado significa a distinção de pessoas e famílias (pautada por gênero e classe), e sua divisão entre os que podem ou não comprar esse cuidado (e os que podem comprar um melhor cuidado); também significa a isenção de determinados atores de sua responsabilização. Se concordamos que a reserva de cuidado relacionada aos papéis masculinos está sendo subutilizada – com fins ideológicos,

podemos dizer –, também temos que concordar que o mesmo acontece em relação ao mercado e ao Estado. Como vimos, nessas duas arenas, falta uma valorização do cuidado (com melhores remunerações, por exemplo), faltam políticas de auxílio para a organização entre vida familiar e profissional, faltam dispositivos que contribuam para uma melhor distribuição das responsabilidades entre os(as) diversos(as) atores/atrizes.

Nesse contexto, a baixa oferta de serviços públicos relacionados ao cuidado, somada à pequena possibilidade de mercantilização desses serviços por grande parte das pessoas e famílias e à quase inexistência de “alternativas coletivas” à essa mercantilização – como “cozinhas coletivas e rodízio no cuidado com as crianças e outros indivíduos que necessitem de cuidado cotidiano, por exemplo” (Biroli, 2015, p. 95) – permite e impulsiona desigualdades. Na medida em que os dispositivos que podem melhorar a situação das mulheres em relação ao cuidado só se encontram disponíveis para uma parte da população, novamente estamos falando de privilégios. Esse cenário nos mostra a fraca legitimação social e política (Sorj, Fontes e Machado, 2007) que a questão do cuidado detém em nossa sociedade, mas nos mostra também como os efeitos dessa fraca legitimação atingem pessoas específicas e funcionam como mantenedores da posição privilegiada de poucos.

Importa então tratarmos do cuidado e das desigualdades que o perpassam e que ele ajuda a reproduzir, pois ele é definidor das possibilidades de uma vida mais digna ou não. Quando tratamos de uma vida digna estamos pensando no exercício da cidadania, nas possibilidades de: sobrevivência econômica, participação política, educação e profissionalização, tempo e espaço para intimidade, construção e vivência das identidades, manutenção da integridade física e psíquica, dentre outros. Se “é crucial compreender como o contexto marca tanto a escolha como a aspiração” (Nussbaum *apud* Mariano e Souza, p. 170), também é entender como o cuidado atravessa a aspiração, as possibilidades de escolha, a escolha e seus efeitos.

Nos deparamos novamente com a importância do cuidado para a ciência política e para a prática democrática:

“Uma teoria democrática que seja capaz de lidar com essas desigualdades, em vez de simplesmente suspendê-las como questões para a democracia e para a justiça, precisará necessariamente dar conta da ambivalência que marca a ideia de reconhecer o valor do trabalho realizado pelas mulheres no cotidiano da vida doméstica. O mesmo tipo de ambivalência se apresenta quando afirmamos a necessidade de reconhecer que o cuidado (...) tem importância incontornável para que o ideal de igual dignidade tenha sentido

de fato nas democracias. Quem se responsabiliza pelo cuidado e que formas ele assume são questões fundamentais: dependendo da resposta, poderemos nos afastar ou nos aproximar de um ideal democrático no qual a tolerância à subordinação de parte dos indivíduos não tenha lugar.” (Biroli, 2015, p. 102)

Propomos aqui então que tenhamos em mente uma ideia de democracia que, dentre outros elementos, não seja pautada pela desigualdade de gênero. Ao falarmos disso estamos pensando em uma democracia que não reproduza vulnerabilidades seletivas (ou mesmo não as produza num sentido geral) e que estimule o exercício da autonomia dos indivíduos<sup>70</sup>, ou seja, uma democracia que encara e proporcione apenas cidadãos de primeira ordem. Mas como isso seria possível, pensando numa ideia de autonomia relacionada à autodeterminação e à propriedade de si, se as possibilidades de escolha e formação de preferências são diferenciadas (dentre outras coisas, pelo sexo)? Ao mesmo tempo propomos aqui uma ideia de cuidado que não seja pautada pela não valorização das atividades que a ele correspondem e pessoas que dela se responsabilizam e que não seja exclusiva de um grupo específico. Mas como isso seria possível se, ligando o cuidado de forma unívoca a uma ideia de dependência o enclausuramos numa ideia naturalizada de práticas, discursos, sentimentos e relações?

Nos dois casos, estamos propondo uma ideia de democracia e de cuidado que se relaciona a um compartilhamento da responsabilização e a uma diminuição dos privilégios. E não há como conseguir um sem o outro. Talvez agora faça mais sentido a ideia de que um melhor cuidado gera uma melhor democracia, sendo verdade também o contrário.

Quando alguns(mas) são responsabilizados(as) em detrimento de outros(as), estes(as) alguns(mas) específicos(as) ganham uma posição privilegiada. Se como abordamos até agora as esferas da vida perpassam, e são perpassadas, pelas experiências das pessoas e se diferentes posições geram diferentes consequências, não podemos apenas responsabilizar alguns(mas) por uma preocupação que é (ou deveria ser) de todos(as). Pensar uma sociedade mais democrática é então pensar em uma sociedade que trata o cuidado como elemento central, mas é também levar em conta, justamente por isso, que: a) alguns irão perder privilégios, até então vistos como indiferentes, para que outros possam sair de uma posição de servidão (Molinier, 2014), e que b) esse

---

<sup>70</sup> O que não significa se prender em uma idealização de autonomia, mas entende-la como imperfeita e ao mesmo tempo fugir da manutenção de uma imperfeição desigual pautada pela diferenciação entre os sexos (Biroli, 2013).

elemento central não é de responsabilidade individual e privada, mas é sim um problema político (Biroli, 2015).

Relacionado a isso, ao longo de nossa discussão, parece ficar claro que da forma como é representada, incentivada e reproduzida, a família serve a fins ideológicos que sustentam, na teoria e na prática, um sistema que é liberal e capitalista, sob uma capa de igualdade e justiça que não se firma a uma análise mais crítica – pensando aqui principalmente do ponto de vista do gênero –, mas que se perpetua por meio da relação entre valores, estruturas e instituições; e que tal forma de representação privilegia e valoriza um tipo de entendimento sobre o cuidado que também se relaciona ao fim ideológico exposto anteriormente ao ser excludente, pouco acessível e assimétrico. Parece claro também que se se objetiva uma sociedade mais justa, tanto o modelo hegemônico de família deve ser desconstruído, dando espaço assim a outras formas de organização familiar, quanto o ideal de cuidado deve ser repensado.

Isso significa discutir a democracia abrindo espaço para uma concepção de política mais ampla que a convencional. É necessária aqui uma reorganização de ideais, práticas e instituições. Embora tenhamos começado a traçar os rumos dessa reorganização, ainda há muito mais a se discutir e fazer. Poderíamos citar no mínimo a necessidade de críticas sérias e duras ao sistema capitalista e à forma como atinge as mulheres com centralidade nas questões relativas à família e ao cuidado. Mas teríamos que tratar também, de forma mais aprofundada, das ações que deveriam ser encabeçadas pelo Estado; ações de apoio a mulheres e famílias que necessitam, e ações transformativas quanto ao espaço relegado às mulheres e quanto à legitimidade das várias formas de organização familiar. Essa reorganização envolveria então: uma valorização das práticas do cuidado acompanhada da responsabilização pública (no sentido de ser uma responsabilidade todos para com todos) desse mesmo cuidado; a possibilidade de acesso gratuito a esse cuidado por todas as famílias (como exemplo poderíamos pensar no fornecimento de creches e educação integral pelo Estado), o que faria com que esse cuidado fosse nivelado em um mesmo patamar, não havendo diferenciações; a desconstrução da ideia e prática de que atividades relacionadas ao cuidado são prioritariamente femininas e desvalorizadas economicamente; a legitimação das várias formas de organização familiar; dentre outros.

Enquanto essas várias facetas do cuidado – e outras mais relacionadas à desigualdade de gênero e classe –, não forem centrais à teoria política é pouco provável que a situação das mulheres mude de fato. Ao mesmo tempo, é necessário que a crítica feminista também esteja atenta para não reproduzir o mal que deseja transpor. Nesse sentido, acredita-se que aliar as reflexões e críticas acerca da família e do cuidado às reflexões sobre a relação entre gênero, raça, classe e democracia é uma forte arma contra esse perigo e a favor de uma sociedade menos desigual.

## Capítulo 5 – O cuidado em nossas vidas: o cotidiano em palavras

Esta tese se pauta no entendimento de que uma pesquisa sobre a situação das mulheres em nossa sociedade precisa ser construída a partir de uma epistemologia feminista do cuidado. Nesse sentido, a escolha por uma metodologia qualitativa se deve à avaliação desta como mais preocupada com as perspectivas dos/as atores/atrizes envolvidos/as (deve-se pensar aqui também na própria pesquisadora).

“(…) há uma forma feminista peculiar de abordagem da metodologia qualitativa (...) que se caracteriza por adotar uma ‘epistemologia subjetiva’, métodos etnográficos e um engajamento político e emocional na investigação, ou seja, pela intenção de promover mudanças nos atores ou de fazer da interação com os sujeitos da pesquisa um processo afetivo de troca de experiências.” (Denzin e Lincoln *apud* Ramos, 2014, p. 81)

Dessa forma, fugimos de análises comportamentalistas que se pautam na confirmação ou negação de argumentos prévios sendo, portanto, mais artefatos (Bourdieu, 2011) de um pensamento estimulado que uma opinião sobre, e a partir de, uma existência própria.

Mas, se ao levarmos em consideração a existência de diferentes mulheres e feminismos, nos deparamos com a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de pensar uma epistemologia que represente “a perspectiva feminista”, quando adicionamos a preocupação com uma epistemologia do cuidado encontramos uma forma possível para escaparmos dos riscos de manutenção da opressão, mesmo quando o que se deseja é o contrário.

Voltando aqui ao que tratamos ainda no capítulo 1, essa *epistemologia do cuidado* teria como uma de suas principais preocupações o não silenciamento da perspectiva do objeto e, mais que isso, o entendimento de que o objeto é também sujeito do conhecimento. No caso específico desta tese, as mulheres com que trabalharemos nesse capítulo nos forneceram não apenas material para as análises, elas participaram também da construção do tronco argumentativo que estrutura a tese. Suas falas não serviram apenas de exemplificação para pensamentos e teorias prévias, mas foram muito importantes para o entendimento mesmo das relações abordadas como essenciais ao trabalho do cuidado (e seu estudo), discutidas ao longo da tese. Foi por meio de suas falas que a formação da ferramenta de análise proposta no quadro-resumo também apresentado no primeiro capítulo foi possível. Podemos concordar que o que o quadro propõe não está distante do que várias feministas já trouxeram às discussões sobre

cuidado, ainda assim, é importante ressaltar o diferencial aqui colocado, onde a preocupação e as lentes pelas quais essa tese trabalhou estiveram a todo o momento atentas a forma como aquelas relações expostas como ferramenta de análise eram vivenciadas e interpretadas cotidianamente por cada uma das entrevistadas.

Assim, se tratamos de um conhecimento que é construído de forma interligada entre vivência, fala, teoria e observação, é necessário entendermos que estaremos lidando com semelhanças e diferenças, mas também com a possibilidade de controvérsias entre as interpretações das entrevistadas e os entendimentos da entrevistadora. Nos momentos em que isso ocorre de forma mais nítida, nos atemos ao fundamento de que:

“(…) não há uma única ‘verdade’ a ser descoberta nas falas desses sujeitos. Não se trata de ouvir as falas dos entrevistados para descobrir a sua confiabilidade ou precisão, ‘o que é, então, de interesse não é se uma história é verdadeira, mas porque alguém opta por contá-la de modo particular’”.  
(Barbour *apud* Cal, 2014, p. 117)

Ao longo dos capítulos trabalhou-se uma discussão que poderia ser utilizada para pensarmos a situação das mulheres brasileiras como um todo. No entanto, a pesquisa empírica se restringe a mulheres residentes em Brasília. Embora Brasília seja uma cidade rica em diversidade, sendo formada por uma população em grande parte migrante de outras regiões do país, não há como imaginar que as vivências das mulheres que aqui residem representariam totalmente as experiências das mulheres brasileiras. Ainda assim, se concordamos que existem alguns padrões e que eles devem ser levantados e analisados, sempre ao mesmo em tempo que as diferenças também, o trabalho com essas mulheres encontra lógica e respaldo dentro das preocupações e discussões aqui expostas.

O plano de pesquisa utilizado foi o de entrevistas em profundidade<sup>71</sup>. Avaliou-se este método como umas das melhores formas de apreender as diferentes experiências de vida e percepções de mundo dessas mulheres. Trazer as experiências para o centro do método utilizado é importante na medida em que essas são capazes de “favorecer a superação da dicotomia objetividade-subjetividade ao permitir a ‘articulação de trajetórias e representações’” (Souza-Lobo *apud* Macêdo, 2001) Questionários estruturados provavelmente nos forneceriam as horas dedicadas por essas mulheres ao

---

<sup>71</sup> Importante notar que ao longo das entrevistas também foram feitas pela entrevistadora anotações que contêm observações que ajudaram na análise aqui presente.

trabalho do cuidado, por exemplo, mas as entrevistas além de nos fornecerem isso, também nos permitem tentar saber de forma mais aprofundada como a vivência dessas mulheres se dá nessas horas de trabalho (e fora delas) e como elas enxergam os efeitos dessas horas de trabalho em sua vida e na vida de sua família.

Foi construído um roteiro primário testado<sup>72</sup> antes da qualificação de projeto e modificado tendo em vista as experiências vivenciadas durante essas entrevistas e os comentários emitidos pela banca em questão<sup>73</sup>. As modificações ocorreram principalmente em relação ao tamanho do roteiro, que ao não se focar em problemas específicos do trabalho do cuidado, tentava abarcar toda a experiência do mesmo por essas mulheres (o que mesmo com um questionário enorme seria impossível), sendo muito abrangente. As entrevistas ocorreram entre os anos de 2016 e 2018.

O foco para a observação e análise foi descrito sobre as práticas de cuidado não remuneradas, desenvolvidas no cotidiano e invisibilizadas, e sua relação com a vida das mulheres, no ambiente privado e fora dele. Como um dos objetivos era trabalhar com mulheres que tivessem de forma mais direta a possibilidade de exercerem o trabalho do cuidado ao longo da vida optou-se por entrevistar apenas mulheres que fossem mães ou que tivessem sob seus cuidados diretos alguma pessoa idosa ou deficiente. Não houve uma preocupação minuciosa acerca da faixa etária, apenas restringiu-se que poderiam participar mulheres maiores de idade e com menos de 65 anos. Ao mesmo tempo, buscou-se conseguir um grupo de entrevistadas que tivesse idades variadas, para que fosse de alguma forma possível observar diferentes ciclos de vida.

Outro objetivo também importante, e definido desde o início do trabalho, era conseguir trabalhar com mulheres de diferentes classes e raças, corroborando aqui a adesão às ideias de interseccionalidade e consubstancialidade como definidoras das experiências vividas pelas pessoas e, nesse caso, do trabalho do cuidado. Para a preocupação em relação à classe, optou-se por entendê-la, ainda que de forma limitada, como referente à renda. E pensando na facilidade de uma pré-seleção das entrevistadas decidiu-se utilizar divisão construída pelo próprio Governo do Distrito Federal<sup>74</sup> que classifica suas Regiões Administrativas (ou bairros) em três diferentes grupos de acordo

---

<sup>72</sup> Foram feitas quatro entrevistas-teste.

<sup>73</sup> Os comentários da professora Lourdes Bandeira e do professor Luís Felipe Miguel foram extremamente importantes ao desenvolvimento da tese como um todo.

<sup>74</sup> Divisão adotada pela Companhia de Planejamento do Governo do Distrito Federal.

com a renda média de cada<sup>75</sup>. Os três grandes grupos podem ser classificados como de *renda mais alta*, *renda intermediária* e *renda baixa*, e de forma mais específica são: 1) grupo de bairros com renda domiciliar mensal média igual ou acima de 19 salários mínimos; 2) grupo de bairros com renda mensal média entre 5 e 19 salários mínimos; 3) grupo de domiciliar mensal média de até 5 salários mínimos. Embora essa diferenciação possa parecer simples aos leitores não familiarizados à realidade do Distrito Federal, ela faz muito sentido quando observamos que, de fato, existe aqui uma segregação muito bem desenhada dos espaços – sendo possível em alguns casos, por exemplo, saber até mesmo a regionalidade familiar de acordo com o bairro em que se mora. Para a preocupação referente à raça decidiu-se entrevistar mulheres que se autodeclaravam como negras ou brancas, de forma que fossem entrevistadas o mesmo número de mulheres brancas e negras nos três grupos de classe abordados. Ao todo foram entrevistadas 24 mulheres, oito de cada grupo de classe, sendo que internamente a esse grupo duas entrevistadas eram negras e duas brancas (temos então 12 entrevistas para cada grupo racial). Nesse sentido é importante lembrarmos que:

“(…) em estudos qualitativos os participantes da pesquisa não são selecionados de modo estatístico, como sendo ‘representativos’ das categorias analíticas, ou tipos ideais usados na formulação do problema. É a partir da contextualização dos sujeitos (o que a autora classifica como um tipo de representatividade *post ipso facto*) que o pesquisador pode tirar conclusões de sua análise, posicionando-os em determinado lugar social.” (Fonseca *apud* Quintela, 2017, p. 109)

As entrevistas buscaram conhecer o cotidiano dessas mulheres e como o cuidado está presente nele para tentar entender como essa teia de relações traçada se coloca no dia a dia delas, quais são seus efeitos sobre suas vidas e quais são suas percepções sobre isso. Nesse sentido, foram feitas perguntas sobre sua vida pessoal e profissional (idade, raça, escolaridade, situação profissional, mobilidade diária e detalhes sobre o arranjo familiar), sobre as rotinas do trabalho do cuidado em sua casa (como os tipos de trabalho realizados, o tempo que se gasta neles, a divisão de tarefas entre as pessoas da casa, a existência ou não de trabalho do cuidado remunerado feito por terceiros) e sobre sua opinião sobre alguns elementos que circundam essa rotina e questões importantes ao tema em questão (trabalho doméstico, cuidado dos outros, autocuidado, situação financeira, escolhas protagonizadas durante sua vida).

---

<sup>75</sup> Essa metodologia foi utilizada anteriormente por Daniela Ramos (2014), em sua tese de doutorado “Representações sobre gênero e política no Distrito Federal”, que também contou com entrevistas feitas com mulheres residentes em bairro pertencentes a dois dos três grupos aqui abordados.

O roteiro proposto foi dividido em três grandes blocos: o primeiro trouxe questões que não demandavam da entrevistada um investimento maior em produzir e emitir opinião, sendo mais focado em sua identificação; o segundo bloco abordou a divisão do trabalho doméstico e do cuidado dentro do lar<sup>76</sup>, em alguns momentos explorando uma descrição opinativa dessa mesma divisão e das tarefas; o terceiro bloco buscou trabalhar de forma mais direta as percepções das entrevistadas, trazendo questões sobre o lugar desse trabalho do cuidado em suas trajetórias de vida e cotidiano atual, sobre as práticas e entendimentos de um autocuidado e sobre temas considerados mais abstratamente relacionados às suas vidas (como a cidadania, por exemplo).

A escolha das entrevistadas se deu por proximidade não direta às mesmas. Foi feita uma espécie de bola de neve: as primeiras entrevistadas eram conhecidas e indicadas por alguma pessoa próxima a mim; depois de entrevistadas, algumas dessas mulheres indicavam outras conhecidas para novas entrevistas. A proximidade foi elemento facilitador das entrevistas. E o fato da entrevistadora ser também mulher foi importante para essa aproximação. Alguns autores afirmam que quando entrevistadores/as têm sexo diferente do de entrevistados/as, as diferenças podem estabelecer hierarquias que podem interferir negativamente nas entrevistas (Fontana e Frey, *apud* Quintella, 2017). Se pensarmos que o tema do trabalho do cuidado deixa explícitas as diferenças e hierarquias entre homens e mulheres (ainda que não haja sempre uma racionalização sobre essas questões eles são vividas, vistas e entendidas por essas mulheres), ser uma entrevistadora facilitou um sentimento de empatia que contou a favor de nossa pesquisa. Tal proximidade também parece ter estimulado, em alguns momentos, que essas mulheres em suas respostas retribuíssem a pergunta feita, ou fizessem comentários que mostrassem as semelhanças nas vivências: *“Você sabe como é vida de mulher. Você tem que cuidar de tudo, de todo mundo. Lava, passa, cozinha... Você faz isso, não faz? Faz, tem que fazer.”* (Lourdes – mulher branca, renda intermediária).

Mas é importante notar também que o distanciamento entre pesquisadora e entrevistada não foi totalmente extinto, e em alguns casos se mostrou presente nas atitudes e falas das entrevistadas (uma característica que nessa pesquisa não pode ser

---

<sup>76</sup> A distinção entre trabalho doméstico e cuidado aparece na forma como o roteiro foi estruturado pois avaliou-se que essa é a forma comumente apreendida pelas pessoas. A ideia de separação entre as atividades havia sido confirmada também pelas entrevistas-teste.

atribuída e nenhuma classe ou raça específica). Na resposta estratégica imediata, a aproximação foi estimulada em alguns momentos pela classe da entrevistadora, pelo grau de escolaridade ou pela regionalidade originária, as estreitas ligações de similaridade foram de alguma forma utilizadas com o objetivo de se formar, mesmo que momentaneamente, uma relação também de confiança – de fato, interseccionalidade e consubstancialidade não são apenas ferramentas analíticas, mas também bases para a ação). Ainda assim, a rede de contatos que organizou as entrevistas teve papel importante no compartilhamento da ideia de *“uma entrevista que é, na verdade, mais uma conversa”*<sup>77</sup>.

“Apesar dessa facilidade de que dispõe a/o estudante interessado em fazer entrevistas, percebeu-se, no trabalho de campo, que as pessoas tendem a esperar que as entrevistas sejam curtas e fechadas e se surpreendem quando se lhes pede que falem suas experiências e visões sobre diferentes assuntos e descobrem que a entrevista pode tornar-se um tanto longa. (...) alguns entrevistados sentem-se lisonjeados diante do convite a exporem o que pensam e gostam da liberdade de poder expressar-se em seus próprios termos, usando sua forma particular de abordar as questões. Isso está relacionado ao conforto que sente a pessoa com a temática e com a posição de entrevistada (...).” (Ramos, 2014, p. 89)

De fato, por meio dessas entrevistas buscou-se ter uma conversa menos formal e mais aberta com as entrevistadas, entendendo que esse tipo de entrevista além de engessar menos o momento de conversa, dá liberdade às entrevistadas de falarem sobre si com menos constrangimentos explícitos às suas opiniões ou histórias – elas fazem mais que apenas responderem a perguntas ou alternativas específicas. Dá maior liberdade também à pesquisadora que pode ter maior espontaneidade e aproveitar momentos-chave da fala. Pensando novamente na ideia de que as entrevistadas são vistas enquanto sujeitos do conhecimento, vê-se as entrevistas como uma forma importante dessas atrizes exercerem esse papel por meio de sua voz, direta e livre.

Mas se esse distanciamento, embora existente, não foi impedimento às entrevistas é interessante notar que, em muitos casos, o próprio trabalho do cuidado foi<sup>78</sup>. Encontrar horários em que as entrevistas pudessem ser feitas não foi tarefa fácil e alguns encontros tiveram que ser cancelados. Uma das justificativas era em grande parte dos casos a “falta de tempo”, o que era consequência tanto de sua dedicação ao trabalho do cuidado em suas casas como, em alguns casos, ao seu trabalho remunerado fora do lar (ou para fora deste). Também é importante aqui o fato de que todas as entrevistas

---

<sup>77</sup> Essa era uma das formas como começava a explicar a essas mulheres como seriam as entrevistas.

<sup>78</sup> Novamente, até mesmo em relação à pesquisadora.

foram feitas nas casas das entrevistadas, em horários distintos; elas tiveram duração média de 40 minutos. E o doméstico nesse caso representou, de fato, um aprisionamento ao trabalho do cuidado; algumas mulheres: eram requisitadas por filhos ou maridos para que realizassem alguma atividade, atendiam telefonemas em que tratavam sobre algum “assunto de família”, espontaneamente iniciavam, ou davam prosseguimento a, alguma atividade enquanto respondiam (destaco aqui as atividades de cozinhar e levar louças).

As entrevistadas demonstravam certo estranhamento acerca da relação entre uma pesquisa política (para um estudo político) e as perguntas sobre suas vidas (sobre seu trabalho do cuidado cotidiano). Em conversas anteriores e posteriores às entrevistas tentou-se explicar nosso entendimento sobre a ideia de que o pessoal é político, e que qualquer discurso é também um discurso político (Gee *apud* Ramos, 2014, p. 99) ao exprimir noções e interpretações adquiridas por meio de relações de poder hierárquicas. No entanto, a relação entre política e seu dia a dia do trabalho do cuidado era mais facilmente absorvida quando uma relação direta com determinadas políticas públicas era abordada. Nesses casos, enquanto entrevistadora, me valia de uma epistemologia vinda do feminismo negro e que encaixa nas preocupações de uma epistemologia feminista do cuidado: a proximidade dos discursos que faz com que o que se fala ou escreve parta também de mim, enquanto sujeito, e possa ser entendido por todos/as e não apenas por pessoas mais escolarizadas – preocupação, aqui já mencionada, exposta por teóricas como Gonzalez (1984; 1988a; 1988b), Werneck (2001;2010), Bairros (1995) e Collins (1990; 2016). Ao mesmo tempo, em muitos casos, eram as próprias entrevistadas que, conscientemente ou não, abordavam essa relação em suas respostas:

*“Eu tenho uma situação complicada. Com uma filha pequena e sendo mãe solteira, é difícil fazer as coisas. Você tem que trabalhar e cuidar da criança, mas não dá pra fazer as duas coisas. Aí você procura creche do governo e não tem... Não tem vaga. Eu não tenho parente aqui e não dá pra ficar deixando a menina na casa dos outros. Então tive que pagar uma escolinha aqui do lado. Mas não é justo, porque lá na creche pública eu sei que tem um monte de criança que não precisa estar lá, que tá lá só porque a mãe conhece alguém.”* (Ioná – mulher negra, renda baixa)

*“Aqui do lado tem uma UPA, mas ‘cê’ acha que funciona? A gente tem que se virar quando a criança fica doente. Tem uma Clínica da Família aqui perto. É até bom lá, mas tá sem médico, então não adianta também.”* (Ivanira – mulher branca, renda baixa)

O quadro abaixo traz de forma resumida o perfil das entrevistadas, com informações que permitem identifica-las e conhece-las um pouco mais<sup>79</sup>. E o trabalho organizado a seguir traz não uma análise das entrevistas de acordo com as teorias, mas uma análise da problemática relativa ao trabalho do cuidado por meio dessas conversas (e tudo que as cercava) e das formulações teóricas acerca do tema. Dessa forma, foi possível montar o quadro-resumo utilizado enquanto ferramenta analítica, apresentado agora de forma mais diretamente ligada às entrevistas. Importante lembrarmos aqui que as divisões analíticas não se configuram enquanto tipos puros, ou seja, embora seja feita a divisão entre blocos encontramos elementos que se relacionam e inter cruzam entre os eixos abordados.

Nome	Raça	Classe	Resumo
Ioná	Negra	Renda baixa	Tem 30 anos; é mãe solteira (uma filha); mora apenas com a filha; é trabalhadora assalariada e reside em Ceilândia.
Maria	Negra	Renda baixa	Tem 64 anos; viúva e mãe de dois filhos (um homem e uma mulher); mora com os filhos, a nora e três netos; já foi trabalhadora assalariada, mas não exerce mais atividades que geram renda direta; reside no Recanto das Emas.
Ronise	Negra	Renda baixa	Tem 45 anos; é casada e mãe de três filhos (dois homens e uma mulher); mora com o marido e filhos; já foi trabalhadora assalariada e hoje em dia exerce algumas atividades que geram renda direta, mas são informais; mora no Riacho Fundo 2.
Joyce	Negra	Renda baixa	Tem 33 anos; é casada e mãe de uma filha; mora com o marido e a filha; é trabalhadora assalariada; reside no Riacho Fundo 2.
Ivanira	Branca	Renda baixa	Tem 43 anos; é separada e mãe de dois filhos (uma mulher e um homem); mora com os filhos e o neto; é trabalhadora assalariada; reside em Ceilândia.
Lúcia	Branca	Renda baixa	Tem 55 anos; é mãe solteira e mãe de três filhos (dois homens e uma mulher); mora com os filhos; já foi trabalhadora assalariada; reside no Recanto das Emas.
Eva	Branca	Renda baixa	Tem 48 anos; é viúva e tem quatro filhos (todos homens); mora com três filhos; beneficiada pelo Programa Bolsa Família; reside no Riacho Fundo 2.
Joana	Branca	Renda baixa	Tem 38 anos; é casada e tem três filhos (dois homens e uma mulher); mora com os filhos e o marido; já foi trabalhadora assalariada e hoje em dia exerce algumas atividades que geram renda direta; reside no

<sup>79</sup> A escolha dos trechos transcritos na tese se deu de acordo com as temáticas trabalhadas e objetivos específicos de cada discussão. Existe a preponderância de algumas entrevistadas, com mais trechos de suas falas aparecendo, isso acontece em grande medida devido ao fato de que foram essas entrevistadas as que mais se propuseram a falar.

			Recanto das Emas.
Divina	Negra	Renda Intermediária	Tem 37 anos; é casada e tem três filhos (dois homens e uma mulher); mora com os filhos e o marido; é trabalhadora assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside no Riacho Fundo 1.
Luciana	Negra	Renda Intermediária	Tem 28 anos; é casada e tem uma filha; mora com o marido e a filha; é trabalhadora assalariada; reside em Taguatinga.
Priscilla	Negra	Renda Intermediária	Tem 30 anos; é mãe solteira (um filho); mora com o filho e a mãe; é trabalhadora assalariada; reside em Samambaia.
Graziela	Negra	Renda Intermediária	Tem 40 anos; é separada e tem dois filhos; mora com os filhos e a mãe; é trabalhadora assalariada; reside no Gama.
Lourdes	Branca	Renda Intermediária	Tem 52 anos; é casada e tem 4 filhos (três mulheres e um homem); mora com o marido e dois filhos; já foi trabalhadora assalariada; reside no Guará 1.
Márcia	Branca	Renda Intermediária	Tem 27 anos; é casada e tem uma filha; mora com o marido e a filha; é trabalhadora assalariada; reside no Guará 2.
Viviane	Branca	Renda Intermediária	Tem 44 anos; é casada e tem dois filhos; mora com o marido; é trabalhadora assalariada; reside no Núcleo Bandeirante.
Lorena	Branca	Renda Intermediária	Tem 30 anos; é casada e tem uma filha; mora com o marido, a filha e a mãe; é trabalhadora assalariada; reside no Núcleo Rural Ponte Alta – Gama.
Jordana	Negra	Renda mais alta	Tem 34 anos; é separada e tem dois filhos; mora com os filhos; é trabalhadora assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside em Vicente Pires.
Carolina	Negra	Renda mais alta	Tem 40 anos; é casada e tem uma filha; mora com o marido e a filha; é trabalhadora assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside na Asa Sul
Juliana	Negra	Renda mais alta	Tem 26 anos; é casada e tem uma filha; mora com o marido e a filha; é trabalhadora assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside na Asa Sul.
Mara	Negra	Renda mais alta	Tem 56 anos; é casada e tem três filhas; mora com o marido, duas filhas e a mãe; já foi trabalhadora assalariada; reside na Vila Planalto.
Daniela	Branca	Renda mais alta	Tem 40 anos; é casada e tem uma filha; mora com o marido e a filha; é trabalhadora assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside no Sudoeste.
Eliane	Branca	Renda mais alta	Tem 37 anos; é casada e tem um filho; mora com o marido e o filho; é trabalhadora assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside no Sudoeste.
Helen	Branca	Renda mais	Tem 59 anos; é casada e tem três filhos; mora com o

		alta	marido, os pais e um filho; já foi assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside no Lago Sul.
Antônia	Branca	Renda mais alta	Tem 64 anos; é casada e tem quatro filhos (três homens e uma mulher); mora com o marido e um filho; já foi assalariada; conta com o trabalho de uma empregada doméstica assalariada; reside na Asa Sul.

### 5.1 Cuidado e as relações entre gênero, raça e classe

Parece haver o entendimento de que as atividades ligadas ao trabalho doméstico são atividades indispensáveis à vida todos, uma parte necessária à manutenção do cotidiano:

*“É importante. É a manutenção da casa, a questão de limpeza, é um trabalho necessário. Não satisfatório, mas necessário.”* (Márcia – mulher branca, renda intermediária)

*“Sem isso a gente não vive.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Se a comida não está pronta, se a roupa e a casa não estão limpas, como posso fazer qualquer outra coisa?”* (Antônia – mulher branca, renda mais alta)

*“O cuidado com as crianças é essencial. (...) Nós criamos, nos preocupamos porque é isso o que diferencia o que vamos ter num futuro.”* (Daniela – mulher branca, renda mais alta)

*“A casa não anda se a gente não cuida.”* (Divina – mulher negra, renda intermediária)

No entanto, como já observado, num contexto que é de disputas, tais atividades recaem sobre poucos, mais especificamente sobre poucas. De fato, o “reconhecimento não pode consistir em simples palavras ou expressões simbólicas, mas deve ser acompanhado de ações que confirmam essas premissas” (Honneth *apud* Cal, p. 162). E as entrevistadas conhecem e vivem as fissuras entre um discurso igualitário e a realidade opressora.

*“Homem faz alguma coisa, mas eu sei que sou eu que tenho que tomar conta mesmo [do trabalho doméstico]”* (Viviane – mulher branca, renda intermediária)

*“Existe sim um discurso de que mulheres e homens são iguais, mas nós sabemos que não é assim. Nem dentro de casa, nem fora. Eu não ganho o mesmo que meu marido, nem ele faz tudo o que eu faço aqui em casa. A gente tenta dar uma educação melhor para os filhos em relação a isso, mas não adianta porque a sociedade toda ensina o contrário. (...) Os meninos aqui até fazem algumas coisas. Eles sabem lavar louça, arrumar a cama,*

*arrumar o quarto... Mas nenhum deles fala pro coleguinha o que faz em casa. Aposto que não!”* (Jordana – mulher negra, renda mais alta)

*“Ele ajuda sim. Busca na escola, leva pro médico. Quando tem que comprar alguma coisa também... (...). Eu fico vendo que ele ajuda muito mais que meu pai ajudou minha mãe, que meu irmão ajuda minha cunhada. Aqui é bem diferente.”* (Luciana – mulher negra, renda intermediária)

Perguntou-se à elas o que significava ser mulher. Entre formatos distintos, os discursos apresentavam como traço comum uma imagem de mulher construída a partir do ideal (amoroso/afetivo) de cuidado. Podemos inferir que o fato dessa pergunta ter sido feita no bloco três pode ter influenciado suas respostas, uma vez que depois de responder tantas perguntas relativas ao trabalho do cuidado, suas mentes tinham sido, de certa forma, programadas para abordar o tema. No entanto, nos valendo também das pesquisas e discussões mostradas ao longo desta tese, acredita-se que tal “programação” não é resultado apenas de perguntas apresentadas alguns minutos antes, mas de uma vida toda em que interpretações específicas sobre o mundo foram encucadas nas mentes e corpos dessas mulheres.

*“É cuidar, amar. A gente gera a vida e é responsável por ela depois.”* (Carolina - mulher negra, renda mais alta)

*“Tem a ver com a maternidade... A gente só sabe mesmo o que é ser mulher, só ganha sentido sua vida, quando você é mãe. E não adianta, pode falar o que for. Você só entender quando é mãe.”* (Maria - mulher negra, renda baixa)

É interessante notarmos aqui os elementos de controvérsia presentes nas interpretações dessas mulheres. Percebe-se que muitas vezes o entendimento de que uma situação desigual se estabelece entre homens e mulheres convive com um senso de naturalidade que nem sempre mostra a situação como injusta (interessante lembrarmos aqui de observação semelhante, anteriormente mencionada, de Araújo e Scalón (2006)) e, mais que isso, algumas vezes a aborda como “certa”. E como mostra Pinheiro, se a “divisão sexual do trabalho doméstico é geralmente vista como função da relutância dos homens em assumirem responsabilidade, (...) alguns estudos mostram a relutância das mulheres em delegar esta atividade a eles” (Pinheiro, 2016, p. 73).

*“Quando eu engravidei tive que parar a faculdade. Mas não tinha o que ser feito. Eu tranquei e depois de um tempo voltei, quando ela [filha] tava maior. (...) Mas isso era o lógico a se fazer. Não dava pra fazer as duas coisas. Então enquanto ele trabalhava fora eu ficava cuidado da casa e do bebê.”* (Márcia – mulher branca, renda intermediária)

*“Desde que o mundo é mundo a mulher toma conta da casa. (...) Hoje ela pode sair, ter seu emprego, estudar, mas essa obrigação ainda é dela.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Não tem como esperar que um homem faça essas coisas. Eles não sabem, não é deles fazer isso.”* (Priscila – mulher negra, renda intermediária)

E para além da racionalização pautada pela naturalidade do feminino, operam aqui também os discursos relacionados ao par independência/dependência anteriormente mencionado. Se “apenas” o fato de ser mulher não basta para a justificação da responsabilização, entra em ação também o discurso de que a essas mulheres são alocadas essas atividades porque elas são dependentes e assumir esse trabalho seria sua forma de “pagar” pelo que possam receber de outras pessoas (membros de sua família) ou mesmo do Estado.

*“Estou sem trabalhar, estou em casa, alguém tem que fazer, não tenho dinheiro pra pagar alguém pra fazer, a casa precisa ser limpa, roupa lavada, comida feita, então não tem outra alternativa. (...) Meus filhos poderiam me ajudar mais, deveriam. Eles acham que não é obrigação deles, porque eu estou sem trabalhar, estou em casa, então tenho que fazer tudo.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

*“Não trabalho. Fico só em casa mesmo. (...) recebo o Bolsa Família, que ajuda. Mas nem sempre dá pra comprar tudo. (...) Mas é bom porque aí eu fico em casa e faço as coisas daqui. (...) Não tem ninguém mais pra fazer.”* (Eva – mulher branca, renda baixa)

As entrevistas acabam sendo reveladoras sobre a questão da relação entre cuidado, gênero e classe na formação de identidades, no entendimento enquanto mulheres – e mulheres que são trabalhadoras. As duas entrevistadas abaixo já estão fora do mercado de trabalho há alguns anos e embora trabalhem todos os dias com diversas atividades do cuidado em seus lares, não se enxergam (e ao mesmo tempo não vistas) como trabalhadoras. Esse não reconhecimento tem efeitos simbólicos e práticos na vida dessas mulheres, mesmo em termos de felicidade e vislumbre de um futuro próspero ou apenas digno.

*“A vida da dona de casa não é fácil não. É por isso que tanta gente entra em parafuso, não vê saída, se vê enjaulada. Tinha que ter mais condições das pessoas trabalharem fora de casa. O serviço dentro de casa não rende nada pra você. Não te esclarece, não te engrandece em nada. O seu aprendizado é uma rotina mecânica. Você pode fazer isso, mas deveria ter condições de você fazer outras atividades, você faria até com mais gosto. (...) Por isso que a maioria das pessoas entra em depressão, ela se sente inativa, só presta pra fazer o serviço de casa.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

*“[Meu futuro] não tá muito promissor não. Pensa bem, não consigo voltar pro mercado de trabalho... Meu futuro é continuar cuidando de casa, dos filhos e do neto. Ajudando as pessoas no que for possível. Não adiantou muito eu tentar estudar, continuo aqui na cozinha.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

*“Eu trabalhei por vários anos e era chefe de família, quando parei de trabalhar minha vida virou. Hoje em dia sou dependente. É muito ruim você*

*ser independente, autossuficiente e trabalhar e depois não ser mais. Você se vê sem saída. Não só pela remuneração, mas o lado pessoal também. Você ficando dentro de casa, você fica isolada. E olha que eu ainda tenho um tipo de informação, com os jornais, mas fico isolada. Muita coisa eu deixo de saber, de ver, conhecer, aprender. O convívio social também, você acaba ficando um pouco mais arredia, é difícil se relacionar com as pessoas de novo, você mesma acaba preferindo ficar mais isolada.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

As falas expostas parecem recobrir a crítica feita por Friedan (1971), dando contornos negativos ao trabalho dentro do lar e, em alguns pontos, tratando diretamente de um tipo de enclausuramento. Mas, novamente, devemos voltar nossos olhos às controvérsias que fazem parte da fala das entrevistadas e de suas vidas. Embora Lúcia e Maria apresentem falas depreciativas acerca de parte do trabalho do cuidado e de sua situação de vida, também entendem esse trabalho como algo que dá sentido a casa e como demonstração de seus sentimentos (afetos) aos que ali residem ou residiram. Podemos voltar aqui às nossas discussões sobre temporalidades distintas para entender que esse trabalho do cuidado cotidiano e atual se liga à biografia, tanto da pessoa que o exerce quanto da que recebe. Nesse sentido, é necessário que pensemos a relação entre a casa (e suas representações) e os processos de formação da identidade das pessoas (Young, 1997, p. 149-151).

Como vimos anteriormente, numa sociedade capitalista a definição enquanto trabalhadora tem efeitos sobre a vida das pessoas. Quando essa condição é associada apenas ao tipo de trabalho que é remunerado e não está ligado ao que é feito cotidianamente para a manutenção da vida, nós tiramos dessa definição de trabalhadoras uma boa parcela das mulheres. E mais do que isso, ao não defini-las como trabalhadoras passamos a defini-las como dependentes. E enquanto dependentes essa mulheres não são vistas da mesma forma que as outras pessoas, ou seja, são encaradas e se encaram enquanto cidadãs de segunda ordem.

Ainda nessa questão, o autocuidado (que pode ser visto e pensado no tempo dedicado ao descanso ou a si mesma) necessário mesmo em termos de saúde psíquica e física, é visto como importante, mas não é permitido a todas:

*“É importante sim. Todo mundo tem que ter um tempo seu, senão não tem como viver. (...) No mundo de hoje a gente fica doida se não para, descansa. Todo mundo precisa disso.”* (Antônia – mulher branca, renda mais alta)

*“Descanso quando deito [durmo]. Mas nem assim parece que a gente desliga. Eu fico pensando nas coisas que tenho que fazer no outro dia.”* (Ioná – mulher negra, renda baixa)

*“É importante [o tempo para si], mas nem todo mundo pode se dar ao luxo... Não sempre.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“É sempre difícil pra mim, porque por conta da artrose eu sinto muitas dores. Mas o serviço tá aí e tem que ser feito. (...) Dou umas paradinhas entre uma coisa e outra e continuo, mesmo com dor.”* (Ronise – mulher negra, renda baixa)

*“Mas olha... Eu que cuido deles, ninguém cuida de mim não. [risos]”* (Ivanira – mulher branca, renda baixa)

*“Eu saio um pouco. Faço minhas comprinhas, vou pra minha Igreja.”* (Eva – mulher branca, renda baixa)

*“Como aqui em casa eu tenho quem me ajude [a empregada], não cansa tanto. Faço algumas coisas, mas ainda tenho tempo pra mim.”* (Eliane – mulher branca, renda alta)

*“Se não fosse ela [empregada] eu não teria tempo pra estudar. Até mesmo pra sair, fazer minhas coisas, me cuidar.”* (Jordana – mulher negra, renda mais alta)

*“Eu chego em casa morrendo de fome, porque não posso comer no trabalho. Lá a patroa fica ‘de cima’. Comer eu como, mas ela fala (risos) e fala que como muito. Mas eu chego aqui morrendo de fome. (...) Antes de comer, a primeira coisa que eu faço é ver se o Marcos [seu neto] comeu. A mãe não tá muito aí não, mas eu me importo. (...) Ela fica o dia todo em casa cuidando dele, mas quem importa com comida e faz as coisas sou eu.”* (Ivanira – mulher branca, renda baixa)

A fala de Ioná nos é interessante aqui porque nos mostra um dos extremos da percepção e vivência do trabalho do cuidado, a disponibilidade (Durán, 2010, p. 54), não apenas do seu corpo em ações físicas, mas de todo o seu ser enquanto pessoa.

Sobre as relações entre gênero e classe é interessante abordarmos aqui a questão da socialização diferenciada entre meninos e meninas. Como afirma Itaboraí, perpassa diferentes classes a situação de que as tarefas domésticas ainda são mais frequentes na vida das meninas (Itaboraí, 2016, p. 126). Quando perguntada se ensina a seus filhos as atividades do trabalho do cuidado, uma das entrevistadas responde: *“Sim, eles têm que aprender as coisas para conseguirem se virar sozinhos, se um dia eu não estiver aqui. A Laura [filha] já sabe até cozinhar. Se eu precisar ela dá conta de tomar conta da casa.”* (Divina – mulher negra, renda intermediária) É interessante notar que Divina tem mais dois filhos, do sexo masculino, mas não os menciona aqui.

Aparecendo de forma mais sutil, as diferenças na experiência do cuidado entre mulheres brancas e negras consegue ser apreendida quando observamos as trajetórias pessoais e familiares. É importante aqui também, o questionamento de que, na verdade, essas questões já aparecem, mas nosso olhar continua ainda “viciado” por um discurso dominante que é racista e invisibiliza essas vivências.

*“Eu lembro da minha mãe e da minha tia cuidando da gente, e dos outros também. (...) Era uma montoeira de menino lá em casa. Meus primos ficavam com a gente, mas tinha também as outras crianças da rua.”* (Luciana – mulher negra, renda intermediária)

*“Eu repasso muito do que aprendi e vi com minha mãe, que aprendeu com sua mãe e assim por diante.”* (Carolina – mulher negra, renda mais alta)

Nesse sentido, é interessante retornarmos a Collins (1990) que trabalha com o entendimento de que por meio da irmandade e maternidade as mulheres negras conseguem forjar uma consciência própria sobre sua existência e a opressão que dela faz parte.

*“Eu sei que quando me olham é mais fácil que pensem que sou uma empregada doméstica do que uma professora. (...) Minha mãe viveu isso, eu vivi isso, minhas irmãs viveram e sei que isso continua. (...) O que eu tento passar [para os filhos] é que você não pode se afetar por isso. Você vai e mostra que é bom, que é até melhor. (...) Foi assim que minha mãe me ensinou.”* (Jordana – mulher negra, renda mais alta)

*“Cada uma ajuda como pode. A gente reveza, às vezes fica aqui [as crianças], às vezes na casa da outra e da outra, e a gente vai se virando. (...) Se a gente não se ajuda, não tem como.”* (Maria – mulher negra, renda mais baixa)

*“Aprendi com minha vó. Minha mãe trabalhava e a gente ficava com minha vó. Eu era a mais velha e ajudava ela a olhar meus irmãos mais novos. (...) Tinha o tempo pra tudo: estudar, brincar, cuidar da casa e dos irmãos.”* (Graziela – mulher negra, renda intermediária)

Nesse sentido, a consciência da raça, dos privilégios e obstáculo a ela relacionados, está presente. Mas ela parece estar mais presente naquelas que são confrontadas com ela diariamente com suas diferenças, lembradas de sua classificação enquanto “Outro”. É importante aqui observarmos algumas das respostas à seguinte sequência de perguntas: “Você me disse que é branca/negra. Você acha que isso muda alguma coisa na sua vida?”; “Por quê?”.

*“Com certeza. Eu tive uma boa educação, o que é um grande diferencial. Mas eu sei que algumas portas foram fechadas por eu ser negra. E foi sempre mais difícil.”* (Jordana – mulher negra, renda mais alta)

*“Minha mãe falava que pé de pobre não tem número. Pé de pobre preto então... (...) E é assim, não dá pra escolher sempre não. A gente faz o que pode, o que tem que ser feito...”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Não. A vida é igual, e dificuldade todo mundo passa.”* (Antônia – mulher branca, renda mais alta)

*“Acho que não. Porque eu sei que a gente tem racismo no Brasil e isso piora a condição deles. Mas no meu caso, não interfere, não nesse sentido...”* (Eliane – mulher branca, renda mais alta)

## 5.2 Cuidado e as relações entre tempo e espaço

A extremada responsabilidade pelo trabalho do cuidado atribuída às mulheres lhes proporciona a negação de um tempo próprio, que é importante para o desenvolvimento pessoal de cada um e mesmo para uma vida digna. Essas mulheres têm consciência disso, que o tempo de seu dia é quase todo disposto nesse trabalho, que não é reconhecido. E que associado à falta de dinheiro, sua privação de tempo as deixa em uma situação, no mínimo, desvantajosa.

*“O trabalho com a casa toma muito tempo da minha vida. Se você for colocar na ponta do lápis umas 12 horas por dia, porque você não para. É almoço, janta, café, lanche. E ainda deixa a louça suja pro outro dia porque eu não dou conta de lavar de noite.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Se você tem dinheiro, você arranja tempo.(...) Mas a gente não tem dinheiro, então...”* (Ronise – mulher negra, renda baixa)

Na percepção de um tempo social que não parece abarcar toda sua existência, muitas mulheres desenvolvem uma angustia por falta de tempo que se mostra na “sensação das pessoas de estar ou não fazendo todas as atividades que queriam e de estar ou não fazendo tais atividades como gostariam” (Carrasco, 2012, p. 108). Pensando nas consequências disso para a saúde dessas mulheres e qualidade de suas vidas, novamente aqui podemos falar das poucas possibilidades de autocuidado que não são possíveis a todas e são pioradas pela falta de tempo: angústia, ansiedade, tristeza, depressão são sentimentos que podem estar interligados e aparecerem pelo gatilho da falta de tempo para as obrigações e para o viver.

*“(...) reclamo muito, com minha irmã. A gente fala das dificuldades, o cansaço, a falta de tempo. Parece que o tempo é curto e não dá pra fazer tudo num dia só e vai acumulando.”* (Viviane – mulher branca, renda intermediária)

*“Eu sei que é muita coisa. Em algumas horas a casa da gente parece uma fábrica. São muitas responsabilidades e poucas pessoas para darem conta, então o tempo é curto mesmo. (...) O problema é que nem tudo sai 100%. Sempre fica algo que não foi feito, algo que se esqueceu.”* (Priscila – mulher negra, renda intermediária)

*“O tempo é curto demais. Parece que a gente vive correndo. Não sei pra onde, nem do quê. Mas você corre o dia todo.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Eu queria ter mais tempo pra tudo, pra me dedicar mais aos estudos, pra descansar, pra fazer o que quisesse.”* (Márcia – mulher branca, renda intermediária)

Nesse contexto, é importante lembrar que “não há um simples trade-off entre tempo gasto no mercado e tempo gasto em trabalho doméstico.” (Pinheiro, 2016, p. 79):

*“Quando eu paro pra pensar sobre isso vejo que realmente tenho pouco tempo. E eu sei que isso não é bom pra mim. Mas, por enquanto, não tem como mudar.”* (Carolina – mulher negra, renda mais alta)

*“Eu corro lá no trabalho pra dar tempo de fazer tudo antes das seis. Volto pra casa e corro pra dar tempo de fazer tudo o que preciso. (...) Quando eu vou ver já é meia noite e eu ainda estou de pé (...) não consigo terminar antes.”* (Ivanira – mulher branca, renda baixa)

Voltando às discussões sobre temporalidades distintas e múltiplas, é interessante notar como as relações vividas em um tempo passado se apresentam na experiência presente, ainda que como lembranças remotas, embora nitidamente observáveis nas práticas. Nesse sentido, “não é apenas a veracidade dos relatos que nos interessam, e sim o modo pelo qual eles dizem acerca das relações de poder (...)” (Portelli *apud* Cal, 2014, p. 117-118).

*“Quando a Cláudia foi embora, foi difícil pra gente, porque ela fazia tudo. (...) levava a gente pra escola, dava comida, fazia dever junto... até brincava com a gente. Eu era pequeninha ainda. (...) Eu lembro que a gente chorou muito quando soube que ela não ia mais voltar. (...) mas eu nem lembro porque ela foi [embora] também.”* (Daniela – mulher branca, renda mais alta)

*“Eu não gosto e nem sei fazer muita coisa. (...) Quem me ensinou foi a Dona Vânia. Minha mão não tinha tempo, nem parava em casa. E ela também não gostava de fazer as coisas de casa. Não gosta até hoje.”* (Eliane – mulher branca, renda mais alta)

E pensando também em espacialidades distintas e múltiplas é importante notar que ao contrário do que pode ser pensado numa observação simplista da situação das mulheres, existe uma divisão hierárquica dos espaços dentro do lar, relacionadas às divisões exteriores a esse espaço. E da mesma forma, existem conexões entre o que acontece nos espaços desse lar e o que acontece nos espaços vistos como públicos.

*“Aqui não tem nem um parquinho pras crianças brincarem. Não tem praça, não tem parque. (...) ir no Parque da Cidade faz você gastar dinheiro e tempo. Final de semana nem tem ônibus direito”* (Ioná – mulher negra, renda baixa)

*“Eu faço os docinhos pra ajudar na renda. Passo o dia trabalhando aqui nessa cozinha. Paro só na hora do almoço e da janta.”* (Ronise – mulher negra, renda baixa)

*“Fico muito mais nessa cozinha que em qualquer outro lugar da casa.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

*“Tem gente que nem aqui [na cozinha] entra com medo de eu passar serviço.”* (Lourdes – mulher branca, renda intermediária)

*“A gente tem medo porque na rua é perigoso. Hoje em dia ninguém tá a salvo nem dentro de casa, é cada coisa que acontece... Mas na rua é pior.”* (Eva – mulher branca, renda baixa)

*“Minha casa eu deixo bonitinha. Limpo minha porta também. Mas a rua não tem como, vive sempre essa nojeira porque ninguém cuida, ninguém tá nem aí pra nada. (...) não vou deixar minha filha brincando aí fora nessa sujeira, com gente que nem conheço direito. Prefiro que fique em casa mesmo.”* (Lorena – mulher branca, renda intermediária)

*“A família é grande, então a gente se divide na casa. Se espalha e divide. Cada um tem seu cantinho, mas a casa é de todo mundo.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Mesmo que eu quisesse descansar eu não tenho pra onde ir aqui nessa casa.”* (Joyce – mulher negra, renda baixa)

*“Muito difícil eu tirar um tempo pra descansar. Uns 15 min depois do almoço só. (...) Deitar e dormir. Se bem que minha vontade era sair, passear um pouco. Ir ao parque, ao cinema, ao shopping. Mas não vou, por questões financeiras. (...) Descansa, só de andar um pouco já descansa. É outra coisa.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

A percepção de que existem espaços distintos e que as diferenças trazem consequências seletivas, também existe. E nesse caso, tanto uma consciência de classe quanto de raça parecem estar presentes também.

*“Meu trabalho é aqui perto, a escola também. Isso faz toda a diferença.”* (Daniela – mulher branca, renda mais alta)

*“Como a escolinha que eu podia pagar era um pouco longe e eu sabia que ia ser a maior trabalhadeira conseguir levar ela [filha] lá e depois ir pro trabalho... Ia pegar um trânsito enorme... Combinei com minha mãe dela olhar por enquanto.”* (Luciana – mulher negra, renda intermediária)

*“A gente mora longe de tudo. Nem hospital direito aqui tem. É muito diferente do Plano.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

*“Tudo é longe. E nem sempre dá pra andar por todo lugar. A gente não consegue escola boa no Plano, porque lá não é pra gente.”* (Ioná – mulher negra, renda baixa)

*“Tudo que eu preciso eu dou um jeito por aqui mesmo. O pessoal ajuda, ou eu vou aqui perto mesmo. (...) Já faz é tempo que não saio aqui do bairro.”* (Eva – mulher branca, renda baixa)

E quando tempo e espaço se entrelaçam nas relações de gênero, raça e classe, nos parece claro que a distribuição e aproveitamento do tempo e do espaço são distintas a cada grupo de mulheres. Como nota Ávila (2004), embora pareça ser transversal o fato de que as jornadas das mulheres se articulam em cadeias de substituições (onde outras mulheres, profissionais ou não, assumem determinados papéis e realizam determinadas atividades), é importante lembrar que para algumas mulheres essas cadeias de substituições começam logo cedo, mesmo antes do amanhecer e segue até tarde da noite.

*“Ela [empregada] chega aqui umas sete e pouco. Só aí eu vou fazer minhas coisas, me arrumar, tomar café.”* (Daniela – mulher branca, renda mais alta)

*“A gente tem que estar pronto logo cedo pra dar tempo de deixar os meninos na Escola. Então tudo já tem que estar preparado.”* (Jordana – mulher negra, renda mais alta)

*“Eu tenho que acordar cinco horas pra dar tempo. Me arrumo, arrumo ela, deixo ela na casa da Sandra e vou.”* (Joyce – mulher negra, renda baixa)

*“Acordo cedinho e deixo tudo pronto. Quando eles acordam já tá tudo aí. (...) Chego lá [na casa onde trabalha de doméstica] e tenho que arrumar tudo também antes deles saírem pra trabalhar.”* (Ivanira – mulher branca, renda baixa)

*“Aqui em Brasília é tudo longe. (...) Os horários não batem. Até eu sair do trabalho e chegar aqui pra pegar ele na escola [filho], a escola já fechou. (...) Então ela [avó da criança] busca pra mim.”* (Priscila – mulher negra, renda intermediária)

*“Eu até queria passear mais, mas não tem como. Como é que ‘cê’ anda com uma criança no carrinho nessas ruas aqui. Cai você e ela. (...) É muito ruim pra sair quando a gente tá sem um carro.”* (Lorena – mulher branca, renda intermediária)

*“Quando a gente ganhou o lote aqui e construiu a casa, esse Recanto era só poeira. E quando chovia virava aquela lama. Eu lembro de ir trabalhar e chegar com a barra da calça suja. (...) E no começo aqui não tinha escola direito, nem ônibus pro Plano ou Guará. Até tinha alguns pra Taguatinga, mas poucos. (...) Eu fiquei aqui só e eles [filhos] ficaram na casa da minha irmã no Riacho por um ano.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

E para se pensar a vivência do tempo e as diferenças nos ciclos de vida que vão além de uma simples diferença de faixa etária, nos é interessante trazer aqui a forma como o envelhecimento foi abordado por essas mulheres. Enquanto um “processo de perdas físicas, mentais, cognitivas e sociais, o que traz vulnerabilidades”, o envelhecimento se diferencia de acordo com o grupo social e atrelado a isso temos não apenas distintas experiências num sentido mais geral, mas distintos momentos em que esse processo se inicia (IPEA, 2011, p. 14).

*“Eu estou velha já e não consigo fazer tudo de uma vez. (...) Às vezes me dá uma agonia quando eu olho pra essa casa e vejo essa bagunça. Mas o corpo não vai, não adianta insistir.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Eu me preocupo um pouco com meu futuro porque não sei como vai ser quando eu ficar velha. (...) O plano de saúde já é caro hoje, não sei se consigo continuar pagando até lá. (...) E eu não sei se vai ter alguém pra cuidar de mim. [pequena pausa] Espero que sim.”* (Divina – mulher negra, renda intermediária)

*“Eu não me preocupo tanto com a velhice porque acho que é mais um estado de espírito. Se você está bem e se cuida, tem uma velhice boa. E eu me sinto jovem ainda.”* (Antônia – mulher branca, renda mais alta)

*“A preocupação da minha mãe era quem ia cuidar dela. Mas ela não viveu até o dia em que eu pudesse cuidar dela com tranquilidade, como é hoje.”* (Carolina – mulher negra, renda mais alta)

### 5.3 Cuidado e as relações entre família, mercado e Estado

Pensando no modelo heteronormativo de família por nós discutido anteriormente, podemos dizer que os arranjos familiares das mulheres entrevistadas não fogem aos padrões de sexualidade, pelo menos não de forma clara e/ou mencionada. Nesse sentido, as famílias dessas mulheres são, ou foram, formadas a partir de um casa heterossexual. Para além disso, os modelos de família estimulados pelo capitalismo e pelo patriarcado não encontram similaridade total com a vivência das entrevistadas, embora, como dissemos, ainda continuem operando de forma moral e política sobre suas práticas julgamentos.

*“Acho que estar casada faz uma diferença na criação dos filhos, porque eu pude contar com a ajuda direta do meu marido. É diferente quando se tem a presença dos pais.” (Antônia – mulher branca, renda mais alta)*

*“O pai busca eles no final de semana, mas a ligação não é cortada. Mesmo de longe, se alguma coisa acontece, qualquer problema, sou eu que ele chama. Então acaba que eu ainda sou a principal responsável por eles. (...) E essa relação com o ex-marido dá tanto trabalho que eu fico me perguntando se não seria melhor ter ficado casada mesmo.” (Jordana – mulher negra, renda mais alta)*

Mas isso não quer dizer que este modelo não seja contestado, que não haja resistência. E importante observação que deve ser feita aqui é que o trabalho do cuidado, embora perpassado por relações hierárquicas e opressivas, funciona também como elemento de resistência. Em sua pesquisa para a tese de doutorado (mostrada em partes no paper “O aparecer das sertanejas como sujeitos políticos em meio a assimetrias e violências: relatos e imagens de si no Facebook”), Tamires Coêlho (2016) traz como um dos achados interessantes de sua pesquisa o fato de que em muitos casos é “o amor pelos filhos”, o cuidado destes, que faz com que as mulheres que sofrem violência doméstica não aceitassem continuar em tal situação e tenham forças para procurar ajuda e mudar suas vidas. No caso das nossas entrevistadas, não temos em suas falas nenhuma menção direta ou mais clara a casos de violência doméstica, ainda assim encontramos discursos acerca do trabalho do cuidado enquanto forma de resistência.

*“Minha mãe me criou sozinha. Então eu consigo criar eles sozinha também.” (Graziela – mulher negra, renda intermediária)*

*“O pai nem ajuda muito [financeiramente], mas não faz diferença porque a gente se vira.” (Priscila – mulher negra, renda intermediária)*

Uma das formas de resistência então é a tentativa de demonstrar (para a família, a sociedade, o ex-marido) que são independentes. Mulheres algumas vezes decidem, por

exemplo, não pedir pensão como forma de mostrar que são capazes de criar seus filhos “sozinhas” (Macêdo, 2001). E nesses casos parece haver também um recorte de classe, sendo que as pessoas com renda mais baixa ou intermediária teriam uma moral diferenciada: se em determinados momentos essa moral segue princípios cristãos, em outros segue um sentimento que deseja mostrar poder acima dos outros ou um posicionamento não subordinado, ainda que apenas no discurso.

Mas, importante aqui é percebermos as controvérsias com as quais as relações sociais nos confrontam. Mesmo sendo uma forma de resistência, o discurso sobre “criar os filhos sozinha” atua também na engrenagem que permite a reprodução das desigualdades. Como discutido nos capítulos anteriores todos somos interdependentes e essas mulheres não conseguem suprir sozinhas todas as necessidades de cuidado de seus filhos, elas tem então que contar com o trabalho do cuidado de outras pessoas, seja de forma paga, funcionando como um bem de consumo, seja de forma gratuita, entendido como caridade ou ajuda.

“Outras alternativas de cuidados nas camadas populares brasileiras incluem mulheres que cuidam de várias crianças em suas casas, em espécies de creches domiciliares informais, partilhando com elas suas limitadas estruturas domiciliares, além de parentes ou amigos que cuidam, e creches organizadas pela comunidade. (...) em boa parte da população experimenta-se sobrecarga de tarefas e soluções informais para o cuidado de crianças a partir da rede de solidariedade composta entre parentes, amigos e vizinhos (...)” (Itaboraí, 2016, p. 123)

No caso específico das entrevistadas abordadas acima é necessário perceber que: 1) Graziela não foi criada apenas pela mãe, em suas respostas ela traz relatos que envolvem o trabalho do cuidado de sua vó, que ajudava sua mãe com os filhos enquanto essa trabalhava e, além disso, Graziela também relata que ela mesma, por ser a irmã mais velha, muitas vezes também cuidou de seus irmãos; 2) quando Priscila fala “a gente se vira” ela inclui em seu discurso o trabalho do cuidado de sua mãe com sua filha. Ou seja, continuamos repassando parte do trabalho do cuidado para outras mulheres, quase nunca de forma a lhes proporcionar uma vida mais digna por meio desse trabalho. Sendo que as mulheres que mais parecem sofrer com isso são as mais jovens (na figura da filha que assume parte das responsabilidades do cuidado<sup>80</sup>) e as mais velhas (na figura das avós, que parecem sofrer duplamente das consequências negativas do discurso maternal).

---

<sup>80</sup> “(...) os filhos das classes baixas são considerados independentes mais cedo e podem assumir responsabilidades pelos irmãos e pela casa (...)” (Neves *apud* Itaboraí, 2016, p. 123)

Itaboraí mostra que nas classes mais baixas o fenômeno de irmãs e irmãos que assumem responsabilidades pelo trabalho do cuidado em seus lares acontece de forma intensa (Itaboraí, 2016, p. 122). Isso nos remete ao fato já mencionado anteriormente de que nem todas as pessoas experimentam sua infância da mesma forma. Se observamos que “a dedicação ao trabalho doméstico tende a se reduzir à medida que se observam condições de classe mais elevadas”, em contraposição à sua intensidade nas classes mais baixas, chegamos claramente à conclusão de que “o modelo idealizado de infância integralmente dedicada ao estudo e ao brincar não está disponível a todos” (Itaboraí, 2016, p. 126).

Já a figura da avó parece mesmo trazer um estereótipo diferenciado em relação à maternidade. Num contexto de desemprego e dificuldade econômica, muitas vezes essas mulheres continuaram exercendo o papel que se espera delas enquanto mães não apenas para seus filhos, mas também para seus genros e noras, netos, sobrinhos e mesmo outros membros agregados ao arranjo familiar. O pode estar relacionado também ao aumento número de lares chefiados por mulheres, como víamos no capítulo anterior. E é interessante notar que nas respostas a nossa sequência de perguntas sobre transmissão e ensinamentos (“Quando você aprendeu a fazer esses tipos de trabalho, tanto o doméstico quanto o de cuidado?”, “Quem te ensinou?”) a figura da avó é quase sempre lembrada, até mesmo em momentos em que a figura da mãe não aparece. Em seu livro “O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?”, María Durán dedica algumas de suas páginas ao trabalho do cuidado desempenhado por avós na Espanha. A autora afirma que “se as avós fizessem greve e parassem de cuidar dos netos e pacientes enfermos graves, seus efeitos sobre a economia nacional seriam muito mais decisivos do que a greve dos motoristas de ônibus ou de controladores de tráfego aéreo” (Durán, 2010, p. 64). Tal afirmação reconhece o *status* de trabalhadora dessas mulheres e nos faz imaginar uma pergunta retórica que cabe muito bem ao contexto que aqui tratamos: “E se as avós brasileiras entrassem em greve?”.

Tratando de forma mais direta a noção dessas mulheres em relação à responsabilidade que também deveria ser alocada ao Estado e ao próprio mercado, o que se percebe é que seguindo o discurso de privatização do cuidado a ideia de responsabilidade se coloca não apenas para as mulheres, dentro da família, mas para essa família, dentro da sociedade.

*“Minha mãe é quem olha ela [filha]. Até eu chegar em casa demora muito. Não tenho como pagar a escolinha de período integral, então ela estuda de manhã e de tarde minha mãe olha ela até a hora que eu chego.”* (Lorena – mulher branca, renda intermediária)

*“Eles vão à escola durante a semana, apenas por meio período. Depois voltam pra casa e ficam com a Ana, secretária aqui de casa. Meu marido geralmente chega primeiro em casa e fica de olho neles até eu chegar. (...) É um investimento que a gente faz pensando no futuro. A escola deles não é a melhor ou a mais cara, mas, pelo menos, não é uma pública. (...) Eu posso trabalhar mais tranquila sabendo que eles estão lá [na escola particular].”* (Divina – mulher negra, renda intermediária)

*“Sim temos [uma pessoa na casa que precisa de cuidados especiais]. O papai já tá bem velhinho e precisa de ajuda quase o tempo todo. (...) A gente reveza entre a família quando tem que levar pra consulta, mas o restante somos nós aqui em casa. (...) Eu não tenho coragem de mandar ele pra um asilo. Eu sei que existem alguns lugares bons, mas não é a mesma coisa.”* (Helen – mulher branca, renda mais alta)

Quando perguntadas sobre se achavam que o Estado (quase sempre retratado como governo) ou o mercado (aqui exemplificado na figura das empresas onde trabalham ou trabalharam) poderiam ter feito algo para lhes ajudar de alguma forma nesse trabalho do cuidado ao longo de suas vidas é interessante notar que a oferta de creches aparece como a principal demanda dessas mulheres. Todas as entrevistadas têm filhos, mas nem todas tiveram acesso a creches públicas ou privadas. As alternativas encontradas por elas foram ou a socialização do cuidado (com a ajuda de outras mulheres próximas a elas, da família ou da vizinhança) ou sua mercantilização (precária ou não, indo desde acordos firmados entre pessoas físicas, com remunerações reduzidas e quase sempre sem um contrato formal, a empresas grandes e especializadas e educação que oferecem boas condições de aprendizado e vivência da vida escolar).

*“Pensando quando as crianças eram pequenas, o Estado poderia ter dado creche pra que eu pudesse trabalhar sem ter que ter uma despesa financeira dentro de casa. Além das creches, condições de saúde com os cuidados com criança, adulto, velhos... O Estado poderia dar uma condição de saúde melhor.”* (Ronise – mulher negra, renda baixa)

*“A empresa poderia fornecer creche, dar um plano de saúde, no período em que eu trabalhei não tinha, não dava. Ter mais tolerância, um relaxamento nos horários, caso fosse preciso, mesmo que fosse compensado depois, mas que te desse mais disponibilidade. No período em que eu trabalhei era um sistema bruto, uma ditadura.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

*“Nós pagamos a creche, a moça que ajuda a cuidar em casa, as escolinhas. Depois os colégios bons, as aulas de nataçã, de inglês. Não é fácil, nem barato. (...) Mas é um investimento privado, nosso. É uma escolha nossa. Agora, claro, se as escolas públicas fossem boas não haveria porque pagarmos pela educação. Então nisso o governo poderia interferir.”* (Helen – mulher branca, renda mais alta)

*“A gente deixa com uma moça aqui da rua, a Sandra. Ela [filha da entrevistada] fica lá durante o dia e a gente paga uma quantia por mês. Sai*

*mais barato que a escolinha e é bom que ela fica perto de casa. Tem também os coleguinhas que moram aqui perto e ficam lá também... Então eu sei que ela tá bem lá.”* (Joyce – mulher negra, renda baixa)

Interessante notar que, de fato, a noção da privatização do cuidado caminha junta ao ideal econômico de individualidade e racionalização dos sujeitos. E embora esse discurso não seja representativo das práticas, ele é das interpretações. As discussões mencionadas anteriormente, que tiveram maior visibilidade e terreno nos EUA (Young, 1997; Stack, 2012), sobre as mães negras que viviam nas “barras do Estado” podem também ser encontradas em nossas representações das relações de cuidado entre família, mercado e Estado (Lavinias e Versano, 1997; Marques, 2007). Mas existe também o discurso contrário, que mesmo marginalizado e de forma simples, resiste e insiste em mostrar que não haveria nem mesmo a tão louvada lógica nessa ideia (Marques, 2007). Três das mulheres entrevistadas recebem o auxílio do Programa Bolsa Família; elas encaram, de forma semelhante, o recurso recebido como uma forma de ajuda do governo, e são categóricas em afirmar que fazem outros tipos de trabalho e “se esforçam” para cuidar da família visto que auxílio está longe de cobrir todas as despesas do lar.

E, novamente, quando o Estado se faz presente de forma precária e o mercado exclui de suas benesses os que têm rendas mais baixas, a organização familiar/comunitária passa a ser a base para a sobrevivência. Ao tratar da atuação de mães em movimentos contra a violência destinada aos jovens negros e de periferia, Quintela observa que esses laços comunitários são “ainda mais fortes em um contexto em que o Estado, quando aparece, é na forma de um ‘agente de repressão violenta’” (Alves e Evanson *apud* Quintela, 2017, p. 98). O Estado é visto com desconfiança, mas ainda pode ser encarado enquanto agente do cuidado, mesmo que em muitos casos esse cuidado seja com “os outros” (brancos com renda mais alta) em detrimento de “nós” (negros renda mais baixa). Já o mercado nem é interpretado enquanto ator também responsável. O discurso que mistura as ideias de distanciamento, individualidade e meritocracia faz com que ações que poderiam ser vistas como direitos de todos sejam encaradas como resposta a comportamentos específicos (como o caso do patrão que não se importa se a trabalhadora chega um dia atrasada por conta dos cuidados do filho doente, visto sua dedicação ao trabalho, ela é vista enquanto uma “trabalhadora exemplar”).

## 5.4 Cuidado e as relações entre democracia e desigualdades

Pensando na diferenciação entre as atividades aqui qualificadas como trabalho do cuidado, podemos reafirmar por meio das entrevistas que, de fato, existe uma distinção entre os discursos acerca das atividades cotidianas de manutenção da casa e das atividades relacionadas de forma mais direta ao cuidado com alguém. A primeira distinção seria mesmo o reconhecimento das primeiras atividades como trabalho, enquanto as segundas são vistas de outra forma, uma espécie das “naturalidades de ser mulher”.

*“Acho que deveria receber pelo trabalho de casa, agora com os outros não. Os outros é uma questão humanitária, e o de casa é que deveria ser remunerado. Por cuidar dos filhos não. Seria justo o que pagaria pra uma faxineira ou empregada. O filho você cuida por amor, por gostar, por querer ensinar, fazer progredir. Filho não é trabalho, é amor. (...) As pessoas da família que deveriam me pagar, eu estou fazendo um trabalho pra família. O governo não tem nada a ver com isso.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

*“Você transmite afeto, carinho, amor aos seus filhos, às pessoas em geral. Você não faz o mesmo com a vassoura ou a louça. (...) Então é diferente sim. E é mais importante.”* (Helen – mulher branca, renda mais alta)

No entanto, entender essas atividades (o trabalho doméstico) como trabalho não significa valorizá-las. Ao contrário, estamos lidando com a distinção já mencionada entre trabalho imaterial e o trabalho servil (sujo): a desvalorização deste último caminha lado a lado com a valorização do primeiro, associada a um ideal de maternidade e feminilidade (mesmo quando não é o cuidado direto com os filhos, mas com outras pessoas, que está em foco). Como mencionado, a naturalização deste trabalho imaterial, que não é reconhecido enquanto trabalho, está tão introjetada nos discursos e nas formas como as identidades se delineiam que mesmo ao informar que boa parte do seu tempo é gasto com isso, as entrevistadas fazem uma avaliação diferenciada dessa situação.

*“Cuidar dos meus filhos era um trabalho normal, não tomava muito tempo. Eu trabalhava durante o dia e cuidava deles quando chegava em casa. Entre chegar e não dormir nas madrugadas, dá de umas seis a oito horas, por aí, porque você fica, dorme, acorda, acorda de novo...”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

*“Cansa, mas é prazeroso, é gratificante. O trabalho de cuidar de casa é mais cansativo.”* (Viviane – mulher branca, renda intermediária)

E mesmo quando cuidar de alguém significa ter que renunciar algo em sua vida, a valorização construída em torno dessa atividade faz com que os danos que possam ter sido causados sejam atenuados. Novamente temos o ideal de maternidade e feminilidade operando conjuntamente com uma ideia de cuidado que responsabiliza prioritariamente

as mulheres de forma que essa responsabilização se torna naturalizada e não associada às possibilidades de perdas significativas em suas vidas.

*“Já deixei de fazer muita coisa pra ajudar e cuidar dos outros. Aliás, vivo sempre fazendo isso. Pra te falar a verdade eu me sinto bem. Não fiz o que eu queria, mas em compensação eu fiz algo para alguém que precisava. Parece que uma coisa compensa a outra. (...) Gosto da atividade de cuidar. Me sinto bem ajudando.”* (Maria – mulher negra, renda baixa)

Ao mesmo tempo, quando indagadas sobre a importância das atividades relativas ao trabalho doméstico, embora esbocem uma valorização diferenciada destas em relação às atividades de cuidado direto com outras pessoas, ainda as avaliam como importantes. E percebem que as interpretações de outras pessoas são diferenciadas, pois quem mais se utiliza dos benefícios desse trabalho (outras pessoas da família, principalmente do sexo masculino) parece não considerá-lo como importante.

*“[As outras pessoas da família] não acham importante. Acham que é um trabalho banal, obrigatório, ninguém vê reconhecimento nisso. Eu vejo, mas os outros não têm reconhecimento nenhum.”* (Lúcia – mulher branca, renda baixa)

A possibilidade de distanciamento da execução do trabalho enquanto ainda se aproveita dos benefícios deste, quando proporcionado por outro, se configura no que Joan Tronto classifica como *irresponsabilidade privilegiada*, que se refere aos “casos em que é “aceito” (ou entendido, quase como natural e/ou justo) abster-se do trabalho do cuidado, o que gera um efeito de distinção profundo” (Tronto *apud* Mota, 2015, p. 321). E a argumentação da autora nos permite ir além e observar que a desigualdade presente nessa irresponsabilidade privilegiada não se restringe a pessoas, mas pode ser também direcionada ao próprio mercado. Aqui existe uma crítica direta ao neoliberalismo em sua classificação como “máquina de irresponsabilidades”, “na medida em que impulsiona e reproduz esse privilégio com seu discurso hegemônico” (Tronto *apud* Mota, 2015, p. 321). Se quisermos, podemos também imaginar o quão irresponsável o Estado brasileiro tem sido também, ao se retirar de determinados espaços e temas estimulando um olhar menos preocupado também do mercado.

Dessa forma, as valorizações e desvalorizações se constroem nas relações cotidianas, mas em contextos de disputa. Em termos de gênero, vemos que essa disputa tem como um de seus resultados uma posição privilegiada dos homens em relação às mulheres no que se refere à responsabilização desse trabalho. E embora a

essencialização dos papéis esteja presente a cada fala, ruídos relativos a essa divisão sexual do trabalho do cuidado também aparecem.

*“Trabalho, trabalho, trabalho. Deveria ser bom né?! Mas, não é. Tudo recai sobre a gente. Você que tem que ser mãe, você que tem que ter obrigações, cuidar, zelar. E pra você sobra o que? A única parte prazerosa é os filhos, porque o resto.... Tem muita coisa que precisar ser feita pra mudar isso, ser mais valorizada, ter mais espaço em tudo. (...) [Homem] parece até o todo poderoso, tudo pode, tudo faz, nada recai sobre eles.”* (Ronise – mulher negra, renda baixa)

*“Gostaria que o pai tivesse me ajudado mais. É quem deveria ajudar mais, o companheiro, o pai.”* (Viviane – mulher branca, renda intermediária)

*“Eu parei de trabalhar pra cuidar da casa, das crianças, da gente. A gente fez as contas e viu que valia mais a pena eu parar. A gente não precisou pagar empregada. (...) Eu tinha a intensão de voltar quando os meninos crescessem, mas não voltei. Acho que não volto mais. ‘Tô’ mais velha, fora do mercado... Não é mais a mesma coisa. E acho que eu prefiro mesmo ficar em casa cuidando deles. Tem suas desvantagens também ‘né’?! Mas, no final, acho que compensa.”* (Ronise – mulher branca, renda baixa)

Percebemos pelos trechos aqui expostos que embora sejam reproduzidas visões convencionais e opressoras sobre maternidade, feminilidade e sobre o trabalho do cuidado, as mulheres não estão alheias a toda a problemática que envolve sua responsabilização pelo mesmo, ao contrário. Podemos pensar que suas escolhas de vida foram e são marcadas por diferenças de classe e raça e por estereótipos relacionados ao seu sexo (e aos papéis sociais a ele ligados), e devemos, além disso, pensar também que são escolhas que racionalmente levam em consideração todas essas questões. Os atores e atrizes envolvidos nessas estruturas desiguais têm noção das desigualdades que sofrem, no entanto, em grande parte das vezes não têm condições, opções e/ou oportunidades para mudar tal situação. É nesse sentido que faz-se extremamente necessária a discussão sobre a relação entre cuidado, gênero, raça e classe e sobre como a democracia interage (e pode interagir) com essa relação.

Mas existem sim detalhes que podem ser alheio à consciência dessas mulheres sobre suas próprias vidas. Quando nossos sentidos não estão acostumados a decifrar determinados cheiros, cores ou movimentos, pode acontecer de estarmos ao lado de determinado acontecimento e nem mesmo notar alguma diferença em nossa realidade vivenciada. Quando determinados temas ou perspectivas são silenciados, situação semelhante se dá, e a complexidade das relações sociais é esvaziada, deixando alguns traços da desigualdade passarem despercebidos. Vejamos o caso do trabalho do cuidado: por toda a tese discutimos e mostramos como o cuidado é essencial em nossas

vidas e, mais que isso, como somos interdependentes em relação a ele (não há quem não possa, de alguma forma, doá-lo e não há quem, de alguma forma, não necessite recebê-lo). E depois de tudo o que foi observado até aqui, não poderíamos pensar em nossas vidas não sendo marcadas pelas relações, desiguais, que o envolvem. Ainda assim, foi perguntado às entrevistadas se elas costumavam conversar sobre o trabalho do cuidado que exerciam com alguém. Em um primeiro momento, parte das entrevistadas disse que não. No entanto, quando observamos mais atentamente a entrevista como um conjunto e não apenas essa pergunta específica, percebemos que a resposta é outra e se encontra dispersa nos discursos sobre outros subtemas.

As mulheres conversam sim sobre o cuidado, diariamente, e essa conversa já está tão incorporada em suas ações cotidianas que nem sempre conseguimos nos distanciar e observá-las enquanto fenômeno social. E diz-se “nem sempre” porque, como já abordado, sabe-se que é por meio da oralidade, da transmissão de experiências e sabedorias, que muitas identidades são ressignificadas e focos de resistência passam a surgir. Tomemos novamente o caso das mulheres negras, não haveria como pensar sua luta e existência atual sem a força da oralidade em suas vidas.

“Uma significativa dimensão da epistemologia negra feminista diz respeito ao reconhecimento de duas dimensões do conhecer: a sabedoria e o conhecimento, propriamente dito. Para essa perspectiva, a sabedoria é tão relevante quanto o conhecimento, posto que, afirma-se, viver/sobreviver como uma mulher negra exige que se tenha sabedoria sobre as dinâmicas das opressões interseccionais.” (Quintela, 2017, p. 60)

Ao mesmo tempo, o que podemos perceber é que mesmo nesses contextos a publicização do cuidado, seu entendimento como algo político nem sempre é levantado, por mais que as relações desiguais que o circundam perpassem os outros temas dessas conversas e dessas lutas.

*“Acho que não. Só pra reclamar [risos].”* (Eliane – mulher branca, renda mais alta)

*“Eu repasso as tarefas pra ela [empregada] e ela faz, toma conta da casa.”* (Antônia - mulher branca, renda mais alta)

*“Eu vivo dizendo ‘pras’ minhas irmãs como isso é cansativo.”* (Lúcia - mulher branca, renda baixa)

*“Ela [mãe da entrevistada] falava pra mim que toda mulher pra saber mandar tem que antes saber fazer. (...) Todo dia eu passava um tempo com ela aprendendo a cozinhar, porque ela cozinava muito bem, melhor que qualquer restaurante. E eu cozinho bem também, acabou que aprendi. Mas a Gabi [filha da entrevistada] já não gosta, nem quer saber.”* (Márcia – mulher branca, renda intermediária)

Retornando à ideia de irresponsabilidade privilegiada, argumenta-se que existe uma relação inversamente direta entre esta e a democracia, sendo assim, quanto mais desigual é o trabalho do cuidado, e maior é a possibilidade que determinados sujeitos sejam privilegiados com o passe-livre da irresponsabilidade, menos democrática é nossa sociedade. Extremamente importante aqui é que a forma como Tronto (2013) imagina que mudanças sejam possíveis, o que de forma análoga passa pelo que essa tese vem marcando desde o início como essencial, o reconhecimento de que as trabalhadoras do cuidado são também sujeitos do conhecimento. Para a autora, seria importante termos um processo público (que entende também o cuidado enquanto uma questão também de ordem pública) e colaborativo para se (re)pensar o cuidado, que contasse então com a presença de interesses e perspectivas não apenas dos grupos privilegiados:

“(...) incluir o cuidado na esfera pública significa também incluir os grupos dela excluídos. Essas mudanças exigem também que haja o reconhecimento da vulnerabilidade de todos (todos precisam de algum tipo de cuidado durante toda a vida) e o reconhecimento, então, do outro, de sua situação e de suas necessidades; que se perceba o cuidado enquanto multidimensional, relacional e triangulado, não sendo dependente apenas do indivíduo, mesmo quando é ele quem está agindo para si mesmo; o reconhecimento de que o cuidado ocorre em situações e contextos concretos que envolvem questões de poder; que o valor da produção econômica não ultrapasse o valor do cuidado; que o nível de confiança, solidariedade e empatia entre as pessoas seja reforçado.” (Tronto *apud* Mota, 2015, p. 324)

E se o cuidado parece estar distante de nossas instituições democráticas, é interessante notar que essas instituições, e os ideais que mobilizam, também parecem estar distantes das interpretações acerca do cuidado e prática cotidiana do mesmo. Perguntadas se consideram a si mesmas como cidadãs as mulheres entrevistadas tiveram respostas muito menos aprofundadas que as das outras perguntas que, conclui-se, tratavam de algo que lhes é mais próximo. Isso diz respeito ao que Bourdieu (2011) define como “competência política específica”, no caso, a percepção de sua falta por parte dessas mulheres.

“*Sim. Tenho meus deveres e direitos. O governo faz sua parte e eu a minha.*”  
(Antônia – mulher branca, renda mais alta)

“*Sim. (...) É poder estudar, ter saúde, transporte, emprego. E isso a gente tem... tem acesso.*” (Luciana – mulher negra, renda intermediária)

Podemos pensar que a partir do momento em que os silenciamentos de diferentes perspectivas não são mais permitidos, o distanciamento entre a prática do cuidado e o ideal democrático tenderá a diminuir. Ainda assim, parece pouco nos contentarmos com esperar um movimento quase natural das estruturas desiguais. Nesse sentido, a mudança

passa de fato por ações pontuais (tanto no nível macro, quanto no micro) que interfiram diretamente na vida das pessoas: enquanto as políticas públicas e as jornadas de trabalho remunerado, de forma conjunta, não levarem em consideração a divisão sexual do trabalho do cuidado (acompanhada das relações de classe e raça que lhe dão forma) o cuidado desigual continuará sendo nossa norma, o modelo padrão.

## Conclusão

Assim como o discurso dominante alimenta a ideia de que existe uma “mão invisível” que controla o mercado, se utilizando dessa ideia para a manutenção de privilégios, também podemos pensar que discurso semelhante existe no caso do cuidado, sendo formulado e reproduzido, ainda que de forma indireta, tanto pelo mercado, quanto pelo Estado. No entanto, aqui teríamos um *coração invisível* (Folbre *apud* Itaboraí, 2016, p. 132), termo que nos mostra tanto a dimensão afetiva atribuída ao cuidado quando a invisibilidade a ele imposta.

A base desse coração invisível é a família. Ela concentra grande parte das responsabilidades do cuidado atuando nos momentos e espaços em que mercado e Estado não são atuantes nesse sentido (ou não querem ser). E enquanto este molda sentimentos, muitas vezes transita pela culpa ou sacrifício, ao mesmo tempo se distanciando e afastando de um ideal de amor que na verdade explora algumas e privilegia outros com uma irresponsabilidade quase romântica. Nesse jogo cotidiano, quanto mais pobres e negras, mais as mulheres sofrem com essa exploração (relacionada às inúmeras horas trabalhadas e pouco reconhecidas e nem sempre remuneradas), culpa (relacionada ao julgamento, próprio e dos outros, a qualquer desvio do papel social de cuidadora a elas atribuído desde muito cedo, fazendo parte de seu corpo, subconsciente e identidade e influenciando sua ação) e sacrifício (relacionado a negação de sua posição de sujeito e renúncia daquilo que poderia ter sido, mas não se pôde concretizar).

Enquanto assumem a responsabilidade por uma tarefa também chamada de civilizadora (Carrasco, 2012) as mulheres encontram obstáculos ao exercício de sua cidadania e ao reconhecimento de sua condição de trabalhadoras. E existem muitas questões que perpassam essa problemática, mas uma das principais é o entendimento acerca das relações sociais e as hierarquias que produzem. As diferenças são centrais na discussão acerca do cuidado porque são elas, ou mais precisamente as representações que delas são feitas, que estimulam os processos de distinção. Esses processos não apenas separam os “independentes” dos “dependentes”, mas se sustentam em uma cadeia de distinções que ao final reforçam uma situação de extrema desigualdade em nossa sociedade.

Nesse sentido, a ideia de distinção se alia a de cuidado desigual por meio de um ciclo vicioso, perpassado pelos vários eixos formadores de nossa existência: famílias capazes de oferecer um melhor cuidado (entendido aqui enquanto maior acesso à educação, cultura, saúde, dentre outros) se distanciam das que não possuem essas condições, na mesma medida em que dependem de sua exploração para que continuem numa posição privilegiada. Mas, ainda assim, após a discussão proposta ao longo desta tese me parece ainda limitado pensarmos em *ciclos de cuidado desigual* (Tronto, 2013), porque embora a ideia possa ser explicativa de algumas situações ela marginaliza outras na medida em que não consigo abarcar vivências diversas. Me parece mais adequado que pensemos em uma *espiral do cuidado desigual*.

Embora possa parecer uma troca simples, um olhar mais atento nos mostra que essa troca é necessária. Se levarmos em consideração o quadro-resumo exposto ainda no capítulo um, mas discutido de forma minuciosa ao longo da tese, entendemos que ciclos que se repetem não podem explicar o cuidado. De forma mais clara, se levamos em consideração todos os eixos abordados nesse quadro entendemos que a cada movimento as interações entre esses eixos podem se modificar ou se acomodar, mas ainda assim se mover, o que torna as relações sociais dinâmicas e os processos do cuidado delas proveniente nunca igual (seja qual for o ponto de observação escolhido para uma análise ou ação política).

Dessa forma, se cuidado forma gênero, ele também forma classe e raça, assim como nossas vivências de espaço e tempo e as relações entre mercado, Estado e família (mesmo que de forma ainda não tão clara às nossas análises). Ele forma e informa também nossas concepções e objetivos democráticos. Ou seja, na espiral que compõe essas relações, o cuidado não apenas reproduz relações desiguais, mas as (re)forma a cada instante, infelizmente, de acordo com os interesses dos que possuem uma posição social privilegiada. E sua incidência nas vidas das pessoas não se resume a estereótipos ou a uma questão puramente subjetiva de significação do eu, mas se traduz em relações de poder concretas, vivenciadas diariamente.

Isso nos leva a pensar numa discussão sobre as possibilidades de definição do cuidado enquanto uma necessidade e/ou um direito. Por caminhos um pouco distintos, Fraser (2013) e Tronto (2013) abordam alguns pontos interessantes. Fraser nos alerta a importância de pensarmos mais nas interpretações acerca das necessidades do que nelas

mesmas. Isso porque são essas interpretações que mostram aqueles que mais se aproveitam, e os que mais sofrem, da distribuição desigual das diversas necessidades criadas. Ao mesmo tempo, Tronto nos confronta com o fato de que somos, em grande medida, alheios ao “Outro”, não conhecemos sua vida, muito menos suas necessidades. Se desconhecemos as necessidades dos outros a possibilidade de criação de empatia e exercício da solidariedade se torna quase inexistente. O que nos leva ao ponto de que nessas condições, ainda que entendido enquanto direito, o cuidado continua estimulando privilégios e pautando desigualdades.

De forma mais clara Tronto (2013) propõe que o cuidado seja de fato encarado enquanto um direito, mas um direito que é de todos, e isso vai muito além do entendimento de um público receptor. O cuidado então deve ser um direito vivenciado em todas as suas dimensões, o que significa assumir que somos interdependentes e que por isso, temos nossas vulnerabilidades, mas ao mesmo tempo, temos também as condições necessárias para a ação solidária que pode neutralizá-las; também dignifica passarmos de uma visão individualizada e personalista da responsabilidade entendendo-a enquanto uma questão social (também política).

É pelo entendimento dos movimentos dessa espiral que ações podem ser projetadas com fins de um cuidado mais democrático. Daí a importância da participação de diferentes sujeitos com diferentes perspectivas nos processos de organização do cuidado em nossa sociedade. Porque são essas diferentes perspectivas que proporcionam uma melhor visão dos diversos movimentos dessa espiral.

Essa participação então é elemento essencial à busca de uma de uma democracia do cuidado, promotora de uma vida mais digna a todas as pessoas. Assim como alguns pais e mães utilizam métodos violentos como parte dos processos de cuidado dos seus filhos, muitas vezes o Estado e o mercado também produzem e estimulam a violência por meio de projetos políticos baseados num cuidado desigual. O discurso do cuidado mobilizado no primeiro caso se apoia numa promessa de futuro melhor ao mesmo tempo em que tem como base hierarquias que distanciam muito os sujeitos envolvidos no contexto em termos de posse e exercício de algum tipo de poder (ainda que sobre sua própria vida). No segundo caso, temos uma situação semelhante, onde diferentes projetos políticos se apropriam de um discurso do cuidado para fins não democráticos. Poderíamos pensar aqui no colonialismo, que apresentando um discurso de cuidado

permitiu que os colonialistas não persuadissem “a si mesmos de que estavam explorando os povos coloniais, mas, sim, de que haviam assumido o ‘fardo do homem branco’ e os estavam levando à civilização e ao Cristianismo” (Narayan *apud* Tronto, 2007, p. 289). Da mesma forma poderíamos pensar no neoliberalismo, que baseado numa ideia de privatização do cuidado se configura como uma reação política contra a inclusão (Tronto, 2013, p. 143). Também podemos aqui voltar nossos olhos ao contexto brasileiro atual onde um discurso político de cuidado com as “pessoas de bem” paradoxalmente estimula a própria violência para combates à violência vivida por essas pessoas.

Se existe um não reconhecimento dos pais em relação aos filhos como sujeitos de uma existência própria capazes de serem os principais atores de sua própria vida, podemos pensar que também existe um não reconhecimento das pessoas enquanto sujeitos, cidadãs e trabalhadoras, pelo Estado e mercado. Portanto, para que uma democracia do cuidado possa, de fato, existir é necessário que as discussões e decisões acerca da organização de nossa sociedade por meio do cuidado incluam a parte que até hoje foi marginalizada e excluída do que se considera mundo público e político. Só assim nosso foco sairá de uma ideia de superioridade expressa na centralidade da pessoa branca, do sexo masculino e rica como alvo das preocupações políticas e se firmará numa ideia de dignidade compartilhada, exercida e vivenciada, por todas as pessoas.

## **Referências Bibliográficas**

Andrade, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 18, p. 265-300. Brasília, 2015.

Araújo, Clara e Veiga, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 18, p. 179-209. Brasília, 2015.

Araújo, Clara e Scalon, Celi. Gênero e distância entre a intenção e o gesto. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, nº 62, p. 45-68. São Paulo, 2006.

Ávila, Maria Betânia. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. Paper apresentado no VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

Ávila, Maria Betânia e Ferreira, Verônica. In: Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Ávila, Maria Betânia e Ferreira, Verônica (orgs.). SOS Corpo. Recife, 2014.

Badinter, Elizabeth. O novo discurso do método, Capítulo 1. In: Rumo Equivocado: O Feminismo e alguns destinos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

Bairros, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: Revista Estudos Feministas, p. 458-463, 1995.

Bandeira, Lourdes M. Maternidade e cidadania: uma mulher marcada para (sobre)viver. In: Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares. Stevens, Cristina (org.). Editora Mulheres e EDUNISC. Florianópolis, 2007.

Bandeira, Lourdes M. e Almeida, Tânia Mara C. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. In: Mediações, v. 20, n. 2, p. 160-183. Londrina, 2015.

Bandeira, Lourdes e Preturlan, Renata B. As pesquisas sobre o uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: Uso do tempo e gênero. Fontoura, Natália e Araújo, Clara (Orgs.). UERJ. Rio de Janeiro, 2016.

Barrajas, Maria de la Paz L. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: Uso do tempo e gênero. Fontoura, Natália e Araújo, Clara (Orgs). UERJ. Rio de Janeiro, 2016.

Barret, Michèle. Women's oppression today: problems in Marxist Feminist analysis. Verso. London, 1986.

Batista, Analía S. e Bandeira, Lourdes M. Trabalho de cuidado: um conceito situacional e multidimensional. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 18, p. 59-80. Brasília, 2015.

Bauman, Zygmunt. Modernidad Líquida. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2002.

Bento, Paulo D. Mensalistas e diaristas: As implicações pertinentes às relações entre famílias, rendimento e direitos de trabalhadoras domésticas. Dissertação defendida na Universidade de Brasília, 2016.

Bernardino-Costa, Joaze. "Colonialidade e Interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI". In: Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Silva, Tatiana D. e Goes, Fernanda L. (Orgs.). IPEA. Rio de Janeiro, 2013.

Biroli, Flávia. Autonomia e desigualdade de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Editora Horizonte. Vinhedo, 2013.

\_\_\_\_\_. Família: novos conceitos. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2014.

\_\_\_\_\_. Justiça e família. In: Feminismo e Política. Miguel, Luis Felipe e Biroli, Flávia (orgs.). Boitempo. São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. Responsabilidades, cuidado e democracia. In: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 18, p. 81-117. Brasília, 2015.

Biroli, Flávia e Miguel, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In: Mediações, v. 20, n. 2, p. 27-55. Londrina, 2015b.

Boris, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho; In: Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 101-121. São Paulo, 2014.

Bourdieu, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk. 2007.

\_\_\_\_\_. “O campo político”. In: Revista brasileira de ciência política, n. 5, pp.193-216. Brasília, 2011.

Brenner, Johanna. *Women and the politics of class*. Monthly Review Press. New York, 2000.

\_\_\_\_\_. Democracia, comunidade e cuidado. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 18, p. 301-316. Brasília, 2015.

Bruschini, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572.2007.

Bruschini, Cristina e Lombardi, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. In: Cadernos de Pesquisa, n.10, p. 67-104. 2000.

Carneiro, Suely. Gênero e raça. In: Gênero, democracia e sociedade brasileira. Bruschini, Cristina e Umbehaum, Sandra G. (orgs.). Fundação Carlos Chagas e Editora 34. São Paulo, 2002.

Carrasco, Cristina. Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. SOF - Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo, 2012.

Carvalho, Layla Daniele P. A concretização das desigualdades: disparidades de raça e gênero no acesso a bens e na exclusão digital. In: Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Marcondes, Mariana M. et al. IPEA. Brasília, 2013.

Cerqueira, Daniel R. C. e Moura, Rodrigo Leandro de. “Vidas perdidas e racismo no Brasil”. In: Nota Técnica, nº 10. IPEA. Brasília, 2013.

Chodorow, Nancy. *The Reproduction of Mothering*. University of California Press. Berkeley, 1978.

Collins, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. NY, Routledge. 1990.

\_\_\_\_\_. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, n. 41, p. 1-20. Palo Alto, 2015.

\_\_\_\_\_. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: *Sociedade e Estado*, vol.31, n.1, pp.99-127. 2016

Cohen, Jean L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e controvérsia sobre o aborto. In: *Teoria política feminista: textos centrais*. Miguel, Luis Felipe e Biroli, Flávia (orgs.). Editora Horizonte. Vinhedo, 2013.

Corrêa, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Almeida, Maria Suely K. et al. (orgs.). Editora Brasiliense. 1982.

Costa, Albertina. Rotinas de mulher. In: *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Ávila, Maria Betânia e Ferreira, Verônica (orgs.). SOS Corpo. Recife, 2014.

Costa, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Fundação Editora UNESP. São Paulo, 2007.

Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos Feministas*, ano 10, 1º semestre, p. 171-188. Santa Catarina, 2002.

Damián, Araceli. La pobreza de tempo: una revisión metodológica. In: *Estudios Demográficos y Urbanos*, n. 052, p. 127-162. México, 2003.

Davis, Angela. *Women, race and class*. Vintage. New York, 1983.

\_\_\_\_\_. "I used to be your sweet Mama. Ideología, sexualidad y domesticidad." In: *Feminismos Negros: una antología*. Jubardo, Mercedes (Ed.). Traficantes de Sueños. Madri, 2012.

Dedecca, Cláudio S. “Tempo, trabalho e gênero”. In: Reconfigurações das relações de gênero no trabalho. Costa, Alice Ana; Menicucci de Oliveira, Eleonora; Bezerra de Lima, Maria Ednalva e Soares, Vera (Orgs.). CUT Brasil. São Paulo, 2004.

Delphy, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 17, p. 99-119. Brasília, 2015.

Elshtain, Jean B. “Rumo a uma teoria crítica da mulher e da política: reconstruindo o público e o privado”. In: Teoria política feminista: textos centrais. Miguel, Luis Felipe e Biroli, Flávia (orgs). Editora Horizonte. Vinhedo, 2013.

Engels, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Civilização Brasileira, 9ª edição. Rio de Janeiro, 1984.

Esquivel, Valeria; Faur, Eleonor e Jelin, Elizabeth. Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el estado y el mercado. IDES. Buenos Aires, 2012.

Faur, Eleonor. El cuidado infantil en el siglo XXI: mujeres malabaristas en una sociedad desigual. Siglo Veintiuno Editores. Buenos Aires, 2014.

Ferreira, Karen e Silva, Gleyton R da. Urbanismo feminista. Paper apresentado no XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2017.

Filgueiras, Cristina A. C. A creche comunitária na nebulosa da pobreza. In: Cadernos de Pesquisa, n. 88, p. 18-29. São Paulo, 1994.

Finamori, Sabrina. Cuidado e consanguinidade na atribuição de responsabilidades intergeracionais. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 18, p. 243-263. Brasília, 2015.

Fineman, Martha. *The autonomy myth: a theory of dependency*. The New Press. New York, 2004.

Firestone, Shulamith. A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista. Tradução de Vera Regina Rebello Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

Fisher, Berenice e Tronto, Joan. Toward a feminist theory of caring. In: *Circles of care: work and identity in women's lives*. Abel, Emily K. e Nelson, Margaret K (orgs.). State University of New York Press. New York, 1990.

Fontoura, Natália *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. In: *Revista Econômica*, v. 12, n. 1, p. 11-46. Rio de Janeiro, 2010.

Fox, Richard L. e Lawless, Jennifer L. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.8, p. 129-163. Brasília, 2012.

Fraser, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jessé (org), *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Editora UnB. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero, Capítulo 2. In: Bruschini, Cristina e Unbehau, Cristina (orgs.), *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Fundação Carlos Chagas/Editora 34. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis and beyond*. Verso. London, New York, 2013.

\_\_\_\_\_. Para além do modelo senhor/serva: sobre O contrato sexual, de Carole Pateman. In: *Teoria política feminista: textos centrais*. Miguel, Luis Felipe e Biroli, Flávia (orgs.). Editora Horizonte. Vinhedo, 2013.

Freitas, Viviane G. Mulheres negras na imprensa feminista brasileira: um recorte de duas décadas. Paper apresentado no 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, 2016.

\_\_\_\_\_. *Feminismos na Imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*. Paco Editorial. Jundiaí, 2018.

Friedan, Betty. *Mística feminina*. Editora Vozes Limitada. Petrópolis, RJ, 1971.

Friedman, Marylin. Beyond caring: the de-moralization of gender. In: Virginia Held (ed), *Justice and care*. Westview Press. New York, 1995.

Gilligan, Carol. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Harvard University Press. Cambridge, 1982.

Freitas, Viviane G. *Feminismos na Imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*. Paco Editorial. Jundiaí, 2018.

Gonzalez, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 1984.

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*, n. 92/ 93, p. 69-82. Rio de Janeiro, 1988a.

\_\_\_\_\_. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: *Revista Isis Internacional*, v. 9, p. 133-141. Santiago, 1988b.

Grossi, Mirian. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. In: *Cadernos Pagu*, (21). Campinas, 2003.

Guimarães, Antônio Sérgio. "Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito". In: *Classes, raças e democracia*. Fusp/Ed.34. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. "Formações nacionais de classe e raça. In: *Tempo Social*, v. 28, n. 2, p. 161-182. São Paulo, 2016.

Guimarães, Nadya A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. In: *Cadernos Pagu* (46), p. 59-77. Campinas, 2016.

Guimarães, Nadya A. *et al.* Os pobres e o acesso ao trabalho: entre a ação pública e o interesse privado. *Novos Estudos*, v. 32.02, p. 83-105. São Paulo, 2017.

Guimarães, Nadya A.; HIRATA, Helena e SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: *Sociologia e Antropologia*, Vol 01.01, p. 151-180. Rio de Janeiro, 2011.

Hirata, Helena. "O Universo do Trabalho e da Cidadania das Mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo". In: *Reconfigurações das relações de gênero no trabalho*. Costa, Alice Ana; Menicucci de Oliveira, Eleonora; Bezerra de Lima, Maria Ednalva e Soares, Vera (Orgs.). CUT Brasil. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: Tempo Social, v.26, n.1. São Paulo, 2014.

Hirata, Helena e Guimarães, Nadya A. Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care, 2012.

Hirata, Helena e Kergoat, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. In: Cadernos de Pesquisa, vol. 37, nº 132, p. 595-609. São Luís, 2007.

hooks, bell. “Black women: shaping feminist theory”. In: Feminist theory: from margin to center. Boston and Brooklyn: South End Press, 1984.

\_\_\_\_\_. “Intelectuais negras”. In: Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2. Florianópolis, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE. 2013.

\_\_\_\_\_. Informativo: Outras formas de trabalho 2017. PNAD Contínua. Acessado em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf). IBGE, 2018a.

\_\_\_\_\_. Informativo: Rendimentos de todas as fontes 2017. PNAD Contínua. Acessado em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf). IBGE, 2018b.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. Brasília: Ipea, SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres), ONU Mulheres, Seppir (Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial). 2011a.

\_\_\_\_\_. “Situação atual das trabalhadoras domésticas do país”. Comunicados do IPEA, nº 90. Brasília, 2011b.

\_\_\_\_\_. “Dinâmica demográfica da população negra brasileira”. Comunicados do IPEA, nº 91. Brasília, 2011c.

Itaboraí, Nathalie R. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: Uso do tempo e gênero. Fontoura, Natália e Araújo, Clara (Orgs). UERJ. Rio de Janeiro, 2016.

Kergoat, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: *Novos Estudos*, 86, março, p. 93-103. São Paulo, 2010.

Lavinas, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In: *Estudos Feministas*, n. 2, ano 4, p. 464-479. Florianópolis, 1996.

\_\_\_\_\_. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 12, n. 6, p. 1463-1476. Rio de Janeiro, 2007.

Lima, Márcia; Rios, Flávia e França, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: *Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Marcondes, Mariana M. et al. IPEA. Brasília, 2013.

Macêdo, Márcia dos Santos. “Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador”. In: *Tempos e lugares de gênero*. Bruschini, Cristina e Pinto, Céli (orgs.). Fundação Carlos Chagas e Editora 34. São Paulo, 2001.

Magalhães, Elizabeth K. C. e Giacomini, Sônia Maria. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?. In: *Mulher, Mulheres*. Barroso, Carmen e Costa, Albertina (orgs.). Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1983.

Marcondes, Mariana M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Ávila, Maria Betânia e Ferreira, Verônica (orgs.). SOS Corpo. Recife, 2014.

Mariano, Silvana A. e Souza, Márcio F. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 18, p. 147-177. Brasília, 2015.

Marques, Lilian A. e Costa, Patrícia L. Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil. In: *Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. Silva, Tatiana D. e Goes, Fernanda L. (Orgs.). IPEA. Rio de Janeiro, 2013.

Mauss, Marcel. As técnicas do corpo. In: Sociologia e antropologia. Cosac & Naify. São Paulo, 2003.

Melo, Hildete P.; Considera, Cláudio M. e Di Sabbato, Alberto. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In: Uso do tempo e gênero. Fontoura, Natália e Araújo, Clara (Orgs). UERJ. Rio de Janeiro, 2016.

Miguell, Luis Felipe e Biroli, Flávia. Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Molinier, Pascale. Cuidado, interseccionalidades e feminismo (Tradução do francês de Naira Pinheiro dos Santos). In: Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 17-33. São Paulo, 2014.

Molinier, Pascale e Paperman, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? In: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 18, p. 43-57. Brasília, 2015.

Nogueira, Maria Júlia Reis e Jacino, Hakon. “A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho”. In: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. Venturi, Gustavo e Godinho, Tatau (Orgs.). Editora Fundação Perseu Abramo e Edições Sesc SP. São Paulo, 2013.

Okin, Susan. *Justice, gender and the family*. Editora Basic Books, 1989.

\_\_\_\_\_. Gênero, o público e o privado (Tradução do original – 1998). In: Revista Estudos Feministas, vol. 16, n. 2. Santa Catarina, 2008.

Oliveira, Francisco de. Crítica à razão dualista. Boitempo. São Paulo, 2003.

Oliveira, Rosiska D. Reengenharia do tempo. Paper apresentado na “Trigésima octava reunião de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe”. Argentina, 2005.

Oliven, Ruben. “Cultura Brasileira e identidade nacional (o eterno retorno)”. In: O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002. Editora Sumaré. Brasília, 2002.

Pateman, Carole. *The Disorder of Women: Democracy, feminism and political theory*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. *O contrato Sexual*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. The patriarchal Welfare State. In: Pierson, Christopher; Castels, Francis G. (Eds.). *The Welfare State reader*. Blackwell. Oxford, 2000.

Pantoja, Ana Lídia N. “Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910)”. In: *Tempos e lugares de gênero*. Bruschini, Cristina e Pinto, Céli (orgs.). Fundação Carlos Chagas e Editora 34. São Paulo, 2001.

Pereira, Ana Claudia J. *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. Tese de doutorado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

Phillips, Anne. So what’s wrong with liberal democracy, Capítulo 6. In: *Engendering Democracy*. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 1997.

Pinheiro, Luana S. *Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais*. In: *Uso do tempo e gênero*. Fontoura, Natália e Araújo, Clara (Orgs.). UERJ. Rio de Janeiro, 2016.

Piscitelli, Adriana. *Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco*. In: *Estudos Feministas*, v. 6, n. 2. Florianópolis, 1998.

Pontes, Stefania P. *Por onde elas andam? Um estudo sobre a mobilidade de mães moradoras do Rio Bonito*. Dissertação defendida na Universidade Federal do Paraná, 2016.

Quintela, Débora F. *Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça*. Dissertação defendida na Universidade de Brasília. 2017.

Ramos, Daniela P. *Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero*. In: *Estudos Feministas*, 17(3), p. 861-870. Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. *Representações sobre gênero e política no Distrito Federal*. Tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília, 2014.

Reis, Elisa P. *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 143-152. São Paulo, 2000.

Ribeiro, Lilian L. e Taques, Fernando Henrique. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de tempo. In: Revista de Desenvolvimento Econômico, n. 25, p. 108-120. Salvador, 2012.

Saffioti, Hleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Expressão Popular, 3ª edição. São Paulo, 2013.

Sales, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Paper apresentado na Anpocs, 2013.

Sarti, Cynthia A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. A família como ordem simbólica. In: Psicologia USP, 15(3), p. 11-28. São Paulo, 2004.

Segato, Rita. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In: Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares. Stevens, Cristina (org.). Editora Mulheres e EDUNISC. Florianópolis, 2007.

Silva, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. In: Geosul, v. 22, n. 44, p. 117-134. Florianópolis, 2007.

Silva, Kamila Anne C. Mulheres e o direito à moradia: uma análise a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida. Monografia apresentada na universidade Federal do Paraná, 2015.

Silva, Tatiana D. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Marcondes, Mariana M. et al. IPEA. Brasília, 2013.

Silva, Tauana Olívia G. e Ferreira, Gleidiane S. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. In: Estudos Feministas, 25(3), p. 1017-1033. Florianópolis, 2017.

Sorj, Bila. Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe no Brasil. In: Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, p. 478-491. São Luís, 2013.

\_\_\_\_\_. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. In: *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 123-128. São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care. In: *Cadernos Pagu* (46), p. 107-128. 2016.

Sorj, Bila e Fontes, Adriana. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. Hirata, Helena e Guimarães, Nadya (orgs.). Editora Atlas. São Paulo, 2012.

Sorj, Bila; Fontes, Adriana e Machado, Danielle C.. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 573-594. São Luís, 2007.

Spindel, Cheywa R. O “uso” do trabalho da mulher na indústria do vestuário. In: *Mulher, Mulheres*. Barroso, Carmen e Costa, Albertina (orgs.). Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1983.

Stack, Carol. “Roles sexuales y estrategias de supervivencia en una comunidad negra urbana”. In: *Feminismos Negros: una antología*. Jubardo, Mercedes (Ed.). Traficantes de Sueños. Madri, 2012.

Swain, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Stevens, Cristina (org.). Editioa Mulheres e EDUNISC. Florianópolis, 2007.

Tronto, Joan C. Assistência democrática e democracias assistenciais. In: *Sociedade e Estado*. V. 22 n. 2 p. 285-308. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Creating caring institutions: politics, plurality, and purpose. In: *Ethics and Social Welfare*, v. 4, n. 2, p. 158-171. 2010.

\_\_\_\_\_. *Caring democracy: markets, equality, and justice*. New York: New York University Press, 2013.

Walby, Sylvia. “From private to public patriarchy”. In: *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

Werneck, Jurema. A era da inocência acabou, já foi tarde. In: Democracia Viva, n. 12. 2001.

\_\_\_\_\_. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: Revista da ABPN, v.1 , n.1, p. 8-17. 2010.

Young, Iris Marion. Justice and the politics of difference. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Intersecting Voices: Dilemmas of gender, political philosophy, and policy. Princeton University Press. Princeton, 1997.

Xavier, Lúcia e Werneck, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho?. In: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. Venturi, Gustavo e Godinho, Tatau (Orgs.). Editora Fundação Perseu Abramo e Edições Sesc SP. São Paulo, 2013.

## ANEXO

### Roteiro de entrevista

#### Bloco 1

- Qual seu nome?
- E sua idade?
- Qual sua raça?
- E seu estado civil?
- Qual seu nível de escolaridade?
- Quem é a pessoa considerada chefe de família em sua casa?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você tem filho(s)?
- Qual idade?
  
- Você trabalha?
- Em quê?
- Em tempo integral?
- Sempre trabalhou?
- Se a pessoa está desempregada: Há quanto tempo está desempregada? Como está sendo o processo de procura de emprego?
- Seu trabalho é neste bairro mesmo?
- Qual meio de transporte você utiliza para ir e voltar do trabalho?
- Seu companheiro/esposo trabalha?
- Em quê?
- Em tempo integral?
- Sempre trabalhou?
- Você considera que a renda mensal da sua família é suficiente para as necessidades dela?
- O que ela não consegue cobrir?

## **Bloco 2**

- Quem é a pessoa responsável pelos cuidados com a casa no dia a dia?
- Por que [essa pessoa] é a responsável por isso? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você tem empregada doméstica ou contrata alguma diarista? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você acha justo o salário que essa pessoa recebe pelos serviços que presta?
- Você tem uma relação pessoal com essa pessoa ou a relação de vocês é estritamente profissional?
- Você costuma fazer trabalhos domésticos?
- Quais?
- Isso toma muito ou pouco tempo da sua vida? Você diria que gasta quantas horas do seu dia nisso?
- Você gosta de fazer esse tipo de trabalho?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você preferiria não ter que fazer esse tipo de trabalho? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Alguém lhe ajuda?
- Você gostaria que alguém lhe ajudasse (ou lhe ajudasse mais)?
- Você acha esse tipo de trabalho importante?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Esse trabalho doméstico lhe deixa cansada?
- Qual desses trabalhos lhe deixa mais casada: fora de casa ou os trabalhos domésticos diários?
  
- Quem é a pessoa da casa responsável pelos cuidados com as crianças e/ou adolescente?
- Por que [essa pessoa] é a responsável por isso? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Seu(s) filho(s) e/ou filha(s) frequentam/frequentaram creche/escola?
- Período integral? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)

- Do governo ou particular? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Por que ele(s) e/ou ela(s) não frequentam/frequentaram uma creche/escola? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você gostaria que ele(s) e/ou ela(s) tivesse(m) tido acesso à creche/escola?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Quando seu(s) filho(s) e/ou filha(s) não está(ão) na creche/escola, onde eles ficam?
- Hoje em dia, você ajuda a cuidar/olhar outra criança ou adolescente que não seja seu(s) filho(s) e/ou sua(s) filha(s)?
- Em outros momentos da sua vida, você já teve que cuidar de outras crianças?
- Existe alguma pessoa na casa que precise de cuidados especiais?
- Quais são esses tipos de cuidados especiais?
- Quem é a pessoa responsável por isso?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você já deixou de fazer alguma coisa em sua vida porque tinha que cuidar de alguém, filhos ou outra pessoa?
- Como você se sente em relação a isso?
- Isso toma muito ou pouco tempo de sua vida? Você diria que gasta quantas horas por dia cuidando de outras pessoas?
- Você gosta de fazer esse tipo de atividade (cuidar das pessoas)?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você preferiria não ter que fazer esse tipo de trabalho?
- Alguém lhe ajuda?
- Você gostaria que alguém lhe ajudasse (ou lhe ajudasse mais)?
- Esse tipo de atividade lhe deixa cansada?
- Qual desses trabalhos lhe deixa mais casada: fora de casa ou as atividades de cuidado com as crianças/adolescentes/adultos?

### **Bloco 3**

- Você considera essas atividades de trabalho doméstico e cuidado com outras pessoas (filhos ou não) importante?
- Por que? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)

- E as outras pessoas da sua casa, elas consideram essas atividades importante?
- Você acha que deveria receber por fazer essas atividades?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você ajuda ou já ajudou alguém que não more em sua casa com esses tipos de trabalho?
- Quando você aprendeu a fazer esses tipos de trabalho, tanto o doméstico quanto o de cuidado?
- Quem te ensinou?
- E você ensina esses trabalhos para seu(s) filho(s) e/ou filha(s)?
- Quando você pensa na palavra “trabalho doméstico”, o que lhe vem à cabeça?
- E isso é bom ou ruim?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Quando você pensa na palavra “cuidado”, o que lhe vem à cabeça?
- E isso é bom ou ruim?
- Por quê? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- Você já deixou de fazer algo em sua vida porque tinha que fazer esses tipos trabalho?
- Você acha que ter que fazer esse tipo de trabalho atrapalha ou ajuda sua vida?
- Por quê ou como?
- Você costuma conversar sobre esses trabalhos com alguém?
- Sobre o que falam?
  
- Quanto tempo por dia você tira para descansar?
- Como gosta de descansar?
- Tem algum tempo do seu dia ou da sua semana que seja só seu?
- O que você faz nesse tempo?
- Você acha importante ter esse tempo?
- Existe algo que você gostaria de fazer (ou de fazer mais), mas não tem tempo?
- E existe algo que você gostaria de fazer (ou de fazer mais), mas não tem dinheiro?

- É comum ouvirmos no noticiário ou em programas políticos a palavra “cidadão”, você se considera uma cidadã?
- Por que? (pergunta só é feita se a resposta anterior não contemplá-la)
- O que significa ser mulher para você?
- E o que você acha que significa ser homem?
- Você me disse que é branca/preta/parda. Você acha que isso muda alguma coisa na sua vida?
- Por quê?
- Como você imagina seu futuro?
- Como você imagina o futuro do/a(s) seus(s) filho(s) e/ou filha(s)?